



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE
da fundação à consolidação do discurso de recusa radical ao
Complexo Hidrelétrico de Belo Monte**

Doutorando: Alessandro Nobre Galvão
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Fátima Cristina da
Costa Pessoa

**Belém - Pará
2018**

ALESSANDRO NOBRE GALVÃO

MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE
da fundação à consolidação do discurso de recusa radical ao
Complexo Hidrelétrico de Belo Monte

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Letras – Linguística

Orientadora: Profa. Dr.^a Fátima Cristina da Costa Pessoa

Belém - Pará
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

G182m Galvão, Alessandro Nobre

Movimento Xingu Vivo para Sempre : da fundação à consolidação do discurso de recusa radical ao Complexo Hidrelétrico de Belo Monte / Alessandro Nobre Galvão. — 2018
213 f. : il. Color

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Letras, Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

Orientação: Profa. Dra. Fátima Cristina da Costa Pessoa

1. Discurso de movimentos sociais. 2. acontecimento discursivo . 3. resistência . 4. Formação discursiva . 5. aparelhos ideológicos de Estado . I. Pessoa, Fátima Cristina da Costa, *orient.* II. Título

CDD 410.1

TERMO DE APROVAÇÃO

ALESSANDRO NOBRE GALVÃO

MOVIMENTO XINGU VIVO PARA SEMPRE
da fundação à consolidação do discurso de recusa radical ao
Complexo Hidrelétrico de Belo Monte

Banca Examinadora

Profª. Dr.ª Fátima Cristina da Costa Pessoa
(Presidente)

Profª. Drª Freda Indursky
(Membro Avaliador)

Profª. Drª Tânia Clemente de Souza
(Membro Avaliador)

Prof. Dr Thomas Massao Fairchild
(Membro Avaliador)

Profª. Drª Danila Cal
(Membro Avaliador)

Profª. Drª Hildete Pereira dos Anjos
(Suplente)

Profª. Drª Ana Vilacy Moreira Galucio
(Suplente)

Belém – Pará
2018

As minhas duas inesgotáveis fontes de amor,
Claudia Nogueira e Maria Luiza Galvão

AGRADECIMENTOS

À Fátima Cristina da Costa Pessoa, pela confiança que depositou em mim, acreditando que eu conseguiria levar a termo este trabalho, pela leitura sempre competente e atenta dos materiais que apresentava e pelas indicações do que poderia melhorar, pelo carinho com que soube lidar com minhas limitações e pela generosidade com que deixou-me seguir por novos caminhos. A ela meu muito obrigado!

À Freda Indursky, pela tamanha generosidade em receber-me como orientando de estágio sanduíche, dando-me como bônus uma disciplina voltada para minha pesquisa, pela incomensurável contribuição teórico-analítica que propiciou o aprimoramento deste trabalho. Mil palavras não conseguiriam traduzir o tamanho de minha gratidão.

A Thomas Fairchild, pela leitura atenta e pelas excelentes contribuições nos exames de qualificação.

À Solange Mittman, por me aceitar como aluno especial na disciplina Fundamentos da Análise do Discurso, o que me ajudou no refinamento do capítulo teórico deste trabalho.

À Ana Vilacy Galúcio, pelas excelentes lições de morfossintaxe, o que me ajudou bastante na análise das marcas linguísticas indiciadoras dos processos discursivos.

Aos meus amigos de bate papo teórico, José Neto e Mariléia Nobre que ouviam atentamente minhas elucubrações e me estimulavam com suas perguntas.

Às minhas amigas Alessandra Matos e Patrícia Sousa, pelo apoio e estímulo do início ao fim desta jornada.

Aos meus pais, José Alberto Galvão e Milani Nobre pelo apoio e pela paciência com que souberam lidar com minhas ausências.

À Antônia Melo, por ter aberto as portas do comitê MXVPS, dando-me atenção, cedendo-me materiais e concedendo-me entrevistas.

Ao CNPQ, pelo financiamento de meu estágio de sanduíche na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

LISTA DE SIGLAS

AD	Análise do discurso
AIE	Aparelho Ideológico do Estado
AIS	Aparelho Ideológico Social
CHBM	Complexo Hidrelétrico Belo Monte
CXVPS	Carta Xingu Vivo para Sempre
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
ELETROBRÁS	Centrais Elétricas Brasileiras
EXVPS	Encontro Xingu Vivo para Sempre
FD	Formação Discursiva
FDCD	Formação Discursiva Capitalista Desenvolvimentista
FDP	Formação Discursiva Preservacionista
FDSI	Formação Discursiva de Subsistência Indígena
FI	Formação Ideológica
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
MXVPS	Movimento Xingu Vivo para Sempre
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SD	Sequência Discursiva
TI	Terra Indígena
UHE	Usina hidrelétrica

LISTA DEQUADROS

Quadro 1 – Composição Acionária da Norte Energia S.A.....	82
Quadro 2 – Gestos de interpretação determinados pela FDCD.....	177
Quadro 3 – Gestos de interpretação determinados pela FDIS.....	122
Quadro 4 – Sentidos em disputa advindos de FD em relação de antagonismo.....	123

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da bacia do rio Xingu e as principais barragens projetadas pela Eletrobrás.....	52
Figura 2: Participantes de reunião promovida pela UDR em apoio ao projeto Kararaô.....	64
Figura 3: visita de lideranças Kayapó à sede de controle da UH Tucuruí -PA.....	69
Figura 4: Capa do DVD produzido pela Eletrobrás sobre a reunião informativa da FUNAI/ Lideranças TI Arara Volta Grande.....	79
Figura 5 – Índia Tuíra toca o facão no rosto do presidente da Eletrobrás Muniz Lopes.....	103
Figura 6 – Índia Tuíra no EXVPS.....	134
Figura 7 – Cartaz convite do EXVPS.....	135
Figura 8 – Dança de guerra dos índios Kayapós na abertura do EXVPS.....	135
Figura 9 – Performance de pescadores na abertura do EXVPS.....	135
Figura 10 – Cartaz de protesto do MXVPS.....	145
Figura 11 – Encerramento do EXVPS/ reverência ao rio Xingu.....	146
Figura 12 - Capa da cartilha MXVPS.....	172
Figura 13 - Contra-capa da cartilha MXVPS.....	176
Figura 14- Cartilha MXVPS.....	178
Figura 15- Cartilha MXVPS.....	179
Figura 16- Cartilha MXVPS.....	179
Figura 17 - Cartilha MXVPS.....	180
Figura 18- Cartilha MXVPS.....	180
Figura 19 - Cartilha MXVPS.....	181
Figura 20- Cartilha MXVPS.....	181
Figura 21- Cartilha MXVPS.....	182
Figura 22- Cartilha MXVPS.....	182
Figura 23- Cartilha MXVPS.....	183
Figura 24 – Cartaz de protesto do MXVPS.....	185

RESUMO

Este trabalho examina a conjuntura sócio-histórica que propiciou a emergência e a consolidação de um discurso novo na ordem dos discursos sobre a gestão dos recursos naturais na Amazônia brasileira – o discurso de recusa radical ao Complexo Hidrelétrico de Belo Monte (CHBM). Esta conjuntura remonta-se a um conflito iniciado no final dos anos 70 quando o governo brasileiro propõe inventário da bacia hidrográfica do Xingu para avaliar seu potencial hidrelétrico, chegando aos anos 2000 com as mudanças na política econômica do país a partir do fortalecimento do modelo neoliberal e a abertura do governo brasileiro a empresas privadas para a exploração das riquezas naturais. Identificamos o nascimento da resistência de grupos indígenas com destaque para o povo Kayapó, fortalecendo-se mais tarde com a aliança selada entre este e outros segmentos impactados pelo empreendimento Belo Monte, por ocasião do Encontro Xingu Vivo para Sempre ocorrido em 2008. Analisamos, portanto, os fatos históricos que culminaram na emergência e circulação desse discurso, bem como seu fundamento ideológico, as possíveis transformações por ele sofridas ao longo do tempo e os processos discursivos que dele derivam. Fizemos um mergulho descritivo na formação social indígena, buscando compará-la à formação social capitalista o que nos permitiu vislumbrar, baseados nos estudos peuceutianos, que a resistência de que nos ocupamos nasce em um não-lugar sob a égide de outros rituais de interpelação, introduzindo-se no seio das práticas e rituais possíveis na formação social capitalista. Nosso percurso analítico nos mostrou que discurso de recusa radical ao CHBM sofre transformações a partir do advento daquela aliança imaginária que de um ponto de vista discursivo, selou uma aliança não entre sujeitos empíricos, mas entre distintas posições de sujeito e permitiu a invasão de saberes outros para o interior da FD que determina esse discurso. O *corpus* discursivo desta pesquisa é constituído por materialidades discursivas de natureza semiótica diferenciada e adotamos como procedimento de construção desse *corpus* a noção de recorte proposta por Orlandi (1984), bem como a de sequência discursiva proposta por Courtine (2014) e os procedimentos da análise seguiram a abordagem triangular proposta por Lagazzi (2005).

ABSTRACT

This work examines the socio-historical conjuncture that led to the emergence and consolidation of a new discourse in the order of discourses on the management of natural resources in the Brazilian Amazon - the discourse of radical refusal to the Belo Monte Hydroelectric Complex (CHBM). This situation dates to a conflict started in the late 1970s when the Brazilian government proposes an inventory of the Xingu basin to assess its hydroelectric potential, reaching the 2000s with changes in the country's economic policy based on the strengthening of the neoliberal model and the opening of the Brazilian government to private companies for the exploitation of natural resources. We identified the birth of the resistance of indigenous groups with emphasis on the Kayapó people, later strengthened with the alliance sealed between this and other segments impacted by the Belo Monte project, on the occasion of the Xingu Vivo para Sempre Encounter held in 2008. We analyze, therefore, the historical facts that culminated in the emergence and circulation of this discourse, as well as its ideological foundation, the possible transformations it suffered over time and the discursive processes that derive from it. We made a descriptive dive in the indigenous social formation, seeking to compare it to the capitalist social formation, which allowed us to envisage, based on the Peuceutian studies, that the resistance we investigate is born in a non-place under the aegis of other rituals of interpellation, introducing itself within the practices and possible rituals in the capitalist social formation. Our analytical course showed us that discourse of radical rejection to the CHBM undergoes transformations from the advent of that imaginary alliance that, from a discursive point of view, sealed an alliance not between empirical subjects, but between different positions of subject and allowed the invasion of other knowledge into the FD that determines this discourse. The discursive corpus of this research is constituted by discursive materialities of differentiated semiotic nature and we adopt as a procedure of construction of this corpus the notion of cut proposed by Orlandi (1984), as well as the discursive sequence proposed by Courtine (2014) and the procedures of the analysis followed the triangular approach proposed by Lagazzi (2005).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 A CONSTRUÇÃO DO DISPOSITIVO ANALÍTICO.....	19
1.1 DO OBJETO E DO OBJETIVO DA PESQUISA.....	20
1.2 DA FILIAÇÃO TEÓRICA DA PESQUISA	22
1.3 DO CORPUS DISCURSIVO E DOS PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS.....	38
CAPÍTULO 2 CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS PARA EMERGÊNCIA DO DISCURSO DE RECUSA RADICAL AO COMPLEXO HIDRELÉTRICO DE BELO MONTE	44
2.1 A HIDROELETRICIDADE E SEU PAPEL DE DESTAQUE NA HISTÓRIA DA MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA.....	46
2.2 HISTÓRICO DO CHBM: AS IDAS E VINDAS DO PROJETO	51
2.2.1 Primeira tentativa – 1970 - 1989.....	54
2.2.2 Segunda tentativa – 1989- 2002.....	60
CAPÍTULO 3 O ACONTECIMENTO DISCURSIVO DE RECUSA RADICAL AO CHBM: irrupção, funcionamento e transformações.....	86
3.1. AS FORMAÇÕES SOCIAIS EM CONFRONTO E AS DETERMINAÇÕES IDEOLÓGICAS GERADORAS DO CONFLITO.....	88
3.2. UM LUGAR DE MEMÓRIA: O GESTO FUNDADOR DO DISCURSO DE RECUSA RADICAL AO CHBM	105
3.3 O TRABALHO DOS SENTIDOS NA IMPRENSA BRASILEIRA SOBRE O INUSITADO 110	
3.3.1 Versões para o fato histórico: uma disputa de sentidos	114
3.4 A CONSTITUIÇÃO DOS SENTIDOS FUNDANTES DO DISCURSO DE RECUSA RADICAL AO CHBM	126
3.5 .UMA NOVA CONJUNTURA, UM NOVO ENCONTRO, UM PORTA-VOZ: as transformações operadas no discurso de recusa radical ao CHBM.....	133
3.5.1 Outras formações ideológicas que implicarão mudanças nos saberes da FD preservacionista	139
3.5.2 A aliança dos povos e a palavra delegada: o MXVPS como entidade representante dos povos da bacia do Xingu e o aparecimento do porta-voz..	147
CAPÍTULO 4 A CONFIGURAÇÃO DA FD ANTI-CHBM E A GESTÃO DOS SABERES PELO PORTA-VOZ DO MXVPS PÓS TRANSFORMAÇÕES DISCURSIVAS.....	161
CONCLUSÃO.....	192
REFERÊNCIAS	201
ANEXOS.....	205

INTRODUÇÃO

A construção deste texto introdutório nos coloca diante de tarefas as quais não podemos nos furtar, especialmente porque facilitam a empreitada do leitor: apresentar o objeto da pesquisa, a problemática que nos move, o lugar teórico de onde falamos. Isto tudo toma forma nos parágrafos que apresentam os capítulos que compõem a presente tese. Mas um aspecto de dimensão um tanto quanto subjetiva se nos impõe como demanda primeira da produção escrita. Estamos nos referindo ao “como tudo começou”, que nos leva via *flashback* ao ano de 2012, quando fomos convidados a ministrar uma disciplina para os alunos do curso de Geografia do campus universitário de Altamira, cidade onde se desenham os conflitos em torno do empreendimento sobre o qual incide o litígio que nos chamou a atenção. Fazer esse retrospecto é um exercício filosófico que reaviva o sentimento de impulso que nos moveu a compreender a natureza e o funcionamento de um discurso que rechaça veementemente a hidrelétrica de Belo Monte.

Antes da chegada a Altamira, inquietava-nos a necessidade de descobrir um objeto instigante para ser investigado à luz dos pressupostos teóricos da AD francesa, pois nossa paixão pela área e a vontade de nela nos especializarmos estavam a todo vapor. Importa salientar que, naquele momento de aproximação tímida com a teoria, ainda acreditávamos na descoberta de objetos, ignorando, portanto, o aspecto teórico proposto por Pêcheux: o de que não descobrimos objetos, topamos com eles.

E foi assim que, durante nossa permanência na cidade e ocupando-nos nas horas vagas com a leitura do clássico “Semântica e Discurso” de Pêcheux, fomos percebendo pouco a pouco uma atmosfera conflituosa que se derramava sobre a

cidade, traduzida na forma de posições antagônicas sobre a instalação do complexo hidrelétrico na bacia do Xingu. Fomos inclusive tomados de assalto, várias vezes, pela frequente pergunta que resume essas posições: Belo Monte, contra ou a favor?

O receio de assumirmos logo “de cara” uma posição se justificava pela possibilidade de sermos atingidos em cheio por uma onda de hostilidade por parte do interlocutor, daí que a saída “pela tangente” era a afirmação de que ainda era muito cedo para uma resposta precisa. Intimamente, assumíamos, presos em um efeito de evidência produzido nas malhas do discurso desenvolvimentista do Estado, que o melhor para a região era a vinda da hidrelétrica. Ora, com sua instalação, aquele povo “relegado” experimentaria de uma vez por todas o progresso com toda a infraestrutura que o governo havia prometido para a cidade. As pessoas que moravam nos bairros alagados e sem saneamento poderiam viver dignamente nos assentamentos projetados pelo consórcio construtor da usina, os índios teriam suas terras preservadas, sem contar os milhares de empregos que o projeto iria proporcionar. Esta era uma certeza que pouco a pouco começou a se esfarelar quando participamos de um fórum de discussão, organizado pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre (doravante MXVPS), que reunia lideranças indígenas e ribeirinhas para questionar a licença de instalação concedida ao consórcio construtor de Belo Monte pelo IBAMA. Naquela reunião, pudemos ter contato com uma parcela expressiva de sujeitos que rechaçavam a usina e mais, pudemos escutar suas razões. A mais inquietante delas foi a de que Belo Monte destruiria a vida. Questionamos sobre o sentido desta vida, de quem era a vida ceifada pelo projeto, ao que soubemos que se tratava da vida do rio Xingu e dos povos da bacia que estava em jogo.

Mais uma vez, presos no efeito de evidência produzido pelo discurso desenvolvimentista do Estado, contestávamos internamente aquele posicionamento radical com argumentos do tipo: mas o rio não irá morrer, permanecerá ali com algumas modificações em seu curso original. E foi precisamente revisitando constantemente os argumentos dessa “límpida verdade” e tomados por uma inquietação lacerante que nos deparamos com as questões: o que está aí nessa negação tão evidente para os povos da bacia que justifica essa proteção aguerrida ao rio Xingu? Que sentidos são esses que funcionam como o fundamento ideológico para esta negação?

Este deparar-se com um objeto não absorvível pelo discurso que nos afetava colocou-nos justamente na rota de um desafio que valia muito a pena investigar,

especialmente porque ajudaríamos a sacar o manto de invisibilidade que o discurso desenvolvimentista do Estado joga(va) sobre as questões defendidas pelas minorias impactadas por Belo Monte.

Movidos por este afã é que propusemos pesquisar a natureza e o funcionamento do discurso que recusa Belo Monte. De fato, naquele momento, uma nebulosa pairava sobre esse objetivo. Precisávamos estabelecer um ponto de partida, daí que buscamos, rapidamente, compreender a constituição do grupo que recusava o empreendimento. Fazíamos perguntas do tipo: era um grupo coeso? e se assim o fosse, tinha uma liderança?; havia concordância absoluta entre os membros sobre a questão Belo Monte? Estas questões de caráter provisório nos impulsionaram a investigar o MXVPS de modo a compreender sua organização, seus representantes e representados, sua história de militância, e principalmente seu discurso. Fizemos uma primeira visita na sede do movimento e foi então que conhecemos uma de suas principais coordenadoras, Antônia Melo. Fizemos uma rápida entrevista sem registo audiovisual, apenas como espécie de aproximação ao objeto que nos interessava. Solicitamos acesso aos arquivos do grupo, pois estávamos convencidos de que encontraríamos materialidades discursivas suficientes para o exame do discurso em foco. Encontramos uma dificuldade neste aspecto, visto que o MXVPS não possui um jornal, um editorial com regular publicação desde a fundação do movimento. Uma materialidade dessa natureza tornaria nossa investigação mais sistemática, pois muito provavelmente encontraríamos um eixo de regularidades discursivas para examinar. O que encontramos foi um conjunto disperso de textos verbais de gêneros diferenciados (folders, cartilhas, panfletos, cartazes, faixas, recortes de revistas e jornais com matérias sobre o movimento) e outras materialidades não verbais, tais como um banco de fotos do Encontro Xingu Vivo para Sempre de 2008, vídeos deste mesmo encontro, documentários do Instituto Socioambiental referentes ao I Encontro dos Povos Indígenas, em 1989, e também sobre o encontro supramencionado. Esta natureza heterogênea e dispersa é a natureza do arquivo que se abria para nós. Mas logo soubemos que só esse arquivo do MXVPS não seria suficiente para nos guiar para as repostas às nossas dúvidas de pesquisa, daí que tivemos que expandir nossa busca para outros arquivos institucionais hospedados em sites da internet. O desafio era então mergulhar nesta profusão de materialidades discursivas e expô-las ao olhar do analista em busca de regularidades. Topamos o desafio e o resultado se encontra no presente texto desta tese cujos capítulos passamos a apresentar.

O objeto e o objetivo de pesquisa são apresentados no primeiro capítulo que compõe este trabalho. A definição do objeto foi um dos passos que nos demandou um certo tempo de reflexão e um já profundo mergulho nos dados coletados. Sabíamos que nosso objeto era um discurso que determinava a posição dos povos da bacia do Xingu sobre a questão Belo Monte. O problema era buscar um rótulo que pudesse tangenciar sua natureza, seu funcionamento. À medida que nossa análise dos dados ia avançando, fomos nos convencendo de que nosso objeto tomaria a denominação de discurso de recusa radical ao complexo hidrelétrico de Belo Monte. De fato, fomos nos convencendo de que a posição dos sujeitos que rejeitam a usina é radicalmente irreduzível. Uma vez identificado o objeto, impomos-nos como objetivo de investigação analisar os fatos históricos que culminaram na sua emergência e circulação, seu fundamento ideológico, as possíveis transformações por ele sofridas ao longo do tempo e os processos discursivos que dele derivam. Para dar conta desse objetivo, formulamos nesse capítulo algumas questões norteadoras.

Para dar sustentação ao nosso objetivo, dedicamos uma parte do primeiro capítulo à identificação do lugar teórico que alicerça o trabalho. Fizemos, portanto, uma pequena resenha para apresentar as especificidades do campo de estudos do discurso de viés peuchetiano. Pensamos nessa subseção como uma espécie de construção de nossa identidade enquanto analistas do discurso, já que existe uma profusão de abordagens teóricas sobre o objeto discurso. Foi preciso, por exemplo, definirmos categorias como as de formação social, de formação discursiva, de sujeito e de memória para logo em seguida desenharmos, à luz dessas definições, o dispositivo analítico do trabalho.

Como já salientamos, reunimos uma diversidade de materialidades discursivas para constituição do *corpus* empírico. Ainda neste capítulo, apresentamos a sistemática do tratamento desses dados de modo a compor o chamado *corpus* discursivo. O procedimento de construção do *corpus* discursivo teve como pressuposto básico a noção de recorte proposta por Orlandi (1984), bem como a de sequência discursiva proposta por Courtine ([1981]/2014) e os procedimentos da análise seguiram a abordagem triangular proposta por Lagazzi (2005).

Analisar o discurso de recusa ao empreendimento Belo Monte, à luz dos pressupostos teóricos da AD francesa, demanda um mergulho sistemático nas condições de produção que permitiram sua emergência e consolidação. Nesse sentido, propusemos, no segundo capítulo, um percurso histórico que nos traz

elementos suficientes para a compreensão do contexto (i)mediato da produção desse discurso. Consideramos pertinente examinarmos o papel estratégico da hidroeletricidade na matriz energética adotada pelo Brasil, mais especificamente a partir dos governos militares. A relação construída e fortemente assumida pelos governos militares entre a hidroeletricidade e o desenvolvimento econômico do país nos permite vislumbrar o esforço político do governo brasileiro pela implantação do complexo hidrelétrico de Belo Monte. As circunstâncias da proposição deste projeto são apresentadas cronologicamente, buscando-se delinear o jogo político de forças cujos protagonistas encontram-se em lados opostos: o Estado/empreendedor e os povos impactados por Belo Monte. É justamente em um determinado ponto desse percurso histórico desenhado que poderemos localizar o acontecimento discursivo de que ocupar-se-á esta tese.

Com vistas à identificação do processo de irrupção do acontecimento discursivo, é preciso fazermos uma incursão analítica sobre a gênese e a natureza do conflito que opõe, inicialmente, índios e brancos¹. Para tanto, buscamos compreender as características da formação social indígena para confrontá-la, em seguida, com a formação social capitalista. Julgamos que as diferenças existentes no modo como ambas gerem os recursos naturais constitui, a princípio, o motor desse litígio. Portanto, a compreensão dessas diferenças nos ajudará na identificação das particularidades que compõem as formações discursivas em relação antagonica, as quais determinam as posições dos sujeitos do litígio.

Esse percurso de análise nos auxiliará na localização do acontecimento num ponto específico da história, exatamente no ano de 1989, quando se realizou o I Encontro dos Povos Indígenas. Como veremos, o discurso de recusa radical ao CHBM nasce de um gesto de interpretação da mídia estrangeira sobre a ação de Tuíra, que será inscrito na memória social do branco como gesto fundador do discurso em foco, pois o discurso dominante do branco, assumido pela imprensa nacional, trabalha na direção de absorver o acontecimento como se ele nunca tivesse existido (PÊCHEUX, 2007).

¹ O lexema “branco”, empregado em referência à FD que afeta os sujeitos defensores da construção do CHBM como algo necessário para o desenvolvimento do Estado brasileiro, advém do emprego comum que o sujeito indígena faz para referir o seu outro (não indígena). Um exemplo desse emprego pode ser encontrado em trecho da carta dos indígenas assinada pelos caciques Bent Kamati Kayapó e Raoni Kayapó e endereçada ao presidente Lula “Do jeito que o homem branco está fazendo, tudo será destruído muito rápido”.

Uma seção específica desse capítulo centra-se nas transformações discursivas provocadas pela emergência, na estrutura social, do Movimento Xingu Vivo para Sempre. Fazemos um detalhado exame da conjuntura histórica que permitiu a instituição desse movimento, bem como os processos discursivos envolvidos na construção de sua legitimidade jurídica enquanto mandatário de um segmento mais amplo, os povos da bacia do Xingu. Nosso percurso analítico mostrará que não só o discurso de recusa radical ao CHBM é retomado na estrutura, como também sofre modificações especialmente pela fragmentação da forma sujeito da formação discursiva que governa esse discurso, o que só foi possível a partir da adesão de outros segmentos da sociedade à causa indígena. Esse alargamento do escopo representacional do Movimento Xingu Vivo para Sempre provoca uma invasão de saberes oriundos de formações discursivas externas à formação discursiva que determina o discurso em foco.

O quarto e último capítulo fará uma incursão analítica sobre a produção discursiva do MXVPS. Nosso principal objetivo é justamente compreendermos os processos discursivos implicados na identificação do sujeito discursivo com as novas posições de sujeito emergentes após a fragmentação da forma-sujeito que gerencia os saberes do discurso de recusa radical ao CHBM. Para tanto, é necessário examinarmos as projeções imaginárias forjadas pelos líderes do MXVPS sobre os diferentes segmentos impactados pelo empreendimento Belo Monte e sobre este que é o grande objeto do litígio. É a partir desse jogo de imagens estabelecido pelo sujeito discursivo, que fala em nome do movimento enquanto instituição e em nome dos atingidos enquanto grupo, que a aliança costurada entre os diferentes sujeitos impactados pelas obras da barragem pode ser fortemente selada, implicando os processos discursivos de identificação do porta-voz a diferentes subjetividades.

CAPÍTULO 1

A CONSTRUÇÃO DO DISPOSITIVO ANALÍTICO

A proposição de um dispositivo de interpretação discursiva demanda do analista de discurso a identificação precisa de seu objeto de investigação e a definição dos objetivos visados. Acreditamos que essa tarefa só é possível por meio da mediação teórica (cf. ORLANDI, 2012), o que permitirá ao analista elaborar suas escutas discursivas. Neste capítulo, buscamos exatamente identificar nosso objeto de investigação, aquilo que nos propomos investigar, e a maneira como iremos fazê-lo, tudo isso pensado a partir de nossa filiação teórica à Análise de Discurso peuceutiana.

1.1 DO OBJETO E DO OBJETIVO DA PESQUISA

A identificação de um acontecimento discursivo implica o reconhecimento do que irrompe como discurso do tipo novo na ordem dos discursos já consolidados em uma dada formação social. Implica ainda considerar o que, na contingência dos fatos históricos dados a conhecer, inscreve-se nas redes de significação dominantes como o diferente que vem reorganizar a memória. Partindo desse pressuposto, reconhecemos e elegemos como objeto da presente investigação o que estamos chamando de discurso de recusa radical ao CHBM. Iremos nos debruçar sobre o processo de sua fundação, passando pelos processos discursivos que dele derivam até chegarmos às possíveis/prováveis transformações provocadas pelo advento de novas contingências. Em outras palavras, propomos investigar esse discurso em sua dimensão de acontecimento, passando pelo fundamento ideológico que lhe dá sustentação. Mas não só, pois importa-nos, mais especificamente, vislumbrar as sucessivas transformações (com seus efeitos de sentido e com a sustentação por outros fundamentos ideológicos) operadas nesse discurso a partir da instituição do MXVPS que dele se apropria e o faz funcionar como o discurso de um bloco político

coeso formado por diversos segmentos impactados pelo empreendimento Belo Monte.

Com vistas a dar conta da problemática a que nos propusemos investigar na presente pesquisa, elaboramos algumas questões norteadoras, a saber:

a) considerando que o discurso de recusa radical ao CHBM aponta para a existência história de um litígio entre indígenas e o governo brasileiro, interrogamo-nos sobre como se marca o processo da resistência indígena, levando-se em conta o fato de as partes litigantes inscreverem-se em formações sociais radicalmente distintas;

b) considerando que todo acontecimento discursivo, para inscrever um discurso novo na memória, precisa romper com os saberes já estabilizados na estrutura, questionamo-nos sobre como se deu o jogo de forças discursivas que, se de um lado buscou negar a irrupção do diferente, absorvendo-o no terreno do já sabido, por outro, logrou romper com os processos da repetibilidade, permitindo a irrupção e consolidação do discurso objeto desta tese; em outras palavras, quais gestos buscaram interromper a irrupção do acontecimento e quais gestos permitiram que fossem estabelecidas as fissuras na trama histórica dos sentidos, resultando na emergência do acontecimento?;

c) considerando que todo sujeito discursivo é afetado pelo *efeito ideológico elementar*, este entendido como representação das relações imaginárias deste sujeito com suas reais condições de existência, perguntamo-nos que representação(ções) é (são) essa(s) que acaba(m) por constituir o fundamento ideológico que sustenta o discurso de recusa radical ao CHBM;

d) considerando que a emergência do MXVPS nasce da proposição de uma imaginária aliança entre os diversos segmentos sociais impactados pelo empreendimento Belo Monte, interrogamo-nos sobre as possíveis transformações que tal aliança opera no discurso em foco, dadas as inevitáveis invasões de saberes oriundos de regiões externas a sua FD;

e) considerando a possibilidade de tais transformações, perguntamo-nos sobre a configuração dos processos discursivos resultantes do contato da FD do discurso de recusa com outros saberes.

A busca por respostas a essas demandas de pesquisa nos incita à proposição de um aparato metodológico alicerçado nos pressupostos gerais da AD francesa. Para

tal, passemos a discutir os conceitos centrais da teoria para então propormos nosso dispositivo analítico guia.

1.2 DA FILIAÇÃO TEÓRICA DA PESQUISA

A construção desta subseção se apresenta como um momento em que tanto podemos delimitar o campo da filiação teórica desta pesquisa como também revisitar as questões teórico-filosóficas com as quais Pêcheux e seus colaboradores se depararam quando de sua empreitada por instituir a Análise do Discurso francesa. Esse passeio nos parece conveniente tanto porque solidifica nossos conhecimentos sobre as categorias teóricas forjadas para compreender o objeto discurso, quanto porque situa o nosso leitor na teoria geral com a qual estamos lidando.

Podemos, portanto, dividir este capítulo em dois momentos, a saber, um que trará uma compacta revisão dos principais campos de saber que, pelo trabalho pecheutiano, forneceram as bases para criação de uma teoria de interpretação vinculada aos pressupostos do materialismo histórico, ainda discutindo as categorias teóricas centrais e operacionais desse campo; outro que definirá de forma mais profunda os conceitos-chave mobilizados na análise do objeto desta tese.

Começemos então por reconhecer Michel Pêcheux como o filósofo que, contando com apoio de diversos colaboradores², institucionalizou a AD como disciplina de interpretação. O aspecto mais notório de sua contribuição reside no enfoque materialista com o qual praticava a análise discursiva, o que para nós, analistas, simboliza um legado cuja chama, na França, se apagou em 1983, ano de seus últimos escritos, mas se reacendeu no Brasil e em muitos países da América Latina, a partir dos trabalhos de Eni Orlandi.

As inquietações que motivaram Pêcheux e os intelectuais que o circundavam a propor uma nova maneira de ler (*leitura sintoma³*) resultam de uma articulação entre três campos epistemológicos distintos, a saber, a linguística, o marxismo e a psicanálise. Em realidade, esta tríplice aliança, como tradicionalmente ficou

² Só para citar alguns: K. Fuchs, F. Gadet e P. Henry.

³ Por esse processo, Pêcheux, inspirado na releitura althusseriana de Marx, sinaliza para a opacidade dos textos, recompondo a tensão existente entre texto e discurso. Diferentemente de uma abordagem hermenêutica, na *leitura sintoma* os objetos dados a saber são pensados como efeitos de evidências sustentadas por processos históricos que realçam algumas questões e apagam outras.

conhecida, pode ser concebida como resultante de três releituras que forjaram as bases epistemológicas da AD – Pêcheux relê Saussure, Althusser relê Marx e Lacan relê Freud.

Esses modos de ler cada campo resultaram na detecção de germes contraditórios que promoveram a emergência da AD como disciplina de *entremeio*⁴ e não como campo transdisciplinar que se deixou absorver por aquelas três regiões de saber. Conforme salienta Orlandi (2012, p. 20), o objeto da AD, o discurso, não se reduz a um mero “objeto da linguística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise”. Em realidade, pensar o discurso com base nessa tensa relação impõe que se questione a linguística, interrogando-a sobre a presumida transparência dos sentidos que a mesma advoga, a univocidade significativa da língua e a historicidade que é deixada de lado; demanda que se perceba no marxismo o simbólico que ele relega e ainda exige que nessa visada psicanalítica, considerando-se a historicidade, “trabalhe a ideologia como materialmente relacionada ao inconsciente sem ser absorvida por ele” (ORLANDI, 2012, p. 20).

Como se vê, a AD estabelece um diálogo tenso com três campos de saber de modo a constituir seus fundamentos em pontos específicos, como salientam Pêcheux e Fuchs ([1969]/2010, p. 160):

1.o materialismo histórico, como teoria das formações sociais e de suas transformações, compreendida aí a teoria das ideologias; 2. A linguística como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo; 3. A teoria do discurso, como teoria das determinações históricas dos processos semânticos. Convém explicitar ainda que estas três regiões são, de certo modo, atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica).

Convém adentrarmos um pouco mais na história dessa relação de modo a compreendermos como a AD se estabeleceu nos vácuos de contradição deixados por cada uma das regiões de saber acima especificadas.

No que se refere à inscrição no campo do materialismo histórico, esta, como já salientamos, fez-se por meio de uma releitura: a que Althusser levou a cabo sobre os textos marxistas. Dois pontos importantes dessa releitura, que influenciaram a

⁴ Cf. Orlandi (2012).

proposição pecheutiana da teoria materialista do discurso, dizem respeito à luta de Althusser por um novo conceito de história⁵ (o contrário do historicismo) e a proposição de um novo conceito de sujeito visto não como centro, origem do sentido, mas constituído num batimento com este último e operado pela instância ideológica.

É importante salientar que a empreitada de Pêcheux por esse novo modo de ler Marx não fora subsumido pelo materialismo. Pêcheux instala suas preocupações em um ponto aberto, mas não aprofundado por Althusser, qual seja, aquele que tem a ver com a relação entre ideologia, sujeito e língua/linguagem. Para entendermos um pouco mais essa relação, discutiremos o ponto nodal que situa as proposições teóricas althusserianas no interior do quadro esboçado por Pêcheux: a ideologia e seu funcionamento na constituição das formações sociais. Especialmente porque, como veremos no desenvolvimento desta tese, a natureza do litígio que se desenrola no tocante à construção de barragens no rio Xingu aponta desde a gênese para um confronto entre formações sociais distintas dominadas por formações ideológicas diferenciadas.

Pêcheux e Fuchs ([1969]/2010) são enfáticos quando sinalizam que seu interesse na região do materialismo histórico reside na ligação da superestrutura ideológica com o modo de produção que domina a formação social considerada. Na esteira de Althusser, os filósofos compreendem que essa superestrutura tem uma materialidade específica determinada pela instância econômica. Em outras palavras, a região da ideologia “aparece como uma das condições (não econômicas) da reprodução da base econômica, mais especificamente das relações de produção inerentes a esta base econômica” (PÊCHEUX; FUCHS, [1969]/2010, p. 162). Como podemos entender neste trecho, a instância ideológica é constituída por uma materialidade específica que atua conjuntamente com a instância econômica para manutenção/transformação das relações de produção numa formação social dada. Importa destacar, baseado no que diz Pêcheux em nota de rodapé, que essas relações de produção correspondem a relações de classe e isso implica na instalação, no seio da formação social, da contradição materializada pela luta de classes. É esse

⁵ No campo dos estudos discursivos filiados a Pêcheux, esse conceito tem a ver com a *práxis* dos sujeitos e não com os fatos ocorridos numa sucessão cronológica. Essa prática, como bem salienta Orlandi (1990, p. 35), se organiza tendo como parâmetro as relações de poder e a política que interfere na produção do sentido. Isso implica considerar que num texto o sentido tem sua historicidade, isto é, ele é pensado num confronto com outros sentidos igualmente possíveis.

aspecto contraditório que faz com que essas relações não sejam fixadas *ad eternum*, mas sejam passíveis de transformação.

Pêcheux convoca Althusser para nos explicar que esse processo dialético envolvendo as relações de produção encontram abrigo em realidades complexas a que o filósofo argelino chama de aparelhos ideológicos do estado (AIE) e “que se caracterizam pelo fato de colocarem em jogo práticas associadas a lugares que remetem às relações de classes, sem no entanto, decalcá-las exatamente” (PÊCHEUX; FUCHS, [1969]/2010, p. 163). Convém destacar que essas relações se dão basicamente como luta de classes travadas no interior desses AIE, sinalizando para uma espécie de afrontamento de posições políticas e ideológicas.

Neste passo desse apontamento teórico cabe-nos uma pergunta: a estrutura e o modo de funcionamento da instância ideológica na constituição de formações sociais capitalistas tal como descreve o filósofo argelino podem ser tomados como parâmetro para pensar a formação social indígena? Nossas observações prévias nos permitem considerar a necessidade de uma ampliação na teoria althusseriana porque as condições de existência, particularmente, dos grupos indígenas por nós investigados apontam para a inexistência da luta de classes no interior da formação social na qual os indivíduos se inscrevem. Como se verá mais adiante, os índios não se inscrevem na estrutura da formação social capitalista, portanto não ocupam uma posição de classe e isto terá consequências sobre o modo como teremos que encarar a resistência indígena contra Belo Monte.

As condições ideológicas de reprodução/transformação das relações de produção atuam de modo a colocar para os sujeitos dispostos na estrutura social uma relação imaginária com suas reais condições de existência. A *práxis* dos sujeitos é mediada pelo ideológico e isso faz história, daí a consideração de que o materialismo histórico explica a formação de ideias por meio da *práxis*.

Pêcheux postula, portanto, que o mecanismo que fundamenta a referida engrenagem, qual seja, o processo objetivo pelo qual numa formação social há reprodução/transformação das relações de produção (estes dois processos caminham contraditoriamente juntos), tem a ver diretamente com a tese central althusseriana segundo a qual “a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos” (PÊCHEUX, [1975]/2009, p. 134). Em outro trabalho produzido em parceria com Fuchs, afirmam que:

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar *interpelação*, ou assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem se dar conta e, tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção (ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas). (PÊCHEUX; FUCHS, [1969]/2010, p. 162)

Compreendemos que é função da ideologia constituir as bases dessa relação imaginária dos sujeitos com suas reais condições de existência, portanto a ideologia tem como objeto a produção de relações imaginárias dos sujeitos com o mundo real. Nas considerações de Indursky (1997, p. 19), essas relações imaginárias não são as relações reais dos homens com eles mesmos ou com a natureza, mas são como que o reflexo dessas relações reais.

Até este ponto, a discussão que fizemos sobre a tese althusseriana da interpelação nos ajuda a compreender em que medida o materialismo pulsa no interior do edifício teórico da AD francesa. Em particular, o trabalho de Pêcheux e Fuchs se destaca pela redefinição do conceito de ideologia no escopo discursivo, uma vez que os autores concebem “o discursivo como um dos aspectos materiais do [que ele] chama de materialidade ideológica” (PÊCHEUX; FUCHS, [1969]/2010, p. 163).

Essa relação pensada no campo da AD coloca questões para o analista, pois os efeitos de sentido são configurados no ponto em que a língua toca no ideológico. Orlandi (1990, p. 36) especifica que o trabalho da ideologia é colocar os sentidos em uma direção e não em outra e esse mecanismo direcional dos processos de sentido é sustentado pelo imaginário que abre para o político na língua.

Pensar os sentidos como resultantes do trabalho da instância ideológica convoca a noção de interpretação (que é justamente o colocar os sentidos em uma direção). A autora postula que a interpretação é condição para o sentido e isso atesta a existência da ideologia. Dito de outro modo, o sujeito, diante de qualquer objeto simbólico, é instado a interpretar e o produto dessa interpretação é determinado pela ideologia.

Todo esse processo de determinação não é acessível para o sujeito, de modo que o sentido, para ele, é produto de uma evidência indissolúvel. É o que Orlandi (2012, p. 46) nos diz: “interpreta-se ao mesmo tempo nega-se a interpretação colocando-a num grau zero”. E continua:

Por esse mecanismo –ideológico- de apagamento da interpretação, há transposição de formas materiais em outras, construindo-se transparência – como se a linguagem e a história não tivessem sua espessura, sua opacidade – para serem interpretadas por determinações históricas que se apresentam como imutáveis, naturalizadas. Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” (ORLANDI, 2012, p. 46)

De tudo que foi exposto, podemos entender que a ideologia pode ser concebida como aquilo que constitui o sujeito e o sentido como um sistema de evidências: a do sentido como o que produz o efeito de ontologização do mundo (uma palavra designa uma coisa, pois a língua é transparente); a do sujeito como o que produz o efeito do sempre já sujeito, apagando ou dissimulando para o indivíduo o fato da interpelação ideológica já apontado anteriormente.

No tocante à linguística, Pêcheux advoga claramente que o funcionamento do discursivo pressupõe uma base material simbólica que, como sabemos, pode ser a língua ou qualquer outra forma de semiose. As reflexões iniciais de Pêcheux recaíram sobre a língua, objeto da linguística, pensando o seu *real* como sistema sujeito à falha, ao equívoco, aos deslizos. A base material simbólica deve ser encarada como linguístico-discursiva na medida em que o sistema da língua, relativamente autônomo, sofre a determinação de condições específicas de produção (compreendendo-se aí os protagonistas e as posições que ocupam/sinalizam no dizer).

Distanciando-se da linguística no modo clássico como esta encara seu objeto, Pêcheux especifica que devemos considerar os *fenômenos linguísticos de dimensão superior à frase* e logo encará-los como um funcionamento, tendo-se o cuidado de não reduzi-los ao estritamente linguístico. Isso implica levar em consideração justamente as condições de produção, as quais invocam o exterior linguístico (o histórico na sua relação com o político).

Ainda segundo Pêcheux ([1969]/2010a, p. 78), o estado de certas condições de produção determina os processos da produção discursiva cuja base material é a língua. Disso resulta que as variações semântico-retóricas experimentadas pela língua só serão possíveis se houver mudanças no estado das condições de produção. Portanto, a abertura do simbólico deve ser encarada como um fato constitutivo da relação da língua com a história. Para Pêcheux ([1969]/2010a, p. 78), “isto supõe que é impossível analisar um discurso como um texto, isto é, como uma sequência linguística fechada sobre si mesma, mas que é necessário referi-lo ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido de condições de produção”.

Pêcheux não nega o postulado saussuriano segundo o qual a língua é um sistema de regras. A questão colocada pela AD tem a ver com um deslocamento nocional que aí se opera, passando de função para funcionamento discursivo dos mecanismos linguísticos de natureza diversa (fonético-fonológico, sintático, lexical). Desse modo, uma análise discursiva deve encarar as marcas linguísticas como “não unívocas” nem como “auto-evidentes”. São, conforme Orlandi (2008, p. 54), “construções discursivas com seus efeitos de caráter ideológico”. A autora ainda salienta que essas pistas

Não são encontradas diretamente. Para atingi-las é preciso teorizar. Além disso, a relação entre as marcas e o que elas significam é tão indireta quanto é indireta a relação do texto com as suas condições de produção. No domínio do discursivo, não se pode, pois, tratar as marcas ao modo “positivista” como na linguística. (ORLANDI, 2008, p. 54)

Em consonância com as observações de Indursky (1997, p. 24), a AD estabelece com a linguística uma relação crítica por justamente considerar a língua em sua relação indissolúvel com seu exterior (a língua enquanto forma material simultaneamente social e histórica). Isto vai ao encontro do que Pêcheux ([1983]/2006, p. 51) nos coloca:

O objeto da linguística (o próprio da língua) aparece (...) atravessado por uma divisão discursiva entre os dois espaços: a da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida, a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações.

Como podemos ver, neste trecho Pêcheux estabelece uma diferenciação nos modos como o objeto língua é encarado. Do lado da linguística, há um claro apagamento de sua relação com o sócio-histórico, instituindo-lhe uma natureza semântica e aprioristicamente estável. Do lado da AD, esta estabilidade semântica não só perde lugar para a dimensão interpretativa da linguagem como também para o deslizamento/deriva dos sentidos, em que estes sentidos (possíveis) são produto de determinações sócio-histórico-ideológicas.

Os objetos discursivos não estão colados à língua, no entanto sua materialidade é garantida na/pela relação entre a língua e a história. Isso tem consequências teóricas profundas no trabalho do analista, pois a língua, apesar de não constituir o objeto da AD, é por esta pressuposta, na medida em que se questiona

sua suposta natureza ontológica para então se adotar uma visada de língua cujo funcionamento semântico se dá no batimento entre o histórico e o político.

Os postulados pecheutianos apontam para uma recusa do imaginário segundo o qual a língua possui um funcionamento completamente autônomo, desgarrado da historicidade. Como havíamos salientando, o próprio da língua é sua capacidade de equivocidade, seu funcionamento sintático sujeito à falha, cuja causa reside exatamente no ponto em que o linguístico se defronta com o histórico e o político.

Para a linguística há línguas e isso desemboca num desejo homogeneizante de se isolar a base geral e invariante - o seu sistema - do que é exterior, portanto accidental. Para a AD há línguas e isso implica no desejo de evocar sua materialidade vista no jogo do simbólico com o histórico. Pêcheux ([1975]/2009), ao restituir ao linguístico sua relação com a exterioridade, traz como efeito indesejado (pelos linguistas) a contradição que estilhaça o logicamente estabilizado:

[...] compreender como aquilo que hoje é tendencialmente ‘a mesma língua’, no sentido linguístico desse termo, autoriza funcionamentos de ‘vocabulário-sintaxe’ e de ‘raciocínios’ antagonistas; em suma, trata-se de pôr em movimento a contradição que atravessa a tendência formalista-logicista sob as evidências que constituem a sua fachada (PÊCHEUX, [1975]/2009, p. 24).

Sobre a base do mesmo, Pêcheux assinala o diferente que é sintoma da contradição, do político na língua. Aqui nos deparamos com o aspecto mais polêmico da teoria materialista do discurso, aquilo que tem a ver com a sintaxe e o sentido. Refutando qualquer possibilidade de um referencialismo linguístico em que o sentido de uma estrutura significante é dado *a priori*, o filósofo advoga por uma concepção de língua cuja materialidade é indissolúvelmente atravessada pela história e pelo político. Desse modo, os processos semânticos, longe de configurarem fenômenos de um mundo aprioristicamente dado, são resultado de determinações do jogo incessante entre língua e história. É o que Orlandi (2012, p. 53) categoriza como *forma material*, “a forma encarnada, não abstrata nem empírica, onde não se separa forma e conteúdo: forma linguístico-histórica, significativa”.

Um fato importante que merece ser ressaltado, inclusive fora incisivamente apontado por Henry (1990) quando do seu estudo das relativas num enfoque discursivo-materialista, diz respeito ao ponto em que a sintaxe aponta para uma relativa autonomia. O autor especifica que essa autonomia relativa se caracteriza por

um nível de funcionamento do discursivo que independe das determinações ideológicas. É justamente nesse nível que a linguística tradicional se ancora para erigir seu objeto de investigação e, desse modo, instituir suas categorias científicas. Por esse viés, a semântica é concebida como um nível acima da sintaxe (esta vista como uma estrutura com funcionamento lógico), devendo ser, por seu turno, sistematizada de modo a expurgar seus problemas (as ambiguidades, os equívocos, os deslizos). Sobre essa questão, Pêcheux nos alerta:

Não faltam boas almas se dando como missão livrar o discurso de suas ambiguidades, por um tipo de “terapêutica da linguagem” que fixaria enfim o sentido legítimo das palavras, das expressões e dos enunciados. É uma das significações políticas do desígnio neopositivista esta de visar construir logicamente, com a bênção de certos linguistas, uma semântica universal suscetível de regulamentar não somente a produção e a interpretação dos enunciados científicos, tecnológicos, administrativos...mas também (um dia, por que não?) dos enunciados políticos. (PÊCHEUX, [1982]/2010b, p. 55)

Ficam claras as diferenças conceituais entre a linguística da frase e a linguística praticada no seio da AD. Se para a primeira há um esforço pelo logicismo em nível de sintaxe e, colateralmente, em nível de semântica (universal), para a segunda, há um esforço por trazer à tona o próprio da língua, o seu *real* que faz com que a autonomia sintática abra para a equivocidade, para o diferente. E nesse pé, o sentido passa a ser visto como efeito de sentido para destacar um fato premente: sobre uma mesma base linguística há possibilidade de sentidos diferentes. Portanto, não há sentidos fixos, já dados que recobrem a materialidade sintática, só há sentidos que resultam de determinações externas (sócio-históricas e ideológicas) ao linguístico. Como nos diz Orlandi (2012, p.52), o sentido literal é uma ilusão, pois “o falante não opera com a literalidade como algo fixo e irreduzível, uma vez que não há sentido único e prévio, mas um sentido instituído historicamente na relação do sujeito com a língua e que faz parte das condições de produção do discurso.

Esse *modus operandi* da AD no que concerne à análise linguística implica um redimensionamento teórico do conceito de enunciação. Pêcheux, ao considerar que a linguística reserva à questão do sentido o *status* de último nível da análise, estaciona no lugar específico da língua onde se constrói o “efeito-sujeito”, o efeito segundo o qual o sujeito se percebe a fonte dos sentidos e a língua como transparente. Essa percepção desemboca num quadro conceptual idealista da enunciação, em que o

sujeito, de maneira individual, se apropria do sistema linguístico (este visto como um instrumento) e estabelece por meio dele seu contato com o mundo.

À diferença desse idealismo que povoa o imaginário dos linguistas e que apaga teoricamente a determinação ideológica pela qual sujeito e sentidos são afetados, Pêcheux e Fuchs ([1969]/2010) definem a enunciação como processo, ou melhor, processos que produzem determinações sucessivas sobre os enunciados, o que resulta numa espécie de seleção: do universo discursivo uma parte é selecionada (“dito”) e outra é rejeitada (“não-dito”). O sujeito, portanto, ao rejeitar do universo discursivo Y e dizendo X, tem a *impressão da realidade do pensamento*, isto é, o que dizemos é percebido por nós como uma relação unívoca entre palavra-mundo. Chegamos ao ponto em que podemos especificar a maneira como a concepção não subjetiva da subjetividade de natureza psicanalítica atravessa e costura as regiões epistêmicas que constituem a teoria materialista do discurso: a teoria dos esquecimentos.

Ao mecanismo da ocultação parcial descrito anteriormente que fundamenta o conceito discursivo de enunciação, Pêcheux e Fuchs ([1969]/2010) chamam de esquecimento nº 2 - o sujeito pensa que aquilo que diz só poderia ser dito daquela maneira, esquecendo que ao longo de seu dizer são formadas longas séries de paráfrases discursivas. Orlandi (2012, p. 35) considera que este esquecimento é de ordem pré-consciente, uma vez que pode ser acessado pelo sujeito na busca por “melhores” reformulações de seu dizer (por isso argumentamos, contra argumentamos, contestamos a interpretação alheia pelo “não foi isso que eu quis dizer”).

Já o esquecimento nº 1 é uma zona inacessível ao sujeito que provoca a ilusão subjetiva de ele estar na origem do sentido. Dito de outro modo, o sujeito acredita ser a fonte de seu dizer, ignorando por completo o fato de sua determinação por processos discursivos que residem no interdiscurso.

Para finalizar, salientamos que esse último esquecimento faz desmoronar o sonho adâmico segundo o qual acreditamos muitas vezes estarmos na fonte do nosso dizer. Isso obviamente não é assim, mas como Orlandi (2012) nos explica, não significa estarmos presos numa espécie de circularidade perpétua do dizer, pois singularidades no modo como a língua e a história nos afetam podem estremecer certos sítios de significância de maneira que os sentidos se tornam outros. A questão

que se coloca é que mesmo apresentando-se essas singularidades, uma base anterior já está definida alhures e em nós se realiza materialmente.

A última região de saber que constitui a base epistemológica da AD, a teoria do discurso, pode ser pensada como resultante da articulação entre os dois outros campos de saber já discutidos anteriormente. Ao considerar que a teoria em tela postula que os sentidos são determinados historicamente, Pêcheux põe em foco a relação entre a prática política e o discurso (estes dois passando pela ideologia) e refuta radicalmente a concepção de linguagem como instrumento de comunicação (transmissão de informação), concepção esta que imperava nas chamadas ciências sociais e contra a qual o filósofo travou uma luta teórica e política⁶.

A teoria do discurso pretende dar conta da relação entre a linguagem e a ideologia e isto pode ser pensado como o gesto que captura lá em Althusser um paralelo entre os dois sistemas de evidência: a da transparência da linguagem e a do “efeito ideológico elementar” ou efeito-sujeito. Portanto, com a categoria do discurso, Pêcheux indica o lugar por meio do qual a ideologia toca a linguagem, irrompendo na evidência do sentido e do sujeito.

Disso compreendemos então que os mecanismos lexicais, morfológicos e sintáticos sofrem a determinação da ideologia de modo que o sentido é um efeito entre sujeitos e estes, por sua vez, são compelidos a assumir uma posição em uma estrutura social dada. Todo esse processo, como vimos, é controlado, ao mesmo tempo, dissimulado pela ideologia através dos dois tipos de esquecimentos.

Como bem salienta Malmidier (2003, p. 34), o elo que permitiu Pêcheux aproximar a linguística da teorização sobre o funcionamento ideológico produtor daquelas evidências e, portanto, instaurador da teoria do discurso foi o conceito operatório de *pré-construído*. Este, por sua vez, abriu caminho para se pensar o interdiscurso, que aproxima ainda mais a língua dos processos discursivos. Vejamos o impacto que cada um desses conceitos operatórios conferem à teoria.

O interdiscurso é compreendido por Pêcheux ([1975]/2009, p. 162) como o “todo complexo com dominante das formações discursivas, intrincado no complexo das

⁶ Paul Henry (2010) nos explica que esse modo de conceber a linguagem enquanto instrumento é para Pêcheux uma ideologia cuja função é mascarar a relação das ciências sociais com a prática política, colocando-as no prolongamento das ciências naturais.

formações ideológicas (...)”⁷, o que nos dá a ler justamente a dependência inextricável que existe entre uma FD e a realidade chamada interdiscurso que lhe fornece seu combustível na forma de pré-construídos. É esta percepção que leva Orlandi (2012, p. 31) a considerá-lo como a memória do dizer ou “aquilo que fala antes, em outro lugar” (ORLANDI, 2012, p. 31). Dito de outra maneira, para esta autora, o interdiscurso abriga e disponibiliza todos os dizeres que dão sustentação ao dizer do sujeito numa situação enunciativa dada. Isto nos faz pensar que aquilo que é dito só faz sentido, só é interpretável porque já fez sentido antes. Esse modo de conceber a memória do dizer mantém íntima relação com outro conceito, o de condições de produção, pois os saberes contidos no interdiscurso são forjados a partir de acontecimentos históricos que permitem ao homem, pelo ideológico, interpretar e historicizar tais interpretações. Portanto, esses saberes retornam em nosso dizer como efeito de pré-construído, produzindo o efeito de evidência ou a transparência do sentido.

O pré-construído é, então, o elemento que permite ao linguístico ancorar-se no interdiscurso. Esse construto tem um lugar de destaque em toda teoria formulada por Pêcheux e resulta de uma parceria deste último com Paul Henry. Não iremos adentrar nos meandros da discussão filosófica que levou estes estudiosos a formularem tal conceito⁸. Apenas importa salientar que para os dois filósofos a questão do pré-construído

(...) tocava diretamente as relações da sintaxe e da semântica, ela se situava no lugar mesmo em que o discurso se articula sobre a língua. Longe de uma interpretação logicista, as estruturas sintáticas que autorizam a apresentação de certos elementos fora da asserção de um sujeito lhes parecem como os *traços de construções anteriores*, de combinações de elementos da língua, já “ousados” em discursos passados e que tiram daí seu efeito de evidência (MALDIDIER, 2003, p. 35)

Para justamente aprofundar este ponto de sua teoria discursiva, articulando-a à linguística, Pêcheux ([1975]/2009) expurga de vez por todas as teses idealistas e psicologistas que colocam a fala como a expressão de uma atividade cognitiva ou o meio pelo qual se exprime o puro pensamento. Para ele, a existência dos processos

⁷ Cabe ressaltar que o interdiscurso, ao funcionar como exterior específico de uma FD fornecendo-lhe pré-construídos, ao mesmo tempo que dissimula esse processo, é submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação que caracteriza o complexo das formações ideológicas.

⁸ Para um maior aprofundamento sobre os estudos de Pêcheux e Henry acerca dos trabalhos de filósofos como Frege (a lógica e a pressuposição) que permitiram a emergência do conceito de pré-construído, indicamos o texto de Maldidier (2003).

discursivos faz ver a luta de classes e a língua, apesar de sua aparente unidade, abre para a divisão no exato momento em que cada classe a utiliza consoante às determinações impostas por seu posicionamento, visto aí como luta política.

Nesse sentido, o filósofo conclui que a língua enquanto sistema relativamente autônomo é indiferente à luta de classes, no entanto, dissimetricamente, as classes em constante embate não o são em relação à língua e isso implica dizer que os processos discursivos que indiciam esse antagonismo são a materialização das relações ideológicas de classe.

Importa salientar que essas noções foram formuladas para justamente retirar o linguístico das amarras idealistas que colocam a língua como instrumento de comunicação. Com a teoria do discurso, Pêcheux sinaliza para uma contradição: a unidade e divisão são fatos próprios à língua e os processos discursivos que estão na base do efeito de pré-construído e do efeito de sustentação apontam para existência de uma memória do dizer, o interdiscurso. Dessa maneira, podemos compreender o discurso do sujeito como sendo o resultado da relação entre o dizer e o não dizer.

O intuito de fazermos uma breve incursão pela história de constituição da AD fez-se necessário para que pudéssemos compreender em que medida esta disciplina se apresenta para se pensar a semântica e seu lugar nos estudos da linguagem. O que fica patente deste retorno é que o gesto pecheutiano de colocar em evidência uma semântica lógico-pragmático empirista e um sujeito cartesiano dotado de vontades fez emergir o político e o histórico que afetam tanto o real da língua como o real do sujeito e essa natureza de ambos elementos é incontestável.

Como é possível perceber, esta pequena incursão também introduz diversas categorias teóricas muito caras ao campo dos estudos do discurso. Sempre que necessário, quando da análise dos dados que constitui o corpus desta tese, revisitaremos estas categorias, aprofundando um pouco mais seu estatuto operacionalizável.

Feita a ressalva, introduzimos a categoria de formação discursiva (doravante FD), levando-se em consideração o fato de que ela é central nos estudos do discurso e é em torno dela que os demais conceitos se organizam. Para compreendê-la, basear-nos-emos nos estudos pontuais de Indursky (1997) e Indursky (2011) sobre o conceito de FD e mais centralmente em um dos capítulos de Semântica e discurso (PECHÊUX, [1975]/2009).

O indivíduo se constitui em sujeito de seu discurso como resultado do trabalho de um mecanismo de produção de duas evidências: a do ego imaginário (efeito-sujeito) e a da transparência dos sentidos. Como já fora apontado, é a ideologia que desnuda o caráter material do sentido e sua dependência ao todo complexo das formações ideológicas (FI).

Segundo Pêcheux ([1975]/2009, p. 147), duas teses ajudam a explicar a natureza da dependência acima exposta: a) o sentido de uma palavra, expressão ou proposição é determinado pelo complexo das FI; b) a ideologia ou o conjunto das FI, ao mesmo tempo em que impõe ao sujeito sua realidade como ego-imaginário e o sentido como transparente, dissimula para ele esse funcionamento. Com base nisso, compreendemos que “as palavras, expressões, proposições mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições”, que, como sabemos, são determinadas pelas FI. Dito de outro modo, uma palavra adquire seu sentido em referência à FI que sustenta a posição ocupada pelo sujeito discursivo.

Pêcheux recupera em Foucault o conceito de FD para pensá-lo justamente como a instância que determina a constituição do sujeito e a produção do sentido. Em outras palavras, uma FD representa na linguagem a FI da qual depende (esta última, como já dissemos, determina a posição que deve ocupar o sujeito ao dizer “eu” numa dada conjuntura, determinada pelo estado de luta de classes). Uma FD, portanto, impõe ao sujeito o que pode e o que não pode ser dito. No dizer do filósofo, “as palavras, expressões, proposições recebem seus sentidos da FD na qual são produzidas” (PÊCHEUX, [1975]/2009, p. 147), e isso implica considerar uma costura teórica por meio da qual se entende que a FD, como estando intrincada e determinada pelo complexo das FI, é responsável pela interpelação dos indivíduos em sujeito do discurso e pelo apagamento tanto dessa interpelação quanto do caráter material do sentido. Esse apagamento é teorizado como o esquecimento nº 1, aquele que recalca para o sujeito sua dependência a uma FD, e como o esquecimento nº 2, aquele que faz o sujeito ter a impressão da realidade do pensamento ou a visão de que as palavras são transparentes.

Com a introdução do conceito de FD, Pêcheux nos esclarece sobre o fundamento dos efeitos de sentido agora pensados como processos discursivos, isto é, como “relações de parafrasagem interiores à *matriz* de sentido” (PÊCHEUX, [1975]/2009, p. 14). Em outras palavras, o efeito de sentido deriva da relação estreita

que significantes mantêm entre si no interior de uma dada FD, o que desemboca na seguinte questão: significantes idênticos podem apresentar sentidos diferentes sempre que se inscreverem em FD distintas, por outro lado, significantes diferentes podem apresentar mesmo sentido caso estejam inscritos em uma mesma FD.

Sistematizando o conjunto de informações teórico-conceituais até aqui apresentadas, entendemos que o interdiscurso, constituído como uma memória que abriga a totalidade dos dizeres possíveis em uma dada formação social, fornece os saberes a cada FD na forma de pré-construído ou na forma de articulação/efeito de sustentação/discurso transverso. É isso que leva o filósofo a considerar o interdiscurso como o “todo complexo com dominante das FD”. Portanto, o interdiscurso é o construto teórico que representa o exterior específico de cada FD, ou seja, sua historicidade. Ao mesmo tempo em que uma FD aponta para o caráter material do sentido, posto que este último se constitui na relação com um já-dito lá do interdiscurso, ela contraditoriamente esconde essa dependência ao impor para o sujeito “sua ‘realidade’ enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas- experimentadas” (PÊCHEUX, [1975]/2009, p. 149).

Indursky (1997) reforça que o pré-construído é o elemento que permite à FD se relacionar com seu exterior entendido como o interdiscurso. Desse modo, as FD perdem seu estatuto de blocos de saber homogêneos e fechados, uma vez que aí se instala uma instabilidade: as fronteiras de cada FD são porosas e permitem que saberes oriundos de outras FD, intrincadas no complexo com dominante do interdiscurso, invadam seu domínio, fazendo, segundo Indursky (1997, p. 34), “aparecer a ideia de uma espécie de vacilação discursiva que *afeta dentro de uma FD as sequências situadas em suas fronteiras*”. Ainda na percepção da autora,

uma FD deve ser entendida como dois ou mais discursos em um só, estabelecendo a *contradição como seu princípio constitutivo*. Pode-se dizer que *uma FD é uma unidade dividida e heterogênea*. Seu contorno é *fundamentalmente instável, pois não há limites rígidos a separar os elementos internos de seu saber daqueles que lhes são exteriores*. O domínio de saber de uma FD funciona como um princípio de exclusão do que nela não é formulável, em função da FI de que provém (INDURSKY, 1997, p. 35, grifos da autora)

Pêcheux ([1975]/2009), baseado em Althusser, vai chamar de forma-sujeito a forma histórica pela qual o sujeito do discurso se relaciona com a FD. Com esta noção, rompendo com todas as propostas idealistas de concepção do sujeito enquanto unidade e fonte original do sentido, restitui-se a alteridade e a dimensão psicanalítica

da constituição da subjetividade. O sujeito se imagina como EGO e, não reconhecendo sua relação com o Outro ou a forma-sujeito, acredita-se livre, no entanto o que se marca é sua livre submissão.

Reformulando a questão, o sujeito do discurso estabelece um tipo de ligação com a FD que o domina via forma-sujeito. No entanto, essa ligação sempre se faz por uma tomada de posição que sinalizará para a produção do *efeito-sujeito* (que é, como vimos, o resultado do processo de assujeitamento discursivo). A posição-sujeito, consoante Pêcheux (2009), sinaliza justamente para a fragmentação do sujeito universal ou a forma-sujeito da FD que regula o dizer. Postula-se então que o desdobramento constitutivo do sujeito discursivo em sujeito enunciador que toma uma posição em relação à FD que o domina, via forma-sujeito, pode, segundo Pêcheux (2009), assumir as seguintes modalidades:

- a) a identificação plena ou a *superposição* entre o sujeito do discurso e o sujeito universal, pela qual o primeiro se identifica plenamente com a forma-sujeito da FD que regula seu dizer; um total recobrimento sob a forma do “livremente consentido” que caracteriza o discurso do *bom sujeito*;
- b) a contra-identificação, pela qual o sujeito discursivo questiona, duvida, distancia-se do sujeito universal, o que caracteriza, no dizer do filósofo, o discurso do *mau sujeito*, instaurando-se mais fortemente a heterogeneidade e a contradição constitutivas da FD e, por consequência, da forma-sujeito que organiza seus saberes;
- c) a desidentificação, pela qual o sujeito discursivo se afasta radicalmente da forma-sujeito de uma FD e ao mesmo tempo desliza para identificar-se com a forma-sujeito de outra FD e, no dizer do filósofo, não se pode entender que esta terceira modalidade aponte para uma dessubjetivização do sujeito, posto que “esse efeito de desidentificação se realiza paradoxalmente por um *processo subjetivo de apropriação dos conceitos científicos e de identificação com as organizações políticas ‘de tipo novo’*” (PÊCHEUX, [1975]/2009, p. 202).

Indursky (2011), apoiando-se nos postulados pecheutianos sobre a relação de metáfora, sistematiza o funcionamento discursivo dos deslizamentos que podem

ocorrer a partir da tomada de posição do sujeito. De acordo com a autora, chamamos de relação metafórica aquela em que uma palavra ou expressão é retomada por outra, mas o sentido de ambas permanece o mesmo, já que, nesse caso, a matéria significativa adquire seus sentidos a partir da mesma posição-sujeito ligada a uma mesma FD (relação de parafraseagem perfeita). Recapitulando questões assinaladas anteriormente, consideramos que nessa relação metafórica funciona a pleno vapor o efeito do pré-construído que, como sabemos, constitui-se como um saber exterior e anterior que se encaixa no enunciado do sujeito discursivo, mas que é percebido como produto de uma interioridade. Reformulando: sempre que na produção discursiva a materialidade simbólica for cambiada, mas o efeito de sentido permanecer o mesmo, diremos que o sujeito aciona e encaixa em seu enunciado para significar o mesmo pré-construído, o que implica dizer que o sujeito do discurso se relaciona de forma plena com a forma-sujeito da FD que o determina.

Um outro funcionamento da metáfora assinalada pela autora diz respeito a uma tensão que ocorre no âmbito de uma mesma FD. Nesse caso, o processo metafórico não trabalha mais sob a forma de uma palavra pela outra, mas na forma de um efeito de sentido por outro efeito de sentido, indicando que o sujeito discursivo interroga, denega, contradita os saberes organizados pela forma-sujeito da FD que o determina. Trata-se de um funcionamento específico chamado de efeito metafórico em que, no interior de uma mesma matriz de sentido, uma posição sujeito desliza para outra posição sujeito. Diferentemente do processo metafórico pleno, o sujeito, ao deslizar de uma posição a outra, não apaga os saberes constituídos pela posição com a qual conflita. Pelo contrário, para que seu discurso faça sentido, é preciso que ele acione desde o interdiscurso uma base de sustentação que ressoa em seu dizer, ainda que formalmente intangível. Trata-se do funcionamento do discurso-transverso que é um tipo de pré-construído que foi objeto de asserção em outro lugar.

1.3 DO CORPUS DISCURSIVO E DOS PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS

Diferentemente de outros campos de saber das ciências humanas, em AD o *corpus* é mais um processo e menos um produto. Isso quer dizer que sua constituição é consequência das análises que vão sendo implementadas ao longo da pesquisa.

Ele nunca está acabado e é sempre, nas palavras de Orlandi (2003), “provisório e instável”. Na verdade, o *corpus* adquire seus contornos a partir do modo como o pesquisador procede aos recortes, levando-se em consideração as determinações sócio-históricas que implicam processos discursivos nas materialidades recortadas.

Naquilo que se refere especificamente à natureza dos materiais analisados nessa pesquisa, tivemos que operar com um conjunto de materialidades discursivas bastante diversificado, quando levamos em consideração a materialidade simbólica (textos verbais e não-verbais), seu registro institucional (textos produzidos por instâncias governamentais, setores do privado, setores da mídia, organizações não-governamentais, movimento social) e sua forma de circulação (meio impresso ou meio virtual). Em razão dessa condição heterogênea, buscamos em Pêcheux ([1982]/2010b, p. 58) um conceito operatório, qual seja, o de arquivo, entendido pelo filósofo “no sentido amplo de campo de documentos pertencentes e disponíveis sobre uma questão”. Esta noção encampa aquilo que permite enxergar o modo como se processam as práticas discursivas de sujeitos inscritos em uma dada formação social sobre dada temática. Apesar de este conceito não se aproximar da ideia que aponta para enunciados organizados por uma via arquivística, é preciso fazer uma diferenciação entre o arquivo de onde foram extraídos as materialidades discursivas e o arquivo do pesquisador constituído após a coleta e reunião dos dados empíricos. Em nosso caso, construímos um arquivo pessoal a partir da coleta de materiais disponíveis em diferentes lugares institucionais. Por exemplo, coletamos um conjunto de reportagens sobre o I Encontro dos povos indígenas de 1989, fazendo uma pesquisa no *site* da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional⁹, que disponibiliza um banco de periódicos nacionais catalogados por nome, período e local. Foi com essa ferramenta que identificamos e coletamos reportagens sobre o I Encontro publicadas nos jornais de maior visibilidade e circulação no país. Na internet, identificamos, via ferramentas de busca, documentos oficiais hospedados em sítios de instituições governamentais como o IBAMA, o Ministério de Minas e Energia, além de outros ministérios. Identificamos e baixamos reportagens concedidas por lideranças de movimentos sociais ou por indivíduos impactados pelas obras de Belo Monte em *sites* de veículos de mídia alternativa ou veículos das grandes empresas de mídia nacionais. Também transcrevemos algumas entrevistas concedidas por lideranças do

⁹ Endereço eletrônico <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>

MXVPS a blogs alternativos, que foram disponibilizadas no youtube.com. Por fim, tivemos autorização das lideranças do MXVPS para retirarmos *in loco* do arquivo da organização materiais que foram utilizados para divulgação das ideias do movimento, materiais de registro audiovisual dos eventos promovidos pelo movimento e materiais institucionais que dizem respeito à gestão do movimento (em relação a estes últimos, nos foi permitido fotografá-los).

Como é possível notar, o conjunto das diferentes materialidades selecionadas para nosso arquivo denota sua inscrição em diferentes lugares institucionais. Mas essa condição é importante porque, apesar de estarmos focados no processo de fundação e consolidação do discurso de recusa radical ao CHBM, que é assumido pelo MXVPS, não perdemos de vista o fato de ele nascer como resultado do litígio entre sujeitos inscritos em distintas FD. Portanto, precisamos identificar, em nossas análises, processos discursivos que apontam para rejeição do estranho, do impossível que vem de outras regiões do interdiscurso, e isso só é tangível a partir da análise de materialidades produzidas e assumidas por sujeitos inscritos em FD antagônicas.

Um outro aspecto importante para ser destacado diz respeito ao modo como tivemos acesso à voz de sujeitos enunciadorees identificados com a posição de sujeito contrária à instalação de barragens no rio Xingu. Este é o caso, por exemplo, dos índios que à época do I Encontro de 1989 concederam entrevistas aos principais veículos de mídia impressa do país e também de outros grupos impactados pelo empreendimento Belo Monte que concederam entrevista ao portal de notícias G1. Julgamos, com base nos trabalhos de Indursky (2000a), que o espaço concedido pela imprensa à voz de minorias, mesmo que sob a forma do discurso relatado direto, não significa o ter acesso direto à posição de sujeito desses enunciadorees, pois a fala dos indivíduos entrevistados, mediada pelo jornal, é passível de distorções e/ou apagamentos. Trata-se, como veremos mais adiante, de considerar que a via de acesso ao enunciado político de sujeitos enunciadorees dado a circular pela grande imprensa de referência brasileira é pelo viés do “discurso sobre”.

Em se tratando de entrevistas concedidas por indivíduos atingidos pelas barragens a produtores de documentários, julgamos que os enunciados que saem das bocas dos atingidos nos chegam de forma parcialmente direta¹⁰, pois ainda que

¹⁰ Estamos nos referindo ao fato de que, nos vídeos investigados, os enunciadorees puderam falar sobre as questões que lhes afligiam, ainda que não tenhamos acesso a todos os enunciados, especialmente os que ficaram de fora no processo da edição.

tenhamos um enunciador falando no vídeo, não podemos desconsiderar o trabalho de edição dos documentaristas que promovem recortes e seleções daquilo que julgam pertinente permanecer no produto final. Não se trata aí de um trabalho de mediação cuja figura do mediador, nos termos de Indursky (2000a), assume a função enunciativa de colocar o sujeito enunciador como intermediário entre determinado grupo de indivíduos, que não tem acesso direto à palavra, e a sociedade, ou seja, determinado grupo não fala, mas sim é falado por outro enunciador.

Cumpramos ressaltar que nossa filiação aos pressupostos teórico-metodológicos da AD peuceutiana nos obriga a fazer uma diferenciação contumaz entre o *corpus* empírico e o *corpus* discursivo. O primeiro tipo diz respeito a todo o conjunto de materialidades discursivas (verbais ou não) sobre o qual o analista se debruça para extrair os objetos discursivos de que irá se ocupar em sua pesquisa. Em nosso caso, reunimos uma gama de textos variados cuja materialidade simbólica, como já destacamos, aponta para um *corpus* de caráter heterogêneo. Para dar conta de responder aos questionamentos norteadores da presente pesquisa, selecionamos materialidades simbólicas produzidas num período que vai de 1989 a 2011, capturando nesse enquadramento cronológico dois momentos distintos: 1) a emergência e consolidação do discurso de recusa radical ao CHBM; 2) as prováveis transformações operadas nesse discurso quando da instituição do MXVPS. Encontram-se, portanto, em nosso *corpus* empírico matérias de jornais de circulação nacional e regional, tais como Folha de São Paulo, Jornal do Brasil, O Liberal e Diário do Pará. Agregamos a ele entrevistas concedidas por segmentos das populações impactadas a portais de notícias. Também se encontram cartilhas, editoriais, infográficos produzidos pela Norte Energia SA, bem como volantes, folders, panfletos, cartazes, cartilhas produzidas pelo MXVPS. Deste último também capturamos o banco de fotos e vídeos¹¹ que registram os eventos que organizou e ainda entrevistas concedidas por sua principal liderança, Antônia Melo, que estão divulgadas em *sites* de *streaming* de vídeos. Em razão de natureza dispersa própria do arquivo, propomos uma subdivisão de nossos dados empíricos, adotando como critério distintivo a fonte institucional que produz e faz circular tais textos: a) materialidades simbólicas produzidas por instituições midiáticas; b) materialidades simbólicas produzidas pelo governo e pelo empreendedor; c) materialidades simbólicas produzidas pela frente de

¹¹ Temos um banco de fotos e vídeos que, majoritariamente, constitui o registro do EXVPS ocorrido em 2008.

resistência ao CHBM, o MXVPS. Este é o modo como se organiza nosso arquivo empírico.

O *corpus* discursivo não é dado a *priori*, visto que sua constituição é paulatina e intimamente relacionada ao problema formulado pelo pesquisador e o método de pesquisa por ele desenhado, à luz dos pressupostos teóricos que adota. Somos, portanto, caudatários de uma concepção dinâmica do *corpus* discursivo¹², pois este irá se compondo à medida que a análise vai avançando, num processo de retorno contínuo ao *corpus* empírico, seja para ampliar o *corpus* discursivo, seja para complementá-lo. Com vistas à operacionalização dos dados extraídos do *corpus* empírico, adotamos o procedimento triangular de abordagem analítica proposto por Lagazzi (2005), em que o analista, ao confrontar-se com a materialidade discursiva, formula um objetivo, delimita o *corpus* e o remete às condições de produção. Adotamos também o conceito operacional de recorte discursivo que, segundo Orlandi (1984), diz respeito a uma unidade discursiva, isto é, “um fragmento da situação discursiva (em que) não há uma passagem automática entre as unidades (os recortes) e o todo que elas constituem”. Esta noção se nos apresenta interessante por ser aplicável a qualquer tipo de materialidade discursiva, a exemplo de fotos e vídeos que compõem nosso *corpus* empírico.

Inspirados no trabalho de Indursky (1997), trataremos essa noção operacional de recorte como um eixo organizador das sequências discursivas extraídas do *corpus* empírico. Entendemos, baseados em Courtine ([1981]/2014), que essas sequências são como que porções textuais de dimensão variável, orais ou escritas, que não se confundem com a noção de frase gramatical. De maneira a sistematizar os recortes, buscamos identificar cada sequência pela indicação da fonte produtora e disseminadora da materialidade simbólica, o ano de divulgação da mesma e ainda um breve resumo das condições de sua produção. As sequências serão ainda numeradas em função da ordem em que vão aparecendo no corpo da tese.

Este capítulo funcionou, neste trabalho, como uma espécie de bússola que nos guiou ao longo da construção dos demais capítulos, especialmente no que tange às análises. O tempo todo retornávamos a ele para observar se nossas análises

¹² Zoppi-Fontana (2003 p. 248) cunha esta noção para tratar um *corpus* que se apresenta em constante construção à medida em que o analista avança em suas análises e vai adicionando a ela novos elementos capazes de evidenciar “regimes de enunciabilidade na sua dispersão, tanto nas regularidades de funcionamento quanto nas rupturas provocadas pelo acontecimento”.

estavam em consonância com os objetivos de pesquisa que havíamos definido. Portanto, os próximos capítulos apontam para a expansão desses objetivos e marcam justamente nosso compasso com o campo materialista de análise do discurso.

CAPÍTULO 2

CONDIÇÕES SÓCIO-HISTÓRICAS PARA EMERGÊNCIA DO DISCURSO DE RECUSA RADICAL AO COMPLEXO HIDRELÉTRICO DE BELO MONTE

A especificidade da análise de discurso pecheutiana reside no modo como se compreende o sentido na/pela língua, o que incontornavelmente implica considerar a relação existente entre sujeito, língua e história. Nesse sentido, uma questão que se impõe a qualquer analista de discurso que se dedique a investigar a semântica como efeito da relação entre os três tipos de real (o da língua, o do sujeito e o da história) precisa, justamente, considerar as condições sócio-históricas e ideológicas que determinam a produção de um dado discurso sobre o qual se debruça. Além de englobar o efeito-sujeito e as memórias saturada e regional (interdiscurso e memória discursiva), as condições de produção, segundo Orlandi (2012), abarcam o contexto imediato e contexto mediato. O primeiro tem a ver com as circunstâncias pontuais da enunciação e o segundo encampa aspectos mais amplos, como as instituições sociais, os modos como elas se organizam, a configuração das formações sociais, a constituição de hierarquias e o modo como isso faz história, implicando em possíveis efeitos de sentido entre sujeitos. Nas palavras da autora,

Os dizeres não são, como dissemos, apenas mensagens a serem decodificadas. São efeitos de sentidos que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz, deixando vestígios que o analista de discurso tem de apreender. São pistas que ele aprende a seguir para compreender os sentidos aí produzidos, pondo em relação o dizer com sua exterioridade, suas condições de produção. Esses sentidos têm a ver com o que é dito ali mas também em outros lugares, assim como com o que não é dito, e com o que poderia ser dito e não foi. (ORLANDI, 2012, p.31).

Acreditamos que a tarefa de esboçar amplamente as condições de produção implica na qualidade da análise, pois é na relação texto-externalidade que se pode compreender o funcionamento dos sentidos. Muito embora os analistas evoquem essa tarefa como algo imprescindível para a compreensão do como um texto faz sentido, o que se observa, muitas vezes, é um ligeiro contorno dos fatos, dos acontecimentos que possivelmente implicam discursividades.

Ao refletirmos sobre isso, propomos este capítulo específico para tratar do conjunto de acontecimentos dispersos que culminou na instalação do Complexo CHBM. Encaramos essa necessidade como algo que deveras implicará na produtividade das análises que proporemos para o nosso objeto. Nosso gesto de recorte promoverá um recuo histórico necessário para o que propomos investigar, de modo que isso resulte em uma análise consistente.

2.1 A HIDROELETRICIDADE E SEU PAPEL DE DESTAQUE NA HISTÓRIA DA MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA.

A hidroeletricidade tem papel estratégico no desenvolvimento econômico do Brasil. Ela é a segunda fonte de energia da matriz brasileira e corresponde a 19% da demanda atual, perdendo apenas para o petróleo, que ocupa a primeira posição no ranking, correspondendo a 41% dessa demanda. Esse cenário é bem diferente daquele observado na história do Brasil, particularmente no que se refere à história da demanda brasileira por energia.

Podemos pensar a história do setor energético brasileiro, tomando como parâmetro de divisão as quatro fases propostas por Benincá (2011, p. 29), a saber:

- (I) Da Proclamação da república (1889) à revolução de 1930 – quando a economia brasileira se caracterizava pela produção primário-exportadora e a energia estava baseada em fontes vegetais;
- (II) De 1930 a 1945 – quando o país deu seus primeiros passos rumo à estruturação de uma política energética, o que ocorreu em função do início do processo de industrialização (...);
- (III) De 1945 ao final de 1980 – fase marcada pela intervenção direta do Estado sobre o setor energético (...) optou-se por embasar o desenvolvimento industrial do país na megaeletricidade, aproveitando o potencial da grande quantidade de rios existentes para construção de barragens;
- (IV) Da década de 1990 até nossos dias – quando se consubstancia o Plano Nacional de Energia Elétrica baseado na implantação de grandes

hidrelétricas e se aprofunda o modelo neoliberal associado ao processo de privatização do setor elétrico.

Consideramos crucial para o entendimento do papel do CHBM discutirmos certos fatos históricos compreendidos pelas duas últimas fases dessa proposta de divisão.

Na terceira fase da história do setor energético, mais particularmente a partir de 1974, quando o general Ernesto Geisel assume a presidência do Brasil, há um exponencial investimento direcionado à indústria com objetivo de diminuir a dependência brasileira de fontes externas. Isso acontece, mesmo com o crescente endividamento externo do Brasil, mesmo com o regime militar desgastado pelo fim do “milagre econômico”¹³. A crise do petróleo de 1973 teve um papel preponderante, forçando o Estado a tomar medidas para solucionar o problema energético. A meta era atingir um crescimento industrial¹⁴ de 12% ao ano até 1979. Para atingir essa meta, considerando a necessidade de diminuição da dependência do petróleo externo (principal fonte energética utilizada pela indústria brasileira), o governo intensificou os investimentos na extração subaquática de petróleo em território nacional e na construção de hidrelétricas, implementou parcerias com a Alemanha no repasse de tecnologia nuclear para construção de Angra 1, Angra 2 e Angra 3 e instituiu, em 1975, o Programa Nacional do Álcool (Proalcool), cuja meta era construir destilarias para produção de etanol.

Pode-se dizer que esta terceira fase histórica desenha os contornos da política energética brasileira para o desenvolvimento econômico alicerçado em quatro programas-pilares: o programa de geração de hidroeletricidade, o programa de geração de eletricidade nuclear, o programa de produção de etanol e o programa de extração petróleo em território nacional.

No tocante à crescente demanda por energia elétrica, demanda essa impulsionada pelo progressivo aumento do parque industrial brasileiro, intensificou-se, no contexto turbulento dos anos 70, a construção de megahidrelétricas em três regiões:

Na *região Nordeste*, construiu-se a barragem de Sobradinho e depois de Itaparica. Na *região Sul*, deu andamento à obra de Itaipu, no Rio Paraná,

¹³ A dívida externa, no final de 1973, contraída para financiar as obras faraônicas do governo, atinge 9,5 bilhões de dólares. A correção dos salários é acentuada em 1974 por conta da inflação que chega a 34,5%.

¹⁴ Geisel lança o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), plano este cujo objetivo era o de estimular a produção de insumos básicos, de bens de capital, de alimentos e de energia.

à época em que foi anunciada a construção da usina hidrelétrica de Itá e Machadinho, na bacia do rio Uruguai. Simultaneamente, na *região Norte*, iniciava-se a barragem de Tucuruí (BENINCÁ, 2011, p. 72).

Convém destacar que a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás), criada em 1962 como *holding* de um sistema de empresas controladoras do setor elétrico no país, tinha, nesta fase que ora discutimos, a “atribuição de promover estudos, projetos de construção e operação de usinas geradoras, linhas de transmissão e subestações destinadas ao suprimento de energia elétrica do país. A nova empresa passou a contribuir decisivamente para a expansão da oferta de energia elétrica e o desenvolvimento do país” (ELETROBRÁS, 2015).

Em suma, a estatal opera como empresa holding, por meio de três subsidiárias atuantes nas principais regiões do país: a Eletronorte (Centrais Elétricas do Norte S.A.) na região Norte; Chesf (Companhias Hidrelétricas do São Francisco S.A.) na região Nordeste; Furnas (Furnas Centrais Elétricas S.A.) na região Sul.

Como parte do II PND lançado pelo governo Geisel, Itaipu, inaugurada em 1984, faz parte dos 26% (cerca de 33 mil MW) do potencial hidrelétrico disponível no país fora da região amazônica. A polêmica em torno desse mega empreendimento aparece relacionada muito mais ao tratado¹⁵ estabelecido entre os governos paraguaio e brasileiro, já que se trata de uma hidrelétrica binacional, e menos ligada aos impactos por ele causados¹⁶. Este não foi o caso das usinas de Tucuruí e de Balbina, cujos impactos socioambientais repercutiram muito fortemente na sociedade. Uma das prováveis razões para esse silenciamento de grupos ambientalistas e de outros setores da sociedade foi o famigerado tratamento do regime militar para com opositores.

Um dos piores pesadelos (para o Estado) da história do aproveitamento hidrelétrico de rios brasileiros é sem dúvida a UHE de Balbina. Construída para atender a demanda energética da recém-criada zona franca de Manaus (início em

¹⁵ No Tratado de Itaipu ficou definido que toda a energia gerada deveria ser dividida em duas partes iguais e, caso uma das partes não utilizasse toda a parte de direito, deveria de preferência ser comercializada com o sócio a preço de custo. Desse modo, o Paraguai, que usa somente 5% do total de 50% que lhe cabe, comercializa com o Brasil os 45% restantes, que paga por essa energia algo em torno de 300 milhões de dólares.

¹⁶ Segundo Benincá (2011), os agricultores expropriados pela criação da Usina de Itaipu deram os primeiros passos para a criação do Movimento dos Atingidos por Barragens. Os mesmos, ainda organizados sob a égide do Movimento Justiça e Terra, reivindicavam justa indenização por suas terras alagadas.

1973 e término em 1989), possui uma péssima relação potência instalada e área de reservatório. Isso porque, segundo Moretto et al (2012, p. 149),

a capacidade de geração de energia elétrica da hidrelétrica de Balbina é ínfima em função do relevo de planície da região que não favoreceu a existência de uma diferença de cota altimétrica favorável. O resultado é uma potência instalada de 250 MW com uma geração média de cerca de 112 MW ao ano (FEARNSIDE, 1988), resultando na pior relação entre potência instalada (ou geração efetiva) e área do reservatório existente no Brasil.

Planejada num dos governos militares mais autoritários do regime militar, o de Médici, sob responsabilidade da Eletronorte, a UHE de Tucuruí merece um pouco mais de atenção nesta concisa descrição da história da política energética brasileira. Isso porque Tucuruí é uma questão sempre retomada, quando do debate sobre a viabilidade do CHBM. Do lado dos que defendem um modelo de desenvolvimento calcado na expansão do potencial energético oriundo do aproveitamento hidráulico dos rios brasileiros, Tucuruí é um exemplo de projeto bem-sucedido que permitiu a implantação e consolidação dos grandes projetos de exploração mineral no norte do país. Do lado dos que defendem um modelo de desenvolvimento em que a produção de energia deve estar em compasso com as necessidades reais de consumo da sociedade brasileira, dentro do paradigma do desenvolvimento sustentável, Tucuruí representa a encarnação de um projeto de destruição e promoção de injustiças sociais.

Um aspecto central saliente na história da supramencionada hidrelétrica foi a justificativa para sua implantação. Ainda no contexto da crise mundial do petróleo na década de setenta, o governo japonês, em acordo com o brasileiro, inicia um estudo da viabilidade da transferência de seu parque industrial de produção de alumina-alumínio para o Brasil, considerando a oportunidade ímpar do fornecimento de energia barata para o beneficiamento das *commodities*¹⁷. A grande “sacada” era substituir o uso do petróleo para atender a demanda da produção de alumínio (produto extremamente eletrointensivo) pela energia hidrelétrica. Mas onde estaria a energia elétrica para esta nova demanda? Segundo Pinto (2005), a fonte de energia abundante e barata estava situada a 20 mil km do Japão, no Pará, pelo aproveitamento do potencial hidrelétrico do rio Tocantins.

¹⁷ Produtos extraídos do ambiente em sua condição primitivo-natural.

Quando ficou claro que o Tocantins poderia desempenhar esse papel, a uma distância econômica da futura indústria de alumínio, num ponto do estuário amazônico acessível por navios de grande porte, os japoneses, em negociações intensivas mantidas entre Brasília e Tóquio, fecharam um pacote completo: participaram tanto da fábrica (de alumínio no Pará) quanto da hidrelétrica (PINTO, 2005, p. 97)

Os grandes consumidores eletrointensivos, cuja demanda de energia passou a ser suprida pela UHE de Tucuruí, foram o Projeto Ferro-Carajás, a ALBRAS (produtora de alumínio metálico em Barcarena-PA) e a ALCOA (produtora de alumina no estado do Maranhão).

Pelo que foi exposto, a construção da UHE de Tucuruí se justificou como necessária à geração de energia para os grandes projetos de extração e beneficiamento de alumínio. Um fantasma histórico que paira sobre essa usina tem a ver com o fato de ter sido esse empreendimento um negócio de alto custo para o Estado brasileiro, e um negócio de extrema lucratividade para o Estado nipônico. A conta é salgada para o lado de cá, segundo estimativas, algo em torno de 10 bilhões de dólares.

Soma-se a essa história o modo como se deu o processo de desapropriação e realocação dos atingidos pela barragem de Tucuruí. Encarada por muitos estudiosos como uma política desastrosa levada a termo pela Eletronorte, muitas famílias permaneceram desabrigadas um ano após o enchimento do reservatório da usina. Essa situação resultou, segundo Magalhães (1988, p.113),

por um lado 'da falta de uma política de realocações' e, por outro, da não delimitação topográfica da cota de operação do reservatório, o que implicou no alagamento parcial ou total de 630 lotes rurais que abrigavam a 3.700 pessoas já relocadas pela Eletronorte.

Os estudos dos impactos sócio-ambientais feitos pela Eletronorte se deram em 1977, dois anos após o início das obras da usina, pelo ecólogo, contratado pela empresa estatal, Robert Goodland. Segundo Pinto (2005, p.113), o mesmo elaborou um diagnóstico *a posteriori* que "não previa nenhuma discussão sobre os efeitos ambientais e sociais (tratando-se) apenas da proposição de medidas de proteção ambiental para um fato já consumado".

No que se refere à quarta fase da história do setor energético brasileiro, dá-se, de acordo com Benincá (2011), o processo de desestatização (Programa Nacional de Desestatização, criado em 1990, no governo FHC) em que se observa a concessão

de serviços que outrora eram da incumbência de empresas públicas, para empresas privadas.

Em relação ao setor elétrico, o Estado cria a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), autarquia essa ligada ao Ministério das Minas e Energia, cuja incumbência é a de regular e fiscalizar a produção, transmissão e comercialização da energia elétrica. Neste panorama de privatizações, o Estado passa a

operar como um agente financiador na construção de hidrelétricas, apoiando e subsidiando grandes empresas através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Entre as maiores empresas privadas que atuam no setor elétrico brasileiro, encontram-se: Tractebel-Suez (Belga/Francesa), Alcoa (EUA), AES (EUA), American Electrical Power (EUA), Eletricidade de Portugal (Portugal), Southern Company (EUA), Electricité de France (França), DukeEnergy (EUA), Endesa (Espanha), El Paso (EUA), Banco Santander (Espanha), Banco Bradesco S.A, Companhia Brasileira de Alumínio e Cimentos Votorantim S.A (Brasil) (BENINCÀ, 2011, p. 31-2).

Como se vê, a partir do programa de desestatização, o setor de produção e transmissão de energia elétrica brasileiro passa a ser explorado por empresas privadas a partir de processos licitatórios. Essas empresas, ainda segundo Benincá (2011), têm preferência por se instalar em locais onde “as bases naturais são mais vantajosas”. No Brasil, obviamente, essas bases se encontram na Amazônia, que representa 40,5 % do potencial hidrelétrico nacional e cuja estimativa é de cerca de 260 GW. Convém ressaltar o novo papel que assume a Eletrobrás nesse contexto. Essa autarquia federal passa a atuar como planejadora das ações de exploração da energia brasileira.

2.2 HISTÓRICO DO CHBM: AS IDAS E VINDAS DO PROJETO

As condições que propiciaram a emergência do projeto do CHBM¹⁸ remontam para uma política de projeções de demanda energética levadas a cabo pela Eletrobrás já na década de 80, considerando-se a relação PIB e produção de eletricidade. De acordo com Rosa e Shaeffer (1988), os estudos de demanda de eletricidade apontavam, tomando-se como marco cronológico o ano de 1985, um crescimento até

¹⁸ Como iremos tratar da história desse empreendimento em sua particularidade cronológica, faremos sua referência com os nomes que lhe foram atribuídos em épocas e contextos específicos.

2005 de 3.000 Kw por habitante. Nesse sentido, havia necessidade de se aumentar a oferta de energia no país, coisa em torno de 638,7 TWh (ou seja, 63,87 bilhões de KWh). A saída para dar conta da crescente demanda do mercado por eletricidade estaria em o setor elétrico

lançar mão, de maneira crescente, dos grandes potenciais hidroenergéticos disponíveis na Região Norte e Centro-Oeste, uma vez que não cogita, no momento, ampliar a participação de outras fontes energéticas existentes, nem incorporar novas alternativas, no atendimento da demanda projetada de energia elétrica (ROSA; SCHAFFER, 1988, p. 56).

Os contornos dessa política energética brasileira calcada em projeções de demanda futura por energia e a opção disponível do aproveitamento do potencial hidráulico dos rios brasileiros para geração de energia fizeram o Estado lançar os olhos para a região amazônica (um oásis da produção de energia). É assim que a Eletrobrás inicia, em 1975, os estudos sobre o aproveitamento hidrelétrico do rio Xingu. Por meio da contratação de um grupo de técnicos ligados à empresa de consultoria CENEC de São Paulo, a Eletrobrás definiu para o Xingu um potencial estimado em 22.000 MW, ou seja, cerca de 20% de toda produção nacional à época. Esse valor foi considerado estrondoso aos olhos do governo, então, para se chegar a essa soma, projetou-se um conjunto de cinco barramentos no Xingu, Kararaô, Babaquara, Ipixuna, Kokraimoro e Jarina, e um no principal afluente do Xingu, Iriri. As duas principais pérolas desse então batizado Complexo Hidrelétrico de Altamira eram Kararaô e Babaquara, correspondendo a 75% do total calculado. O mapa abaixo representa os pontos específicos no Rio Xingu e no Rio Iriri onde seriam construídos os barramentos:

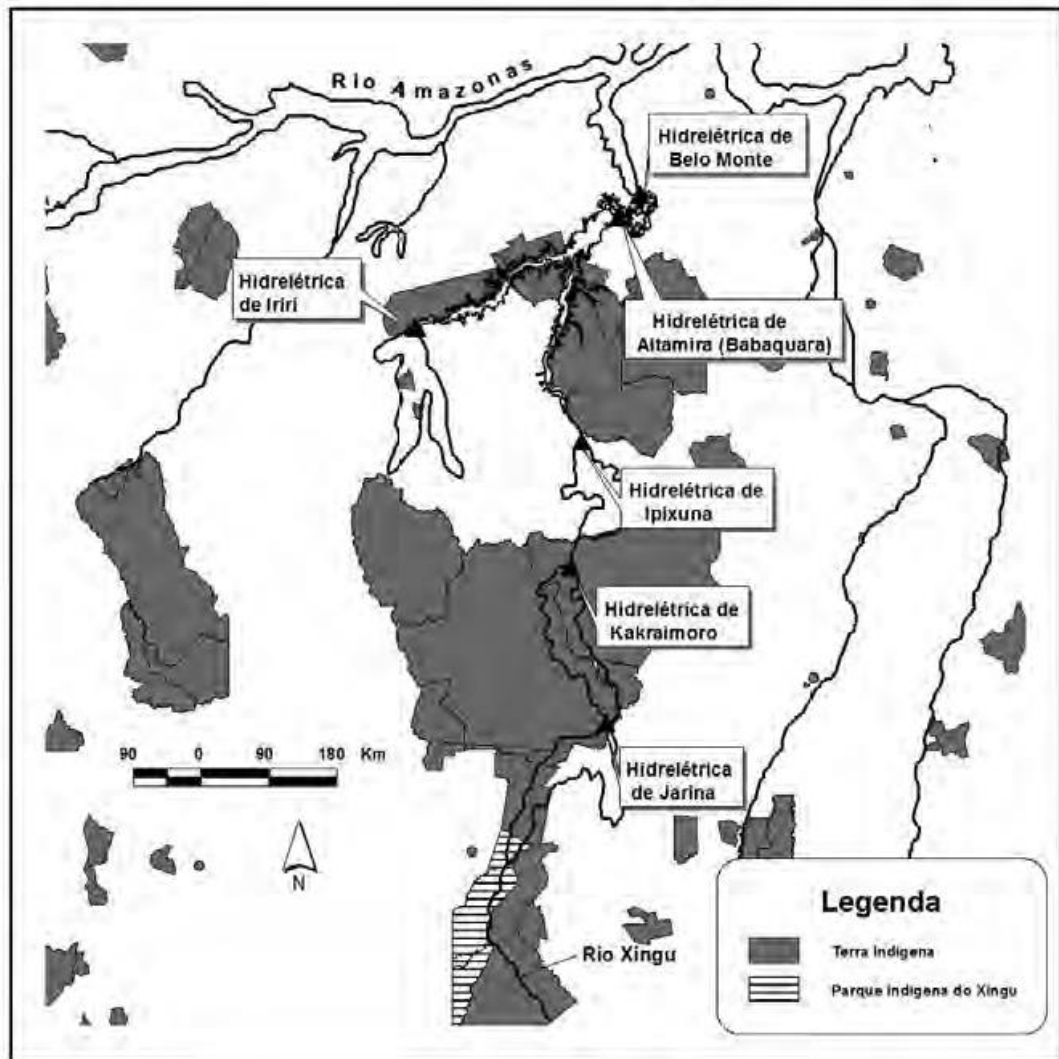


Figura 1 – Mapa da bacia do rio Xingu e as principais barragens projetadas pela Eletrobrás
 FONTE: Fearnside (2015)

Os dados técnicos mais relevantes dessa primeira versão de projeto são esboçados por Rosa e Schaeffer (1988):

Babaquara, situada a montante de Altamira, deverá alagar uma área de 6.500 km² (o que equivale a 5,5 vezes o lago formado por Itaipu, ou quase 3.0 vezes o lago formado por Tucuruí) e ter uma potência instalada de cerca de 6.000 MW – 18 turbinas com 366 MW de potência unitária (o que equivale a menos do que a metade da potência instalada de Itaipu, ou menos do que a potência instalada final de Tucuruí). Os custos finais estimados para Babaquara giram em torno de 6.0 bilhões de dólares, segundo a ELERONORTE (Nunes, 1986). Cararaô, situada a jusante de Altamira, deverá alagar uma área de 1.500 Km² (comparável a Itaipu). Os custos finais estimados para Cararaô giram em torno de 4.6 bilhões de dólares, também segundo a ELETRONORTE. (ROSA; SCHAFFER, 1988, p. 56).

As principais usinas acima descritas faziam parte do PLANO 2010 1987/2010 da Eletrobrás, cujo objetivo central era construir 297 barragens em todo o Brasil (79

só na Amazônia). Lançado oficialmente em 1987, tal plano previa a finalização de Kararaô até 2000 e Babaquara até 2005.

2.2.1 Primeira tentativa – 1970 - 1989

Os tecnocratas do setor elétrico brasileiro, ligados à Eletronorte, davam como certa a construção do até então batizado Complexo Hidrelétrico de Altamira. O principal argumento era atender o sistema nacional e abastecer os grandes centros consumidores antes de um possível colapso pela falta de energia.

Um dos principais personagens responsáveis por levar adiante o projeto foi o engenheiro José Antônio Muniz Lopes, escolhido no governo Sarney (1985-89) para ser o presidente da Eletronorte. O fato é que pairava sobre construção do megaempreendimento uma nuvem de desconfiança advinda de Tucuruí e o que se consumou após o início da operação da hidrelétrica do rio Tocantins: a energia ali produzida, ao contrário do anunciado pelo governo, não foi destinada ao abastecimento da região norte, mas sim ao abastecimento das grandes indústrias mineradoras eletrointensivas instaladas principalmente em Barcarena- PA e em São Luiz – MA.

Apesar das controvérsias do projeto, em 1988 o extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE) aprovou o Relatório Final de Estudos de Inventário da Bacia Hidrográfica do Xingu, forçando, particularmente, representantes dos povos indígenas, cujas terras seriam atingidas, à mobilização contra o empreendimento iminente.

Um acontecimento que se esboça como primeira reação ao projeto se deu ainda em 1988¹⁹, quando, por ocasião de um evento acadêmico ocorrido em duas universidades importantes dos EUA, os líderes indígenas Paulinho Paiakan (líder Kaiapó) e Kube- I Kaiapó expuseram as razões pelas quais a construção do Complexo Hidrelétrico de Altamira seria extremamente danosa às populações indígenas do Xingu. A denúncia que os índios faziam, sendo esta traduzida à audiência pelo

¹⁹ Informações referentes ao contexto histórico de emergência dos acontecimentos ora tratados podem ser visualizadas no site do Instituto Sócio Ambiental <http://www.socioambiental.org/esp/bm/hist.asp>

etnobiólogo Darrel Pasey, buscava o apoio da opinião pública à causa indígena e também buscava dissuadir os planos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) em financiar o megaprojeto. Em 1988, os referidos caciques concederam entrevista ao Jornal do Brasil a respeito do que disseram em Washington. A versão desta fala aparece na edição de 25 de agosto de 1988 sob a forma de discurso relatado indireto:

	JORNAL DO BRASIL- 25/08/1988 – reportagem/narrativa sobre a ida dos caciques Kayapós acompanhados do etnobiólogo Darrel Posey às universidades americanas.
SD1	Paiaçã e Cubu disseram que denunciaram apenas a ameaça de inundação de uma área habitada pelo seu povo, com a formação do lago da hidrelétrica do Xingu, com 2.400 quilômetros quadrados

Podemos pensar na ida dos caciques aos EUA e no relato que lá fizeram como o embrião da resistência indígena ao domínio do branco sobre o destino das riquezas naturais do Brasil, em particular o domínio sobre o rio Xingu. Compreendemos, portanto, neste discurso relatado indireto atribuído a dois enunciadores, uma tomada de posição do sujeito discursivo que é efeito da interpelação ideológica²⁰. Para o sujeito discursivo, a instalação de barragens no rio Xingu é da ordem do impossível, pois não encontra lugar na formação social²¹ indígena, daí que só pode ser interpretada como “ameaça” à vida. Dito diferentemente, identificamos nesse recorte uma tomada de posição radicalmente distinta daquela relativa à defesa veemente do complexo de Altamira como uma necessidade vital para o homem. Cabe, nesse passo, refletirmos sobre a constituição dessa resistência indígena à luz do que discute Pêcheux (1990). Há uma passagem do texto desse autor que vamos aqui reproduzir como ponto de partida para a discussão que nos interessa: “as ideologias dominadas se formam sob a dominação ideológica e contra elas, e não em um ‘outro mundo’, anterior, exterior ou independente” (PÊCHEUX, 1990 p. 16). Isto implica pensar que a irrupção das resistências se dá sob a égide da dominação ideológica que, por ser sujeito à falha, ao desmaio, à rachadura, está sujeita a uma espécie de quebra no

²⁰ Considerações sobre a natureza deste fundamento ideológico serão fornecidas ao leitor nos próximos capítulos.

²¹ O conceito de formação social será discutido no próximo capítulo.

ritual da interpelação, abrindo possibilidade para o impensado/irrealizado ou o surgimento de ideologias dominadas. Estas não nascem, segundo este autor, num mundo à parte, fora dos aparelhos ideológicos que já regulam a dominação. É por causa delas que se pode pensar nas resistências como pontos de fissura que enfraquecem o domínio de certos rituais de interpelação, como:

não entender ou entender errado; não escutar as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras da sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras... (PÊCHEUX, 1990, p. 17).

As resistências, portanto, sinalizam um processo de revolta contra o discurso de dominação, isto no seio da formação social capitalista, que abre para um trabalho sobre o que antes não tinha sentido, que estava sob a égide do impossível:

Através destas quebras de rituais, destas transgressões de fronteiras: o frágil questionamento de uma ordem a partir do qual o lapso pode tornar-se discurso de rebelião, o ato falho de motim e insurreição: o momento imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um acontecimento histórico, rompendo o círculo da repetição (PÊCHEUX, 1990, p. 17).

No tocante ao caso dos índios insurgentes contra os planos do Estado brasileiro em barrar o rio Xingu, poderíamos dizer que as observações de Pêcheux (1990) valem para eles quando pensamos em resistência indígena? Poderíamos encontrar aí um caso de quebra nos rituais de interpelação de um discurso que supostamente os domina dentro da mesma formação social que determina as relações de produção entre homens brancos, isto é, a formação social capitalista? Estamos convencidos de que esse não é o caso. Esta resistência que estamos chamando de indígena não nasce dentro de um mesmo mundo (apesar de se fazer no contato com ele), a partir da sujeição ao discurso dominador cujos efeitos da interpelação falham dando lugar ao heterogêneo, mas antes nasce a partir de um não-lugar que insiste em se presentificar, que luta por estar sempre visível e que resiste

em ser absorvido pelo mundo capitalista. Estamos nos referindo a uma resistência que se introduziu no seio das práticas e rituais possíveis na formação social capitalista. Esta resistência é, portanto, alienígena porque vem de fora, ela vem da formação social indígena. Nesta, os rituais de interpelação ideológica são outros, porque, entre outras questões, os sujeitos não são determinados por um imaginário que opera, pré-significando o rio Xingu como potencial gerador de eletricidade. Temos então um rio convertido em objeto discursivizado a partir de formações discursivas radicalmente antagônicas que vêm de formações sociais diferentes. Como se vê, Pêcheux (1990) pensava em resistências que se fazem no seio de ideologias que são dominantes em uma dada formação social, mas o que temos aqui é diferente, pois trata-se de um tipo de resistência que se faz num espaço entre-mundos.

Esta mostra de resistência não passou incólume. Pelo fato de o BIRD recuar de sua decisão em financiar o projeto de barragem do rio Xingu, após a repercussão da fala dos caciques, os representantes do governo brasileiro, integrantes da missão dos ministérios das Minas e Energia e do Interior, que também estavam nos Estados Unidos para conseguir a verba junto ao banco internacional, relataram o que atrapalhara a missão: os índios e o etnólogo trabalharam contra os interesses do Estado brasileiro, depreciando lá fora a imagem da nação. A Procuradoria Geral da República formalizou denúncia contra os representantes indígenas, enquadrando-os na lei dos estrangeiros. Na edição de 1 de março de 1988 da Folha de São Paulo, o Juiz responsável pelo caso, ao ser questionado sobre a natureza do crime cometido pelos indígenas, sustentou o que segue:

	Folha de São Paulo- 1/03/1988 – reportagem sobre o depoimento do cacique Paulinho Payakan ao Juiz Nascimento.
SD2	Os dois silvícolas foram enquadrados (na lei dos estrangeiros) como co-autores de um crime praticado pelo antropólogo e tinha que ser pelo estatuto do estrangeiro.

Antes de iniciarmos a análise discursiva desta SD, vamos reproduzir o trecho da lei Nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que estabelece a situação jurídica do estrangeiro no Brasil. Em seu Art. 65, essa lei determina que “é passível de expulsão o estrangeiro que, de qualquer forma, atentar contra a segurança nacional, a ordem

política ou social, a tranquilidade ou moralidade pública e a economia popular, ou cujo procedimento o torne nocivo à conveniência e aos interesses nacionais” (BRASIL, 1980).

Como podemos perceber no dizer do Juiz Iran Velasco Nascimento, o suposto crime contra os interesses da nação brasileira teria sido praticado pelo etnobiólogo estadunidense Darrel Posey e, portanto, caberia julgá-lo à luz da supramencionada lei. Mas o que chamou a atenção de alguns segmentos da sociedade brasileira, de parte da imprensa nacional, de grande parte da mídia internacional e, especialmente, daqueles que abraçavam a causa indígena, era o fato de os caciques também terem sido enquadrados nesta mesma lei. Afinal, os indígenas gozam, em nossa sociedade, do *status* de estrangeiro? É isso o que diz a constituição brasileira?

Uma das grandes conquistas dos povos indígenas foi ter tido assegurado, na constituinte de 1988, seu direito à diferença, conforme o que se vê no *caput* do artigo 231:

são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL, 1988)

Esse direito à diferença implica, por exemplo, que os povos indígenas tenham assegurado o direito de uso de sua língua materna, bem como o direito de decidir e formular processos próprios de aprendizagem no ensino básico que respeitem aspectos característicos das culturas indígenas. A constituição de 88 também avançou no sentido de garantir que as comunidades indígenas tenham o legítimo direito de ingressar em juízo sempre que algum de seus direitos tenham sido cerceados.

Portanto, como podemos perceber na letra da lei, em nenhum momento é imputada ao indígena a condição de estrangeiro. O direito à diferença recobre o direito de manutenção de uma língua própria, de uma história, de constituir símbolos, estrutura social e política independentemente do que se observa na organização social do Estado brasileiro.

Se a falácia do índio como estrangeiro não se sustenta no jurídico, como então se justificaria enquadrar os caciques na lei Nº 6.815? A solução encontrada pelo juiz Nascimento foi considerá-los co-autores, conforme observamos na SD em análise.

Esta qualificação é no mínimo curiosa, pois, apesar de os indígenas brasileiros terem conquistado o direito de viver conforme as leis que regem sua estrutura social, substituindo um paradigma assimilacionista até então vigente (54 anos antes da promulgação da constituinte de 88), eles não possuem total emancipação jurídica frente ao Estado brasileiro, pois permanece a figura do menor incapaz necessitado de tutela estatal. Sendo um menor, o índio precisa da figura jurídica de um tutor e o órgão que, atualmente, cumpre essa função é a Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Diante do exposto, só podemos compreender o gesto de interpretação que qualifica os caciques como co-autores do suposto crime praticado pelo estrangeiro quando o vinculamos à mesma FD que significa o rio Xingu como potencial gerador de energia elétrica, item caro ao desenvolvimento econômico do país. Não cabe dúvida de que, por este gesto de interpretação do sujeito discursivo, os índios desde sempre são um empecilho à nação, eles ocupam um não lugar²² na formação social capitalista brasileira. Se não tem um lugar, sua identidade só pode ser ambígua e flutuante, disso decorrendo os deslizamentos de sentido menores (incapazes -> adultos conscientes de seus atos) sempre que isto for conveniente para a justiça brasileira e, para o Estado brasileiro, sempre que estiver em pauta a questão das riquezas naturais cujo direito de posse é dos indígenas.

As investidas do Estado contra os caciques não surtiram o efeito desejado de criminalização dos mesmos e o abafamento da resistência indígena. O Tribunal Federal de Recursos decidiu pelo trancamento da ação penal movida pela Procuradoria Geral da República contra os líderes indígenas e contra o etnobiólogo, por considerar que os caciques manifestaram sua opinião sobre o empreendimento e o etnobiólogo apenas atuou como tradutor sem emitir qualquer juízo de valor a respeito da questão.

Recuperando o fôlego e correndo contra o tempo na busca por impedir a realização do complexo, já que a aprovação do Relatório Final de Estudos de Inventário da Bacia Hidrográfica do Xingu era fato consumado, as principais lideranças indígenas Kaiapó da região do Xingu, com o apoio de organizações ativistas como o Centro Ecumênico de Documentação (Cedi)²³, promoveram o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em 1989, (doravante I Encontro) na cidade de Altamira-PA.

²² Conforme discutiremos essa noção em Ranciére (1996), quando da análise do gesto da índia Tuíra.

²³ Organização que mais tarde originaria o Instituto Sócio Ambiental (ISA).

No evento, participaram cerca de três mil pessoas, entre as quais figuraram, como ideologicamente alinhados à causa indígena, 650 indígenas do Brasil e de outras partes do mundo, 300 ambientalistas e uma personalidade artística internacional, o cantor Sting. Do lado oposto, participaram o presidente da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, e o então presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), Fernando César Mesquita. Ainda participaram um grupo de autoridades locais, tais como vereadores e prefeito da cidade de Altamira, um grupo de deputados federais, bem como pessoal da imprensa nacional e internacional.

Considerando a implementação de barragens no rio Xingu, pelo governo federal, uma realidade iminente, os líderes indígenas exigiam dos principais representantes do governo presentes no encontro uma explicação sobre a não consulta aos povos indígenas sobre o destino do rio e mais, um esclarecimento sobre os contornos do projeto de construção do complexo hidrelétrico do Xingu.

O ápice do evento ocorre quando, ao tomar a palavra, o então presidente da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, apresenta as características do projeto, as vantagens e as medidas tomadas pelo governo no sentido de amenizar os impactos ao rio Xingu. Nesse momento, há interrupção da fala do presidente com um gesto súbito da índia Kaiapó Tuíra tocando as faces de Muniz Lopes com seu facão.

Esse clássico gesto²⁴ provocou dois efeitos sobre os planos do governo: um primeiro, relacionado ao abandono do nome indígena Kararaô, quando da referência à mais imponente das barragens do complexo (posteriormente a mesma será nomeada Belo Monte), e um segundo, o recuo temporário do governo, já que os ecos da opinião pública não reverberavam a seu favor.

2.2.2 Segunda tentativa – 1989- 2002

Como se viu, o intento do Estado brasileiro em tornar realidade o Complexo Hidrelétrico de Altamira se viu abalado pelo toque do facão indígena. Simbolicamente,

²⁴ No próximo capítulo, faremos uma análise discursiva da materialidade fotográfica que capturou esse gesto, designando-o como o que funda um discurso. Por enquanto, estamos apenas situando cronologicamente este acontecimento.

a ação de Tuíra representou uma insatisfação social em nível global. Por causa da pressão social, a Eletronorte sinalizou para uma mudança de estratégia, um recuo estratégico com vistas a um remodelamento da ação da estatal.

Com vistas à compreensão dos processos discursivos que determinam o recuo ou o avanço do projeto estatal de barrar o rio Xingu, necessitamos examinar o processo da interlocução estabelecido entre os sujeitos que se inscrevem na posição indígena e os sujeitos inscritos na posição de sujeito estatal no que concerne à implantação das barragens. Faremos essa análise sem nos debruçarmos sobre as trocas enunciativas entre os parceiros da comunicação, mas sim trazendo a interlocução para o campo do discursivo. Portanto, evocamos as considerações de Pêcheux ([1969]/2010a) e Indursky (1997), esta última em especial por ter dedicado boa parte de seus trabalhos ao exame da interlocução discursiva estabelecida entre diferentes sujeitos discursivos.

Nos estudos daquele autor, verifica-se uma mudança de perspectiva no que diz respeito à compreensão de como se processa a comunicação, uma vez que seu foco se desloca do empírico para dar lugar ao que se estabelece na cena do discurso. Em termos mais didáticos, Pêcheux não se importa com a interação face-a-face entre indivíduos circunscritos numa cena enunciativa, mas sim com a interlocução que se processa entre sujeitos que representam, no discursivo, lugares sociais A e B determinados na estrutura de uma formação social. Isto permite pensar que tais lugares podem ser ocupados por qualquer indivíduo desde que se submeta livremente ao processo da interpelação ideológica que o faz passar de indivíduo a sujeito. Nesse sentido, ao subjetivar-se, o sujeito se vê afetado por uma determinada FD e seu dizer só fará sentido, porque este lugar, socialmente determinado, já traz consigo os sentidos historicamente possíveis.

Indursky (1997) é quem melhor desenvolve teoricamente o fenômeno da interlocução discursiva. Para esta autora, as reflexões propostas pelo filósofo permitiram elaborar uma concepção discursiva da interlocução, pois, quando este autor formula sua noção de discurso, ele “possibilita pensá-lo como uma forma de interlocução, não uma interlocução face-a-face entre interlocutores envolvidos, mas uma interlocução em que a alternância A e B é feita diferentemente, na dispersão” (INDURSKY, 2014, p. 117). E mais,

A interlocução discursiva não implica a presença do interlocutor, nem sua representação clara e objetiva. Nem por isso, no entanto, esse polo de interlocução desaparece ou deixa de ser determinado para o sujeito do discurso. Sua determinação é um efeito que se constrói através do trabalho discursivo. (INDURSKY, 1997, p. 132).

Com base nesse excerto, podemos dizer que o discurso assumido por um sujeito responde a outros discursos assumidos por outros sujeitos dispersos no espaço-tempo. Falar de interlocução discursiva mobiliza uma outra noção a ela apensa, qual seja, a de cena discursiva. Isso porque, ao tomarmos em consideração os sujeitos sociais com seus lugares historicamente determinados, já não é mais possível pensarmos no terreno da enunciação, vale dizer, na cena enunciativa. Nas considerações de Indursky (1997, p. 137), a cena enunciativa remete para o contexto imediato da interlocução, onde podemos enxergar indivíduos fixados a papéis enunciativos empiricamente definíveis. Já na cena discursiva, há uma remissão ao cenário discursivo que é totalmente desprovido de materialidade física, sendo, portanto, mobilizado pelo imaginário do sujeito discursivo. Desse modo, os papéis empíricos perdem espaço para os lugares sociais ocupados por sujeitos históricos.

Com base nas considerações teóricas até aqui expostas, como podemos desenhar a cena discursiva e a interlocução que nela se processa entre os sujeitos envolvidos no litígio em torno da questão Belo Monte? Para pensarmos sobre isso, retomamos alguns dos desdobramentos resultantes da investida indígena sobre o Estado brasileiro, simbolicamente representado pela ação da índia Tuíra. Uma mudança de abordagem se verificou com a troca dos nomes Kararaô e Babaquara para, respectivamente, Complexo Hidrelétrico de Belo Monte e Aproveitamento Altamira. Um novo projeto (remodelado) aparece em cena, desta vez com modificações técnicas que dão enfoque central à construção do CHBM na chamada Volta Grande do rio Xingu, sem a inundação das TI Paquiçamba e TI Arara da Volta Grande. Poderíamos afirmar, com essa nova estratégia do Estado, que há um reconhecimento mútuo entre os interlocutores A e B, de modo que um responde aos reclamos do outro. Vejamos bem: o possível indício da existência de um diálogo reside no fato de a hidrelétrica ter sido renomeada e as terras indígenas não mais alagadas no novo projeto. Faremos aqui uma análise em paralelo da questão envolvida nessa renomeação do projeto, conforme se observa na seguinte SD extraída da reportagem da revista Manchete de 1988 sobre o I Encontro dos povos indígenas em Altamira:

	Revista Manchete- 11/03/1988 – reportagem sobre o I Encontro dos povos indígenas de Altamira
SD3	Muito pressionado, ele (Antônio Muniz Lopes) resolveu anunciar que o presidente da Eletronorte, Miguel Nunes, autoriza a troca do nome da usina. A notícia foi bem recebida, e Payakan, para demonstrar o acerto da iniciativa, pediu ao líder Tuto-Pombo que mostrasse a todos os efeitos do grito de guerra Kararaô, sobre os índios. Foi uma loucura. Eles se levantaram, empurraram as armas, dançando em círculos e gritando muito.

No imaginário indígena, designar uma hidrelétrica que profana o sagrado com o nome Kararaô, significando a força da luta indígena, constitui uma afronta. Seria, então, a resposta de Muniz Lopes, renomeando o projeto de Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a atestação do reconhecimento da força política do interlocutor como aquele que impõe barreiras à apropriação cultural de símbolos indígenas pelos brancos? Não acreditamos que seja assim. Para lançarmos luz a esse problema, evocamos outros dados referentes ao contexto sócio-histórico no qual se situa o intento Belo Monte.

Já em meados dos anos 70, cresce em nível mundial uma onda de preocupação com o esgotamento dos recursos naturais a partir da industrialização desenfreada de muitos países. Diversos cientistas publicaram estudos denunciando os efeitos nocivos ao meio ambiente do chamado “efeito estufa” provocado, especialmente, pela emissão de gases poluentes oriundos das chaminés de fábricas ao redor do mundo. Os desmatamentos causados pela produção em grande escala de produtos agrícolas também entram na agenda desta nova preocupação do século XX. Este panorama que encerrava um cenário apocalíptico para as futuras gerações impulsionou os líderes mundiais a colocar na agenda das discussões econômicas o tópico da problemática ambiental. Eis que, então, no ano de 1983, é aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a criação de um grupo de trabalho dedicado às questões ambientais e ao desenvolvimento econômico dos países. Presidido pela primeira ministra norueguesa, Gro Harlem Brundtland, este grupo publicou os resultados da discussão sob a forma de um relatório chamado “Our Common Future”

(nosso futuro comum, em tradução livre). Neste relatório, surge pela primeira vez o termo “desenvolvimento sustentável” que, de acordo com Benincá (2011 p. 149), define-se como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”. Este texto, entre outros, foi que deu sustentação ao I Encontro.

Temos que esta preocupação faz parte de uma agenda mundial de combate ao crescimento industrial descompromissado com os impactos sócio-ambientais. Isto se revelava, especialmente, nas políticas de concessão de créditos pelo BIRD aos países que estavam necessitando investir em áreas de infraestrutura, como o caso do Brasil com as hidrelétricas. Isto é, o referido banco condicionava a liberação de recursos mediante a atestação de que os impactos provocados pelas obras projetadas seriam pequenos e fortemente mitigados. O requerente, inclusive, precisava da aprovação de grande parte dos setores sociais. Nesse caso, o Estado brasileiro, necessitando dos recursos oriundos de financiamento estrangeiro, precisava trabalhar a imagem de um governo sensível às questões ambientais, daí porque o enfrentamento com os indígenas era uma questão delicada, já que estes eram significados, na imprensa internacional, como os guardiões da Amazônia, ou o símbolo do socioambientalismo brasileiro²⁵. Estas questões nos ajudam a responder o problema da renomeação da usina hidrelétrica. Abandonando o nome Kararaô por Complexo Belo Monte e Aproveitamento Altamira, o governo sustaria o barulho, o ruído criado pelos indígenas que atrapalhava o seu intento de captar recursos financeiros de fora. Era preciso criar as condições para que a imagem de governo democrático e compromissado com as questões ecológicas se sobressaísse diante daquela instituição financeira. Vejamos bem, não se trata aqui de assumir que os representantes do governo buscavam estabelecer um diálogo com os índios, uma vez que estes não têm lugar na partilha do sensível (RANCIÈRE, 1996). A foto a seguir captura o enunciado atribuído à União Democrática Ruralista que, à época, era a principal apoiadora do projeto estatal de barragem do Xingu:

²⁵ A imagem do facão de Tuíra contribuiu para atrelar este sentido à memória do branco, como se verá nas próximas seções.



Figura 2: participantes de reunião promovida pela UDR em apoio ao projeto Kararaô.
Fonte: revista Manchete, 1989

Este enunciado funciona como a forma-material que atualiza o imaginário segundo o qual os projetos de infraestrutura e desenvolvimento do governo são desenhados, considerando-se um cuidado especial às questões ambientais. O sintagma verbal “somos pela ecologia” poderia indiciar que o sujeito que o assume identifica-se plenamente à forma-sujeito da FD do discurso do desenvolvimento sustentável, de modo que ações como a renomeação do projeto Kararaô e o redesenho das barragens seriam conseqüências do ritual de interpelação ideológica que o inscreve naquele discurso. Este modo de interpretar a questão seria absolutamente possível se desconsiderássemos que todo o processo da interlocução estabelecido entre os sujeitos do litígio configura o que Rancière (1996) chama de *desentendimento*. Segundo este autor, o desentendimento é um tipo de situação de palavra em que os interlocutores falam das mesmas coisas, mas não compartilham, diríamos, da mesma interpretação. E isto se explica, no caso da cena discursiva em que se encontram os sujeitos do litígio, pelo fato de ocuparem, cada qual, lugares circunscritos em formações sociais radicalmente distintas²⁶. Vejamos bem, o sujeito que assume posição inscrita na formação social capitalista apenas simula escutar seu

²⁶ Haverá uma seção nesta tese dedicada a descrever as características da formação social dos índios, de modo que possamos entendê-la como contraponto da formação social capitalista.

antagonista, isto é, aquele que assume posição inscrita na formação social indígena, isto porque todas as ações que o primeiro toma em relação ao segundo, desde a concepção do projeto de barrar o rio Xingu, apontam para a inexistência de uma cena discursiva mutuamente reconhecida entre os interlocutores A e B. Diríamos, baseados nas considerações de Indursky (2000b), que esta cena se configura como uma zona de interincompreensão constitutiva²⁷ construída através do desentendimento, ou seja, o fato de o sujeito que se inscreve no lugar social circunscrito à formação social capitalista não compreender ou ainda não reconhecer o que sai da boca de seu interlocutor, que se inscreve em outra formação social. E mais, esse processo se agrava porque, considerando-se o fato de o polo do interlocutor referir o lugar social do índio, instala-se uma desqualificação subjetiva, isto é, A desqualifica B por entender este último como menor incapaz, que só pode responder às políticas do Estado com ações de selvageria, conforme veremos nas próximas seções deste trabalho.

O redesenho do projeto não implica que os representantes do Estado reconheceram/cem os reclamos dos índios, muito pelo contrário, aponta para o mais absoluto desentendimento. Isto porque da boca desses últimos só pode sair um enunciado “Não à Kararaô”, hoje “Não à Belo Monte” e isto para os primeiros é apenas ruído emitido por corpos alienígenas avessos ao progresso. Este projeto, no imaginário indígena, constitui a morte do sagrado, portanto uma ameaça à vida e, por causa disso, não pode ser implementado.

Falando de outro lugar, o sujeito afetado pela ideologia capitalista simula estabelecer um diálogo com o interlocutor litigante, mas, na verdade, está buscando responder a outros interlocutores que estão em posição de decisão, de poder, aqueles que definem a possibilidade de o projeto sair ou não do papel: os agentes financiadores do BIRD. Portanto, a estratégia do governo brasileiro para conseguir o apoio financeiro internacional necessário foi a de alardear que as alterações feitas na estrutura do complexo não mais representavam ameaça aos povos indígenas, pois estes não teriam suas terras alagadas. A produção desse imaginário de usina verde sociambientalmente responsável é a que se sustenta até hoje e aparece, por exemplo,

²⁷ A autora evoca este conceito de Maingueneau para caracterizar o que ela chama de lugar-fronteira ou a ausência da cena discursiva em que se estabelece o contato entre duas partes em litígio, os sem-terra e os proprietários rurais.

no dizer do Ministério de Minas e Energia conforme os trechos recortados do site oficial desta pasta:

SD4	<p>Ministério das Minas e Energia- Apresentação do Projeto Belo Monte Remodelado</p> <p>Em observância aos fortes condicionantes ambientais, Belo Monte foi planejada com operação em regime de fio d'água, o que permitiu uma redução expressiva no tamanho do reservatório e conseqüentemente da área a ser inundada. O governo levou em conta os impactos ambientais das demais fontes de energia elétrica e a escala da energia ofertada de Belo Monte (...) Ao longo de sua elaboração, o projeto de aproveitamento hidroelétrico de Belo Monte foi profundamente modificado, com vistas a restringir os impactos que o projeto poderia acarretar ao meio ambiente e à população da região. A área de inundação foi reduzida em 60% em comparação com o projeto inicial: a título de comparação, enquanto a média nacional de área alagada é de 0,49 km² por MW instalado, a Usina de Belo Monte deverá contar com uma relação de apenas 0,04 km² por MW instalado. Ademais, dos 516 km² de área inundada, cerca de 228 km² (44%) correspondem ao próprio leito original do rio (...) Foi tomado o cuidado de não inundar terras indígenas, que permanecerão intocadas pela barragem, canteiros de obra, estradas de acesso e demais estruturas de engenharia necessárias para a construção da hidrelétrica de Belo Monte. Destaca-se que nenhum empreendimento hidroelétrico será construído no rio Xingu a montante de Belo Monte, pois estes atingiriam terras indígenas – decisão adotada formalmente pelo Conselho Nacional de Política Energética. Nenhuma comunidade indígena será realocada pelo empreendimento, reafirmando o compromisso do projeto com a redução dos impactos sobre a área circundante.</p>
-----	--

Os fragmentos destacados nesse recorte discursivo confirmam o que dissemos sobre a tentativa dos representantes do Estado produzirem uma imagem de projeto socioambientalmente responsável, pois há todo um cuidado no sentido de diminuir os impactos ao meio ambiente e aos povos localizados nas áreas de atuação

da usina. Tudo indica que esta preocupação vai ao encontro da expectativa dos maiores interessados em evitar uma catástrofe, os índios. Ou seja, com esse remodelamento o Estado reafirma seu compromisso de dialogar e acatar as demandas de seu interlocutor. Nada mais falso se considerarmos o que já dissemos sobre o imaginário indígena: qualquer tentativa de barrar o Xingu, de transformá-lo significa a própria morte desse rio e a de todos os que dele dependem. Diríamos que na FD dos índios, designada por nós como FD da subsistência indígena²⁸ (doravante FDSI), a posição de sujeito que lhe é dominante recusa radicalmente qualquer gesto de profanação do rio, incluindo-se aí mudanças em seu regime de cheias e secas. Poderíamos dizer que há discursos em confronto quanto à significação do fenômeno impacto sócio-ambiental:

FD1	Impactar os estratos indígenas significa alagar suas terras. Portanto, operar em regime de fio d'água, evitando-se o deslocamento dos índios, significa diminuição de impacto ou ausência de impacto sócio-ambiental.
-----	---

FD2	Impactar os estratos indígenas significa modificar a estrutura natural do rio Xingu. Portanto, interferir no regime de cheias e secas, estabelecendo uma vazão contínua e artificialmente controlada, significa a destruição do modo de vida dos índios.
-----	--

Nesse sentido, a proposta do Estado em construir uma usina a fio d'água não vai ao encontro do desejo do índio e só pode ser entendida, do ponto de vista da interlocução discursiva, como uma simulação de diálogo, dado o fato de, como já apontamos, toda a interlocução ser atravessada pelo desentendimento e pela desqualificação de um dos polos. A produção desse imaginário e a simulação de diálogo democrático com as populações atingidas é necessária inclusive para resolver

²⁸ Esta FD será oportunamente descrita quando da análise do fundamento ideológico do discurso objeto desta investigação.

problemas de ordem jurídica, pois o contexto histórico no qual se delinea a nova tentativa do Estado é o mesmo da emergência da constituição brasileira promulgada em 1988. Chamamos atenção para o parágrafo 3º do artigo 231 que diz o seguinte:

o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivadas com autorização do Congresso Nacional, **ouvidas as comunidades afetadas**, ficando-lhes assegurada a participação nos resultados da lavra, na forma da lei. (BRASIL, 1988)

A análise desse excerto do texto constitucional nos permite dizer que a luta dos índios por garantir direitos na constituinte de 1988 surtiu algum efeito e jogou sobre os povos uma espécie de manto de visibilidade que obriga o Estado brasileiro a enxergá-los como parte no sensível ainda que haja um esforço deste último por ignorar esse efeito conforme discutiremos mais adiante. O fato é que ouvir as comunidades indígenas afetadas por obras que aproveitem os recursos naturais em suas terras envolve uma disputa de interpretações no que se refere especificamente ao sentido do verbo “ouvir”. Instala-se aí nessa disputa os efeitos do jurídico que, de acordo com Indursky (2000b, p.117) é:

resultado do trabalho de construção discursiva, instaurado na cena discursiva, pelos diferentes sujeitos históricos que nela se confrontam. Ou seja, não se trata de afastar ou negar o discurso jurídico, mas captar os diferentes gestos de interpretação que a partir dele se produzem. Estes diferentes gestos de interpretação do texto legal, instaurados por sujeitos não especialistas, tecem processos discursivos que vêm afetados pelo interdiscurso e que também podem ser recortados pelas diferentes FD.

Chamamos a atenção para o modo como, no texto constitucional, estrutura-se sintaticamente a combinação dos itens “ouvir” e “comunidades afetadas”. A forma do verbo aparece no particípio passado com função adjetiva determinando o sintagma nominal “as comunidades afetadas” e colocando-o como o agente do processo verbal, cuja paráfrase será: “o congresso nacional ouve as comunidades afetadas antes de decidir sobre o destino das terras indígenas e dos recursos naturais que nelas se encontram”. Reparemos que o fazer sensorial recai sobre os indivíduos que compõem o congresso ao passo em que coloca as comunidades afetadas na posição de enunciador. O efeito de sentido que se produz é o de que cabe aos índios a palavra final sobre essas terras e seus recursos. No entanto, o verbo “ouvir é opacificado pelos

efeitos do jurídico que produzirá deslizamentos ao ser correlacionado com o substantivo “oitiva”. Este, por sua vez, joga com duas possibilidades de interpretação, cada qual relacionada a uma estrutura possível na língua (voz ativa e voz passiva). A formulação de um desses modos depende especificamente das posições de sujeito em conflito na interlocução discursiva. O termo oitiva aparece constantemente nos textos oficiais disparados por órgãos do governo, a exemplo do IBAMA, e nos que são publicizados pelo consórcio empreendedor de Belo Monte. A seleção desse item no plano das formulações oficiais massifica seu uso e passa a ser também apropriado pelas populações afetadas, porém os efeitos de sentido, como se verá, são distintos porque distintas são as posições de sujeito que o mobilizam. Neste primeiro momento, vamos analisar a disputa de sentidos em torno do verbo “ouvir” a partir das seguintes SD recortadas de um dos capítulos informativos do livro “Aconteceu – povos indígenas do Brasil”. Trata este capítulo de uma narrativa sobre os fatos ocorridos durante a visita dos caciques Kayapós às dependências da usina hidrelétrica de Tucuruí. Esta visita foi organizada pelos agentes da Eletrobrás e ocorreu em fevereiro de 1989, antes do I Encontro dos povos indígenas de Altamira. A primeira SD constitui-se de uma materialidade textual imagética e a segunda SD, uma materialidade textual verbal:



Figura 3: visita de lideranças Kayapó à sede de controle da UH Tucuruí -Pa.
Fonte: Aconteceu-povos indígenas do Brasil-1989

	Aconteceu-povos indígenas do Brasil- 02/1989 – visita dos Kayapós às dependências da UHE de Tucuruí – fala do cacique Paulinho Payakan na modalidade de discurso direto.
SD5	Não estamos interessados em ouvir o que vocês planejaram e o que pretendem fazer; viemos aqui para ter explicações do que vocês já fizeram: queremos saber o que foi feito das terras Parakanã e Gavião; viemos aqui para saber isto de vocês

A foto em destaque foi tirada no momento em que um dos agentes da Eletrobrás ilustra os dados técnicos referentes ao funcionamento da planta hidrelétrica de Tucuruí para um grupo de índios. Podemos dizer que esta imagem atesta o simulacro de uma interlocução discursiva. Vale dizer, o fato de os índios encontrarem-se neste recinto, olhando com algum tipo de atenção para aquele quadro com o traçado técnico que simboliza o funcionamento da usina, não garante uma troca dialogal entre indivíduos empíricos desempenhando papéis específicos, qual seja, o de orientador preocupado em garantir a compreensão do funcionamento técnico da usina e o de aprendentes dedicados a compreender os meandros da maravilha tecnológica. A julgar pela imagem do índio que se encontra no plano mais ao fundo, este que olha o quadro com uma espécie de franzir de testa, não nos parece haver entendimento entre os polos A e B da interlocução. Este, diríamos, gesto de estranhamento materializado no semblante do índio aponta para a inexistência da interlocução discursiva, sobretudo, porque há um vácuo entre os sujeitos, o que institui uma *interincompreensão* atravessando a interlocução, vale dizer, para o sujeito que se constitui a partir de outros rituais de interpelação inscritos em uma formação social diferente da capitalista, aquela moldura técnica só pode fazer um sentido: a destruição das terras Parakanã e Gavião, terras essas antes ocupadas por povos indígenas. Em resumo, não é possível que o sujeito do estranhamento se identifique com a FD (cujo saber dominante significa a hidrelétrica como aquilo que promoverá o desenvolvimento para o povo do Brasil) que determina o gesto didático do sujeito expositor.

Tudo indica que o trabalho do imaginário segundo o qual os índios podem desfrutar das benesses do desenvolvimento tecnológico é o que permite o deslizamento de “ouvir” para “ilustrar” ou “informar” (a imagem do branco apontando

o quadro nos permite tal paráfrase). Isto é, para este sujeito que aponta/descreve tecnicamente a usina hidrelétrica de Tucuruí, há um completo atendimento do artigo 231 no que concerne à necessidade de ouvir os índios. Diríamos que estamos diante de um gesto de interpretação do texto legal que confere legitimidade aos atos de demonstração, de ilustração didática dos projetos que visam ao aproveitamento dos recursos hídricos das terras indígenas, como se isso fosse realmente ter a anuência dos índios.

O dizer do cacique Payakan recortado na SD5 encerra uma interpretação diferente para aquele encontro. Não estaria o cacique interessado em ouvir dados técnicos nem planos, mas sim inteirar-se das mazelas pelas quais passou seus irmãos indígenas. Há um gesto que redimensiona os actantes do verbo “ouvir”, uma vez que não são os índios os que devem ouvir, isto é, os que desempenham o papel semântico de experienciadores desse verbo, mas sim os que projetaram/projetam barragens. Portanto, segundo este gesto de interpretação, julgamos lícito afirmar que “ouvir” os índios significa ter acesso aos seus posicionamentos ideológicos e atender aos seus desejos e reclamos quanto ao destino das terras que ocupam.

Temos, portanto, que dois gestos de interpretação sobre o “ouvidas as comunidades afetadasoiti” apontam para modos distintos de ler o texto constitucional, instituindo, com isso, o político, que, segundo Indursky (2000b p. 117), é “o resultado da trama de diferentes processos discursivos atravessados pelo interdiscurso e recortados por diferentes FD”. Vale dizer, a FD que determina as ações daquele sujeito expositor fornece para o verbo “ouvir”, presente no texto constitucional, o sentido de “dar ciência aos índios sobre o aproveitamento dos recursos naturais presentes nas terras que ocupam”. Já para a FD que determina o gesto de interpretação do sujeito discursivo da SD5, “ouvir” só pode significar “acatar a decisão dos índios quanto ao manejo dos recursos naturais dos quais detêm o usufruto legal”.

Podemos dizer que nesta disputa de sentidos para direcionar a leitura do artigo 231, o gesto de interpretação de sujeitos identificados com as causas indígenas “colou” no jurídico um sentido dominante: as oitivas são necessárias quando do processo de construção de barragens nos rios que banham as terras indígenas e ouvir, nesse caso, significa acatar um possível “não” dos índios.

Buscando contornar essa exigência legal e não mais lutar contra o sentido dominante segundo o qual “ouvir os índios = acatar suas decisões”, a Eletrobrás justamente redesenhou seu projeto, evocando o dado de que não alagaria mais as TI

da Volta Grande. Recobremos aqui alguns trechos da SD4 que especificam justamente esta posição:

	Ministério das Minas e Energia- Apresentação do Projeto Belo Monte Remodelado
SD6	Foi tomado o cuidado de não inundar terras indígenas, que permanecerão intocadas pela barragem (...) nenhuma comunidade indígena será realocada pelo empreendimento, reafirmando o compromisso do projeto com a redução dos impactos sobre a área circundante

Neste recorte, é possível perceber que o sujeito assume um sentido diferente quando da definição do impacto sobre áreas indígenas. Neste caso, não inundar as TI ou ainda não remanejar os índios de suas terras implica reduzir impactos sobre as áreas circundantes das barragens. Logo isso joga com o real, no que tange à instauração de uma nova lógica que irá acenar positivamente para o intento de barrar o rio Xingu que parafraseamos da seguinte maneira: “se os índios não estão sendo transferidos de suas terras ou ainda se suas terras não estão sendo alagadas, logo não precisamos mais atender o dispositivo jurídico das oitivas pois não há impacto”. Este pré-construído lineariza-se na sintaxe do dizer do Ministério das Minas e Energia, materializado no documento “Frequent Asked Questions”:

	Ministério das Minas e Energia- Perguntas e Respostas
SD7	Os indígenas serão afetados pela redução da vazão na Volta Grande do Xingu? Não. As condições do processo de licenciamento para o projeto de Belo Monte exigem uma vazão mensal mínima de 700 m ³ /s no rio Xingu, que excede a vazão mínima de 400 m ³ /s registrada nos 80 anos anteriores. Essa exigência de vazão garantirá a manutenção dos recursos naturais necessários às populações indígenas, que dependem do leito do rio para locomoção e cujos hábitos alimentares estão vinculados à atividade da pesca. A Fundação Nacional do Índio (Funai) avaliou de forma independente o

	<p>impacto deste projeto em novembro de 2009, em seu “Parecer Técnico nº 21 – Estudo do Componente Indígena do Impacto Ambiental”, concluindo que o empreendimento é viável, desde que atendidas as condições de vazão mínima, além de outros critérios.</p>
--	---

Ao assumir que os povos indígenas do Xingu não serão mais afetados pelo empreendimento Belo Monte, já que o projeto prevê a manutenção da vazão do rio, este órgão se isenta de escutá-los. Nesse sentido, acolhe o parecer técnico da FUNAI que aponta para a viabilidade do empreendimento. Nosso gesto de compreensão sobre a expedição desse parecer nos permite dizer que a viabilidade do empreendimento se sustenta no pré-construído segundo o qual os índios não serão mais afetados, portanto não precisarão dar qualquer aval para a construção da usina. A FD que determina o gesto de interpretação do sujeito discursivo da referida SD repele o elemento de saber segundo o qual diminuir a vazão implica sim impactar a vida das populações indígenas, já que as mesmas orientam suas atividades de pesca e de lavra a partir do regime natural de cheias e secas. Se este regime desaparecerá com a nova configuração do rio, é legítimo acatar o posicionamento dos índios sobre as barragens.

No ano de 2000, a Eletrobrás firma convênio com a Fundação de Amparo à Pesquisa (FADESP) para elaboração do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e posterior elaboração do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Para as forças anti-Belo Monte, esta medida foi coroada de ilegalidade, na medida em que se deu com ausência de certos rituais jurídicos necessários para a implementação desse estudo: simplesmente não houve processo licitatório e concorrência pública de empresas. O EIA encomendado à FADESP foi considerado inconstitucional e mais inconstitucional ainda foi a tentativa da Eletrobrás de aprovar o documento e obter a licença prévia em âmbito paraense, a saber, pela Secretaria Estadual de Tecnologia e Meio Ambiente. O resultado que se viu foi a abertura de uma Ação Civil Pública solicitando, à Justiça Federal de Belém, o embargo imediato do EIA-RIMA, ao que o Juiz Rubens Rollo de Oliveira acatou, expedindo liminar suspensiva em maio de 2001.

A Eletronorte recorreu da decisão, mas a situação teve um desfecho desfavorável à Estatal, quando a decisão judicial do Tribunal Regional da 1ª Região em Brasília foi a de manter os efeitos suspensivos da supramencionada liminar.

2.2.3 Terceira tentativa: a consolidação do projeto - 2002 - dias atuais

A eleição do presidente Lula em 2002 trouxe um alento para aqueles que torciam pelo sepultamento definitivo do Projeto Belo Monte. As expectativas foram frustrantes para as lideranças indígenas e para os demais agentes sociais direta ou indiretamente impactados pelas obras. Isso porque, segundo Sevá (2005), o senador Sarney, aliado político de Lula, toma as rédeas do setor elétrico, promovendo a troca do presidente da Eletrobrás, acionista principal da Eletronorte.

Uma das primeiras medidas é garantir o retorno de Muniz Lopes ao comando da Eletronorte e, uma vez recompondo-a, partir para a ofensiva contra todo e qualquer “empecilho” à implementação do projeto.

Nesse novo contexto, a política esboçada pela Eletronorte é a de captar recursos oriundos do capital privado, uma vez que sozinha, ou mesmo aliando-se às demais subsidiárias da Eletrobrás, não daria conta de tocar Belo Monte. Daí que, em consonância com a política neoliberal instalada no país desde o governo FHC, o Estado recorre ao capital privado. O Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia, expediu a resolução Nº 2, de 17 de setembro de 2001, na qual aponta-se o interesse nacional e estratégico do aproveitamento hidrelétrico do rio Xingu e sua viabilidade econômica, uma vez que contará com recursos não públicos:

	Resolução expedida pelo Conselho Nacional de Política Energética, especificando a nova configuração do projeto Belo Monte.
SD8	<p>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 17 DE SETEMBRO DE 2001 Dispõe sobre o reconhecimento do interesse estratégico da Usina Hidrelétrica Belo Monte, e dá outras providências. O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA - CNPE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, o art. 2º, § 3º, inciso III, do Decreto nº 3.520, de 21 de junho de 2000, e tendo em vista as deliberações aprovadas na 3ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada no dia 1º de agosto de 2001, resolve:</p> <p>Art. 1º Reconhecer o interesse estratégico da Usina Hidrelétrica Belo Monte, a ser construída em trecho do rio Xingu, no Estado do Pará, no planejamento de expansão da hidreletricidade até o ano de 2010, e propor que seja autorizada a continuidade dos estudos</p>

de viabilidade econômico-financeira, projeto básico, licenciamento ambiental, e a realização de estudos referentes a:

I - **participação de capital privado na modelagem financeira do empreendimento, preferencialmente na condição de controlador;**

II - forma de integração da usina ao sistema interligado, considerando os aspectos energéticos, comerciais e do sistema elétrico;

III - impactos de sua operação no parque gerador nacional;

IV - confiabilidade da rede básica face ao sistema de transmissão associado;e

V - impactos financeiros da execução da obra no Orçamento da União.

Art. 2º Recomendar que os estudos de impacto ambiental e do uso múltiplo das águas do reservatório a ser formado com a construção da UHE Belo Monte sejam realizados com a participação dos Ministérios de Minas e Energia, do Meio Ambiente, do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Agência Nacional de Energia Elétrica e da Agência Nacional de Águas, compreendendo nesse estudo a avaliação do potencial do empreendimento na promoção do desenvolvimento econômico e social na Região.

Parágrafo único. A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS, por intermédio da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE, deverá iniciar os estudos, conforme estabelecido no caput e em conjunto com o Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos - CCPE e o Comitê Técnico de Planejamento do Suprimento de Energia Elétrica do CNPE.

Art. 3º Os estudos de que trata o art. 2º desta Resolução deverão ser apresentados à Secretaria-Executiva do CNPE, até 17 de dezembro de 2001, para possibilitar manifestação do Conselho quanto à construção da UHE Belo Monte.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE DE VASCONCELOS LIMA

Ministro das Minas e Energia

Como podemos perceber, ao fazer um redimensionamento no projeto original, propondo a construção de uma única hidrelétrica, a de Belo Monte, com barragens em três pontos do rio Xingu, a saber, Belo Monte, Sítio Pimental e Bela Vista, a Eletrobrás dá um grande salto positivo no sentido de viabilizar economicamente os custos da obra, atraindo, desse modo, a atenção de investidores do setor privado. Isso implica considerarmos um primeiro ponto de inflexão na cronologia de eventos relativos às tentativas de barrar o rio Xingu: o governo brasileiro já não mais precisaria recorrer ao BIRD para angariar fundos para construção da Usina de Belo Monte e, portanto, não precisaria sustentar a imagem de projeto democrático que reconhece o

espaço de dizer dos índios. Esta imposição não aparece como ponto a ser sanado na agenda de condições impostas pelo capital, muito pelo contrário, a maior preocupação é com a redução dos custos da obra e com a garantia da viabilidade econômica (geração de lucro). Como em nossas análises precedentes, a interlocução que se verifica nesse jogo de idas e vindas do projeto, perpassando pela disputa de sentidos no jurídico sobre o direito dos indígenas, institui-se agora um novo polo de interlocução que é o dos investidores do setor privado, vale dizer, é com estes que o Estado brasileiro, via Eletrobrás, estabelece um novo diálogo. Mais uma vez os índios são invisibilizados e desqualificados como polo interlocutivo nessa contenda histórica.

Os fatos que seguem foram decisivos para a consolidação efetiva do empreendimento Belo Monte. Portanto, faremos uma pequena cronologia para chegarmos ao estado em que se encontra o projeto na atualidade.

Em julho de 2005, é aprovado pelo Congresso Nacional o decreto nº 788/2005, que autoriza a construção imediata de Belo Monte sem condicionar a implantação do projeto à anuência dos povos que se servem do rio Xingu. Vejamos o que diz o documento:

	Decreto legislativo que autoriza a imediata implantação do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte
SD9	<p>Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo o seguinte</p> <p style="text-align: center;">DECRETO LEGISLATIVO Nº 788, DE 2005</p> <p style="text-align: center;"><i>Autoriza o Poder Executivo a implantar o Aproveitamento Hidroelétrico Belo Monte, localizado em trecho do Rio Xingu, no Estado do Pará, a ser desenvolvido após estudos de viabilidade pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás.</i></p> <p>O Congresso Nacional decreta:</p> <p>Art. 1º É autorizado o Poder Executivo a implantar o Aproveitamento Hidroelétrico Belo Monte no trecho do Rio Xingu, denominado “Volta Grande do Xingu”, localizado no Estado do Pará, a ser desenvolvido após estudos de viabilidade técnica, econômica, ambiental e outros que julgar necessários.</p>

	<p>Art. 2º Os estudos referidos no art. 1º deste Decreto Legislativo deverão abranger, dentre outros, os seguintes:</p> <p>I - Estudo de Impacto Ambiental - EIA;</p> <p>II - Relatório de Impacto Ambiental - Rima;</p> <p>III - Avaliação Ambiental Integrada - AAI da bacia do Rio Xingu; e</p> <p>IV - estudo de natureza antropológica, atinente às comunidades indígenas localizadas na área sob influência do empreendimento, devendo, nos termos do § 3º do art. 231 da Constituição Federal, ser ouvidas as comunidades afetadas.</p> <p>Parágrafo único. Os estudos referidos no caput deste artigo, com a participação do Estado do Pará, em que se localiza a hidroelétrica, deverão ser elaborados na forma da legislação aplicável à matéria.</p> <p>Art. 3º Os estudos citados no art. 1º deste Decreto Legislativo serão determinantes para viabilizar o empreendimento e, sendo aprovados pelos órgãos competentes, permitem que o Poder Executivo adote as medidas previstas na legislação objetivando a implantação do Aproveitamento Hidroelétrico Belo Monte.</p> <p>Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Senado Federal, em 13 de julho de 2005</p> <p style="text-align: right;">SENADOR RENAN CALHEIROS Presidente do Senado Federal</p>
--	--

É flagrante nesse decreto que a implantação do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte está autorizada, tão logo os estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental sejam finalizados. O texto deixa em aberto a possibilidade de outros estudos serem realizados desde que os empreendedores os julguem importantes, mas em nenhum momento condiciona a autorização aos resultados dos impactos sociais que a obra venha a promover.

Chama-nos atenção o inciso IV do artigo 2º, em que o legislador aponta a necessidade das oitivas indígenas para que se atenda o que determina o artigo 231 da Carta Magna. Como podemos perceber, este texto materializa o discurso do Estado/empreendedor que interpreta o artigo 231 de modo muito particular, tal como já apontamos: ouvir os índios não significa acatar suas decisões, mas sim dar ciência sobre tomadas de decisão que garantem o desenvolvimento do país. Este gesto de interpretação do texto constitucional resulta do trabalho de uma ética que subverte/não reconhece o direito de minorias gerirem os recursos naturais dos sítios que habitam.

Discutir a gestão da ética, em análise do discurso, nos demanda, mais uma vez, uma visita ao trabalho de Indursky (2000b), que investigou o modo como a ética promove o imbricamento do político com o jurídico, resultando em modos distintos de ler a disputa pela terra (invasão x ocupação). A autora cita Vasquez (1999) para definir a ética e a moral, trecho que reproduzimos a seguir:

Segundo Vásquez, 'a ética é a ciência do comportamento moral dos homens em sociedade' (VASQUEZ, 1999: 23). Já, segundo este mesmo autor, 'a moral é um conjunto de normas aceitas livre e conscientemente, que regulam o comportamento individual e social dos homens' (idem. 63). Ou seja, a moral possui uma qualidade social. E o autor, mais adiante acrescenta que 'a função social da moral consiste na regulamentação das relações entre os homens (...) para contribuir no sentido de manter e garantir uma determinada ordem social' (p. 69).

Reproduzimos uma outra passagem importante do texto da autora:

A isto gostaria de acrescentar que a moral e o direito mudam ao longo dos tempos. Difícil conceber o direito e a moral como formas imutáveis. Sabe-se que as condições econômicas, sociais e políticas em que a existência do homem ocorre não se perpetua. E se assim é, mudanças são esperadas no modo de interpretar a ordem social e as leis que a ordenam (...) Há éticas que são definidas a partir de diferentes lugares sociais, de diferentes subjetividades históricas. Ou seja: éticas diversificadas e concomitantes. (INDURSKY, 2000b, p. 119)

Esta longa citação, bastante elucidativa, permite-nos agora depreender que a ação dos legisladores, no que tange à autorização da implantação imediata da usina, é determinada por uma leitura ética conservadora do texto constitucional. Isto é, sobrepõe-se, ao direito de minorias, o desejo do Estado em promover o desenvolvimento ou o progresso de uma coletividade mais ampla que supostamente se beneficiaria das benesses do sistema capitalista, afinal, o desenvolvimento da hidrelétrica se sustenta no imaginário segundo o qual a hidroeletricidade é um recurso estratégico para o desenvolvimento do país. Desse modo, apagam-se as demandas periféricas ou aquelas que não têm lugar na formação social capitalista e, neste caso, referimo-nos à demanda dos índios pela terra e por recursos naturais necessários à manutenção de seu modo de vida. Por outro lado, a resistência indígena que recorre ao texto constitucional para evocar o direito às oitavas e o respeito aos seus reclamos só pode ser determinada por uma leitura ética progressista deste texto, que lança luz sobre formas independentes e diferentes de existência/subsistência.

Conduzida por esta leitura ética conservadora do texto constitucional, a Eletrobrás, em conjunto com outras empresas do setor privado (constituintes do chamado consórcio Norte Energia S/A), publica um novo modelo para a avaliação do Impacto Ambiental, desta vez sinalizando a inclusão de um componente indígena no EIA, nos moldes do que o empreendedor compreende como necessidades indígenas. Em 2009, representantes da FUNAI promovem encontros nas aldeias atingidas pelo projeto com intuito de apresentar este componente indígena presente no EIA. Julgamos que a ideia era conseguir convencer os sujeitos indígenas a dar o aval para a instalação do projeto e, assim, a FUNAI concederia parecer favorável ao empreendimento. Mas os índios que escutavam as explicações técnicas dos agentes da FUNAI, em processo de subjetivação, permaneceram plenamente identificados à forma-sujeito da FD que repele os saberes desenvolvimentistas e, por isso, exigiram o direito de serem ouvidos. Isso, porque, para esses sujeitos aquelas reuniões não estavam sendo interpretadas como oitivas indígenas. Instalou-se aqui mais uma vez uma polêmica referente ao modo de designação desses encontros, como podemos verificar nas seguintes SD:

	Vídeo youtube ²⁹ da reunião informativa FUNAI/Lideranças TI Arara Volta Grande – 02/09/2009- depoimento cacique Zé Carlos Arara
SD10	Nós, comunidades indígenas assinamos para comprovar que não era oitiva indígena que realmente era uma reunião de fechamento de um trabalho realizado junto à comunidade . Depois de alguns dias eu vou até a FUNAI de Altamira e pego este DVD aonde qual aqui na frente está escrito oitivas indígenas. Eu quase caio de costa ao saber que nós havíamos sido enganados dentro da nossa própria aldeia, dentro da nossa própria casa.

²⁹ Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=zDLboQmTAGE>> Acesso em 23 de março de 2017



Figura 4: capa do DVD produzido pela Eletrobrás sobre a reunião informativa da FUNAI/Lideranças TI Arara Volta Grande.

Fonte: Vídeo extraído do youtube - a reunião informativa da FUNAI/Lideranças TI Arara Volta Grande – 02/09/2009- depoimento cacique Zé Carlos Arara. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=zdLboQmTAGE>> Acesso em 23 de março de 2017.

<p>Parecer técnico – Plano Básico Ambiental nº 01/CGGAM/2012 expedido pela FUNAI em 2012</p>	
<p>SD11</p>	<p>Os estudos do componente indígenas foram entregues (pela Norte Energia S/A à FUNAI) em julho de 2009 e o Parecer da FUNAI acerca dos mesmos foi entregue em setembro de 2009 (Parecer nº21/CMAM/CGPIMA). No parecer apresentado concluiu-se que deveria haver ações na região, de modo a garantir minimamente, uma situação estável para a implementação do empreendimento, uma vez que além dos impactos ambientais, nos meios físico e biótico da região, o impacto populacional é de grande escala, impactando diretamente as terras e povos indígenas. Dessa maneira, foram apresentadas algumas condicionantes de responsabilidade dos entes governamentais bem como condicionantes de responsabilidade do empreendedor, dentre as quais está inclusa a apresentação do Plano Básico Ambiental do Componente indígena – objeto específico da análise deste parecer. O Plano Básico Ambiental do Componente indígena teve como referencial teórico os estudos de impacto do Processo de Licenciamento, em especial aqueles referentes aos povos e terras indígenas, bem como as</p>

condicionantes do processo e **contou ainda com processo participativo das comunidades, seja em oficinas realizadas em Brasília seja em oficinas nas aldeias.** O Produto considerado pelo empreendedor como final foi entregue em junho de 2011, após a emissão da Licença de Instalação. Ressalta-se que a FUNAI manifestou-se, em maio de 2011, pela continuidade do Processo de Licenciamento, uma vez que a versão preliminar do PBA estava de acordo com as diretrizes da FUNAI e **havia, a princípio, a concordância das comunidades indígenas, exceção feita ao Juruna do Km 17 que, apesar de ter participado da oficina de trabalho, recusou a apresentação do PBA CI na AI.** Ainda que a FUNAI tenha se manifestado pela continuidade do Processo e **as comunidades indígenas, a princípio, tenham se manifestado favoravelmente ao conteúdo do PBA,** faz-se necessária a análise técnica do PBA para que suas ações possam ser implementadas de maneira mais rápida possível, tendo-se em vista que a instalação da usina já foi autorizada e muitos dos programas previstos visam a proteção das terras, bem como a preparação das comunidades para as mudanças significativas que já estão ocorrendo na região

O primeiro recorte foi extraído de um vídeo que circula no site de repositório de vídeos *youtube*. Trata-se da fala do cacique Zé Carlos Arara da TI Arara Volta Grande. O vídeo traz uma sequência de imagens da reunião realizada em 02 de setembro de 2009 entre agentes da FUNAI e os representantes da Aldeia Arara da Volta Grande. Esta reunião tinha como objetivo informar as lideranças sobre o componente indígena do projeto Belo Monte, que prevê ações compensatórias aos povos atingidos pelas barragens. A fotografia 2 diz respeito à capa do DVD que captura justamente as imagens desse encontro. Nesta capa, classificam-se as reuniões dos dirigentes da FUNAI com os líderes indígenas como oitivas indígenas. Por fim, o terceiro recorte diz respeito a trechos do parecer técnico expedido pela FUNAI acerca do Plano Básico Ambiental – PBA, apresentado pela Norte Energia S/A, referente ao Processo de Licenciamento Ambiental da UHE Belo Monte, conduzido pelo IBAMA com a interveniência da FUNAI (Processo 08620.02339/2000).

O conjunto desses recortes nos permite perceber que no lugar do verbo “ouvir” aparece o substantivo “oitiva” com o qual aquele se relaciona. Trata-se de um trabalho de indeterminação, levado a cabo na/ pela FDCD que permite apagar a estrutura em disputa “ouvir X / ser ouvido). Apaga-se também seus respectivos actantes com papéis semânticos definidos. A oitiva, portanto, funciona como um simulacro de uma cena enunciativa, uma ficção de cena enunciativa posto que a interlocução estabelecida entre os agentes da FUNAI e os representantes indígenas não passou de uma *mise en scene*, isto é, uma simulação de intercompreensão entre os polos da interlocução. A questão é que um dos polos, aquele que detém o poder de Estado/econômico, sabe que não pode contar com a adesão de seu adversário justamente por assumirem, cada qual, posições éticas diferenciadas quando da leitura do texto constitucional. Nesse sentido, considerando uma já sabida desqualificação dos índios e a consideração do não-lugar que ocupam, os agentes da FUNAI estabelecem seu compromisso com o capital, apagando a voz indígena e colocando em seu lugar um simulacro de aceitação das regras do jogo, o que, como sabemos, é falacioso, tal como denuncia o sujeito da SD10, ao expressar seu espanto e indignação por descobrir que fora enganado.

Como uma forma de dar visibilidade à posição indígena e à posição de outros sujeitos impactados pelas obras da usina, em maio de 2008 ocorre o Encontro Xingu Vivo para Sempre (doravante EXVPS), que reuniu cerca de mil pessoas, entre as quais figuraram representantes de nações indígenas, de comunidades ribeirinhas, de movimentos sociais, de organizações da sociedade civil, bem como pesquisadores. Estabeleceu-se, a propósito da pauta em discussão, o seguinte objetivo:

Criar um movimento unificado na bacia do Xingu para dialogar a respeito das grandes ameaças (desmatamento, envenenamento dos rios, grandes projetos econômicos) e potencial (florestas preservadas, diversidade cultural dos povos da bacia) para manter sua integridade. (MXVPS, 2008).

As ameaças a que se refere esse excerto dizem respeito à barragem no rio Xingu pela criação da usina hidrelétrica de Belo Monte e pequenas centrais hidrelétricas que “ameaçam” sua integridade, por consequência, o *modus vivendi* dos povos da bacia. Um novo acontecimento representativo do rechaço dos povos impactados foi capturado pelas câmeras da mídia local e internacional: um engenheiro

da Eletrobrás recebe golpes de facção de alguns indígenas descontentes com sua “postura ofensiva”.

Mesmo com parte da opinião pública em desfavor do projeto da Eletrobrás, o IBAMA concede em fevereiro de 2010 uma licença prévia que libera a estatal para o início das obras. O documento impôs ainda à Eletrobrás o cumprimento de 66 condicionantes a serem implementadas durante a execução do projeto. Tal licença foi mais uma vez objeto de ações públicas no judiciário, mas os resultados continuaram favoráveis à obra.

Em abril de 2010 se realiza o leilão de concessão do CHBM. A Norte Energia S.A (doravante NESAs), composta por empresas do setor elétrico, estatais e privadas, sai vencedora. Segundo o site deste consórcio,

A Norte Energia S. A, composta por empresas estatais e privadas do setor elétrico, fundos de pensão e de investimento e empresas autoprodutoras, firmará contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado, com as concessionárias de distribuição, no montante de R\$ 62 bilhões, relativos ao fornecimento de 795 mil MWh.

Para explorar o potencial hidrelétrico, a concessionária recolherá à União, como pagamento pelo uso de bem público, o valor anual de R\$ 16,6 milhões, além de cerca de R\$ 200 milhões que serão pagos à União, ao estado do Pará e aos municípios impactados, referentes à compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (NORTE ENERGIA, 2015)

A composição acionária da referida empresa é explicitada em seu *site* e apresenta-se da seguinte maneira:

QUADRO 01 – COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA NORTE ENERGIA S.A

GRUPO	EMPRESA	PARTICIP. (%)
Grupo Eletrobrás	Eletrobrás	15
	Chesf	15
	Eletronorte	19,98
Entidades de Previdência Complementar	Petros	10
	Funcef	10
Sociedade de Propósito Específico	Belo Monte participações S.A (Neo Energia S.A)	10
	Amazônia (Cemig e Light)	9,77
Autoprodutoras	Vale	9
	Sinobrás	1
Outras Sociedades	J. Malucelli Energia	0,25
TOTAL		100

Fonte: Norte Energia, 2015.

Como se pode perceber, nessa configuração acionária o grupo Eletrobrás detém praticamente 50% das ações referentes à exploração da energia produzida pelo futuro CHBM. Nessa nova configuração, a Eletronorte, como representante do maior grupo acionário, assumiu o papel de lidar diretamente com os setores sociais resistentes, de modo a lograr uma mudança de opinião pública em direção favorável ao empreendimento.

Chegamos ao ponto em que podemos avançar em nossa pesquisa. Certamente, nosso gesto de recorte dos elementos constituintes da história do CHBM deixou escapar fatos que possivelmente determinarão processos discursivos que não de nos interessar, mas nada impede que elucidemos tais fatos quando for imperativo em nossas análises.

CAPÍTULO 3

O ACONTECIMENTO DISCURSIVO DE RECUSA RADICAL AO CHBM: irrupção, funcionamento e transformações

O percurso cronológico que fizemos no capítulo anterior nos permitiu vislumbrar a série de contingências que culminou no conflito entre os povos indígenas e o Estado brasileiro/empreendedor no tocante à construção de barragens no rio Xingu. Em determinado ponto desse percurso, identificamos, mas não exploramos a contento, o evento que, a nosso ver, constitui-se como o acontecimento que fundou o discurso objeto de investigação desta tese.

Visando, portanto, dar prosseguimento ao que deixamos em suspenso, isto é, ao exame mais detalhado do gesto fundador do discurso de recusa radical ao CHBM, bem como de sua atual constituição pós-aliança dos vários segmentos que compõem o chamado “povos da bacia do Xingu”, estabelecemos um roteiro de objetivos que, uma vez alcançados, auxiliar-nos-ão na compreensão do processo de irrupção e consolidação desse discurso, são eles:

- a) analisar a formação social dos povos indígenas Kayapó, apontando os aspectos que a coloca em rota de colisão com a formação social capitalista, sobretudo no que diz respeito à gestão dos recursos naturais da bacia do Xingu;
- b) perceber de que maneira as diferenças entre FS operam discursivamente na deflagração do conflito em exame;
- c) identificar as formações discursivas afetadas por diferentes FS, identificando a natureza dos saberes que as colocam numa relação de antagonismo;
- d) analisar a determinação ideológica do gesto da índia Tuíra capturado fotograficamente durante o I Encontro dos povos indígenas do Xingu;

- e) examinar, pelo viés do discurso midiático, os diferentes gestos de interpretação sobre o inusitado do toque do facão de Tuíra e os processos que o instituíram como gesto fundador do discurso de recusa radical ao CHBM;
- f) examinar as transformações operadas na FD desse discurso em função de novas contingências: a aliança dos povos do Xingu, a emergência do Movimento Xingu Vivo para Sempre e a instituição de um porta-voz.

3.1. AS FORMAÇÕES SOCIAIS EM CONFRONTO E AS DETERMINAÇÕES IDEOLÓGICAS GERADORAS DO CONFLITO

A aventura por compreender o processo de fundação do discurso de recusa radical ao CHBM colocou-nos diante de um imbróglio a ser desvendado: o conflito que se desenha em torno da construção do CHBM remete para a existência de distintas formações sociais cujos modos de produção dominante, em cada uma delas, demonstram-se incompatíveis. Desta feita, é imperativo examinarmos como o imaginário de sujeitos inscritos na FS indígena, o imaginário sobre suas reais condições de existência, materializa a ideologia que sustenta a recusa veemente ao CHBM e coloca esta FS em rota de colisão com a FS capitalista.

Conceituar FS requer uma escolha teórica. Encontramos no dicionário de política de Bobbio *et al.* (1986) uma acepção marxista do termo que interessa às pesquisas em AD. Vamos aqui reproduzir os trechos que servirão de mote para situarmos o leitor no lugar a partir do qual falaremos quando descrevermos a FS indígena:

(...) por formação social se entende a totalidade histórico-social constituída por um modo de produção e pela sua superestrutura política e ideológica. (...) (em outras palavras, o termo FS) designa o conjunto das relações que com a evolução de um modo de produção se vão determinando historicamente entre este, a sua superestrutura política e ideológica, aspectos de outros modos de produção e de outras superestruturas. (BOBBIO ET AL., p. 509-11).

No mesmo dicionário, encontramos a definição de outro teórico marxista, a saber, Nico Poulantzas, para quem a formação social designa:

uma unidade complexa e dominante de um certo modo de produção sobre outros que a compõem, uma totalidade social num momento de sua existência histórica, caracterizada por uma articulação particular — um índice de dominância e de superdeterminação — de seus níveis ou instâncias, do econômico, do político, do ideológico e do teórico, que, em geral, considerando os desvios que se encontram, é o do modo dominante de produção. (POULANTZAS, 1986 p. 514)

O que nos interessa pontuar nessas definições é justamente o fato de que uma FS se caracteriza pelo modo de produção que nela predomina e mais, que este modo de produção determina e é determinado por uma superestrutura político-ideológica. A partir dessa afirmação, descreveremos a FS indígena Kayapó para então vislumbrarmos, em consonância com os postulados althusserianos, o mecanismo da sustentação ideológica do discurso dos índios sobre o CHBM.

A análise da FS indígena Kayapó tomará como complemento descritivo para as análises discursivas a serem feitas alguns trabalhos vinculados ao campo da antropologia³⁰. Vamos, portanto, relacionar as descrições antropológicas às análises de SD recortadas dos dizeres de índios atingidos pelas obras do CHBM.

Tomando o trabalho etnográfico de Vidal (1988), vemos que as aldeias Kayapós³¹ assumem uma forma tradicional de círculo de casas em que predomina um tipo específico de casa denominado de *matri-uxorilocal*. Há uma grande praça central, no centro da qual se situa a casa dos homens. Nesta casa, reúnem-se os anciãos, jovens solteiros e jovens não iniciados para ensaiarem cânticos de guerra e rituais num viés assumidamente político. As mulheres também se organizam em associações de *cunho não político*, com vistas a organizarem cerimônias e transmitirem conhecimentos às mais jovens sobre as tarefas tradicionalmente femininas. A divisão social do trabalho tem como mecanismo diferenciador o sexo. As mulheres se ocupam da produção e do cultivo de alimentos calóricos em roças privativas de cada família. Entre os produtos cultivados figuram a batata doce, o milho, a cana-de-açúcar, a banana e a mandioca. O tipo clássico de roça adotado pelos

³⁰ O levantamento bibliográfico que fizemos tinha como meta reunir trabalhos que descrevessem o modo de vida tradicional das sociedades indígenas Kayapó. Nossa busca detectou trabalhos profícuos produzidos durante as décadas de 80 e 90. São trabalhos de grande visibilidade os de Vidal (1988) e Posey (1984), cujos trabalhos, em boa medida, ajudar-nos-ão a compreender a organização social, a distribuição dos papéis de trabalho e a forma clássica de subsistência do povo Kayapó.

³¹ O termo significa “homens semelhantes a macacos” e a explicação para esta atribuição exógena (outras nações indígenas os nomearam assim) tem a ver com alguns rituais que se utilizam de máscaras de macaco. O povo Kayapó se autodenomina *Mebêngokrê* (homens do buraco) e todo aquele que não faz parte de seu grupo é denominado *Kuben* (estrangeiro). O grupo Kayapó se subdivide em sete subgrupos, a saber, Gorotire, Kuben-Krân-Krên, Kôkraitô, Kararaô, Mekrãgnoti, Metyktire e Xikrin.

Kayapó é a coivara, que consiste num sistemático tratamento do terreno para o plantio em três fases: a derrubada da vegetação local, a queimada do mato para geração de adubo e o posterior plantio. Como esse processo é danoso para a terra, os Kayapó frequentemente fazem rodízio de porções de terra, de modo a promover a recuperação das mesmas. Isso explica o porquê dos índios Kayapó necessitarem de grandes extensões de terras.

Os homens se dedicam ao fornecimento de proteína para a aldeia. Para tanto, saem para caçar e pescar. Isso implica que eles passam boa parte de seu tempo fora da aldeia, às vezes por longos períodos, o que os caracteriza como seminômades. Como podemos notar, há uma profunda relação de dependência do índio com a terra e com o rio, pois são esses os elementos garantidores de seu modo de vida, tal como nos aponta a SD12:

<p>Documentário - Povos do Xingu contra a construção de Belo Monte</p> <p>Produção: Greenpeace Brasil – Entrevista com indígenas na reunião dos povos do PIX – Kapoto/Jarinã - 2009</p>	
SD12	<p>Movimento para mostrar pra todo mundo, mostrar para as pessoas às vezes não entendem muito de nós, nosso costume como é que nos vive, de que nos vive e nós indio vivemos.. depende do rio depende da floresta depende da terra pra poder sobreviver, na terra nós planta na floresta nós caça tem animais pra caçar e no rio tem peixe que nós pesca pra alimentar nossa família.</p>

Neste recorte, o sujeito aponta a necessidade de difundir ao mundo seu modo de vida na esperança de convencer, especialmente o branco, sobre a importância que tem a terra e o rio para os povos indígenas. O trecho em destaque salienta justamente que tipo de relação é essa que esses povos mantêm com a natureza e o sintagma preposicional “pra alimentar nossa família” indicia a inscrição deste sujeito a uma FS inteiramente distinta da FS capitalista, uma vez que, aos índios, importa mais aquilo que garante sua subsistência e menos aquilo que poderia gerar acúmulo de bens, como se verá mais adiante.

Vidal (1988), ao descrever a rotina dos homens da aldeia Xikrin, nos explica que a viabilização da atividade de caça depende do rio como meio de locomoção.

Os grupos de caça utilizam nos seus deslocamentos o transporte fluvial, o que ajuda a preservar a caça nas proximidades da aldeia. De um ponto na margem do rio, os caçadores seguem em direção perpendicular, retornando em uma curva gradual ao mesmo local de onde começaram a caçada. Quase todas as caçadas envolvem viagens pelo rio; atualmente os Xikrin utilizam, uma ou duas vezes por semana, o barco (ou a canoa) para o seu transporte nas viagens de caça, que contam com a participação de quase todos os homens adultos. Desta forma, os índios mantêm suas atividades tradicionais de subsistência, mesmo em face das mudanças ecológicas da região. (VIDAL, 1988, p. 167-8).

Avançando um pouco mais sobre o sistema de produção econômico dos Kayapós, sentimos a necessidade de buscar apoio teórico em um campo exógeno ao nosso, qual seja, o da Antropologia Econômica de viés marxista. Isso porque a concepção clássica marxista de modo de produção econômico é, neste campo, repensada para propor explicações sobre sociedades ditas simples³². Como nos explica Sousa (2002, p. 221-2),

Marx postulou um processo evolutivo composto de épocas progressivas de formação socioeconômica, desde o comunismo primitivo até o capitalismo, passando pelo modo de produção asiático, pelo escravismo e feudalismo. Insistindo no caráter hipotético de seus esquemas, afirmava expressamente que seu esboço histórico não constituía, de forma alguma, uma “filosofia da história”. Algumas características tornam específico o processo evolutivo postulado por Marx, que sejam: em primeiro, foi criado para o conjunto da área mediterrâneo-européia; em segundo, trata-se de um caminho de evolução entre muitos outros; em terceiro, as etapas que o caracterizam definem uma sucessão lógica e cronológica, mas sem continuidade geográfica dos modos de produção cada vez mais avançados; em quarto, esta sucessão não é linear, ou seja, não há um processo de filiação direta entre os modos de produção; e em quinto, a via de evolução mediterrâneo-européia só pareceu para Marx como uma “via típica”, na medida em que foi aquela que conduziu à constituição de uma economia em escala mundial.

No campo da Antropologia Econômica, está demonstrado que os postulados marxistas sobre os modos de produção econômica funcionam especificamente para o conjunto da área mediterrâneo-européia, em que se observa etapas evolutivas que começam sempre por uma espécie de comunismo primitivo. Mas para a compreensão de sociedades simples como as indígenas, a economia não se separa do social, pois

³² Esta forma de categorizar formações sociais advém dos estudos antropológicos baseados nos escritos marxistas. As sociedades simples caracterizam-se, especificamente, por seu modo de produção marcado pela inexistência de acúmulo de bens, pela inexistência de Estado e pela inexistência de classes sociais.

toda produção é voltada para manutenção da sociedade de maneira igualitária. Sousa (2002) nos explica que nessas sociedades há uma espécie de recusa da economia tal como esta ocorre nas sociedades capitalistas, pois observa-se uma proibição daquilo que poderia produzir uma “brecha de heterogeneidade”, o que entendemos como a produção de excedentes e a conseqüente instituição de classes diferenciadas. Diríamos aqui que esta recusa à acumulação de bens é, sobremaneira, o que mais fortemente caracteriza a FS indígena como pautada na subsistência do indivíduo. Nela se inscrevem práticas sociais radicalmente distintas das práticas que se observam na FS capitalista, em que conta justamente a geração de excedentes e a conseqüente instituição de classes sociais ligadas por uma relação de exploração. É o que identificamos na seguinte SD:

	<p>Documentário - Povos do Xingu contra a construção de Belo Monte</p> <p>Produção: Greenpeace Brasil – Entrevista com indígenas na reunião dos povos do PIX – Kapoto/Jarinã - 2009</p>
SD13	<p>Por que Lula está acabando com a nossa Terra: os primeiros habitantes dessa terra somos nós. Porque ele não veio primeiro consultar a gente para pedir, para informar que ele está acabando com a nossa terra? Nossa comunidade cresce se alimentando dos recursos naturais do rio, que é o peixe. Porque eles não vem primeiro dizer para nós que eles {do governo] estão acabando com o nosso rio, diminuindo nossa terra e acabando com a água de onde a gente se alimenta? Por que Lula, como homem não chegou na nossa frente para falar que vai acabar com nossa terra e nossa água? É meu terra.</p>

Nesta SD o sujeito discursivo demonstra sua revolta com o governo Lula por este não respeitar a vontade dos povos indígenas sobre o destino de suas terras e dos recursos naturais que nelas se encontram, a exemplo do rio Xingu. Acusa o mesmo governo de estar destruindo os recursos que permitem a subsistência do grupo e, neste ponto, identifica uma prática promotora de subsistência (a pesca) que estaria sendo ameaçada pelo projeto das barragens. Para este sujeito é inadmissível utilizar-se do rio com finalidade que não seja a extração da principal fonte de proteína, o peixe. Diríamos ser ordem do *non sense* a utilização do rio para geração de energia elétrica, pois a demanda por energia não tem lugar como prática social atrelada ao modo de produção indígena que é o de subsistência. A produção de energia importa

somente ao capital. Dito de outro modo, é um componente que está excluído das demandas de sujeitos inscritos na FS indígena, portanto as ações do governo/empreendedor sobre o rio só podem ser interpretadas como destruição e morte.

Ainda segundo Sousa (2002), nas sociedades simples como as indígenas, “a separação conceitual entre o que pode ser considerado como o conjunto das relações de produção e aquilo que não o é, é mais difícil e perigosa do que a equivalente nas sociedades complexas” (SOUSA, 2002, p. 222).

Ao levarmos em conta o complexo imbricamento do sistema econômico ao social, tal como defendido pelo referido autor, para o caso de sociedades simples e ainda as análises discursivas e os dados descritivos apresentados anteriormente sobre o modo de vida dos Kayapós, reafirmamos que neste grupo predomina uma modalidade doméstica da produção econômica voltada para subsistência do grupo familiar e uma recusa à geração de excedentes que possa provocar uma espécie de diferenciação entre os indivíduos do mesmo grupo. Aliás toda a distribuição dos papéis no setor produtivo está relacionada ao sistema de parentesco. Nas palavras de Sousa (2002, p. 222-3),

as sociedades parentais – fundadas no parentesco – possuem um setor econômico com marcadas características, tais como: é orientada pelas necessidades familiares; esta produção é tecnologicamente simples e sem complicada divisão de trabalho; o alimento ocupa um lugar predominante na produção; existe uma relativa liberdade na utilização dos recursos da produção; e as trocas são comprometidas com a redistribuição de produtos elaborados. O grupo familiar, qualquer que seja, surge, então, como unidade de produção e consumo, e como segmento autônomo no interior do conjunto social mais amplo.

As informações disponibilizadas no sítio do Instituto Sócio Ambiental³³ (ISA) corroboram as informações sobre o modo de produção vigente nas sociedades Kayapós. Segundo o que ali consta, os grupos familiares se dispõem, de fato, como segmentos autônomos de produção em relação ao coletivo social mais amplo e há distribuição dos papéis³⁴ no setor produtivo, em que os homens são direcionados à caça e à pesca, já as mulheres são orientadas ao trabalho na roça e à preparação dos alimentos. Há ainda um regime de reciprocidade por meio do qual os diversos núcleos

³³ Disponível em <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kayapo-xikrin>> Acesso em 15 de novembro de 2015.

³⁴ Não estamos considerando às demais relações derivadas dessa organização produtiva, tais como a política e a educacional.

familiares se ajudam em caso de escassez de alimentos. Por essa lógica, se um chefe de um núcleo familiar estiver doente ou não tenha sido bem-sucedido em sua caçada, o outro lhe oferece parte do que conseguiu na floresta, evitando assim o perecimento por fome na aldeia.

Como podemos perceber, nas sociedades indígenas em comento, diferentemente do que ocorre nas sociedades complexas, em que uma parte considerável da produção se converte em capital acumulado, toda a produção é direcionada à satisfação e ao benefício direto dos integrantes dos núcleos familiares. Portanto, a caça, a coleta, a pesca, o trabalho na roça devem ser considerados como processos produtivos “que se constituem em atos de apropriação material da natureza” (SOUSA, 2002, p. 216) pelos índios.

Os aspectos que pontuamos sobre a diferenciação do modo de produção indígena Kayapó em relação ao modo de produção capitalista nos ajudarão a iluminar o conflito entre índios e brancos sobre a questão Belo Monte, mas antes é preciso ampliarmos o espectro de nossa compreensão, recuperando o que propõe Althusser a respeito da constituição do sujeito a partir da representação imaginária que ele faz da relação que mantém com suas reais condições de existência. Este é o ponto onde poderemos explorar as determinações ideológicas dos sujeitos que, em uma dada FS, abrigam-se em um conjunto estratificado de aparelhos ideológicos, compondo a chamada superestrutura, conforme vimos na citação retirada de Bobbio (*et al.*, 1986).

Uma das questões teóricas centrais na qual a AD irá apoiar-se para pensar a semântica discursiva diz respeito ao conceito althusseriano de ideologia. Já discutimos a apropriação que desse conceito fizeram Pêcheux e seus colaboradores, mas ainda cabem algumas observações que irão iluminar o tratamento analítico dos dados trazidos para esta subseção.

Althusser (1983) apresenta duas teses que irão radicalmente ressignificar o conceito de ideologia dominante desde os textos marxistas, qual seja, o de que a ideologia é um mecanismo de escamoteamento da realidade. Tais teses esclarecem: 1) a ideologia “representa a relação imaginária do indivíduo com as suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1983, p. 77); 2) a ideologia é dotada de uma existência material.

A primeira tese contrapõe a visão hegemônica de que a ideologia seria uma deformação direta da realidade, deformação essa forjada conscientemente pela classe dominante (a classe burguesa) para oprimir uma classe dominada (a dos

proletários) que, por não ter acesso direto ao real (as reais condições de existência na formação social), submete-se a relações de exploração capitalistas como se estas fossem naturalmente evidentes. De fato, Althusser (1983) admite uma deformação abrigada no seio da ideologia, mas a questão colocada pelo filósofo é a de que tal deformação não reporta diretamente um real, mas sim à representação imaginária que o indivíduo faz da relação que estabelece com suas condições reais de existência, em outras palavras, é a relação dos indivíduos com suas reais condições de existência que se representa na ideologia. Nas palavras do autor,

é esta relação que está no centro de toda representação ideológica, portanto imaginária, do mundo real. É nesta relação que está contida a “causa” que deve dar conta da deformação imaginária da representação ideológica do mundo real, Ou melhor, para deixar em suspenso a linguagem da causa, convém formular a tese segundo a qual é a *natureza imaginária desta relação* que fundamenta toda a deformação imaginária que se pode observar em toda a ideologia (se não se viver na verdade desta) (ALTHUSSER, 1983, p. 81, os grifos são do autor)

Por estas considerações, supõe-se que as relações de produção existentes numa dada sociedade e as relações outras que delas derivam não são diretamente representadas na ideologia, mas, antes de tudo, o imaginado dessas relações.

A segunda tese advoga que as ideias ou representações que compõem a ideologia podem ser percebidas materialmente num conjunto de manifestações rituais, nos comportamentos ordinários dos indivíduos, os quais resultam justamente de seu assujeitamento ideológico, que é da ordem do inconsciente, por um lado, e da ordem do poder, por outro. Dito de outro modo, a ideologia se faz ver num conjunto de práticas materiais regulados pelos AIE, que abrigam conjuntos estratificados de ideologias presentes numa dada formação social. Para o autor,

a existência das ideias da crença de um sujeito é material, porque as suas ideias são atos materiais inseridos em práticas materiais reguladas por rituais materiais que são também definidas pelo aparelho ideológico material de que relevam as ideias desse sujeito (ALTHUSSER, 1983, p. 88-90).

Convém lembrar que, no tratamento dado por Pêcheux à questão das materialidades ideológicas, encontra-se o discurso como sendo uma das modalidades da existência material da instância ideológica, portanto a atestação material da ideologia se faz nas/pelas práticas sociais e discursivas.

De tudo quanto foi exposto, podemos concluir que as proposições althusserianas resultam de uma espécie de ampliação teórica dos escritos marxistas, portanto, partem do exame da estrutura (base e superestrutura) que constitui sociedades cujo modo de produção vigente é o capitalista. Por exemplo, para desenvolver a tese de que a superestrutura é composta por um conjunto estratificado de AIE, cada qual com uma especialização no campo do ideológico, era preciso pressupor a existência do Estado na sua subdivisão – Estado enquanto aparelho de Estado e Estado enquanto poder.

No que concerne às sociedades simples, como as nações Kayapós, não é possível relacionar tais proposições sem antes operarmos com algumas redefinições. Isso implica considerarmos a inexistência da figura do Estado enquanto aparelho e enquanto poder. E se não há Estado nessas sociedades, tampouco pode haver classes diferenciadas lutando para alcançar o poder de Estado, tal como preconizam os escritos marxistas. Nesse sentido, em uma sociedade indígena Kayapó, cujo modo de produção vigente é o de subsistência, não podemos afirmar que as reais condições de existência dos indivíduos pautam-se por relações de exploração e servidão. Portanto, as formações imaginárias que operam nessa sociedade não visam recalcar para os sujeitos tais relações, tal como se observa numa FS capitalista. A questão que colocamos é: se o real da existência dos sujeitos na FS capitalista aponta para o recalçamento, pelo imaginário, de relações de exploração e servidão, qual seria o objeto desse recalçamento e como funcionaria esse recalçamento quando pensamos o caso da FS indígena Kayapó?

Para respondermos a essa pergunta, começemos por reiterar que o real das condições de produção das sociedades indígenas Kayapós é aquele que aponta para uma relação de subsistência dos indivíduos com a natureza, isto é, com os recursos naturais, tal como discutimos anteriormente. Esta relação se caracteriza por ser não depredatória, não consumista, auto-sustentável, no sentido de que, da natureza, é retirado o suficiente para garantir a sobrevivência do coletivo. Mas isso que estamos considerando como as reais condições de existência dos indígenas não é diretamente acessível a eles. Antes, os indivíduos são interpelados em sujeitos pela instância ideológica que, segundo Althusser (1983), representa a relação imaginária dos indivíduos com suas reais condições de existência. Esta instância ideológica opera a partir de um aparelho ideológico que, no caso da FS indígena, dada a inexistência da figura do Estado enquanto aparelho e enquanto poder, designaremos como aparelho

ideológico social (AIS). Nossa pesquisa não avançou o suficiente para que pudéssemos identificar qual AIS equivaleria à escola como AIE dominante na FS. Entretanto, arriscamos postular que na FS indígena os efeitos da dominância deste AIS se faz ver pela materialidade discursiva do mito. Consideramos, portanto, o mito como a materialidade discursiva que opera ideologicamente, recalando para os sujeitos aspectos de suas reais condições de existência. O mito projeta para estes sujeitos um conjunto de formações imaginárias atribuídas às relações que estabelecem com suas reais condições de existência e determinam as práticas discursivas (saberes, crenças) e não discursivas dos sujeitos (os rituais, as tarefas domésticas, o cultivo na roça, a pescaria, as trocas). Em suma, consideramos que a materialidade do mito carrega o imaginário do sujeito projetado sobre a relação deste com suas reais condições de existência. Passemos ao exame de como o mito funciona pelo trabalho do AIS que regula as práticas sociais e discursivas dos sujeitos.

Partiremos do trabalho do antropólogo Darrel A. Possey, que dedicou grande parte de sua pesquisa ao entendimento da cultura dos Kayapós. Também visitaremos um trabalho específico de Anton Lukesch sobre os mitos que condicionam a visão de mundo dos Kayapó Gorotire. Em seguida, faremos análises discursivas de narrativas indígenas cujas determinações ideológicas são operadas pelo AIS.

Lukesch ([1969]/1976), ao tratar dos mitos que explicam a origem dos homens, aponta para o rio como um elemento criador. Há uma passagem do seu texto que nos mostra isso:

o mito do homem que foi transformado em tapir, as mulheres cujo amante morreu pelas mãos dos maridos ciumentos, entoam um canto mágico e, por desespero do amor perdido e para vingar-se dos maridos, se jogam no rio, transformando-se em peixes. Continuam vivendo dentro de água. Os maridos vão pescá-las e, então, readquirem suas formas humanas de índias. Portanto, as ascendentes femininas das gerações subsequentes provêm do fundo do rio. A autodenominação Caiapó mebemokré persiste até hoje na pronúncia, conforme contado e explicado pelo mito, ou seja, me-be-ngo-k é — gente do fundo do rio. Esta denominação também poderia ser explicada como derivando de me-be(n)ókre = gente forte, valente, "os fortes". Do seu elemento água e seu mundo provêm inclusive a grandeza, a força e a renovação da energia vital que se manifesta através das gerações humanas. No mito da grande águia diz-se: nos primórdios dos tempos vive uma ave gigante, flagelo da humanidade. Ela desce dos ares e busca suas vítimas. Pequenos e fracos, os homens nada podem fazer contra ela. Há, então, dois irmãos que moram em uma casa de troncos de árvores, debaixo da água, que crescem bastante e adquirem físico forte e bem desenvolvido. Eles matam o monstro e se tornam os vingadores da humanidade; ao mesmo tempo, tornam-se os ancestrais de uma nova humanidade, de gente grande e forte, os Caiapós. (LUKESCH [1969]/1976, p. 25)

Essa interpretação de Lukesch ([1969]/1976) nos dá elementos para considerarmos o rio como uma espécie de entidade sagrada que fornece a figura feminina necessária à procriação, bem como a figura masculina necessária à defesa da tribo contra toda sorte de ameaças externas. Diremos que este mito, enquanto materialidade determinada pelo AIS, aponta para a formação imaginária segundo a qual o rio é um elemento sagrado porque é vida, no sentido de que dele provém a humanidade.

Mais especificamente, em Possey (1984), encontramos um recorte interpretativo daquilo que seria o pensamento Kayapó sobre o significado dos elementos da natureza. Convém ressaltar que no quadro teórico antropológico, os mitos e as crenças indígenas por meio das quais os índios interpretam sua relação com o mundo e com os outros são enquadrados sob a categoria de visão cosmológica ou cosmologia. Considerando-se nossa filiação ao quadro teórico da AD, trataremos dessas crenças como o “efeito ideológico elementar” que traduz aquela relação imaginária já descrita anteriormente. Para efeito de análise, vejamos o recorte:

Cada tribo de índios apresenta um sistema de pensamento que é, muitas vezes, um conjunto de crenças que funcionam para preservar, entre outras coisas, os recursos naturais. Os índios não acreditam que o objetivo de sua civilização seja conquistar a natureza e o mundo, nem extrair do meio o máximo de recursos a curto prazo, a fim de obter lucros ou vantagens. Os kayapós, por exemplo, acreditam que existe um equilíbrio entre os espíritos dos animais, dos homens e das plantas. Se os homens abusarem dos recursos da floresta, a harmonia será destruída e chegarão doenças para toda a tribo. Para eles, nenhum aspecto da vida tribal é mais importante que o equilíbrio ecológico. (POSSEY, 1984, p. 37).

Este recorte nos dá a ver o gesto de interpretação do antropólogo segundo o qual as crenças indígenas funcionam socialmente como mecanismo de preservação da natureza. Nossa compreensão alinhada ao aporte teórico da AD repensa o modo como ambos etnólogos compreendem o funcionamento das formações imaginárias do grupo Kayapó. Para ilustrarmos isso, vejamos um conjunto de SD extraídas de narrativas de índios moradores de aldeias do alto Xingu (Povos Indígenas Xingu - PIX):

Produção: rede Manchete - Intervídeo – entrevista com cacique Paru lawalapiti – 1985 - O mito dos espíritos de vento e a escolha do primeiro Pajé

SD14

Entrevistador: quem escolheu o primeiro Pajé?

Paru: eu nunca nasceu ainda, eu viu esse que começa pajé. Eu vou contar. Começa lá no nahukwá. Ela chama Apossa. Nome desse homem é Apossa. Então Apossa matou cobra. Aquele cobra.. não é venenosa, não! Aquele cobra parece folha. Então esse cobra ficou raiva nele. Deu doença nele, deu muita ferida todo corpo. Então Apossa ficou deitado na rede. Emagreceu, ficou três meses doente. Aí então chama espírito Mamaé. Aí Mamaé vem. Tá olhando: “não, você não morre”, esse que é cobra tá ouvindo você. Você vai ficar sendo Pajé”. Aí Apossa contou pra irmão: “oh pessoal, não sei porque eu estou sonhando toda noite que esse espírito vem falar pra mim que eu vou ficar Pajé grande”. Ele já tá morrendo, mas não morreu não. Apossa diz: “amanhã eu vou melhorar. Eu todo dia durmo de barriga cheia”. Tá tomando só, mas ninguém vê (referindo-se a Apossa). Ele tá fumando como eu tô fumando assim, mas ninguém vê mão dele (referindo-se a Apossa). Só fumaça que sai do nariz, ouvido e cabeça. Todo lugar que tem unha, tudo fumaça sai. Apossa diz: “aí amanhã vocês vai na pescaria, um dia mais tarde vocês vai chegar. Pega bastante peixe. Amanhã pessoal (os espíritos) vai fazer pra mim pajelança”. Tá bom então, amanhã cinco irmãos foi pescar. Manda também pessoal outro casa. Então essa hora peixe chega. Ai irmão dele disse: “como é que vai fazer? Vai moquear? Não pode cozinhar?”. Então pode pegar dez painelas. Painelão grande de barro. Então ele fica de noite. Amanhã seis horas vai começar cozinhar o peixe. Faz mingau, faz Biju. Cozido o peixe, dez. Mingau, vinte. Aquela cabaça antiga. Antigamente tinha aquela cabaça. Cuia mais grande. Mais comida, quarenta daquele mingau. Cheio assim (fazendo gesto do tamanho da circunferência do recipiente). Aí ele diz que às dez horas começou. Ele diz que pode levar lá. Pegaram o banco, trouxeram perto da porta. Sentaram. Aí irmão dele segura ele assim: “aí ó, tá chegando”. Ele viu o vento (fazendo gesto de barulho e rodopios). Caiu lá mesmo. Aí ele vem vontando.. (fazendo movimento de giros com o dedo). Entrou na casa. Acho que vento vem mais ainda, trinta vezes mais. Cheio, casa. Então começa fumando. Cheio fumaça lá dentro casa. Não é gente que tá fumando. Ninguém vê. Tinha só o Pajé. Pajé de índio. Tem índio, só fumando. Não é Pajé não. Ele vai mais ainda Pajé. Tá começando igual aquele cunhado. Pessoal tá sentado só o banco. Ninguém Vê. Aí Apossa falou: “pessoal, agora eu vou morrer (sair do corpo)”. Aí , cinco minutos, começando a acordar. Acordou de novo. Aí levantou de novo o pé. Aí falaram mais velho irmão: “então, dá mingau, pega mingau”. Pegou mingau assim, mão dele pegou. “Vou dando, dá pra ele, dá isso aí, tá perto de você”. Deu assim, pegou ninguém viu. Cuia tá voando assim sozinha. Tá passando outro mão. Pegou, tomou, passando a cuia, tá voando assim. Pega outra, outro pegou. Cuia tá só voando, só assim, uns cinco minutos. Acabou mingau. Esse vento tá tomando.

	Produção: rede Manchete - Intervídeo – entrevista com cacique Najo - aldeia Cuicuro Alto Xingu – 1985 - O mito dos espíritos dos animais que se apossam de almas - Neto de Najo, Tiquiri, encontra-se prostrado enquanto Pajé realiza pajelança para livrá-lo do espírito.
SD15	Ele (o espírito do veado) jogou veneno no corpo dele. Então ele sentiu assim. Veados jogam veneno no corpo dele. Foi que Pajé tirou a doença que o veado jogou.

Ambas SD nos fornecem elementos para pensarmos o imaginário dos sujeitos projetado sobre a relação que estabelecem com o real de sua existência. A primeira SD nos traz o relato de como se deu o processo de escolha do primeiro Pajé da tribo indígena de Paru. Uma vez determinado pela instância ideológica que se realiza no AIS, o sujeito acredita no poder sobrenatural de entidades residentes na natureza, de modo que a vida na tribo é regulada socialmente pelos encantados. Toda e qualquer ação tomada pelo índio sobre a natureza acarreta consequências boas ou ruins. Veja-se que Apossa, ao matar cobra que não é venenosa, recebeu o castigo da doença através de uma entidade. Ao evocar o espírito *mamãe*, obteve clemência e foi escolhido como cacique da Aldeia. Do mesmo modo, podemos pensar a segunda SD, quando o sujeito interpreta a relação do índio com a natureza que deve ser de respeito e cautela, visto que há possibilidade dos encantados lançarem feitiços contra aquele que incorrer em más ações.

Essa crença no encantado que provém da natureza regula o comportamento dos sujeitos e se materializa ideologicamente nos rituais que apontam para o respeito à natureza e também nas práticas de subsistência que procuram explorar os recursos do meio sempre se preocupando com sua preservação, uma vez que a exploração desmesurada incorreria em desrespeito com as entidades da floresta, gerando sanções sobrenaturais ao índio. Diante do exposto, podemos sistematizar a questão da seguinte maneira: a relação do índio com suas reais condições de existência, isto é, com aquele modo de produção marcado pelo sistema de economia de subsistência, não é o que se representa na ideologia, mas sim o imaginado dessa relação. Isso implica considerar que esse sistema de crenças a que os antropólogos descrevem é a materialização ideológica do imaginário segundo o qual os meios de subsistência, isto é, a floresta e tudo que nela habita e o rio e tudo que nele habita são entidades sagradas promotoras da vida, pois fornecem a vida, leia-se o alimento e o próprio

indivíduo índio. A essas entidades o índio deve respeito. A ideologia que carrega esse imaginário se materializa num conjunto de comportamentos de relação harmoniosa com a natureza, de exploração comedida e não depredatória dos recursos naturais, da defesa do meio ambiente, pois o contrário implicaria uma espécie de afronta às entidades espirituais, incorrendo em um desequilíbrio socioambiental cataclísmico. Isto que é interpretado por Posey como sistema de crenças que regula os atos de preservação do meio ambiente é por nós compreendido como efeito do assujeitamento ideológico do Kayapó à ideologia da natureza como sagrado inviolável. Há materialidades discursivas verbais em que se pode ter acesso a esse imaginário. Este é o caso, por exemplo, do que se materializa na declaração de Altamira, publicada em Ricardo (1981, p. 335), um texto cuja autoria é conferida às lideranças indígenas presentes no I encontro, que foi lido ao público no final do evento, em 24 de fevereiro de 1989. Digamos que há nela uma síntese do ponto de vista do índio sobre os grandes projetos planejados pelo governo para a Amazônia e uma disposição para a luta jurídica contra esses intentos.

DECLARAÇÃO DE ALTAMIRA – 1989 – Aconteceu - povos indígenas do Brasil – CEDI	
SD16	<p>As nações indígenas do Xingu, junto com parentes de muitas regiões do Brasil e do mundo afirmam que é preciso respeitar nossa mãe natureza.</p> <p>Aconselhamos não destruirmos as florestas, os rios, que são nossos irmãos.</p> <p>Decidimos que não queremos a construção de barragens no rio Xingu e em outros rios da Amazônia, pois ameaçam as nações indígenas e os ribeirinhos.</p> <p>Durante muito tempo o homem branco agrediu nosso pensamento e o espírito dos antigos. Agora deve parar. Nossos territórios são os sítios sagrados de nosso povo, morada de nosso criador que não podem ser violados.</p> <p>Nesse encontro dos povos indígenas do Xingu, decidimos vigiar as ações do governo para impedir mais destruição, juntar forças com o Congresso</p>

	Nacional e com o povo brasileiro para juntos protegermos essa importante região do mundo, nossos territórios.
--	---

A atitude de respeito requerida na declaração indígena de Altamira se refere à manutenção do estado natural das florestas e do rio que, no imaginário indígena Kayapó, fazem parte da sagrada mãe natureza, que permite a continuidade da vida. Atestamos a determinação ideológica do sujeito discursivo operada pelo AIS e materializada no mito, que atribui aos elementos da natureza o *status* de entidades sagradas. Vamos considerar, consoante as observações de Pêcheux (2009), que este sujeito é interpelado pelo ideológico realizado através do AIS. Ele, portanto, identifica-se imaginariamente com a “forma-sujeito” de uma FD, um domínio de saber cujos enunciados discursivos representam o modo como o sujeito se relaciona com a ideologia vigente. Esta FD que designamos como formação discursiva da subsistência indígena (doravante FDSI), ao regular o que o sujeito deve/pode não deve/não pode dizer, é responsável, entre outras coisas, pelo gesto de interpretação segundo o qual as ações radicais de exploração que modificam a característica natural dos rios e das florestas só podem significar a “violação” do sagrado, daí que o empreendimento barrageiro não encontra lugar na FS indígena. Esta FDSI, pela natureza dos saberes que comporta, delimita-se a partir do antagonismo que estabelece com outra FD que da FS indígena está excluída. Trata-se da formação discursiva capitalista desenvolvimentista (doravante FDCCD) que interpreta as ações dos índios, melhor dizendo, a resistência indígena, como atos que atrapalham o progresso do país. Os saberes dessa FD apontam para a necessidade de utilização dos recursos naturais como forma de geração de riquezas, isto é, de geração de lucro para o capital.

Este gesto de interpretação que qualifica as ações do homem branco como promotora da destruição dos recursos naturais e da morte dos povos indígenas, a exemplo da construção de barragens no rio Xingu, funciona atado a uma rede discursiva de memória (relacionada sobretudo à FS indígena) que remonta a dois momentos distintos da histórica interação conflituosa entre o branco e o índio. O primeiro remete ao processo de invasão violenta, levado a termo pelas frentes de expansão, de áreas historicamente ocupadas pelos povos indígenas do Xingu. O segundo remete à expulsão não menos violenta dos povos indígenas Parakanã e

Gavião da Montanha, cujas terras foram alagadas pelo lago artificial da usina hidrelétrica de Tucuruí.

Tomaremos estes dois momentos como acontecimentos discursivos cujos saberes oriundos de processos de discursivização do real contingente foram cristalizados na memória social dos índios e retornam como efeito de memória nas narrativas indígenas que versam sobre as ações do homem branco em relação à tomada das riquezas naturais historicamente reivindicadas pelo índio. Façamos um exame mais detalhado da questão.

No que concerne ao processo de expansão do homem branco na Amazônia, as narrativas do etnólogo Nimuendajú, ligado ao SPI (Serviço de Proteção ao Índio), nos dão uma visão panorâmica do horror a que foram submetidas as populações Parakanã à época da construção da Estrada de Ferro do Tocantins, na década de 40. Retiramos de Pontes Jr. e Beltrão (2005) um trecho da carta que o etnólogo enviara ao interventor do Estado do Pará, Coronel Barata, descrevendo a política adotada por Carlos Teles, chefe da expedição armada enviada pelo Estado para conter a resistência indígena:

[d] e hoje em diante, quando avistarem os índios na estrada de ferro, ninguém mais deve pesquisar **se estes vinham com intenções pacíficas ou não, mas abrir fogo contra eles, e não deveriam atirar para o ar nem para o chão mas fazer pontaria certa!** Ele, Teles, ficaria como responsável por todas as consequências [sic] ... ou se acaba com os índios ou estes acabam com a civilização! (PONTES JR.; BELTRÃO, 2005, p.83, grifos dos autores)

Nesta narrativa, fica patente, mais uma vez, o imaginário do branco segundo o qual o índio deveria ser tratado como bicho selvagem. Sua resistência é interpretada na FD do branco como ato de ameaça à civilização. Daí que não havia outro remédio senão o “tratamento da bala”. O “índio arredo” estava inexoravelmente fadado ao desaparecimento.

Quanto aos impactos sofridos pelos povos indígenas em Tucuruí, Fearnside (2002) nos explica que foram devastadores, uma vez que seu reservatório inundou três áreas indígenas, a saber, Parakanã, Pucurui e Montanha, além de suas linhas de transmissão cortarem outras áreas, quais sejam, Mãe Maria, Trocará, Krikati e Cana Brava. O resultado da política mal planejada de relocação dos índios, de repartição de suas terras resultou na morte de muitos indivíduos sujeitos à falta de adaptação à

nova realidade e, ainda, às doenças como malária, cujo mosquito vetor encontrou um habitat propício para procriação e proliferação nos reservatórios de Tucuruí.

A experiência terrível do índio com o branco produziu discursos cujas formulações deslinearizaram-se e agarraram-se na memória vertical (ou interdiscurso) e se atualizam cada vez que os índios narram uns aos outros os fatos da história de luta e resistência em defesa de seu patrimônio natural. Aliás, essa prática de troca de experiências, por meio de narrativas, entre grupos indígenas é bastante comum. Citamos como exemplo desse contato um trecho do depoimento do índio Manuel Juruna, reproduzido em Pontes Jr. e Beltrão (2005), a respeito do que ouviu dos seus “parentes” atingidos pelo lago de Tucuruí:

eu já fui duas vezes em Tucuruí e todas as vezes que chego lá o pessoal ‘tá tudo reclamando’. Então tudo o que o pessoal fala dessa barragem, **além de afetar a água que nem a mata, não vai servir pra gente**. Aí a gente não tá querendo nem eu, nem meu pessoal. Ninguém tá querendo não! De jeito nenhum! (PONTES JR.; BELTRÃO, 2005, p. 83, grifos nossos).

As formulações destacadas em negrito convergem para o imaginário das barragens como promotoras de destruição da flora e a morte da fauna e dos povos indígenas que do meio sobrevivem. Esse saber que se produziu como gesto de interpretação do índio frente a acontecimentos discursivos ocorridos em momentos históricos distantes faz retorno sob a posição radical indígena diante da projeção de barragens para o rio Xingu: **“Aí a gente não tá querendo nem eu, nem meu pessoal. Ninguém tá querendo não! De jeito nenhum!”**

Vale repetir que a memória discursiva que arquiva os saberes relativos ao modo como, frente a sucessivos acontecimentos discursivos do contato, os índios discursivizaram as ações do homem branco como devastadora da fauna e flora, opressora, exterminadora dos povos indígenas, faz retorno como efeito de memória que irrompe na atualidade do acontecimento – complexo hidrelétrico de Belo Monte, sob a forma de um retorno da contradição de dois mundos, isto é, de duas FS que se apresentam em relação de conflito, uma vez que, em uma, o rio Xingu significa vida e na outra o rio Xingu significa potencial gerador de energia e desenvolvimento. Falando de lugares sociais distintos inscritos em FS antagônicas, a interlocução discursiva entre os sujeitos só pode ser compreendida a partir de uma interincompreensão constitutiva que aponta para o desentendimento rancieriano, tal como exploraremos na subseção seguinte.

3.2. UM LUGAR DE MEMÓRIA: O GESTO FUNDADOR DO DISCURSO DE RECUSA RADICAL AO CHBM

O inesperado pelos espectadores do I Encontro dos povos indígenas do Xingu ocorreu no dia 21 de fevereiro de 1989, no exato momento em que Muniz Lopes estava com a palavra. Ele seguia apresentando as características do projeto, as vantagens e as medidas tomadas pelo governo no sentido de amenizar os impactos ao rio Xingu. A jovem Tuíra subitamente se aproxima do engenheiro e, com seu facão, realiza movimentos cortando o ar, ao mesmo tempo em que produz um texto em sua língua materna. Finaliza sua performance pressionando o terçado com força sobre a maçã do rosto do então diretor da Eletrobrás, que se manteve paralisado, com os olhos fechados e os braços cruzados sobre a bancada. Este momento é capturado pelas câmeras dos fotógrafos³⁵ de diversos veículos de imprensa:



Figura 5 – Índia Tuíra toca o facão no rosto do presidente da Eletrobrás, Muniz Lopes.
FONTE: Revista Manchete, 1989.

³⁵ Concebemos a foto em destaque como um lugar de memória tal como Indursky (2011) o faz, baseada nos postulados de Pierre Nora, para categorizar duas materialidades discursivas, quais sejam, a Carta de Pero Vaz de Caminha e a tela do pintor Vitor Meirelles- a Primeira Missa, ambas as materialidades constituídas no entrelaçamento do histórico, cultural e simbólico.

A foto em destaque é tomada aqui enquanto materialidade discursiva cuja natureza semiótica imagética é opaca e, portanto, passível de interpretação. Perguntamo-nos sobre os sentidos que essa foto pode produzir e para responder essa pergunta é necessário um exame detalhado do que é dado a ver nesta cena enunciativa.

Primeiramente, vamos refletir sobre os lugares sociais ocupados por esses sujeitos que se apresentam na cena enunciativa capturada pela foto. Como podemos perceber, estes sujeitos discursivos se identificam com lugares sociais inscritos na estrutura de formações sociais radicalmente diferentes. E se estamos entendendo desse modo, a interlocução entre os polos A e B resulta naquilo que Maingueneau (apud INDURSKY, 2000b) chama de *zona de interincompreensão constitutiva*. Isto porque o processo da interlocução é marcado pelo desentendimento, que nos termos de Rancière (1996) diz respeito a

um tipo determinado de situação de palavra: aquela em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro. O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura. (RANCIÈRE, 1996, p. 11).

E por que há desentendimento na cena enunciativa em análise? Porque identificados a lugares sociais estruturados em formações sociais distintas, os sujeitos falam dos mesmos objetos, mas não entendem tratar-se das mesmas coisas. De maneira mais específica, os sujeitos se referem ao mesmo recurso natural, o rio Xingu, mas não compreendem que é a mesma coisa figurando em suas falas, pois a interpretação do referente ou objeto discursivo não coincide. No tocante ao tipo de interlocução que se processa entre o sujeito discursivo que representa o poder constituído (o Estado) e o sujeito discursivo que representa o segmento indígena, podemos dizer tratar-se de uma interlocução discursiva simulada, pois a cena enunciativa se constitui a partir do simulacro da visibilidade mútua entre as partes. Vejamos o porquê disso.

O artigo 231 da Constituição Federal de 1988 determina que os povos indígenas do Brasil detêm a posse das terras que tradicionalmente habitam além, é

claro, dos recursos que nelas estão presentes. Como está previsto no § 5º³⁶ deste mesmo artigo, salvo em casos excepcionais, o Congresso Nacional via “ad referendum” pode deliberar sobre a remoção desses povos, processo transitório tão logo o impeditivo da permanência dos indígenas se resolva. Portanto, o texto constitucional coloca barreiras claras para a exploração dos recursos naturais presentes nas terras tradicionalmente habitadas pelos povos indígenas, e, caso haja interesse do Estado em explorá-las, há que primeiramente obter-se a anuência formal desses povos, caso contrário tal ato constitui violação dos direitos constitucionalmente conquistados pelos indígenas.

No que se refere ao I Encontro de 88, o Estado brasileiro, representado pela figura do presidente da Eletrobrás Muniz Lopes, vê-se obrigado a atender o chamado dos índios para dar explicações sobre o projeto de barrar o rio Xingu. De fato, todo o ritual formal do encontro é estabelecido, pois é dado um lugar de destaque para este presidente falar, mas o mesmo processo prevê que ele também escute os povos impactados pelo empreendimento. Aqui reside o aspecto que estamos problematizando: aos índios é conferido pelo Estado uma posição de escuta somente, pois, apesar de o Encontro promover um processo de interlocução ativo entre este segmento e o representante do Estado, a cena enunciativa que se desenrola nos demonstra que há um apagamento de um dos polos da interlocução, no caso o dos índios, pois a palavra é dada apenas ao polo A, cabendo ao B apenas ouvir.

Sobre essa questão, os estudos de Silveira (2010), ao examinar discursivamente uma decisão judicial acerca da delimitação da Reserva Indígena Raposa Serra do Sol, pelo Supremo Tribunal Federal, pode nos dar uma luz. A autora constatou que na constituição imaginária do sujeito brasileiro, o índio nunca aparece como fazendo parte dela, mas sim como um elemento estrangeiro ou um “outro” do brasileiro. Isto tem implicações no modo como, por exemplo, nos discursos que circulam no social, produz-se o efeito de evidência de que o Estado do branco impõe a História, o poder, cabendo aos sujeitos índios acatar decisões. Há, nos termos de Silveira (2010), uma espécie de apagamento da cultura indígena. Os povos indígenas

³⁶ § 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

são constantemente discursivizados como sujeitos menores e incapazes, cuja tutela legal pertence ao Estado brasileiro. Este “pré-construído” sobre a minoridade indígena historicizou-se como sentido socialmente possível atrelado ao interdiscurso a partir da promulgação da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil – que, em seu artigo 6º, inciso IV, elenca os aborígenes como relativamente incapazes, sujeitando-os, em seu parágrafo único, ao regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais, e que cessará à medida de sua assimilação à cultura dominante do branco. Percebe-se como historicamente o Estado brasileiro silenciou os índios e suas culturas, apesar dos esforços da constituinte de 88 em reconhecer a especificidade das mesmas.

É este imaginário do índio como menor que funciona na base do processo de interlocução capturado pela foto em análise. Como dissemos, a cena enunciativa simula uma interlocução simétrica entre os polos A e B, visto que o texto constitucional assim o determina, no entanto, sabemos que o polo A que representa o poder de Estado não ouve o polo B. Podemos nesse passo trazer Ranciére (1996) para iluminar nossa reflexão. O autor nos esclarece sobre os lugares determinados para cada grupo de sujeitos no social, o que ele chama de a partilha do sensível:

Há distribuição simbólica dos corpos, que os divide em duas categorias: aqueles a quem se vê, os de quem há um *logos* – uma palavra memorial, uma contagem a manter – e, aqueles acerca dos quais não há logos, os que falam oralmente e aqueles cuja voz, para exprimir prazer e dor, apenas imita a voz articulada. Há política porque o *logos* nunca é apenas a palavra: a contagem pela qual uma emissão sonora é ouvida como palavra, apta a enunciar o justo, enquanto uma outra é apenas percebida como barulho que designa prazer ou dor, consentimento ou revolta (RANCIÈRE, 1996, p.36).

Esta passagem nos ajuda a pensar na razão pela qual a cena enunciativa se processa na base da simulação, pois o sujeito índio não apresenta um *logos* e não representa uma contagem na partilha do sensível. Esta condição de invisibilidade indígena não é a que o texto constitucional prevê, entretanto, na prática, o Estado do branco opera com o imaginário do sujeito índio menor, incapaz, selvagem e fadado ao desaparecimento caso não se misture à cultura do branco. Tanto é assim que, mais uma vez, retornando ao trabalho de Silveira (2010) sobre a decisão judicial que examinou, constatou-se que os índios não constavam no processo com algum poder

de decisão, apenas como partes interessadas. Ou seja, em termos rancierianos, os índios não representam uma contagem, pois de suas bocas só é possível ouvir ruídos.

De tudo quanto foi exposto, cabe-nos uma reflexão sobre o que o gesto da índia, naquela foto, pode significar, levando-se em consideração o aspecto já discutido sobre a não contagem dos sujeitos índios pelo Estado do branco. Para tanto, vamos convocar aqui as considerações de Zizek (1999) sobre o sintoma social:

O 'sintoma' estritamente falando é um elemento particular que subverte seu próprio fundamento universal, uma espécie que subverte seu gênero. Nesse sentido, podemos dizer que o método marxista elementar da crítica da ideologia já é sintomático: ele consiste em detectar um ponto de ruptura heterogêneo para um dado campo ideológico e, ao mesmo tempo, necessário para que esse campo consiga seu fechamento, na forma acabada (ZIZEK, 1999 p. 306).

E o que é sintomático no gesto indígena do facão roçando o rosto de uma autoridade designada pelo Estado para defender um megaprojeto de barragem do rio Xingu? Ora, este gesto só pode indicar “um ponto de ruptura heterogêneo para um dado campo ideológico”, isto é, a tão propalada garantia constitucional do direito indígena à diferença (reconhecimento de sua especificidade cultural, econômica e religiosa), do direito indígena à voz e ao poder de decisão em instâncias jurídicas não passa de um engodo. Do mesmo modo como Zizek (1999) nos mostra em sua reflexão sobre o modo como o universalismo dos direitos e deveres burgueses, a ideia de que todos são livres, quando de fato permanecem recalcadas as relações de dominação e servidão entre os homens (sintoma social), podemos dizer que o gesto indígena do facão aponta para um sintoma social: o aspecto heterogêneo do tratamento que o Estado dá aos grupos indígenas, que os converte em menores e necessitados de tutela estatal. Como menores, sua voz não é ouvida, sua cultura é menor e desprezada. O toque do facão é também um sintoma de que aquela interlocução só pode ser entendida como um simulacro, pois toda ela é atravessada pelo desentendimento, dado que desde a gênese o Estado do branco não escuta o índio porque não o enxerga como capacitado para a interlocução, não entende de que objetos fala. Aquele facão institui um dano, isto é, um enfrentamento que subverte a contradição de dois mundos alojados num só (RANCIÈRE, 1996).

Esta contradição e o que dela resulta (desentendimento entre interlocutores determinados por formações sociais radicalmente opostas), que se mostra na materialidade fotográfica em exame, nos permite dizer que há nela a captura de dois

discursos em relação de confronto. Desse modo, compreendemos o gesto da índia como uma materialidade ritual que toma corpo na/pela formação ideológica que domina a formação social indígena. Pelo processo da interpelação ideológica, o sujeito é conduzido a ocupar seu lugar, neste caso, de defensor aguerrido da mata e do rio. Portanto, o sujeito ergue seu facão e afronta o inimigo, este que segue tentando profanar a morada do sagrado com a proposição de um complexo hidrelétrico. Dito de outro modo, este sujeito se identifica com uma posição de sujeito alinhada a uma formação discursiva cujos saberes apontam para o rio Xingu como fonte da vida. Consideramos o toque do facão como a materialidade discursiva da resistência indígena a qualquer tentativa de barrar o rio Xingu. Se consideramos que o toque do facão é dotado de espessura simbólica, oferecendo lugar à interpretação, também o é a postura de Muniz Lopes quando permanece sentado com os braços cruzados sobre a bancada e não “arreda pé”, não recua um milímetro diante da afronta a que é submetido. Pensamos também que este sujeito interpelado ideologicamente é conduzido a ocupar seu lugar de defensor do empreendimento porque ele crê no papel estratégico do projeto para o desenvolvimento do país. Este sujeito vai insistir e não vai se intimidar com a ação ofensiva do outro. Este sujeito, portanto, identifica-se com uma posição de sujeito alinhada à FDCD, cujos saberes, como já dissemos, apontam para o rio Xingu como um potencial gerador de energia hidrelétrica. Esta postura incisiva materializa o discurso de superioridade do Estado do branco e reafirma o desejo de extrair energia do rio. Tanto o gesto da índia como a postura de Muniz Lopes são compreendidos por nós como materialidades resultantes do ritual de interpelação, cujo abrigo são, respectivamente, a formação ideológica do índio e a formação ideológica do branco. Ambas FI, que derivam de formações sociais distintas e constituem FD com saberes diversificados, entram em choque na cena enunciativa que se representa na foto em comento e, por causa disso, a interlocução só pode se constituir na base do desentendimento.

3.3 O TRABALHO DOS SENTIDOS NA IMPRENSA BRASILEIRA SOBRE O INUSITADO

A análise da materialidade fotográfica que capturou os discursos em relação de confronto nos permite agora avançar um pouco mais em nossas observações, desta vez, pensando mais detidamente sobre o trabalho dos sentidos na imprensa brasileira

de referência para conter a irrupção do acontecimento discursivo que, nos termos de Pêcheux ([1983]/2006), diz respeito ao ponto em que a atualidade encontra a memória, instituindo um novo sítio de significância: a resistência indígena Kayapó à apropriação indevida das riquezas do Xingu e a luta pela preservação do meio ambiente³⁷. Em outras palavras, propomos nesta subseção compreender como a irrupção desse acontecimento é um processo que se faz na resistência ao apagamento de sentidos outros que o discurso midiático visa conter. Vamos examinar recortes de matérias jornalísticas dos principais representantes da mídia tradicional impressa que versavam, à época, sobre a cena inusitada do facão. Estamos nos referindo aos recortes de reportagens da Folha de São Paulo (F.S.P), Jornal do Brasil (J.B), Diário do Pará (D.P) e O liberal (LB), que constituem as sequências discursivas de referência³⁸ (Sdr) por meio das quais pudemos flagrar discursos em tensão no que concerne à significação do gesto da índia. Não podemos deixar de salientar que a seleção desse material implica um trabalho com uma dupla discursiva, a saber, o discurso de e o discurso sobre, que já foi objeto de inúmeros trabalhos de Indursky sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. O discurso de é identificável nos fragmentos de discurso relatado indireto que marcam uma posição de sujeito abrigada na FD da subsistência indígena. Os discursos sobre, nos termos de Mariani (1996), “são discursos intermediários, pois, ao falarem sobre um discurso, situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja ele”. O discurso jornalístico é classificado por esta autora como uma modalidade de discurso sobre. Ele pode ser pensado como uma modalidade em que o locutor se auto-institui como intermediário pretensamente imparcial³⁹ entre, no nosso caso, os sujeitos do dissenso e a opinião pública.

Retornando à questão do inusitado, vamos considerar que, do lado dos espectadores que testemunharam o gesto súbito da índia, instalou-se uma inquietação muito forte, pois aquilo reclamava sentidos.

Nas considerações de Indursky (2003), o acontecimento histórico reclama sentidos, precisa ser discursivizado, mas antes que os sentidos sejam formulados é

³⁷ A irrupção desse discurso como fundador será objeto de discussão nas próximas seções.

³⁸ Esta é uma noção forjada por Courtine ([1981]/2014) que tem por função representar o fato discursivo que se alastra no corpus discursivo do analista. É, portanto, uma noção metodológica que visa tornar operacionalizável o trabalho com uma série de outras Sdr que repetem o mesmo fato discursivo em exame.

³⁹ Como veremos mais à frente nas Sdr recortadas, há um desequilíbrio se compararmos o pouco espaço dado à versão indígena sobre o significado do gesto de Tuira e o amplo espaço dado à versão do branco sobre o significado deste mesmo gesto.

preciso haver intervalos, dando lugar ao silêncio, cujo “contínuo significativo” será preenchido pouco a pouco pela palavra. No documentário⁴⁰ produzido pelo CIMI (Conselho Indigenista Missionário), é possível perceber que Muniz Lopes não movera um músculo da face diante da ação da índia. Também é possível perceber nas filmagens que não houve qualquer interferência por parte dos integrantes da bancada, nem dos que estavam presentes no evento, no sentido de interromper a *performance* de Tuíra. O que observamos foi a surpresa impressa nos rostos de alguns dos que acompanhavam a cena, isto é, a atestação do inusitado e, ao mesmo tempo, a expectativa pelo que iria acontecer, pois aquilo não era esperado pelos participantes. Aquela intervenção era algo que precisava ser significada pois marcava o inesperado nascido na contingência da história. É com este silêncio que estamos compreendendo a (falta de) reação dos participantes, o olhar surpreso e atento ao fato novo: mas o que é isto que está ocorrendo?

Compreender o discurso enquanto estrutura e acontecimento implica considerar o estatuto dos objetos discursivos, pensando os que derivam de universos logicamente estabilizados e os que “têm seu modo de existência regido aparentemente pela própria maneira como falamos deles” (PÊCHEUX, 1990, p. 28). Nesse sentido, questionamos, sob a influência de Pêcheux, as posições que sustentam a existência de um “real” único.

De acordo com as considerações de pecheutianas, o real da história ou real sócio-histórico se apresenta enquanto o conjunto “dos processos sociais, das práticas sociais que tem como agente constituidor/constituído o sujeito” (DORNELES, 1999, p. 157). Entendemos que este tipo de real forma uma estrutura que contempla diferentes versões ou realidades correspondentes a um corte específico do “real” (o impossível de ser contornado, mas impossível de estar ausente). O que sobra ou o que fica de fora desse corte não cessa de retornar enquanto “fantasma que assombra” os processos de significação já estabilizados. Por estar o sujeito abrigado no interior da estrutura, as realidades se produzem pelo efeito ideológico elementar como representação das relações imaginárias deste sujeito com suas reais condições de existência. Reformulando a questão, diremos que classicamente em AD a estrutura se funda na tríade: Real-Imaginário-Simbólico. O primeiro elemento, entendido como o impossível de ser apreendido em seu todo, fica submetido aos cortes que o sujeito

⁴⁰ Xingu – a luta dos povos pelo rio (Bangalô Filmes). Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=8uMte7NR8k8> > acesso em 02 de fevereiro de 2015

ideológico lhe imprime, significando cada porção ao sabor das formações imaginárias que o determinam. O simbólico, portanto, apreende uma parte do real, a outra elidida pode retornar neste simbólico através do trabalho do inconsciente como linguagem nas suas diversas modalidades de irrupção: os chistes, os atos falhos, os lapsos, o sonho.

Consideramos esse “real” cuja existência é sabida, mas sua apreensão no todo é impossível. Consideramos ainda que esse mesmo “real” não cessa de fazer retorno com seus objetos de saber (coisas a saber) que dão de encontro com o sujeito, ou, nas palavras de Pêcheux (1990), “a gente se depara com ele”, e nós, em nossa clássica condenação, a significar o que se nos dá de encontro, lançamos mão do que já está lá na estrutura enquanto sentidos relativamente estabilizados ou tateamos no silêncio a ver como apreender/significar o novo. Por estar contido nessa estrutura, o sujeito pode negar o fato enquanto acontecimento ou ainda negar sua equivocidade. Mas a mesma estrutura, suportando o *real da falta*, permite que o acontecimento se instale, provocando a ruptura, por conseguinte, a deriva dos sentidos. Os sentidos, portanto, não são fixos e isto já sabemos! A grande razão para sua tênue estabilidade tem a ver com o estatuto de equivocidade da matéria significante que retorna sobre a estrutura. Não podemos, portanto, nos furtar à compreensão de que a estrutura é passível de fissuras, de reordenações, de abrigar novas significações que outrora eram impossíveis, mas que o fato novo com sua demanda por (re)significação permitiu existir. É desse modo que Pêcheux (1990) compreende e relativiza os processos de estabilização de certos efeitos de sentido. O real existe independente do que pensamos sobre ele. Reforçando o que já explicamos, a contingência dos encontros com os objetos do real coloca para o sujeito a tarefa de significá-los e nesse passo o sujeito ou recorre à estrutura como conjunto de pré-construídos já lá para absorvê-las ou passa a estranhá-las, buscando outras maneiras de significar o novo, produzindo uma nova realidade cujos sentidos serão inexoravelmente abrigados na estrutura (DORNELES, 1999).

Mais uma vez, essas considerações se coadunam com o modo como Pêcheux compreende o real e suas múltiplas tentativas de abarcá-lo. Nesse sentido, é possível, pois, existir um outro tipo de real diferente daqueles que dizem respeito aos campos do logicamente estabilizado, “um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos” (PÊCHEUX, 1990, p.43).

Em nossa pesquisa, trabalhamos com a hipótese de que a irrupção do acontecimento não ocorreu sem um trabalho das FD numa espécie de disputa de sentidos sobre o evento, disputa essa dada a ver especialmente a partir das narrativas da imprensa escrita tradicional. Há que pensarmos no papel da memória que conduziu hegemonicamente, a partir dessas narrativas, a leitura do evento inusitado. O que estamos dizendo é que a memória discursiva determina as leituras possíveis para a imagem da Índia com seu facão, isto é, institui o processo discursivo que determina a direção dos sentidos a serem lidos a partir de seu gesto de interpretação. Consideramos, pois, em consonância com o estudo de Souza⁴¹ (2001, p. 4), que essas narrativas jornalísticas pretendem indicar para o leitor “em que posição ele deve se colocar na ordem simbólica social e política em meio a outros leitores e leituras possíveis”. Nosso intento, a partir desta premissa teórica, é mostrar o esforço do discurso midiático no sentido de estancar sentidos diferentes que poderiam perturbar a memória social em circulação e conseqüentemente irromper no acontecimento discursivo. Como veremos nas análises subseqüentes, os enunciadores jornalistas conferem pouco espaço em suas matérias à posição de sujeito dos índios Kayapós, o que nos leva a constatar que a mídia, de modo geral, identifica-se com a posição de sujeito dominante na FDCD, fazendo ressoar a memória social do colonizador que abriga sentidos pré-estabelecidos sobre a conduta histórica do índio: não há nada de novo sob o sol.

3.3.1 Versões para o fato histórico: uma disputa de sentidos

Indursky (2003) compreende a estrutura em duas dimensões, a saber, a vertical e a horizontal. A primeira comporta o conjunto dos saberes pré-existentes ao discurso do sujeito. Esses saberes, como já dissemos, são entendidos como enunciados pré-construídos cuja morada é uma FD e antes dela o interdiscurso, que fazem retorno no/sobre o dizer do sujeito. Já tratamos desse movimento do retorno do discursivo sobre o já-lá, mas vale à pena reforçar com o que a autora sistematiza:

⁴¹ Souza nos explica que as legendas cumprem esse papel de indicar ao leitor a posição que ele deve se colocar na ordem simbólica social e política para ler as imagens a que tais legendas se referem. Diríamos, pois, que as narrativas jornalísticas também conduzem o gesto de interpretação do leitor.

(...) ao inscrever seu discurso na ordem da repetibilidade, o sujeito produz um duplo movimento. Inicialmente retira seu discurso de uma rede de formulações pré-existentes (COURTINE, 1981) e, ato contínuo, re-inscreve seu dizer nesta mesma rede de formulações. Ou seja: os saberes originam-se na rede de formulações e a ela retornam, instituindo uma espécie de moto perpétuo ou, se preferirmos, um ciclo de repetibilidade. (INDURSKY, 2003, p. 103)

A segunda estrutura corresponde à rede de formulações ou intradiscurso. A formulação retira o enunciado de lá da estrutura vertical em sua condição *de-sintagmatizada* para linearizá-lo ou atualizá-lo, o que poderá, nesse “ponto de encontro” entre as duas dimensões inter e intradiscursiva, incorrer na repetição do mesmo ou na irrupção do diferente, tudo isso regido pelo *efeito de memória* (pela atualização, os sentidos podem ser repetidos ou re-significados).

Diante do exposto, não podemos negar o estatuto do discurso como estrutura, uma vez que a formulação do sujeito faz retorno no já-la dos sentidos, no enunciado pré-construído, permitindo que o *moto-contínuo* da repetibilidade se instale. Ao mesmo tempo, pelo fato de a estrutura abrigar a possibilidade de equivocidade, do efeito de memória “ser fortemente lacunar permitindo que os sentidos deslizem, derivem, se transformem, se re-signifiquem” (INDURSKY, 2003, p. 104), o discurso é acontecimento. Em suma,

(...) a memória tende a absorver o acontecimento, como uma série matemática, e prolonga-se, conjecturando o termo seguinte, em vista do começo da série, mas o acontecimento discursivo, provocando interrupção, pode desmanchar essa regularização e produzir retrospectivamente uma outra série que não estava, enquanto tal, e que é assim o produto do acontecimento; o acontecimento, no caso, desloca e desregula os implícitos associados ao sistema de regularização anterior (PÊCHEUX, 1999, p.52).

A memória a que Pêcheux se refere passa longe de uma concepção psicologista como “memória individual” ou as lembranças de fatos vividos, esquemas cognitivos a que o sujeito recorre para compreensão de um texto. Trata-se de uma memória discursiva que funciona como morada do conjunto de dizeres (enunciados) produzidos/esquecidos pelos sujeitos de uma dada formação social. Na percepção de Courtine ([1981]/2014), esses enunciados, caracterizados por sua condição histórica, constituem o saber próprio de uma FD e existem sob a modalidade de um tempo longo de uma memória. O efeito de memória é justamente o processo pelo qual o

intradiscurso ou o formulado encontra/faz retorno sobre o interdiscurso de onde provém o pré-construído.

Cumpre ressaltar, em acordo com os estudos de Achard (2007, p.16), que o processo de repetibilidade pelo qual o intradiscurso acessa o pré-construído não implica a restituição *ipsis litteris* de frases escutadas no passado, mas sim de “julgamentos de verossimilhança sobre o que é reconstruído pelas operações de paráfrases”. Nesse sentido, a memória a que o processo discursivo acessa para fazer sentido é sempre reconstruída na enunciação. Nas palavras de Pêcheux (2007, p. 52),

A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem a restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc..) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

Retornemos ao fato histórico sob análise, capturado pelas lentes das câmeras fotográficas presentes no I Encontro. Uma grande quantidade de espectadores fixou a atenção mais sobre o que a índia fazia, menos sobre o que falava. De pronto, o gesto de interpretar a *performance* da índia, descolando-o do texto verbal, por falta de inteligibilidade, potencializou a equivocidade do acontecimento.

Por mais equívoco que se constitua o acontecimento histórico, há sempre um trabalho de negação que busca atá-lo à rede dos enunciados já estabilizados, buscando sufocar os sentidos que respiram à margem. A imprensa tradicional brasileira, assumindo o papel enunciativo de narradora do fato ocorrido durante o I Encontro de 88, demonstra-nos a posição de sujeito que assume no tocante ao litígio estabelecido entre o branco e o índio. Há uma clara inscrição do sujeito das narrativas jornalísticas na FDCD, uma vez que este sujeito trabalha no discursivo reafirmando os sentidos pré-significados na memória discursiva sobre a ação indígena. Vejamos as Sdr e as análises subsequentes:

	O LIBERAL – 22/02/1989 – reportagem/narrativa dos fatos ocorridos no I Encontro dos povos indígenas de 1989
SD17	Como autoridades de governo, é possível que Fernando César Mesquita, presidente do Instituto de Meio Ambiente, representando o presidente Sarney, e José Antônio Muniz Lopes, diretor de planejamento e

operações da Eletronorte, jamais tenham passado por **um momento tão constrangedor, e perigoso**, quanto o vivido ontem de manhã no Centro Comunitário de Altamira. O representante da Eletronorte dava explicações sobre o projeto da barragem Kararaô, quando a índia Tu-Ira, do alto Xingu, levantou do meio do salão e cortou a palestra ao meio **quase cortando as orelhas das duas autoridades**. “Mentira, sua história não vale nada. Porque não vai dizer a verdade lá na nossa aldeia?” esbravejou Tu-Ira na língua dos Kaiapó. Ato contínuo, suspendeu o facão que tinha nas mãos e começou a passá-lo a poucos centímetros da cabeça de Muniz representante de Sarney. Durante um longo minuto a lâmina ia e vinha abanando os pescoços e cabeças oficiais. **Apreensão, perplexidade e medo estiveram presentes naquele momento**. Da arquibancada do Centro Comunitário vinham gritos “corta, corta”.

FOLHA DE SÃO PAULO – 22/02/1989 - reportagem/narrativa dos fatos ocorridos no I Encontro dos povos indígenas de 1989

SD18 Com a presença do cantor Sting e do cacique Raoni, o 1º Encontro das Nações Indígenas do Xingu, que se realiza em Altamira (...) até o próximo sábado, *ganhou uma dimensão dramática com o choque cultural ocorrido na manhã de ontem, quando a índia caiapó Tuirá levantou-se da plateia e colocou um imenso facão no rosto do diretor da Eletronorte José Antônio Muniz Lopes*, que tentava justificar a construção da barragem cararaô. *Tanto o diretor da Eletronorte como o representante do governo federal, Fernando César Mesquita, ficaram lívidos no momento em que o facão cruzou o ar a poucos centímetros do rosto de Muniz Lopes.*

DIÁRIO DO PARÁ – 30/04/1989 – Cobertura da visita dos prefeitos da Transamazônica ao Palácio do Planalto-governo Sarney

SD19 Na Eletronorte, os prefeitos foram recebidos pelo presidente da empresa, Miguel Nunes e pelo diretor de Planejamento, José Antônio. Lá o presidente da Associação (dos prefeitos da Transamazônica) Francisco

	<p>Aguiar, explicou ao presidente o motivo da audiência. (...) <i>Francisco se solidarizou com o diretor José Antônio em nome da Associação, por causa atitude da índia Tuíra, fato ocorrido em Altamira, dizendo que não concordava com aquele ato da indígena.</i></p>
--	---

	<p>O LIBERAL– 01/04/1989 –opinião sobre a “internacionalização da Amazônia”.</p>
SD20	<p>O Projeto atual de internacionalização da Amazônia, além do endividamento proposital do país, da defesa da ecologia, dos direitos humanos e da dívida externa, envolve principalmente a comunidade indígena. (...) Exemplo mais flagrante da orquestração internacional sobre a preservação da Amazônia foi dado no final de fevereiro em Altamira (...), no coração da floresta Amazônica, durante o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, que se transformou numa assembleia de representantes de exótica e estranha fauna (...) num festival surrealista no qual não faltou sequer a agressão da índia caiapó Tuíra ao diretor da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes.</p>

	<p>JORNAL DO BRASIL– 16/08/1989 – reportagem sobre a mostra “Brasil com Z” do Rio cine festival.</p>
SD21	<p>Só agora nossas telinhas, ainda com timidez, começam a mostrar em documentários as mazelas de nosso país, as Tvs americanas e europeias há alguns anos reservam horários nobres para os conflitos de terra em Rondônia ou a resistência dos índios caiapós no Xingu. (...) Um dos filmes exibidos ontem mostra em detalhes e cores vivas a luta da nação caiapó contra a construção da barragem de Kararaô pela Eletronorte. Kaiapó II, uma produção da TV granada, da Grã-Bretanha, tem 52 minutos e abriga cenas do encontro dos povos indígenas realizado este ano em Altamira, no Pará. O momento tenso em que uma índia caiapó ameaça com um facão o engenheiro José Antônio Muniz, da Eletronorte, é um dos pontos altos do documentário.</p>

Uma análise global das Sdr nos permite compreender o processo de discursivização do “real” pelo olhar da grande *mass media*. Este “real”, que, como afirma Pêcheux (2006, p. 43), diz respeito a um “saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos”. Quer dizer, o fato contingente, o inusitado de que já falamos irrompe como “o impossível de falar, de descrever, de relatar, de produzir um sentido único” (FERNANDES, 2008, p. 40), mas que impõe sua presença como um inevitável a ser simbolizado. A mídia, por meio do recorte de parte do “real”, operado pelo imaginário, transforma o produto desta operação em uma realidade cujos objetos de saber encontram lugar num universo discursivo logicamente estabilizado: o que se pode esperar do índio senão sua incapacidade de dialogar e sua disposição para agredir? Reparemos que o corte no real produzido e dado a circular em seu aspecto discursivo pelas narrativas da imprensa permite que se enxergue o evento por duas perspectivas tratadas pelo filtro ideológico da FDCD: a cena enunciativa focada nos sujeitos Muniz Lopes – Tuíra e a cena discursiva focada na ação da índia. É sob a égide dessas duas perspectivas que podemos organizar as paráfrases oriundas das SD em foco:

Quadro 2 – gestos de interpretação determinados pela FDCD

A cena enunciativa	A cena discursiva
Momento de constrangimento e perigo.	A índia quase corta as orelhas do diretor
Momento de apreensão, perplexidade e medo.	A índia foi rude com o diretor
Momento do choque cultural	A índia agrediu o diretor
Momento surrealista	A índia ameaçou o diretor com um facão
Momento de tensão	

Os dizeres da imprensa sobre o fato contingente contornam parte do “impossível”, a parte que dá a ver o sentimento e a avaliação do branco sobre a cena que se processa entre os sujeitos do dissenso. Os enunciadores das Sdr em análise deslocam o foco do discurso para a sensação experimentada pelas autoridades diante

da ação e do gesto de Tuíra. Do lado das autoridades, mais particularmente do de Muniz-Lopes, imperou o constrangimento e o medo pela iminente possibilidade de ser golpeado. Em entrevista concedida à revista *Manchete* (1989, p. 113), este sujeito afirma o que segue: “Tenho contato com os índios desde 1979 e já vivi situações piores. Mas **se dissesse que não tive medo estaria mentindo**”.

Perguntamo-nos sobre o que sustenta este gesto de interpretar o toque do facão como algo de selvagem e temeroso. Reformulando a questão: que pré-construídos abrigados na memória discursiva do colonizador foram acionados pela FDCD (que determina o discurso desse sujeito e da mídia impressa) quando do trabalho de absorção/apagamento do acontecimento discursivo?

Esse gesto de interpretação do sujeito que experienciou o toque do facão indígena faz retorno sobre a memória que sedimentou no imaginário do brasileiro os saberes relativos aos primeiros contatos do homem branco colonizador com os índios que aqui habitavam. Muitos sujeitos índios se deixaram dominar (escravizar), mas todo o processo de expansão e colonização/exploração do Brasil também se fez com focos de resistência indígena. Sabe-se, por exemplo, que na Bahia, mais especificamente em Ilhéus, a tribo dos Aimorés castigaram duramente os colonos portugueses. Houve aliança desses indígenas com os franceses, o que dificultou o processo de expansão da colonização portuguesa do Brasil. Há relatos de que uma das etnias mais resistentes, os Tapuias, eram bastante aguerridos, o que levou os portugueses a conferir-lhes fama de sanguinários. Há também o caso de tribos que praticavam o ritual do antropofagismo, como os Tupinambás. Eles capturavam o inimigo e serviam sua carne como forma ritual de adquirir sua força. Todos esses fatos discursivizaram o povo indígena como selvagem e hostil, desprovido de racionalidade e, também, objeto de grande temor. É esse o pré-construído que se agarrou à memória histórica que remonta ao tempo da colonização e até hoje habita o imaginário do brasileiro sobre o indígena e a potencial ameaça que ele representa.

Orlandi (1990) se ocupou em investigar os processos de sentido emergentes nas relações de contato entre diferentes culturas. Uma parte dessa pesquisa enfocou justamente o contado do branco europeu com o índio e a constituição da identidade brasileira que apaga o sujeito índio como seu outro. A autora observa processos de silenciamento ou apagamento do índio pelo Estado brasileiro. Esse apagamento se

instala de diversas maneiras, a começar pelo próprio imaginário de como se deu a chegada dos exploradores portugueses: eles “descobriram” o Brasil ou encontraram uma porção de terra exuberante e exótica com o detalhe insignificante de haver selvagens “arredios” que precisavam ter seus corpos domesticados e suas almas salvas.

Um longo processo de “pacificação” foi levado a cabo pelas autoridades brasileiras no sentido de resolver a “questão” indígena vista como um problema para o avanço e a colonização do interior brasileiro. À medida que esse processo avança para o interior, o índio luta com a força física/resiste e na FD do branco, segundo Orlandi (1990), a resistência indígena significa crime, assim como seu autor é considerado criminoso. Produz-se no interior dessa FD uma divisão categorial dos índios em dois grupos, a saber, os índios tratáveis ou “civilizáveis” e os índios resistentes ou selvagens. Era preciso pacificar o índio, pois não havia remédio: ou era assimilado e aculturado/ “branqueado” ou era extinto/extirpado.

Quando voltamos nosso olhar para a história da colonização do Brasil, observamos, portanto, que os índios sempre resistiram à dominação do branco, à tomada de seus territórios. O gesto da índia se inscreve como um verdadeiro ritual de resistência, um ritual de interpelação ideológica sem falhas cujo efeito final é a defesa aguerrida do rio Xingu, este rio cuja existência é condição *sine qua non* para a vida. Mas como se constata nas Sdr em análise, o discurso da mídia escrita tradicional trata de significar esse gesto a partir dos saberes que conformam o imaginário dominante na formação social do branco, a saber, como uma demonstração de selvageria e de incapacidade indígena para o diálogo. Compreendemos que os locutores dessas narrativas jornalísticas, ao interpretar o gesto da índia, o fazem a partir de um lugar social inscrito na formação social capitalista que dá a ver o ritual da índia como produto de sua cultura menor, subdesenvolvida. Desta feita, esses sujeitos nunca entenderão o gesto da índia Tuíra como um ritual de resistência, dado que os índios, nessa perspectiva, são como animais sem *logos*, não são capazes de resistência política. Aqui, mais uma vez, Ranciére (1996) nos ajuda a pensar que o gesto midiático de interpretar a cena do facão aponta para o desentendimento, ou, o enxergar a resistência política da índia como algo da ordem do não ser, do impossível, da ordem da selvageria.

Este desentendimento que se processa pelo gesto de interpretação midiático abre sobre a imagem do índio selvagem e agressivo, do índio “não gente”, do índio não tratável, materializando-se na forma de enunciados que retornam sobre um conjunto de saberes já estabilizados na estrutura vertical. Desse modo, entendemos que as formulações que dão conta de significar o acontecimento histórico do I Encontro pela cena do gesto de Tuíra se inscrevem na ordem da repetibilidade, pois o discursivo retorna sobre e atualiza uma rede de enunciados pré-construídos que deram a ver o acontecimento pelo ângulo “transparente” da (re)ação indígena naturalmente agressiva e selvagem. Esse recorte do real com seu gesto de interpretação pelo viés da mídia escrita concorre para desqualificar a figura da índia (e junto com ela toda a nação Kayapó, bem como suas demandas), alçando-a ao *status* de vilã ou a agente de ações moralmente repreensíveis e até mesmo criminosas, significadas pelas expressões “quase cortando”, “a agressão da índia”, “índia Caiapó ameaça com um facão”. Até mesmo quando a referência ao gesto se faz por meio de expressões como “atitude” ou “ato indígena” que, à primeira vista, têm matizes axiologicamente neutras, significam, na tomada de posição do sujeito discursivo, determinado pela FDCD pró-barragem, ato da característica selvageria indígena. Não por acaso, na Sdr3, um dos representantes do Estado que visitou as instalações da Eletronorte demonstrou sua solidariedade a Muniz Lopes.

Ao mesmo tempo em que desqualifica a índia, o discurso da mídia escrita alça as autoridades ao *status* de vítimas ou os pacientes que experimentaram o sentimento de constrangimento pela “ação abusiva” de Tuíra e de medo pelo iminente golpe certo da selvagem, tudo isso materializado por expressões como “apreensão”, “perplexidade”, “ficaram lívidos”.

Em suma, podemos afirmar que, tomado o acontecimento por esse ângulo, os sentidos apagaram qualquer possibilidade de inscrição da resistência indígena, a que diz respeito à luta dos índios pela conservação/preservação de seus territórios e de seu *modus vivendi*. Dizendo diferentemente, esse gesto de interpretar a cena enunciativa como “choque cultural”, expõe justamente a incapacidade de o locutor da narrativa jornalística enxergar o mesmo objeto (o ritual da índia) como ato de resistência, pois a ordem na estrutura de dominação do branco sobre o índio não permite que estes últimos sejam dotados de palavra. Diríamos que nesta formação imaginária em que se inscrevem os locutores, só é possível ler que o branco civilizado sabe exatamente o que é bom para todos, inclusive para os índios. Este gesto de

interpretação coloca o branco como estando culturalmente inclinado ao diálogo democrático, como o que tem uma paciência didática para explicar o projeto que é a “salvação para a crise energética brasileira”, enquanto o índio está culturalmente inclinado à guerra, ao choque corpo a corpo e à intransigência como sintoma de sua incapacidade intelectual para o diálogo, daí a tensão que se estabelece na relação entre dois sujeitos pertencentes a formações sociais intrinsecamente distintas.

Um dado nos chamou atenção durante nossa pesquisa no acervo da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional onde conseguimos as reportagens sobre o evento do I Encontro. Apenas a Folha de São Paulo e O Liberal abriram espaço para uma versão diferente que encerra um gesto de interpretar a ação de Tuíra atado a uma outra rede de memória bastante distinta da do branco. Estamos nos reportando à versão que o cacique Payakan deu a alguns veículos da mídia impressa sobre o que foi aquela atitude indígena. Por sinal, a fala desse sujeito aparece formulada como discurso relatado indireto⁴². Muito possivelmente, esse parco espaço dado ao cacique seja uma tentativa de demonstrar a isenção desses veículos na tomada de posição sobre o litígio. Ora, não há como negar que os locutores das reportagens anteriormente analisadas, ao narrar os fatos ocorridos durante o evento, assumiram a posição de sujeito identificada com a FDCC, pois são esses locutores que qualificam como selvagem a performance da Índia. Quando esses enunciadore abrem espaço para o contraditório, demonstram claramente sua necessidade de se afastar da versão outra dos fatos, valendo-se do discurso relatado indireto. Mesmo contando com esse minúsculo espaço, essa voz indígena (objeto de reformulação e quiçá de deturpação) torna visível o diferente, entenda-se aqui este diferente se tomarmos a formação social capitalista do branco como ponto de referência. Vejamos as Sdr:

	FOLHA DE SÃO PAULO– 22/02/1989 - reportagem/narrativa dos fatos ocorridos no I Encontro dos povos indígenas de 1989
SD22	O cacique Paiakan explicou, imediatamente, que aquilo não era uma guerra, mas apenas uma maneira ritual, através da qual as mulheres Kaiapó expressam sua indignação . Logo em seguida, os próprios índios explicaram aos jornalistas internacionais que iria prosseguir

⁴² Indursky (2000b) apoia-se nos trabalhos de Authier-Revuz para afirmar que, no discurso midiático, o discurso relatado indireto é o que mais se presta a toda sorte de distorções e alterações na fonte original do dizer.

	<i>o ritual de descontentamento, mas que não deviam tomar aquilo como agressividade</i>
--	---

	O LIBERAL- 22/02/1989 - reportagem/narrativa dos fatos ocorridos no I Encontro dos povos indígenas de 1989
SD23	Logo a seguir, o cacique Payakan teve o cuidado de explicar que a índia não tinha a intenção de cortar ninguém ou ferir as autoridades e que a proximidade do facão era apenas uma forma de demonstrar publicamente a disposição dos Kaiapó, tribo sabidamente guerreira, de lutar até o fim em favor de suas terras ameaçadas pela barragem

Uma análise global das SD nos permite formular paráfrases que significam a cena enunciativa e a cena discursiva tal como nos faz ver a interpretação do sujeito discursivo:

Quadro 3 – gestos de interpretação determinados pela FDSI

A cena enunciativa	A cena discursiva
Ritual indígena.	Indignação, descontentamento, disposição para a luta.

Pelo que se vê nessas Sdr, o sujeito indígena, mesmo sendo falado pelo discurso da imprensa, portanto um discurso sobre, permite que se instale o efeito de restituição da equivocidade da materialidade simbólica do facão tocando o rosto do diretor da Eletrobrás. Em outros termos, o espaço concedido por grandes veículos da mídia impressa ao cacique Payakan permite que um sujeito discursivo, inscrito em outra posição de sujeito, identificada à FDSI cujos saberes materializam o discurso da subsistência indígena resistente à dominação branca, trabalhe o diferente⁴³. Diríamos, pois, que a resistência indígena apresenta uma peculiaridade: ela se faz a partir do contato fronteiro entre formações sociais distintas. Pêcheux (1990, p. 17) nos explica que “toda genealogia das formas do discurso revolucionário supõe primeiramente que

⁴³ Cumpre salientar aqui que estamos tomando como ponto de referência a formação social do branco para pensar a versão indígena como diferente, isto porque esta versão ressoa como um já-lá na memória social do índio.

se faça retorno aos pontos de resistência e de revolta que se encubam sob a dominação ideológica”. Este autor está tratando de pontos de resistência que se produzem no interior de uma mesma formação social, onde os rituais da interpelação da ideologia dominante sofrem fissuras, rompendo-se e dando origem a novas relações de dominação ideológica. Em nosso caso, há uma disputa entre duas formações ideológicas dominantes, cada qual em sua respectiva formação social. A cena enunciativa do confronto entre a índia e o branco e o gesto de interpretação do sujeito indígena nos dá uma mostra dessa tensão entre dois mundos ideologicamente distintos. Para este sujeito, o gesto da índia só pode ser entendido como um ritual que significa a partir da interpelação ideológica, isto é, um ritual que converte aquele indivíduo índio (Tuíra) em sujeito de uma recusa, de uma negação veemente a tudo que pode implicar a destruição do rio Xingu, um elemento natural que dá a vida. Esse modo de significar o gesto ritualístico da índia torna visível algo que na formação social capitalista é da ordem do impossível, do *non sense*. É por isso que afirmamos que ambas as interpretações fazem parte de domínios de memória diferenciados, a saber, na memória social indígena o gesto da índia representa uma pequena parte de um ritual de descontentamento, de rechaço, já na memória social do branco o mesmo gesto significa uma mostra da selvageria indígena, reafirmando a condição de animalidade social do índio e sua necessidade de tutela. De tudo quanto precede, compreendemos que nas Sdr em foco estabelece-se um confronto entre efeitos de sentido produzidos por posições de sujeito determinadas por FD antagônicas responsáveis pelo desentendimento que atravessa a referida cena de interlocução. O sujeito discursivo se relaciona com a FD externa que, no caso em análise, diz respeito à FDCD, de maneira polêmica e/ou tensa, contraditando os seus saberes, impondo-lhes outros, abrigados em sua FD interna. Nas formulações do sujeito discursivo que foram objeto das paráfrases nas Sdr em análise, os enunciados se constituem numa divisão de saberes que se em uma FD são afirmados, na outra são negados. Podemos representar esse jogo tenso pelo esquema a seguir:

Quadro 4 – sentidos em disputa advindos de FD em relação de antagonismo.

FDCD	Aquilo é uma guerra Aquilo é uma agressão
FDSI	Aquilo é uma mostra de indignação Aquilo é um ritual de descontentamento

Considerando o fato de haver sentidos em disputa, tal como demonstra o quadro 3, é imperativo que recorramos à noção de enunciado dividido, formulada por Courtine ([1981]/2014, p. 36). Este autor considera o enunciado |E| como um “esquema geral que governa a repetibilidade no interior de uma rede de formulações”. Ou seja, este elemento de saber está lá atado ao interdiscurso em sua forma desintagmatizada e constitui-se como pré-construído que migra para o interior de uma FD, mas na condição de reformulado. Esta reformulação de |E| aponta para a existência de |e|, que diz respeito à atualização do enunciado no intradiscurso no momento da enunciação. Se a apropriação de |E| por uma FD se faz na base da reformulação, então é lícito afirmar, tal como nos indica o autor, que há distintos gestos de interpretação sobre um mesmo enunciado que podem se apresentar numa relação de radical antagonismo e este é o caso do gesto da Índia Tuíra. Tomamo-lo como um enunciado afetado por gestos de interpretação inscritos nas FD em relação de antagonismo com a especificidade de pertencerem, cada qual, a FS radicalmente opostas. Nesse sentido, este enunciado se apresenta como dividido e em uma modalidade contraditória, podendo ser esquematizado, tal como propõe Indursky (1997, p. 39), apoiada nas considerações Courtine ([1981]/2014), como: P[X/Y], em que “essa representação do enunciado sob forma dividida aponta para a *contradição que lhe é constitutiva*, onde X e Y representam posições referenciais dominadas por FD antagônicas localizadas no contexto de uma formulação P”.

3.4 A CONSTITUIÇÃO DOS SENTIDOS FUNDANTES DO DISCURSO DE RECUSA RADICAL AO CHBM

O percurso de análise que empreendemos até este ponto nos levou a perceber que a imprensa de referência brasileira buscou sufocar os sentidos que poderiam registrar o diferente, isto é, o gesto da Índia como sendo a materialidade significativa da resistência indígena à construção das barragens no rio Xingu. Consideramos, pois, que a narrativa dominante na mídia brasileira é a que significa o gesto de Tuíra como ato de selvageria. Este gesto, dotado de espessura simbólica, é o objeto do *dano* e o resultado do *desentendimento* entre duas posições de sujeito abrigadas em FD em relação antagônica que, por sua vez, são afetadas por formações sociais radicalmente

distintas. Nesse passo cabe uma pergunta: o que nos leva a crer na instituição de um novo lugar de memória que funda semanticamente sobre o ato inusitado da Índia o acontecimento do discurso de recusa radical ao CHBM? E que memória é essa que sofre o abalo de modo que novos sentidos possam nela inscrever o diferente?

Para responder a essa pergunta precisamos considerar alguns elementos que também fizeram parte do acontecimento histórico do I Encontro. Estamos nos referindo à presença de um grupo considerável de ecologistas e indigenistas, bem como da de repórteres da imprensa internacional cobrindo o evento. Expliquemos o impacto da presença desses sujeitos.

Já na década de 80, houve um crescimento exponencial e global (no ocidente) de movimentos sociais que levantavam a bandeira do ambientalismo⁴⁴ e, logo depois, do ecologismo. Havia uma grande preocupação com a degradação do meio ambiente e o possível esgotamento dos recursos naturais em função da massificação industrial e do consumo desenfreado. O discurso dos ecologistas apontava para a necessidade premente de aliar a conservação/preservação do meio ambiente ao desenvolvimento social/técnico-científico do homem. Em outras palavras, os ecologistas demonstravam uma preocupação com o meio ambiente sem perder de vista as necessidades sociais dos sujeitos, independente dos grupos a que pertencem. Soma-se ao advento desse discurso ecologista a irrupção de novos saberes agregados a sua FD que constituem, consideramos, uma vertente filosófica, a saber, o desenvolvimento sustentável. Benincá (2011) nos explica que o texto produzido pela comissão Brundtland – *Our common future*, que no Brasil foi lançado com o título de *Nosso futuro comum*, definiu desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (BENINCÁ, 2011, p. 149). Como podemos notar, o discurso ecologista, na “crista da onda mundial”, fazia-se presente no I Encontro de 1989.

Os correspondentes internacionais registraram todo o evento ocorrido naquele ano e fizeram circular fora das fronteiras do Brasil outras narrativas que em nada coincidiam com aquelas cujo gesto de interpretação apontou para a selvageria indígena. Sobre o potencial dos veículos internacionais em permitir a circulação do

⁴⁴ Este movimento marcou-se na história pelo radicalismo político com que defende o meio ambiente sem se preocupar com o humano. Todas as ações giram em torno de conservar o estado natural do meio independente das demandas de sobrevivência do homem.

discurso indígena de resistência às barragens no rio Xingu, podemos citar um trecho publicado num artigo de 1989 do “The Associated Press”. Este dizer é conferido pelo jornal às lideranças indígenas: “We do not want the construction of dams on the Xingu River and on other rivers in the Amazon, because they threaten Indian nations.”⁴⁵ Em seu artigo, Sasagawa (s/d) nos explica que a mídia estrangeira exerceu grande influência sobre decisões políticas especialmente porque concentrou o foco de sua cobertura midiática na resistência indígena e no impacto ao meio ambiente que a construção da hidrelétrica causaria. Vejamos, por exemplo, o que nos é dado a ler nesta Sdr extraída de um jornal americano de grande circulação, o “Wisconsin State Journal”:

	Wisconsin State Journal – 1989 – reportagem/narrativa dos fatos ocorridos no I Encontro dos povos indígenas de 1989
SD24	Antropólogos e ativistas descreveram a apresentação extravagante (as danças, os rituais dos índios) como uma exibição triunfal do conhecimento midiático que tem os Kayapó, uma medida impressionante de sua capacidade de usar os instrumentos da sociedade “civilizada” na defesa de seus direitos e cultura ⁴⁶ .

Observemos que, no trecho em destaque, o sujeito discursivo interpreta as ações, os rituais e as danças performatizadas pelos índios como resultando de sua habilidade em usar o poder da mídia, uma ferramenta da cultura do branco, a seu favor. É para ele, uma forma de chamar a atenção dos brasileiros e do mundo para o perigo que representa Kararaô para a continuidade da vida indígena. Esta narrativa, portanto, encerra um gesto de interpretação que significa as ações indígenas como um sofisticado ritual de resistência, tanto é que o título da reportagem ora analisada é “Tribos amazônicas lutam contra barragem com sofisticação”. Vejamos que a FD que determina os dizeres do locutor da matéria em tela em nada coincide com os dizeres dos jornais anteriormente analisados que encerram seu gesto de interpretação na

⁴⁵ Nós não precisamos da construção de barragens no rio Xingu, nem em outros rios da Amazônia, pois elas ameaçam as nações indígenas (tradução nossa). Trecho reproduzido em Sasagawa (2014).

⁴⁶ Anthropologists and activists described the publicity extravaganza as a triumphal display of media savvy by the Kayapo, a striking measure of their ability to use the tools of “civilized” society in the defense of their rights and culture. Disponível em: <https://www.newspapers.com/newspage/99794639/>. Acesso em 29/07/2017

incapacidade política do índio para dialogar. O “sofisticado” aí diz justamente o contrário, que os índios são sujeitos políticos habilitados para a disputa sem atos de selvageria. O “sofisticado” também anula a tão propalada inferioridade cultural dos índios, pois eles são sim capazes de política tanto quanto os brancos. E aí poderemos colocar o toque do facão da índia Tuíra. Aliás, alguns órgãos de proteção ao meio ambiente, como o International Rivers, fizeram circular uma versão traduzida para a língua inglesa do dizer da índia no momento em que esta tocava a face de Muniz Lopes com seu facão: “You are a liar - We do not need electricity. Electricity is not going to give us our food. We need our rivers to flow freely: our future depends on it. We need our jungles for hunting and gathering. We do not need your dam”⁴⁷ .

Este dizer não obteve registro traduzido nos jornais de maior circulação do país, à época. Isso nos permite afirmar que a circulação daquela imagem desacompanhada do dizer de Tuíra colocou os sentidos à deriva, o que favoreceu o trabalho da mídia sobre os sentidos, atando-os a sítios de significância já estabilizados na memória social do leitor: “a índia foi hostil com um representante governamental e isso é condizente com sua condição de selvagem”.

Convém destacar que a tradução do dizer da índia no momento em que performatizava seu gesto não é suficiente para compreender a dimensão discursiva da prática ritualística do sujeito. O que estamos dizendo é que a tradução do texto verbal, dado a circular na mídia internacional, apenas produziu um efeito de verdade, aquele que diz respeito ao ato de repúdio indígena às barragens e à afirmação de que os grupos indígenas não precisam de eletricidade, mas sim de um rio limpo e vivo. E afirmamos isso com base nos estudos de Souza (2017), que dedicou grande parte de suas pesquisas à compreensão de práticas discursivas em línguas de oralidade, especificamente as indígenas. Para a autora, em sociedades de oralidade, o verbal oral precisa ser compreendido na sua relação constitutiva com outras formas de escritura “que guardam em si a essência, ou melhor, a materialidade da própria oralidade” (SOUZA, 2017, p. 38). Dito de outra maneira, nesse tipo de sociedade, torna-se bastante redutor investigar as práticas discursivas de sujeitos, apenas interpretando a materialidade dos textos orais, pois uma série de outras formas de

⁴⁷ Você é um mentiroso – Nós não precisamos de eletricidade. Eletricidade não nos dará nosso alimento. Nós precisamos que nossos rios fluam livremente: nosso futuro depende deles. Precisamos de nossas florestas para caçar e coletar. Não precisamos de sua barragem. (publicado em 2008 no site <http://www.internationalrivers.org/blogs/232/a-knife-in-the-water>)

inscrição de discursividades entra em jogo numa espécie de simbiose (não complementar, mas constitutivo) com o oral. A autora elenca, como exemplares dessas materialidades, a cestaria, a cerâmica, a pintura corporal, a dança, a sonoridade das palavras, os ritos, os processos enunciativos, a morfologia da língua, a música. É preciso “pensar a oralidade como produto da história (quando não houve a passagem para a escrita) e como lugar sócio-histórico de produção de sentidos, enfim como prática social de uma linguagem com uma materialidade específica, a oralidade” (SOUZA, 2017, p. 39). E mais,

Todas as expressões – textos verbais e não verbais – agem numa intrincada relação de constituição, para entendê-las não basta analisá-las isoladamente. É necessário descrever a sua materialidade histórica, articulando uma a uma com a história do grupo, da organização social, da autoria de cada um desses textos e com a própria história da língua (p. 39-40)

Diante do exposto, julgamos importante tomar o todo da performance de Tuíra, relacionando a cadência de seu movimento corporal, nas idas e vindas à bancada (que aqui interpretamos como postura de enfrentamento), onde se encontrava Muniz-Lopes, o próprio movimento da lâmina do facão encostando cada lado da face do presidente da Eletronorte, a fala da índia e a entonação. Tudo isso significa como gesto ritual que materializa a ideologia indígena. É por esse motivo que acreditamos que a mera tradução do dizer de Tuíra pelos veículos da mídia internacional produz um efeito de verdade que apenas tangencia parte do real, pois ela instala uma falta. Mesmo o gesto de interpretação do cacique Payakan quando aponta para o ritual de descontentamento da índia não consegue preencher essa falta porque uma parcela considerável da materialidade do todo fica de fora.

Ainda sobre a questão da tradução desse dizer, consideramos, a partir das observações de Souza (2001), que essa tradução, ainda que seja ela uma versão preche de distorções, produz um efeito de sentido de resistência que ata a foto a um novo sítio de significância na memória do branco ocidental. O que estamos dizendo é que esta tradução atua como uma espécie de legenda para a foto que circulou o mundo e, desse modo, institui um novo lugar de memória. É esse lugar que deve conduzir a leitura dos sujeitos, que indica para eles a posição em que eles devem se

inscrever na ordem simbólica social e política para ler os fatos ocorridos durante o I Encontro.

Considerando-se o até aqui exposto, a foto que capturou a cena do facão e o registro traduzido do dizer da índia circularam na mídia internacional instituindo outros gestos de interpretação que abriram para o diferente. Mais especificamente, o toque do facão em toda sua espessura simbólica, assim como as danças e os demais rituais indígenas performatizados durante o I Encontro foram pouco a pouco sendo significados na mídia estrangeira como um verdadeiro ato de resistência indígena, mas temos que fazer uma ressalva aí: não se trata de pensarmos nesse gesto de interpretação como coincidindo com gesto do cacique Payakan a partir do discurso relatado que circulou na Folha e no O Liberal. Aí nós vimos um gesto de interpretação filiado à rede de memória do índio, abrigada no seio de sua formação social. O que estamos sustentando aqui é que a mídia internacional trabalhou semanticamente o *non sense* do gesto de Tuíra a partir do atravessamento do discurso dos ecologistas e dos antropólogos que significa as ações indígenas como atos políticos de preservação do meio ambiente. Para ilustrar nosso ponto de vista, vamos reproduzir mais uma vez a “Declaração de Altamira”:

DECLARAÇÃO DE ALTAMIRA – 1989 – Aconteceu - povos indígenas do Brasil – CEDI	
SD25	<p>As nações indígenas do Xingu, junto com parentes de muitas regiões do Brasil e do mundo afirmam que é preciso respeitar nossa mãe natureza.</p> <p>Aconselhamos não destruírem as florestas, os rios, que são nossos irmãos.</p> <p>Decidimos que não queremos a construção de barragens no rio Xingu e em outros rios da Amazônia, pois ameaçam as nações indígenas e os ribeirinhos.</p> <p>Durante muito tempo o homem branco agrediu nosso pensamento e o espírito dos antigos. Agora deve parar. Nossos territórios são os sítios sagrados de nosso povo, morada de nosso criador que não podem ser violados.</p>

	<p>Nesse encontro dos povos indígenas do Xingu, decidimos vigiar as ações do governo para impedir mais destruição, juntar forças com o Congresso Nacional e com o povo brasileiro para juntos protegermos essa importante região do mundo, nossos territórios.</p>
--	--

Não temos dúvida de que este texto materializa uma amálgama discursiva entre elementos de saber do discurso ecologista e elementos de saber do discurso de subsistência indígena. No discurso dos ecologistas, a mãe natureza ou mãe terra significa a fertilidade, a possibilidade de prover a vida a todos os seres que nela habitam, por isso ela precisa ser cuidada. No discurso dos índios, os elementos naturais são a morada do sagrado. Diríamos, pois, que um elemento de saber da memória social do índio (os índios são capazes de resistência no que concerne à defesa do seu modo de vida) se desloca e rompe a membrana da formação social do branco e aí é ressignificada a partir de outros saberes pré-construídos (esses do discurso ecologista). E é neste ponto que estamos considerando o gesto da índia como a materialidade que provocou um chacoalho na memória do branco a ponto de irromper o novo cuja base enunciável poderia ser materializada nesses termos: “os índios estão lutando para defender a mãe natureza contra a destruição provocada pelo desenvolvimento capitalista desenfreado, eles são símbolo da preservação do meio ambiente”. Este é o efeito de verdade dado a ver/ler e que circulou o globo nas manchetes dos principais jornais internacionais: institui-se a foto da índia Tuíra como o símbolo do ativismo indígena ambiental e ela funda um novo discurso na ordem dos discursos sociais abrigados no seio da memória social do branco: o discurso de recusa radical ao CHBM, cujos saberes passam a ser organizados pela FD preservacionista. Estamos convencidos de que a foto da índia se constituiu como lugar de memória, marcando a irrupção do discurso fundador. Nos termos de Orlandi (2003)

O discurso fundador se caracteriza em relação à historicidade por promover uma ruptura que cria uma filiação de memória, com uma tradição de sentidos e estabelece um novo sítio de significância, o discurso fundador se faz em uma relação de conflito com o processo de produção dominante de sentidos, aí produzindo uma ruptura, um deslocamento (ORLANDI, 2003, p. 24)

Vejamos aí que a memória discursiva abrigada no seio da formação capitalista, em nível internacional, trabalhou diferentemente o inusitado, permitindo que novos sentidos aflorassem para recobri-lo semanticamente. A inscrição do gesto de Tuíra como significando a recusa radical a uma barragem que visa destruir o meio ambiente repercutiu tão fortemente que o Banco Mundial (BIRD), que iria financiar o empreendimento, voltou atrás de sua decisão. O governo brasileiro ficou a ver navios, como bem mostra o trecho dessa reportagem retirada da matéria “Uma guerra equivocada”, publicada no site da revista Época:

	Site revista Época – S/D – Reportagem sobre os acontecimentos do II Encontro dos povos indígenas 2008
SD26	A cena da semana passada ⁴⁸ é a reprise piorada do episódio ocorrido em 1989, quando a índia caiapó Tuíra encostou seu facão no rosto do então diretor da Eletronorte e atual presidente da Eletrobrás, José Antônio Muniz Lopes. Ela protestava contra a construção da mesma usina, na época chamada Cararaô. Depois da repercussão negativa do episódio, o plano de construção foi arquivado. O Banco Mundial desistiu de financiar a hidrelétrica.

Com a desistência do BIRD, a foto ainda representa no imaginário internacional o epitáfio da barragem Kararaô e a índia foi alçada à condição de guerreira intransigente no que concerne à defesa do meio ambiente⁴⁹. Esta foto e o que ela representa, a coragem de uma guerreira, produziu um lugar de memória que mais tarde, no Encontro Xingu Vivo para Sempre, será recuperada como a marca do discurso fundador.

3.5.UMA NOVA CONJUNTURA, UM NOVO ENCONTRO, UM PORTA-VOZ: as transformações operadas no discurso de recusa radical ao CHBM.

⁴⁸ A reportagem se refere ao momento tenso no II Encontro dos povos indígenas em Altamira, quando o engenheiro da Eletrobrás Paulo Fernando Rezende estava discursando sobre a necessidade da construção da Usina Belo Monte. Os índios cercaram o mesmo com suas bordunas e facões e efetuaram golpes ferindo o braço do engenheiro.

⁴⁹ Este imaginário se inscreve materialmente na canção entoada pelos porta-vozes do Movimento Xingu Vivo para Sempre.

O EXVPS, ocorrido em maio de 2008, retoma uma luta contra o Estado brasileiro/setor privado, proponentes dos projetos hidrelétricos para os rios amazônicos, luta essa iniciada dezenove anos antes, cujo ápice foi, como já discutimos, o I Encontro. Temos aqui uma conjuntura bastante diferente daquela que propiciou a relação de antagonismo entre, de um lado, os Kayapós e, de outro, os Estado que pretendia construir a barragem no rio Xingu. Agora, temos, de um lado, não os Kayapós protagonistas de uma luta histórica, mas antes, uma aliança entre estes últimos e uma conjunção de segmentos que formam o chamado “povos da bacia do Xingu”. Assim como os Kayapós, tais segmentos sociais estabelecem relações de dependência com o rio Xingu em seu estado natural, ainda que de formas bastante distintas.

Considerando o exposto, nesta subseção vamos nos debruçar sobre as possíveis/prováveis transformações operadas no discurso de recusa radical ao CHBM, a partir do advento de uma aliança estabelecida entre posições de sujeito inscritas, cada qual, em distintas FD. Dito de outro modo, examinaremos a possibilidade de invasão de novos saberes no interior da FD preservacionista, uma vez que cada segmento (ribeirinho, extrativista, agricultor, cidadão) implica a existência de posições de sujeito determinadas por outros domínios de saber que não a FD preservacionista já examinada anteriormente. É preciso, portanto, descrevermos cada um desses segmentos, identificando, no discursivo, as posições de sujeito que representam, bem como suas determinações ideológicas. Desta feita, poderemos vislumbrar a possibilidade de fragmentação da forma-sujeito da FD preservacionista, o que instituiria diferentes posições de sujeito em seu interior. Caso isso se confirme, cabe-nos, ainda, a tarefa de descrever a natureza de cada uma dessas posições de sujeito, isto é, o modo como cada uma delas se relaciona com a ideologia.

Além desta empreitada, temos uma outra demanda que diz respeito à análise do aparecimento da figura do porta-voz dos povos atingidos pelo CHBM, a partir da instituição do MXVPS que, como já dissemos, é a entidade que se autoproclama representante dos povos da bacia do Xingu em defesa de seus direitos frente às investidas do Estado/empreendedor. Vamos analisar os pronunciamentos do porta-voz para, justamente, identificarmos possíveis deslizamentos entre posições de sujeito afetadas pelos saberes advindos de outras FD.

A abertura do EXVPS no dia 19 de maio de 2008 foi marcada pela apresentação performática das lideranças indígenas e das lideranças ribeirinhas. Os

primeiros entraram na quadra do ginásio poliesportivo de Altamira com cânticos de guerra e uma dança ritual. Os segundos entraram encenando um ritual que remete ao cotidiano do ribeirinho em sua canoa, lançando-se ao rio Xingu. No dia 20 de maio, os organizadores do evento projetaram em um telão as imagens do I Encontro e a clássica cena do gesto de Tuíra. Em seguida, a referida índia apresenta-se à audiência com suas pinturas e adornos de guerreira, movimentando seu facão incisivamente e proferindo um texto em sua língua Kayapó. Esses diferentes momentos foram capturados no vídeo do EXVPS e convertidos em frames fotográficos a fim de que possamos analisá-los. A eles juntamos a foto do cartaz convite do evento que dispomos em nosso banco de imagens do EXVPS. Consideramo-los como materialidades discursivas fotográficas, que agruparemos segundo o critério da paráfrase discursiva. Vejamos os recortes:



Figura 6 – Índia Tuíra no EXVPS
Fonte: Arquivo do EXVPS

A performance da índia capturada por essa foto funcionou como um gatilho que reativou a memória do I Encontro e o que se consagrou como uma resposta simbólica dos índios Kayapós ao governo Sarney: “não queremos barragem!”. No imaginário dos índios e dos diversos grupos que apoiam a causa indígena, essa imagem da índia com seu facão golpeando o ar e proferindo um veemente discurso, entendido como uma censura aos planos de barrar o rio Xingu, representa a força indígena e, ao mesmo tempo, o epitáfio do megaempreendimento. A encenação ritual do gesto da índia produz um efeito de memória - na conjuntura da reapresentação do projeto Belo Monte, conclamando os diversos segmentos impactados a defender o rio Xingu das forças que o ameaçam.

A memória trabalha sobre a atualidade, mas com transformações que não chegam a instituir um novo acontecimento discursivo, como se verá nas análises subsequentes.



Figura 7 – Cartaz convite do EXVPS
Fonte: Arquivo de fotos do EXVPS



Figura 8 – Dança de guerra dos índios Kayapós na abertura do EXVPS
Fonte: Arquivo de fotos do EXVPS



Figura 9 – Performance de pescadores na abertura do EXVPS
Fonte: Arquivo de fotos do EXVPS

O cartaz convite do EXVPS se apresenta como um chamamento à população altamirense e adjacências a participar do evento. Em seu topo, há indicação dos grupos que propõem o convite: “povos indígenas e movimentos sociais da bacia do Xingu”. Logo abaixo da logomarca do encontro, lê-se: “Discussão sobre os projetos hidrelétricos do Xingu - POVOS UNIDOS PELO XINGU”. Por fim, no rodapé do cartaz indicam-se nominalmente os grupos sociais, as entidades e instituições políticas que apoiam o evento.

Focalizando, primeiramente, o texto-imagem, separamo-lo em dois planos: no primeiro, figuram três personagens identificáveis apenas pelo contorno de suas sombras projetadas pelo efeito do pôr-do-sol; já no segundo, figura o rio caudaloso que supomos ser o Xingu. A representação das personagens encontra eco nas imagens estereotipadas de três indivíduos, a saber, o índio com seu clássico formato de corte de cabelo, portando sua lança e seu arpão de pesca, do seu lado, supomos, um agricultor familiar/extrativista identificável pelo chapéu de palha e, mais próximo do segundo plano, o ribeirinho/pescador também com seu chapéu de palha, mas portando como item diferenciador seu remo. Acreditamos que o projetista da imagem buscou diferenciar o segundo indivíduo do terceiro, já que ambos parecem usar o mesmo chapéu de palha, pela relação dentro/fora do rio: ribeirinho trabalha dentro do rio e o agricultor trabalha nas terras à margem do rio. Os três estão de frente para o Xingu, o que sugere uma atmosfera de contemplação do elemento natural que os une em suas diferenças.

As fotografias 2 e 3 representam recortes de momentos do EXVPS em que se reforça, à audiência, quais grupos serão impactados pelos projetos hidrelétricos planejados para o rio Xingu. Ambas as apresentações sinalizam a disposição de povos distintos em lutar pela manutenção do estado natural do rio Xingu. Destaque para a apresentação dos ribeirinhos que evidenciou, com a encenação do homem na canoa, a importância do rio como fonte de sua subsistência. Faremos uma análise em conjunto das três materialidades, tomando-as como fundadoras de uma imaginária aliança que o evento costura entre diferentes povos.

Em nossas observações, identificamos que essa aliança encontra um reforço parafrástico na materialidade linguística -“POVOS UNIDOS PELO XINGU”- que no cartaz do evento aponta justamente para uma discursividade em transformação: o discurso de recusa radical ao CHBM é tomado como o discurso de uma coletividade

mais ampla, referenciando outros sujeitos não indígenas. Aliás, a própria indeterminação de POVO permite que seu escopo referencial seja justamente preenchido discursivamente a partir daquelas apresentações e das três personagens esboçadas no cartaz. Dito de outra maneira, se outrora, por ocasião do I Encontro, a luta contra os projetos de barragem era a luta do povo Kayapó, com esta nova aliança forjada no/pelo EXVPS, o substantivo “povo” amplia seu escopo referencial, que será preenchido a partir de diversas práticas discursivas pontuais como esta da narradora em *off* do vídeo do EXVPS:

	Documentário EXVPS – 2008 – texto de abertura do documentário lido pela narradora em <i>off</i>
SD27	A bacia do Xingu é tudo que temos de mais valioso e que a natureza nos deu. Ela representa a continuidade da vida dos peixes e dos animais e a nossa própria de índios e ribeirinhos . Temos de resistir sem medo de defender o nosso bem maior que é o rio Xingu. Queremos ele vivo. Não estraga, preserva! Não queremos barragens. Deixa como está.

Nesta SD, observamos o sujeito discursivo costurar uma relação de aliança entre posições de sujeito inscritas em distintas FD⁵⁰. Diríamos que, neste recorte, há o trabalho de uma formação ideológica projetando duas FD com saberes diferenciados, mas que projetam, no discursivo, uma relação de aliança. Essa imaginária aliança estabelecida entre distintas posições de sujeito, inscritas, cada qual, em diferentes FD, é sustentada por um elemento exterior e comum, qual seja, a necessária relação de subsistência/existência dos povos da floresta com a bacia do Xingu. Para o sujeito discursivo, tanto os índios quanto os ribeirinhos partilham esse mesmo “bem maior”, portanto, precisam unir forças para “resistir sem medo”. Assume, portanto, a posição enunciativa de representante dos dois segmentos em comento e conclama-os à resistência contra o projeto Belo Monte, pois identifica a existência de um desejo comum, qual seja, o de manter o rio Xingu vivo, e ainda define uma posição comum ao coletivo representado: “não queremos barragens”. Estabelece-se nesta frente de resistência um pressuposto tido como real, qual seja, o de que a barragem,

⁵⁰ Na subseção seguinte, examinaremos cada uma dessas FD.

ao modificar as características originais do rio Xingu, destruirá, por tabela, a vida de todos os que direta ou indiretamente dele dependem para sobreviver.

Se, como estamos considerando, o sujeito discursivo desta SD projetada, no imaginário, uma relação de aliança entre diferentes posições de sujeito inscritas em diferentes FD, torna-se imperativo examinarmos cada uma dessas posições de sujeito, considerando suas determinações ideológicas e os processos discursivos que implicam. Desse modo, poderemos identificar, no dizer de todo e qualquer sujeito que ocupe a posição enunciativa de porta-voz dos povos atingidos pela barragem, quais indícios apontam para a fragmentação da forma-sujeito da FD preservacionista, que, como já pontuamos, organiza os saberes originais do discurso de recusa radical ao CHBM. Todo esse percurso analítico nos ajudará na identificação das transformações discursivas operadas nesse discurso.

3.5.1 Outras formações ideológicas que implicarão mudanças nos saberes da FD preservacionista

A costura imaginária de uma aliança entre diferentes posições de sujeito, tal como identificamos, entre outros recortes discursivos, pela ampliação do escopo referencial de POVO no cartaz convite do EXVPS, abarcando outros segmentos atingidos pelo CHBM, sugere que a forma-sujeito da FD preservacionista sofre uma fragmentação. Conseqüentemente, há, como já dissemos, a invasão de saberes externos a essa FD, isto porque cada segmento impactado, ao representar uma posição de sujeito afetada por uma FD específica, trará para o interior da FD preservacionista um recorte ideológico particular que precisa ser administrado pela forma-sujeito de modo a diminuir as chances de um conflito ideológico interno causado pelas particularidades das razões a que cada grupo representado aponta para dizer não à Belo Monte. Caberá a nós o exame da gestão desses saberes pelo sujeito que assume o discurso de recusa radical ao CHBM, mas, antes, precisamos compreender os referidos recortes ideológicos e as referidas posições de sujeito afetadas por tais formações ideológicas. Para tanto, recorreremos a trechos de entrevistas ou depoimentos concedidos por ribeirinhos - pescadores e agricultores – ao portal G1 e ao site Observatório da Sociedade Civil, que nos fornecerão pistas discursivas para

compreendermos a necessária relação imaginária destes com o real de sua existência. Vejamos os recortes seguintes:

	Portal G1 – 2016 – entrevista com agentes impactados pelas obras de Belo Monte - caravana caminhos do Brasil
SD28	Repórter: Antes da construção da hidrelétrica, o que vocês faziam? Pedro Nascimento: Nós vivíamos da roça, da pesca. De tudo ganhávamos dinheiro e agora? Está tudo parado. Não sei fazer nada. Nossa roça de cacau criou mato. Agora que os meninos começaram a limpar de novo.

	Portal G1 – 2016 - entrevista com agentes impactados pelas obras de Belo Monte - caravana caminhos do Brasil
SD29	Repórter: O que a Senhora sente por saber que vai ter que sair daqui? Entrevistado: Eu não me sinto muito bem não, porque eu nasci aqui, meus filhos e netos também nasceram e se criaram aqui. Se eu sair daqui não sei para onde vou.

	Observatório da Sociedade Civil – 12/06/2016 - reportagem sobre a remoção forçada de ribeirinhos pelo consórcio construtor de Belo Monte.
SD30	“Não foram só as máquinas chegarem e derrubarem as casas, foi a destruição dos nossos sonhos, dos vínculos de amizade. Para a Norte Energia, não existe direito. Eu olho para um lado e não vejo mais meu filho, olho para o outro e não está mais o meu compadre, olho para frente e não tem mais o agente de saúde, nem o vizinho que rezava ”, disse o pescador Hélio Alves da Silva, um dos moradores de Santo Antônio, a comunidade dissolvida há três anos.

	Observatório da Sociedade Civil –12/06/ 2016 - reportagem sobre a remoção forçada de ribeirinhos pelo consórcio construtor de Belo Monte.
SD31	O pescador José Arnaldo da Costa Pereira recebeu R\$ 24 mil por tudo que conquistou em uma vida de trabalho. Mas não é a quantia irrisória que o incomoda. “Tiram a gente do sossego da gente, onde a gente tem nossos pés de macaxeira, nossas galinhas, onde nasceu e criou os filhos para mandar a gente pra cidade e ficar naquela zoada, com ladrão para todo lado. Eu sou pescador e não tenho de onde tirar meu sustento a não ser no rio ”, disse à equipe de inspeção

É flagrante a relação de dependência sócio-econômica e afetiva dos sujeitos entrevistados em SD28 e SD31 com o rio Xingu e por extensão com as terras que o margeiam. Por meio da atividade da pesca ou da colheita, pescadores e agricultores fazem girar a engrenagem de um modo de produção marcado por uma economia mista de subsistência-venda. Reparemos que face a essas condições materiais de existência, os sujeitos constituem o imaginário segundo o qual o rio e a terra são as únicas vias possíveis de sobrevivência. Em outras palavras, o dizer desses sujeitos inscreve-se numa formação ideológica segundo a qual a bacia do Xingu é lugar de existência e seus recursos, fonte de subsistência. Entenderemos, portanto, que os sujeitos dessas SD assumem uma posição de sujeito inscrita na FD de subsistência que regula o discurso de subsistência dos povos da bacia do Xingu. Os saberes que fundamentam esta FD produzem o efeito de verdade segundo o qual o rio Xingu é a única via possível de sobrevivência, tal como pode-se constatar no trecho: “Eu sou pescador e **não tenho de onde tirar meu sustento a não ser no rio**”. E mais: projeta-se a partir da interpelação ideológica um futuro de incertezas (e agora?) com a perda de seu modo de vida, pois ele “não sabe fazer nada” fora do seu *locus vivendi*.

Em SD29, vemos que neste mesmo imaginário o sujeito estabelece um forte vínculo emocional com a topografia xinguanas de modo que sua remoção também projeta um futuro de incertezas: “não sei para onde vou”. Em SD30, o rio e a terra constituem o cenário no qual os moradores estabelecem vínculos de sociabilidade e de afetividade.

Diante do exposto, compreendemos que para esses sujeitos a barragem representa tanto a dissolução do seu tradicional modo de produção como a destruição do seu modo de sociabilidade, pois a construção da hidrelétrica, ao modificar a característica natural do rio (seu sistema de cheias e secas, a dinâmica de sua vazão), provocará a inundação das terras ribeirinhas e a conseqüente inviabilização da continuidade do *modus vivendi* tradicional das comunidades dos pescadores e agricultores. Sustentamos, portanto, que no imaginário dos povos da floresta, o CHBM representa a destruição da vida, não exatamente só a vida do rio, mas da vida significada como *modus vivendi* tradicional que abarca tanto um tipo de economia tradicional quanto um tipo de dinâmica de sociabilidade. No imaginário desses sujeitos, produz-se o efeito de sentido de uma relação metonímica, em que a destruição do rio é a destruição do povo que dele depende.

Voltemos nossa atenção para outro segmento também impactado pelo projeto Belo Monte. Trata-se dos moradores tradicionais das reservas extrativistas (Resex) do Rio Xingu, do Rio Iriri e do Anfrísio. As razões pelas quais esse grupo recusa Belo Monte são distintas e merecem um exame à parte. Do mesmo modo, buscaremos identificar o funcionamento discursivo dessa rejeição e para tal recorreremos a recortes da carta produzida pelas associações de extrativistas (AMOMEX, AMORERI e AMORA) e entregue ao presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Roberto Vizentin. Nesta carta, as lideranças das referidas Resex expõem os impactos que as obras de Belo Monte lhes têm causado e reivindicam ao ICMBio que solicite ao IBAMA ações imediatas de mitigação para melhoria da vida dos moradores da terra do meio⁵¹. O recorte discursivo seguinte constitui-se de SD extraídas da referida carta.

	Carta das Resex ao ICMBio – 2015 – Carta dos moradores das Resex ao presidente da ICMBio apresentando o conjunto de impactos sociais provocados por Belo Monte.
SD32	Estamos vivenciando uma situação de significativa piora no acesso ao sistema de saúde pública durante os últimos três anos. O aumento do fluxo populacional em consequência da construção da usina vem gerando pressão nos hospitais e postos de saúde na cidade de Altamira, tendo como principal consequência a superlotação , aumentando muito o tempo para o atendimento na cidade e muitas vezes não conseguindo o atendimento necessário.
	Carta das Resex ao ICMBio – 2015 - Carta dos moradores das Resex ao presidente da ICMBio apresentando o conjunto de impactos sociais provocados por Belo Monte.
SD33	Também nos sentimos impactados com os processos de negociação das casas urbanas que nós ribeirinhos possuímos e que estão sendo removidas pela Norte Energia, nas áreas inferiores à cota 100. Essas casas na cidade são as nossas casas de apoio para os donos e seus familiares que vem à

⁵¹ Esta é a designação para referir os moradores das reservas extrativistas.

cidade, inclusive sendo usadas pelos filhos mais velhos quando vem estudar em Altamira (principalmente no ensino médio).

Durante o processo de cadastramento dos imóveis e de negociação com a Diagonal (representante da Norte nos processos de realocação), muitos ribeirinhos escutaram que não teriam direito a uma casa no reassentamento urbano pois já possuíam uma casa na Resex e que a casa na cidade não era considerada “moradia permanente”. **Nosso modo de vida, particular e específico, foi desconsiderado nesse processo pois a Norte Energia considera moradia apenas o local habitado permanentemente ao longo do ano pelos moradores.** Essa falta de sensibilidade para as particularidades da região por parte da Norte Energia gerou muito desgaste para nós.

Muitos dos proprietários de casas dos baixões que acabaram depois de processos de argumentação e resistência conseguindo casas nos bairros novos (RUCs) hoje se mudaram e sentem desconforto pois **essas casas não garantem a manutenção do nosso modo de vida original, pois ficam muito distantes do rio.** Antes, chegávamos das Resex e podíamos ir a pé para nossas casas e, perto da rua peixaria, vender o pescado que trazíamos, por exemplo. Além disso, as casas eram próximas do centro, fundamental para o acesso à rede de serviços públicos da cidade.

As referidas SD tomadas em conjunto nos fornecem pistas discursivas que remetem a uma posição de sujeito inscrita em uma FD distinta daquela que determina, por exemplo, os dizeres dos indígenas, dos agricultores e dos ribeirinhos. Trata-se de uma FD que projeta uma formação ideológica segundo a qual a existência do sujeito se representa na evidência de um modo de vida marcado pelo fluxo sazonal de pessoas das reservas para a cidade e vice-versa. Nem totalmente lá nem totalmente cá: o sujeito se percebe nessa dinâmica natural de viver e produzir na floresta e viver, vender, estudar e se tratar na cidade. No jogo tenso das posições discursivas, aquele que se inscreve na posição de sujeito extrativista enxerga essa dinâmica como sendo afetada pela instalação da hidrelétrica, pois o efeito colateral provocado pelo empreendimento, qual seja, o aumento do fluxo populacional na cidade de Altamira, dificulta o acesso aos hospitais da cidade, impede o acesso dos filhos de extrativistas ao sistema escolar quando lhes retiram as casas de apoio na cidade, os submete a

situações de violência. No trecho “a Norte Energia considera moradia apenas o local habitado permanentemente ao lado do rio pelos moradores”, o sujeito discursivo nos dá acesso ao pré-construído que justamente representa a posição de sujeito do empreendedor: a Norte Energia desconsidera o modo de vida extrativista (nesse movimento Resex-cidade), ao retirar-lhes o direito do reassentamento, pois para o empreendedor moradias sazonais não entram nos critérios de indenização. Isto aponta para a existência de forças desiguais lutando na estrutura social (poder econômico x povos das Resex).

Em suma, para o sujeito extrativista, o CHBM representa a destruição de um *modus vivendi* particular por meio do qual o indivíduo constitui sua identidade e representa imaginariamente como única via de existência.

Neste ponto de nossa discussão, já temos condições de elaborarmos um quadro esquemático das FD, das posições de sujeito e dos saberes que determinam os enunciados de sujeitos discursivos outrora examinados:

FD1	Posição de sujeito:	Saberes discursivos:
	eu dependo do rio Xingu para prover minha subsistência	O rio Xingu é a única via possível de subsistência.
FD2	Posição de sujeito:	Saberes discursivos:
	eu dependo do rio Xingu para manter meu vínculo de subsistência e afetividade com a terra e manter meus laços de sociabilidade.	O rio Xingu, em seu estado natural, garante nossa relação subsistente e afetiva com o <i>locus vivendi</i> e com o outro.
FD3	Posição de sujeito:	Saberes discursivos:
	eu dependo do rio Xingu para manter meu modo de vida marcado pelo fluxo sazonal Resex-cidade que nos permite subsistir/existir	O rio Xingu garante a relação subsistir/existir a partir da dinâmica de viver- produzir na floresta e viver-vender-estudar-tratar-se na cidade.

De tudo quanto foi exposto, é possível concluirmos que a nova conjuntura do EXVPS propiciou a irrupção de uma frente de resistência marcada pela aliança forjada no imaginário entre diferentes posições de sujeito oriundas de domínios de saber diferenciados. Os organizadores do referido evento recuperam o discurso de recusa radical, mas operando transformações que repercutem em seu repertório de saber e na forma-sujeito que o determina. Dito de maneira mais específica, opera-se, com a instituição dessa nova frente coletiva de luta, uma invasão de outros saberes oriundos de FD externas à FD preservacionista e a fragmentação da forma-sujeito desta última FD, que passa a abrigar, além da posição de sujeito indígena, outras posições de sujeito, a exemplo da ribeirinha, da extrativista, da cidadina. No entanto, apesar dessas transformações, o retorno do discursivo, transformado pelas novas condições de produção, sobre a memória não foi capaz de romper com o processo da repetibilidade, desestabilizando-a. Sustentamos que a FD preservacionista, cuja memória organiza os saberes pilares da recusa ao CHBM, não para de funcionar, exercendo sua determinação sobre o sujeito. Ela apenas se reorganiza de modo a acomodar outros saberes em seu repertório discursivo. Resulta, portanto, que o discurso de recusa sofreu modificações que operaram deslizamentos e não derivas dos sentidos. Novos efeitos de sentido impor-se-ão!

Sistematizando o que foi exposto, o EXVPS recupera, pelo viés da memória discursiva, a materialidade simbólica do gesto de Tuíra e o discurso que a ela vem encarnado, qual seja, o da recusa radical ao CHBM, mas operando significativas mudanças nesse discurso, seja pela adição de novos saberes discursivos, tal como exposto no quadro acima, seja pela irrupção de novas posições de sujeito, o que implica a heterogeneização da FD preservacionista. Se estamos considerando a existência de transformações no discurso de recusa radical ao CHBM e a fragmentação da forma-sujeito pelo viés da qual o sujeito discursivo se identifica com a FD que organiza seus saberes, já não é mais possível designar esta última como FD preservacionista, pois desse modo não é possível abarcar os outros saberes que migraram para seu interior desde o interdiscurso. Propomos, portanto, designá-la como FD anti-CHBM, uma vez que assim podemos operar com as diversas posições de sujeito que agora se inscrevem no seu interior, organizando saberes muito distintos oriundos de outros lugares que nela introduzem diferenças, divergências e contradições.

Tais posições de sujeito, ao significar a destruição produzida pelo CHBM, cada qual afetada por determinações ideológicas distintas, absorvidas pela forma-sujeito da FD anti-CHBM, indiciarão mudanças no discurso de recusa que se fazem enxergar no elenco de razões levantadas pelo MXVPS para categorizar o complexo hidrelétrico como usina de destruição e morte.



Figura 10 – Cartaz de protesto do MXVPS
Fonte: Arquivo de fotos do EXVPS

Ao considerarmos a materialidade significativa deste cartaz, perguntamo-nos sobre os complementos elididos dos nomes “destruição” e “morte” que funcionam como qualificadores de Belo Monte. Buscaremos compreender de que modo o conjunto das formações ideológicas que determinam aquelas posições de sujeito implicam no trabalho do porta-voz em restituir discursivamente os objetos daquelas elisões que são, a nosso ver, retomadas das diferentes razões por que cada segmento rejeita o projeto. Esta preocupação pontual nos ajudará a compreender as mudanças

operadas no discurso em foco. Mas antes, precisamos investigar a conjuntura que permitiu a instituição do MXVPS como entidade representativa dos anseios dos povos da floresta e o consequente aparecimento do porta-voz ao final do EXVPS em 2008.

3.5.2 A aliança dos povos e a palavra delegada: o MXVPS como entidade representante dos povos da bacia do Xingu e o aparecimento do porta-voz.

Na manhã do dia 23 de maio de 2008 chega ao fim o EXVPS. Representantes dos diversos segmentos que compõem o grupo coletivo alcunhado de “povos da floresta” e seus representados, bem como outras representações (ONGs, Movimentos Sociais, moradores da cidade, comunidade escolar de Altamira) participaram de um ritual coletivo de reverência ao rio Xingu. Tivemos acesso às imagens dessa celebração por meio do vídeo do EXVPS. Há índios tomando banho nas águas do rio, embalados por cânticos de agradecimento e declarações proferidas por outros participantes que ressaltam a importância da bacia para a sobrevivência dos diversos povos.

Uma cena nos chamou a atenção, levando-nos à captura do frame para análise: trata-se do momento em que uma das participantes e organizadoras do evento, Sheila Jurunas, faz a leitura da carta Xingu Vivo para Sempre (CXVPS). Vejamos o frame fotográfico:



Figura 11 – Encerramento do EXVPS/ reverência ao rio Xingu
 Fonte: *print screen* de cena do documentário EXVPS

É possível perceber que no primeiro plano da fotografia encontra-se Sheila Juruna com o microfone, realizando a leitura da referida carta. No segundo plano, estão posicionados dois indivíduos indígenas segurando a bandeira do Brasil e imediatamente atrás do símbolo nacional estão a índia Tuíra, Elena Silva, representante do movimento de mulheres negras de Altamira, e também coordenadora do encontro. Mais ao fundo, estão dispostos demais organizadores do EXVPS (destaque para Antônia Melo⁵², localizada no segundo plano no canto esquerdo) e lideranças dos ribeirinhos, pescadores, agricultores e moradores das Resex.

Tanto esta cena quanto o conteúdo da carta Xingu Vivo para Sempre funcionam discursivamente como mecanismos consagradores e legitimadores do MXVPS como grupo coletivo que representa as demandas dos povos da bacia do Xingu, por intermédio do qual diversas lideranças ocupam a posição enunciativa de porta-voz. Para sustentarmos nossa percepção, necessitamos de fundamentos teóricos para compreender o funcionamento desta posição enunciativa, evocando como apoio as considerações de Pêcheux (1990), de Zoppi-Fontana (1997) e de

⁵² Antônia Melo destaca-se como uma das coordenadoras do MXVPS de maior visibilidade social.

Indursky (2000a). Após a revisão do suporte teórico, faremos uma análise em dois tempos, a saber, primeiramente da materialidade fotográfica e em seguida do texto da CXVPS.

Pêcheux (1990) nos explica que a figura enunciativa do porta-voz surge como resultando de uma ruptura com a ordem estabelecida, isto é, com os processos discursivos que garantem a repetibilidade do mesmo. Ele é, portanto, produto de um acontecimento histórico que vem estremecer os rituais já consagrados pelos quais o Estado burguês assegura a dominação ideológica do sujeito. Em nosso entender, o surgimento de um porta-voz na estrutura social permite que o irrealizado do acontecimento se torne possível: opera-se uma conversão do olhar do poder que passa a enxergar não mais uma massa amorfa e fragmentada, mas um centro visível que lhe afronta e a quem se deve reportar. É justamente essa perturbação que Conein (1981, apud PÊCHEUX, 1990) identifica, ao afirmar que o surgimento do porta-voz na revolução francesa provocou um redirecionamento da fala dos agentes políticos (poder->porta-voz->povo). Nas palavras de Pêcheux (1990, p. 17),

O porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa e sob seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o seu adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um “nós” em formação e também em contato imediato com o adversário exterior.

Em Zoppi-Fontana (1997), a figura enunciativa do porta-voz é mobilizada a partir das mesmas formulações teóricas de Pêcheux, mas com intuito de compreender os mecanismos simbólicos cujas discursividades legitimam o lugar de enunciação do presidente Raul Alfonsín como mandatário do povo argentino. Vejamos o que diz a autora:

A figura do porta-voz é definida como um funcionamento enunciativo de mediação da linguagem como forma nova de enunciar a palavra política, através da qual um sujeito pertencente a um grupo, e reconhecido pelos outros integrantes como igual, destaca-se do resto como centro visível de um *nós* em formação, que o coloca em posição de negociador potencial com o poder constituído (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 20).

Como se pode ver nessas considerações, a constituição do porta-voz perpassa por um ritual específico por meio do qual um sujeito se destaca dos demais integrantes do grupo coletivo como um centro visível de um “nós” em formação. Esta percepção nos ajuda na compreensão do que ocorre com a instituição do MXVPS

como entidade representativa dos povos da bacia do Xingu e o surgimento de uma posição enunciativa de porta-voz que poderá assumir a palavra política e falar em nome do MXVPS como entidade e, simultaneamente, em nome dos povos da bacia do Xingu como grupo⁵³. O sujeito que assume a posição enunciativa de porta-voz faz discursos públicos “para e sobre o povo, (enunciando) demandas de ação em nome do povo, lhe (atribuindo) ações e as relatam, e o descrevem como agente coletivo em movimento” (CONEIN, 1981 [2016, p. 87]).

Atuando como coordenadores do MXVPS, a saber, Antônia Melo da Silva (liderança oriunda do Movimento de Mulheres do Campo e Cidade - MMCC), Sheila Juruna (líder indígena dos Juruna de Boa Vista – Vitória do Xingu), Elena Silva (liderança oriunda do movimento negro), Irmã Inez (oriunda da congregação das franciscanas de Altamira) e Padre João Bosco (ligado à prelazia do Xingu), estes indivíduos enunciam a partir desta posição enunciativa.

Considerado a função institucional do MXVPS, entendemos que o centro visível do “nós” em formação, a que o poder constituído enxerga, converte-se não em uma posição exclusivamente ocupada por um enunciador em particular, mas uma posição enunciativa frequentemente intercambiável entre tais coordenadores. Podemos dizer que uma dessas lideranças, a saber, Antônia Melo, é, notadamente, a que mais se destaca na tomada da palavra política e também a que mais frequentemente participa dos eventos políticos representando a entidade, mas nem por isso outros coordenadores deixam de falar em nome do MXVPS como entidade e em nome dos segmentos impactados como grupo.

Estas considerações já nos são suficientes para que retornemos ao exame da cena da reverência ao rio Xingu. Entendida aqui como materialidade que clama por sentidos, ela se inscreve a um só tempo na memória do acontecimento do I Encontro de 1989, pela presença da Índia Tuíra, e na memória do acontecimento da instituição dos direitos constitucionais indígenas, pelo viés da bandeira nacional. Expliquemos: a imagem da Índia na foto acima atualiza o gesto que irrompeu o discurso de recusa radical ao CHBM. Ao mesmo tempo, a sustentação de um dos símbolos que representa a nação brasileira (não por acaso estendida por sujeitos índios) remete ao direito dos índios à diferença, ao seu direito originário sobre as terras que

⁵³ Estamos nos apoiando em análise similar proposta por Indursky (2000a) para pensar o funcionamento enunciativo da figura do porta-voz que fala em nome do MST enquanto entidade e ao mesmo tempo em nome dos sem-terra como grupo.

tradicionalmente ocupam e ao direito de representação jurídica. Em outros termos, o recorte fotográfico de Tuíra e da bandeira sustentada pelos índios promove um amálgama discursivo em que a FD anti-CHBM é atravessada pelo discurso liberal do estado democrático de direito: uma vez reconhecidos os direitos constitucionais indígenas e seu *status* de brasilidade na diferença, não resta outra alternativa ao Estado/empreendedor senão respeitar a vontade desse segmento. Aliás, esse é o efeito de sentido que se produz no dizer dos porta-vozes do MXVPS quando acusam o Estado de ditador que “enfia a usina goela abaixo”.

O recuo na memória do I Encontro, fazendo ressoar o discurso da recusa radical ao CHBM, é necessário para sustentação da relação imaginária da delegação da palavra política dos líderes indígenas aos porta-vozes do MXVPS. Em nosso entender, esta delegação acontece no exato momento em que Sheila Juruna procede à leitura da CXVPS enquanto obtém uma espécie de anuência dos segmentos impactados que se representa na própria presença de indivíduos pertencentes a esses segmentos ao lado e atrás de Sheila. Em outros termos, institui-se essa relação imaginária de delegação da voz dos povos a um porta-voz, o que se materializa discursivamente pela cena acima descrita e pela leitura da CXVPS. Opera-se, com isso, uma transformação no discurso de recusa, cuja forma-sujeito passa a abrigar outras posições de sujeito. Essa fragmentação da forma-sujeito da FD anti-CHBM permite a sustentação ideológica do sintagma “povos da bacia do Xingu” frequentemente circulando no dizer “povos da bacia do Xingu unidos contra Belo Monte”. Encontramos as marcas discursivas dessa fragmentação da forma-sujeito do discurso de recusa no texto de apresentação do movimento que transcrevemos a seguir:

	Apresentação do MXVPS no site < www.xinguvivo.org.br > – Apresenta a formação do coletivo que luta contra as barragens no rio Xingu.
SD34	O Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS) é um coletivo de organizações e movimentos sociais e ambientalistas da região de Altamira e das áreas de influência do projeto da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, que historicamente se opuseram à sua instalação no rio Xingu. Além de contar com o apoio de organizações locais, estaduais, nacionais e internacionais, o <i>MXVPS agrega entidades representativas de ribeirinhos, pescadores, trabalhadores e trabalhadoras rurais, indígenas, moradores de Altamira, atingidos por barragens, movimentos de mulheres e organizações religiosas e ecumênicas</i>

Como podemos reconhecer nesse texto de apresentação, o MXVPS se coloca como representante de um coletivo de sujeitos *que historicamente se opuseram* à instalação do empreendimento. Essa oposição que o movimento recupera pelo alçamento à condição de representante retorna sobre a memória de uma causa explícita alhures: oposição à hidrelétrica por causa dos danos causados ao Rio Xingu, portanto, à vida. Nesse sentido, ao colocar-se como representante dessa coletividade, o MXVPS assume sua posição no âmago do discurso de recusa radical ao CHBM.

A segunda materialidade discursiva, a CXVPS, fornece-nos pistas que reforçam a compreensão dos mecanismos discursivos legitimadores do lugar de porta-voz dos povos da bacia, instituído com a emergência do MXVPS, bem como indicia aquelas já citadas transformações operadas no discurso do qual nos ocupamos.

A CXVPS foi o documento que, lido durante a manifestação de reverência coletiva ao rio Xingu no último dia do EXVPS, funcionou no imaginário dos presentes como uma espécie de certidão de nascimento do MXVPS, que cela a aliança dos diferentes segmentos impactados por Belo Monte e, ao mesmo tempo, os constitui como grupo frente ao poder do Estado/empreendedor.

Como já dissemos, o porta-voz erige-se como um centro visível de um “nós” em formação. É justamente por meio deste pronome⁵⁴ que o sujeito discursivo enuncia na referida carta, conforme o recorte seguinte:

	Carta Xingu vivo para sempre – 2008 – Carta manifesto lida ao cabo das atividades do Encontro Xingu vivo para sempre.
SD35	Nós , <i>representantes das populações indígenas, ribeirinhas, extrativistas, dos agricultores e agricultoras familiares, dos moradores e moradoras da cidade, dos movimentos sociais e das organizações não governamentais da Bacia do rio Xingu</i> , nos reunimos no encontro Xingu Vivo para Sempre, realizado na cidade de Altamira (PA), entre os dias 19 e 23 de maio de 2008, para discutir, avaliar e denunciar as ameaças ao rio que nos pertence

⁵⁴ Incluímos em nossa análise todos os demais mecanismos linguísticos indiciadores da 1ª pessoa do plural, tais como o pronome oblíquo “nos”, o possessivo “nosso (a,os,as)” e a desinência verbal “mos”.

	e ao qual pertencemos nós e reafirmar o modelo de desenvolvimento que queremos.
--	---

Em conformidade com Indursky (2000a), entendemos que o uso do pronome em destaque, bem como das demais formas pronominais da 1ª pessoa do plural presentes na SD, permite que o sujeito assuma a palavra política falando tanto em seu nome quanto em nome da coletividade que representa. A este “nós” que abre a carta, Guespin (1985, apud INDURSKY, 1997) designa como “conjunto lexicalmente não nomeado”, pois seu escopo referencial, sendo plástico, móvel, favorece a indeterminação referencial. Por conta dessa indeterminação referencial e da equivocidade que se instala colateralmente, a autora considera o grupo lexicalmente não nomeado, mas que é referido por esse “nós”, como *não-pessoa discursiva*.

Os referentes da forma pronominal podem ser variados e difusos sem uma explicitação linguística, ou seja, “na interlocução discursiva, a não-pessoa discursiva corresponde ao referente lexicalmente não-especificado ao qual se associa para constituir nós” (INDURSKY, 1997, p. 67). No caso da SD em análise, ocorre justamente uma explicitação dos referentes e isso provoca um efeito de legitimação do porta-voz, o que passamos a examinar em seguida.

Indursky (2000a, p. 4) investigou o funcionamento desse “nós” no discurso do porta-voz do MST e a autora concluiu que a palavra do porta-voz “assume a dimensão de uma ação coletiva de massa, não falando só em seu nome; ao dizer “nós”, o porta-voz dá voz e visibilidade aos sem terra, ao MST e aos seus objetivos e pretensões”. Do mesmo modo, estamos compreendendo o funcionamento do sujeito político que, ao enunciar como um “nós”, agrega a seu dizer, como co-partícipes da palavra política, os representantes do segmento indígena, os representantes do segmento ribeirinho, do segmento extrativista, do segmento dos agricultores, os representantes de diversos movimentos sociais e de moradores da cidade de Altamira. Em nossa percepção, o sujeito que enuncia na CXVPS opera discursivamente com esse recorte referencial para apresentar-se como o centro visível instituído legitimamente como mandatário dos sujeitos identificados como aqueles que historicamente mantêm relações de subsistência ou existência com o rio Xingu em seu estado natural. No discursivo, é essa condição de dependência com o rio que legitima o direito dos povos da bacia a recusar aquilo que lhes provocará danos.

Convém pontuar que o escopo referencial das formas pronominais já havia sido sedimentado no imaginário de todos os participantes do evento, seja por intermédio da aliança sugerida pelo cartaz convite do EXVPS, seja pelas performances apresentadas na abertura do evento (a dança dos indígenas e a encenação dos ribeirinhos). Questionamos então o porquê da explicitação dos referentes das formas da 1ª pessoa nas primeiras linhas da carta.

Para responder à pergunta, recorreremos à discussão levada a cabo por Pêcheux (2009) sobre o caráter ambíguo das construções relativas determinativas e das relativas explicativas. Para o filósofo, a diferença entre as duas é garantida no discursivo e não no lógico linguístico, o que reforça a teoria do discurso. Inspirado nos trabalhos do epistemólogo francês Paul Henry, Pêcheux (2009) advoga que são dois os funcionamentos que explicam a diferença entre aqueles tipos de construções: o pré-construído e o efeito de sustentação. O primeiro remete ao anterior e exterior, ao que foi pensado antes em outro lugar e que retorna e se encaixa sintaticamente no todo do enunciado. Esse “pensamento” enquanto pré-construído pode ser objeto de uma denegação, distanciamento ou concordância e está diretamente ligado ao funcionamento determinativo da relativa. Já o efeito de sustentação está na base do funcionamento explicativo da relativa e sinaliza uma evocação lateral de um pensamento sabido em outro lugar, por outra via que retorna para sustentar o objeto da proposição de base. É o que Henry chama de retorno de saber no pensamento.

Ao considerarmos o funcionamento discursivo das relativas tal como nos aponta Pêcheux, tomamos a liberdade de restituir o esquema (pron qu-SV¹ SV²) no sintagma “**nós (que somos) representantes das populações...**”. Entendemos que a explicitação dos referentes pronominais dada a ver na oração relativa explicativa produz um efeito de sustentação da representatividade/legitimidade das decisões tomadas pelo “nós” político durante o EXVPS, pois antes ele já foi consagrado como o mandatário dos diferentes segmentos cuja condição de impactados pelo CHBM lhes garantiu o direito de recusar o empreendimento. Se nos permitirmos uma paráfrase, o sujeito discursivo parece dizer o que segue: “É por gozarmos da condição de mandatário dos diferentes segmentos impactados por Belo Monte que nossa denúncia, nossa avaliação do projeto Belo Monte e nossa proposta de desenvolvimento para a região do Xingu devem ser consideradas legítimas pelo Estado/empreendedor”.

Para além desse funcionamento específico da construção relativa que produz o efeito de legitimidade representativa das tomadas de decisão do sujeito político, detectamos, na CXVPS, outros funcionamentos que tem a ver com a sustentação da própria representatividade política do porta-voz: a) a produção de novas formas de subjetivação encarnadas na FD dos diversos segmentos impactados; b) a identificação com as práticas de existência/subsistência dos diversos segmentos impactados. Como veremos, o “efeito colateral” produzido pelo trabalho do porta-voz em sustentar sua representatividade resulta na transformação do discurso de recusa radical ao CHBM. Expliquemos: pela produção de novas formas de subjetivação alinhadas às diferentes FD dos segmentos impactados e pela identificação do sujeito político com suas práxis de existência/subsistência, a FD anti-CHBM absorverá outros saberes desde o interdiscurso, saberes esses que representam o recorte ideológico das relações imaginárias dos sujeitos índios, ribeirinhos, extrativistas, agricultores, etc., com suas reais condições de existência, vale dizer, com o real ideológico-discursivo que os determina a dizer não ao CHBM.

Em Pêcheux (2009) temos acesso a um aspecto teórico sobre os processos de subjetivação ou interpelação ideológica que, para os propósitos da presente análise, vale a pena transcrever:

a marca do inconsciente como ‘discurso do Outro’ designa no sujeito a presença eficaz do ‘Sujeito’, que faz com que todo sujeito ‘funcione’, isto é, tome posição, ‘em total consciência e em total liberdade’, tome iniciativas pelas quais se torna ‘responsável’ como autor de seus atos, etc., e as noções de *asserção* e de *enunciação* estão aí para designar, no domínio da ‘linguagem’, os atos de tomada de posição do sujeito, enquanto sujeito falante. (PÊCHEUX, 2009, p. 159)

Por essas linhas, compreendemos que o mecanismo pelo qual o sujeito desconhece inscrever-se em uma posição de sujeito funciona como efeito de evidência ideológica. O sujeito é levado, pelo processo de interpelação/identificação, a tomar posição em um discurso e não em outro, em uma FD e não em outra, de modo que isto resulta em diferentes formas de subjetivação. É o que acontece no caso do sujeito político que enuncia na CXVPS. Na busca por legitimar-se como mandatário dos diversos segmentos da bacia do Xingu, ele identifica-se com a posição de sujeito indígena historicamente contrária à instalação do CHBM. Vejamos o recorte:

	Carta Xingu vivo para sempre – 2008 - Carta manifesto lida ao cabo das atividades do Encontro Xingu vivo para sempre.
SD36	Nós, que somos os ancestrais habitantes da Bacia do Xingu que navegamos seu curso e seus afluentes para nos encontrarmos; que tiramos dele os peixes que nos alimentam; que dependemos da pureza de suas águas para beber sem temer doenças; que dependemos do regime de cheias e secas para praticar nossa agricultura, colher os produtos da floresta e que reverenciamos e celebramos sua beleza e generosidade a cada dia que nasce; <i>nós temos nossa cultura, nossa espiritualidade e nossa sobrevivência profundamente enraizadas e dependentes de sua existência.</i>

No imaginário nacional, a condição de ancestralidade, no que concerne à ocupação das terras brasileiras, é notadamente atribuída ao segmento indígena. Em nossa história, essa condição de ancestralidade experimentada pelos índios é acionada apenas para compor o pano de fundo da famigerada “descoberta” do Brasil pelos portugueses. Mas, frequentemente, ouvimos dizeres que apontam para um processo de desidentificação do sujeito com o discurso do descobrimento⁵⁵.

No caso da SD35 essa desidentificação funciona como um *já-sabido* que, materializando-se na relativa em destaque: a) identifica o porta-voz à posição de sujeito indígena para legitimá-lo como mandatário desse segmento; b) dá sustentação à enunciação de “*nós temos nossa cultura, nossa espiritualidade e nossa sobrevivência profundamente enraizadas e dependentes de sua existência*”. Sobre este último aspecto, entendemos que a relativa explicativa evoca, lateralmente, o implícito de acordo com o qual os índios já ocupavam a bacia do Xingu muito antes do branco por lá aportar. Esse efeito de sentido do “ser ancestral” é um saber daquela FD e funciona como um argumento para fundamentar a relação de dependência histórica do índio com o rio Xingu. Essa relação forjada no imaginário está “tão profundamente enraizada” que toda e qualquer ameaça ao rio Xingu representa uma ameaça real à vida do povo indígena. É isso que justifica a recusa do porta-voz ao empreendimento Belo Monte.

⁵⁵ Há uma recorrente “pegadinha” cujo efeito de humor coloca em suspeição o discurso da descoberta: “Quem descobriu o Brasil – os índios pois foram os primeiros habitantes das terras tupiniquins”.

Ainda sobre o funcionamento discursivo da relativa, chama-nos atenção o sintagma nominal “os ancestrais”, cujo efeito aponta para um deslocamento nas redes de sentido dominantes. Ao consultarmos o dicionário Michaelis *online*, verificamos que o termo “ancestral” funciona por vezes como substantivo masculino referenciando os antigos, os que vieram antes da presente geração. Importa aqui lembrar um postulado tão caro à AD: as palavras ou expressões retiram seus sentidos da FD na qual se inscreve o sujeito discursivo para dizer. Importa ainda considerar, consoante as orientações teóricas de Orlandi (2012, p. 54), que na tomada de posição o sujeito recupera uma memória (histórica), mas às vezes deslocando os sentidos aí estabilizados, “fazendo fluir o discurso, nos seus percursos, trabalhando o equívoco, a falha, atravessando as evidências do imaginário e *fazendo o irrealizado irromper no já estabelecido.*” (grifo nosso). Nesse sentido, o ponto alto do funcionamento deste imaginário que alça o sujeito discursivo à posição de ocupante originário da bacia do rio Xingu é o que dilui as diferenças entre a presente geração e aqueles que vieram antes. A FD anti-CHBM trabalha sobre a imagem de um tempo atemporal (sem um antes e um depois, só o agora) em que o porta-voz e seus representados gozam atemporalmente desse status de habitantes históricos do Xingu. Essa imagem do tempo é construída e assumida pelo sujeito coletivo, que torna legítima a recusa a um empreendimento que não se encaixa em seu modelo tradicional de vida.

A luta de minorias por visibilidade social perante o poder público começa pela evocação do *status* de cidadão brasileiro, pois só gozando dessa condição é que se pode reivindicar o direito. Um exemplo notável foi a conquista do sujeito indígena ao reconhecimento, direito garantido pelo texto constitucional de 1988, de sua condição de brasileiro na diferença, incorrendo em uma série de direitos que o Estado deve garantir e respeitar. Na SD36, o porta-voz inscreve seu dizer no texto constitucional, evocando para si e para o grupo que representa essa posição de cidadão brasileiro.

	Carta Xingu vivo para sempre – 2008 - Carta manifesto lida ao cabo das atividades do Encontro Xingu vivo para sempre.
SD37	(...) nós, cidadãos e cidadãs brasileiras , vimos a público comunicar à sociedade e às autoridades públicas federais, estaduais e municipais a nossa decisão de fazer valer o nosso direito e o de nossos filhos e netos a viver com dignidade, manter nossos lares e territórios, nossas culturas e

	formas de vida, honrando também nossos antepassados, que nos entregaram um ambiente equilibrado
--	---

A construção relativa “(que somos) cidadãos e cidadãs brasileiras” funciona como uma evidência necessária à sustentação do fazer valer: o direito à propriedade, o direito à manutenção do modo de produção vigente e dos laços de sociabilidade radicados no espaço geográfico. Em outros termos, o porta-voz, ao evocar o *status* de cidadãos brasileiros ao grupo representado, pode reivindicar seus direitos fundamentais que ora estão ameaçados pelo poder empreendedor.

Um exame mais detalhado da construção relativa em foco nos permite atravessar esse efeito de evidência do *status* de brasilidade para escutarmos o trabalho de sentidos costurando a inclusão dos povos indígenas nessa massa de brasileiros⁵⁶. O EXVPS ocorre como um ato público em resposta à decisão do Congresso Nacional em retomar a construção da barragem sem a necessidade de ouvir os povos indígenas (pois a voz destes não é, como já observamos, objeto da escuta. Não há escuta, apenas desentendimento). Nesse sentido, o porta-voz, ao afirmar sua condição de brasilidade, inclui automaticamente todos os representados, inclusive os povos indígenas. O sujeito político retorna sobre a memória para trazer o direito original dos indígenas sobre a terra e a todos os recursos naturais que nela se encontram desde o momento em que os europeus aqui aportaram (se há um povo a quem não se pode negar a condição de brasilidade, este povo é o indígena que há tempos habita estas terras).

Em suma, temos um trabalho discursivo que resulta como efeito de homogeneização do grupo representado pelo porta-voz por meio da sustentação de um *status* de brasilidade sem dissensões. Esse efeito se faz necessário para reafirmar e assegurar no imaginário o direito de todos, incluindo-se aí o dos indígenas, aos recursos naturais pelos costumes, pela tradição e pela lei.

Como já dissemos, as construções relativas produzem um efeito de reforço à legitimidade representativa do porta-voz pela identificação do sujeito discursivo às práticas de existência/subsistência do coletivo representado. No imaginário, seu

⁵⁶ Por ocasião da abertura do Encontro Xingu Vivo para Sempre, indígenas da etnia Parakanã entoaram o Hino Nacional em sua língua materna. Compreendemos esse gesto como forma de sustentação de uma identidade brasileira para o sujeito indígena, mas também a reafirmação de sua identidade Parakanã, pois cantaram o hino em sua língua materna. Isso lhe permite enunciar como cidadão que tem direitos e deveres assim como qualquer outro brasileiro.

modus vivendi está profundamente vinculado à existência do rio Xingu. Compartilhando juntos uma experiência que os vincula à existência do rio, eles podem recusar Belo Monte. Vejamos os recortes discursivos que seguem:

	Carta Xingu vivo para sempre – 2008 - Carta manifesto lida ao cabo das atividades do Encontro Xingu vivo para sempre.
SD38	Nós, que somos os ancestrais habitantes da Bacia do Xingu que navegamos seu curso e seus afluentes para nos encontrarmos; que tiramos dele os peixes que nos alimentam; que dependemos da pureza de suas águas para beber sem temer doenças; que dependemos do regime de cheias e secas para praticar nossa agricultura, colher os produtos da floresta e que reverenciamos e celebramos sua beleza e generosidade a cada dia que nasce; nós temos nossa cultura, nossa espiritualidade e nossa sobrevivência profundamente enraizadas e dependentes de sua existência

	Carta Xingu vivo para sempre – 2008 - Carta manifesto lida ao cabo das atividades do Encontro Xingu vivo para sempre.
SD39	Nós, que mantivemos protegidas as florestas e seus recursos naturais em nossos territórios, em meio à destruição que tem sangrado a Amazônia (...) nós, os que zelamos pelo nosso rio Xingu, não aceitamos a invisibilidade que nos querem impor e o tratamento desdenhoso que o poder público tem nos dispensado

É perceptível nas duas SD que o conjunto das orações relativas em destaque aponta para as práticas de natureza socioeconômica identificadora de cada um dos segmentos representado pelo porta-voz. Conseguimos restituir, por exemplo, o sujeito que navega o rio Xingu, o que pesca e logo identificamos o índio e o ribeirinho. Restituímos também o sujeito que pratica a agricultura, valendo-se do regime de cheias e secas do rio, o sujeito que colhe os frutos das matas ciliares e logo identificamos o agricultor e o extrativista. Por fim, detectamos o sujeito que protege o meio contra o inimigo depredador, o sujeito que reverencia e protege o bem maior promotor da vida – o rio Xingu e nesse instante apontamos mais uma vez o índio. Toda essa gama de práticas, o porta-voz evoca para construir um suporte

argumentativo para o fato produzido como evidência, qual seja, o de que não se pode ignorar a inextricável relação de dependência existencial dos povos da bacia do Xingu com o rio em toda sua extensão metonímica.

Ampliando a questão, consideramos que a evocação das práticas contidas nas relativas explicativas identifica o porta-voz com o grupo que ele representa, reforçando seu lugar de representante legítimo. O direito de propriedade dos povos da bacia é garantido pelas práxis históricas, pela tradição dos antepassados que antes ali se instalaram e que deixaram a riqueza às gerações presentes. Esse sentimento de pertença atestado nas explicativas justifica o porquê de os sujeitos que se inscrevem nessa FD acusarem o empreendedor de usurpador, de violador de direitos. As perguntas são: usurpador de quê? Violador do direito de quem? Ora, daqueles que há tempos se utilizam do rio em seu curso natural para existir.

Estamos diante de mais uma formação imaginária engendrada no interior da formação ideológica que dá corpo ao discurso de recusa: a luta pela manutenção do bem público coletivo contra a sua usurpação e transformação, pelo empreendedor, em bem privado. O gesto que, por um lado, interpreta o rio como herança dos povos da bacia, por outro apaga que, na forma do art. 20, III, da Constituição Federal, esse mesmo rio é um bem da União, podendo esta, em consonância com “um possível interesse maior da nação brasileira”, aproveitar o seu potencial hidrelétrico, por exemplo.

Portanto, nas SD em tela, o grupo de orações relativas explicativas em destaque produz um efeito de real ontológico – o sujeito coletivo reconhece sua histórica relação de dependência com o rio Xingu e, portanto, assume para si o direito de lutar contra a apropriação indevida do rio pelo Estado/empreendedor na forma do aproveitamento hidrelétrico do Xingu.

Em suma, a explicitação de um sem número de práticas de vivência/sobrevivência intimamente ligadas à existência do rio (que aqui parafraseamos como “aquilo que importa para nossa subsistência porque suas águas garantem nosso ir e vir, nosso alimento”) tanto identifica o porta-voz com o coletivo impactado pelo CHBM quanto o alça à condição legítima de poder dizer não à Belo Monte. É esse o mecanismo de produção de um real ontológico engendrado pela FD anti-CHBM que torna evidente para o sujeito a “verdade” contida no enunciado “o rio que nos pertence e ao qual pertencemos nós”.

CAPÍTULO 4

A CONFIGURAÇÃO DA FD ANTI-CHBM E A GESTÃO DOS SABERES PELO PORTA-VOZ DO MXVPS PÓS TRANSFORMAÇÕES DISCURSIVAS

No capítulo anterior, exploramos a conjuntura que favoreceu as transformações na FDPI a partir da invasão de novos saberes em seu domínio. Como vimos, essa invasão ocorre por ocasião de uma aliança forjada no imaginário entre diferentes posições de sujeito (inscritas em outras FD) também afetadas pelo empreendimento Belo Monte que voltou com força no início dos anos 2000. A consequência dessa aliança é, para nós, a transmutação daquela FD para FD anti-CHBM (esta nova designação aponta para uma mescla de saberes oriundos de outras regiões do interdiscurso) e também o aparecimento do lugar enunciativo do porta-voz que se erige como aquele que irá conduzir ao poder vigente a demanda política daqueles que formam o agora chamado povos da bacia do Xingu. Portanto, o trabalho discursivo do porta-voz é este de gerir os saberes (materializações de diferentes recortes ideológicos) que, no interior da FD anti-CHBM, representam distintas posições de sujeito.

Com base nessas observações, buscaremos examinar os processos discursivos implicados na identificação do sujeito discursivo (aquele que assume a posição de porta-voz) com as novas posições de sujeito que emergiram pós-fragmentação da forma-sujeito da FDPI (agora FD anti-CHBM como foi discutido anteriormente).

Para atingirmos este objetivo, é preciso, antes, examinarmos as projeções imaginárias forjadas pelos líderes do MXVPS sobre os diferentes segmentos impactados pelo empreendimento Belo Monte e sobre este que é o grande objeto do litígio. É a partir desse jogo de imagens estabelecido pelo sujeito discursivo, que fala

em nome do movimento enquanto instituição e em nome dos atingidos enquanto grupo, que aquela aliança pode ser fortemente selada, implicando os processos discursivos de identificação do porta-voz a diferentes subjetividades, tal como exploraremos a seguir.

Já apontamos o fato de que, em AD, o imaginário corresponde a uma parcela do real (o impossível de ser apreendido/simbolizado no seu todo, impossível de não ser representado), uma espécie de recorte operado pelo sujeito que, como bem observa Orlandi (2012), produz o efeito de evidência, de impressão da realidade no discurso. Pêcheux ([1969]/2010a) nos ensina que este mesmo imaginário também projeta, no discursivo, os lugares ocupados pelos sujeitos na estrutura de uma formação social. Isto é, na tomada de posição do sujeito no discursivo, este sujeito coloca em funcionamento um conjunto de projeções de imagem: a imagem que o sujeito (A) faz de si mesmo, do seu interlocutor (B), do objeto do discurso, etc. De acordo com o filósofo, neste jogo de imagens, as posições dos protagonistas A e B:

designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos: assim, por exemplo, no interior da esfera da produção econômica, os lugares do “patrão” (diretor, chefe da empresa etc.), do funcionário de repartição, do contramestre, do operário, são marcados por propriedades diferenciais determináveis. Nossa hipótese é a de que esses lugares estão representados nos processos discursivos em que estão colocados em jogo. (PÊCHEUX, [1969]/2010a, p. 82)

Nosso foco, especificamente, recai sobre o esquema de projeções imaginárias que simulam a pergunta de A sobre o lugar de B e também o ponto de vista de A sobre R (objeto discursivo), quais sejam:

IA (B) (imagem do lugar de B para o sujeito situado em A): “quem são esses para que eu lhes falhe assim?”.

IA (R) (ponto de vista de A sobre R): “de que lhes falo assim?”

Buscamos e identificamos em uma produção específica do MXVPS as pistas discursivas que denotam o funcionamento desse imaginário. Estamos nos referindo à cartilha “Usina Hidrelétrica de Belo Monte – o desastre anunciado”.

Essa cartilha foi projetada como ferramenta de convencimento das populações atingidas pelo empreendimento Belo Monte a se manterem alinhadas à posição defendida pelo MXVPS. Isso porque, logo após a fundação desse movimento, mais especificamente com o acirramento da resistência encabeçada especialmente pela líder de maior expressividade, Antônia Melo, o consórcio construtor do projeto, NESA, respondeu ofensivamente com a tentativa de desarticulação daquela coesão construída no imaginário pelo encontro de 2008. De que maneira se deu essa ofensiva? Temos a resposta neste recorte discursivo extraído da entrevista que nos foi concedida por Antônia Melo:

	<p>Entrevista concedida por Antônia Melo – 2011- Comitê MXVPS.</p> <p>“Efetivamente, que agentes sociais são representados pelo MXVPS, ou seja, quem vocês representam, o interesse de quem vocês representam?”</p>
SD40	<p>Embora alguns movimentos não, quer dizer, nos olhe com desconfiança porque o governo e essa empresas de Belo Monte colocou na cabeça das pessoas que o MXVPS, como eles sentiram que o movimento não se vendia não se deixava cooptar então nós começamos a ser o inimigo deles, nós começamos a ser um movimento perigoso para eles {pesquisador: isso a partir de quando?} Isso a partir de 2008, porque em 2008 depois desse grande encontro muitos movimentos em 2009, por aí já começaram a dar sinais de que lado eles estavam, então se calaram então ficamos nós, mas muito mais forte mesmo a partir de 2010 quando eles tentaram ganhar a primeira a primeira licença e nós começamos a denunciar. Então nós, a empresa espalhou no meio deles com muito dinheiro na mão, com grande capital mostrando suas benesses no meio dos indígenas (...) {pesquisador: quem são eles?} Eles é a empresa Norte e Energia (...) {pesquisador: quem são esse “eles” que sofreram as investidas do poder visando uma espécie de ruptura com o movimento?} então o governo federal, com as seus órgãos tipo a FUNAI, o Ministério do Desenvolvimento Agrário com essa questão das terras e tudo mais, o próprio IBAMA e muito mais mesmo assim a FUNAI em relação aos indígenas com a empresa NORTE e ENERGIA, essa empresa que é formada pela ELETROBRÁS, esses órgãos do governo, no meio dos indígenas eles espalharam que o MXVPS queria se aproveitar deles e queria ganhar dinheiro, é uma ONG que queria ganhar dinheiro usando o nome deles né, nas comunidades indígenas e que eles, se eles fossem ficar ouvindo o MXVPS, eles iam perder os direitos deles, eles não iam ganhar as benesses total né, no meio dos Colonos, dos Agricultores também eles espalharam essa cizânia de que o MXVPS</p>

queria se aproveitar deles que era um movimento oportunista, uma ONG e foi espalhando a estória da ONG porque muita gente tem raiva de ONG né, então foi espalhando a estória do ONG que só quer ganhar dinheiro e é isso daí. No meio dos Colonos e dos Agricultores e por aí vai e no meio dos setores da cidade porque muita gente nos conta, os trabalhadores rurais os indígenas nos contam que se eles ficassem com o MXVPS eles não iriam ser bem indenizados, eles não iam ter a indenização deles por conta que eles estavam sendo apoiados por essa ONG. Então apesar dessa divisão que a NESÁ fez no meio das entidades, das organizações, nós sempre defendemos todas essas organizações todos esses grupos vulneráveis em todos os lugares quando estive em 2013 lá na Bélgica, lá no parlamento europeu e também lá estava o governo através da NESÁ e através de sua representante lá na Bélgica e eu me apresentei como movimento, levei a voz dos povos do Xingu, representei a todos denunciei a tudo que essa empresa e o governo estavam fazendo com esses grupos enganando, mentindo, roubando, acabando com a vida futura de todos eles né, então os defendemos por mais que muitos grupos ainda nos olhem com desconfiança apesar de que muitos estão voltando porque a gora a ficha caiu que sempre tivemos razão e falamos a verdade pra eles. Então são os indígenas, são os pescadores, são os oleiros, as comunidades ribeirinhas que ainda estamos voltando novamente para os que ainda estão no rio para ajudá-los são os agricultores que hoje também estão vendendo que realmente tínhamos razão estávamos com a verdade na defesa deles são as mulheres que **o grupo de mulheres também o movimento de mulheres a direção também acatou também a voz do governo das empresas de pegar benesses tanto que eu sai do movimento de mulheres** e faço parte do movimento a nível de Estado mas do movimento local não faço parte porque não aceitei ser conivente, sou parte do coletivo de mulheres de Altamira enfim os grupos da cidade, o campo dos bairros e associações de bairro por mais que **eles ficaram contra nós hoje** nós defendemos todos em todos os lugares enfim toda a região não só de Altamira mas toda região como uma defesa geral da Amazônia porque a Amazônia toda é vítima desses projetos enganatórios dessas destruições então nós sim defendemos todos esses grupos todos essas etnias e quilombolas em todos os lugares que nós tivemos presente e em nossa fala do dia a dia.

Nesta SD, os recortes em destaque nos ajudam a compreender o porquê de o diretório do MXVPS produzir e distribuir, entre os diversos segmentos atingidos pelo CHBM, uma cartilha que promove uma série de atestações sobre o perigo desse

projeto para a vida na bacia do Xingu e conclama os segmentos a se manterem unidos na luta contra Belo Monte. O sujeito discursivo nos dá a ver uma imagem do MXVPS que acredita ser a imagem forjada pelo consórcio construtor de Belo Monte, qual seja, a de inimigo irreduzível porque não se deixa cooptar por benesses. Em função desta imagem, o imaginário da aliança das posições de sujeito em torno de um objetivo comum precisou ser reforçado porque o bloco empreendedor Estado/NESA, ao considerar a irreduzibilidade/radicalidade do MXVPS, decidiu cooptar os diferentes segmentos representados pelo movimento a partir da distribuição de vantagens materiais (benesses) e pela disseminação da ideia de que o referido movimento falava em nome dos atingidos unicamente com intuito de tirar vantagens financeiras do consórcio empreendedor. A estratégia utilizada pelo consórcio era amedrontar os atingidos pela possibilidade de não conseguirem obter indenização caso mantivessem sua representação pelo MXVPS. Ao que parece, tal estratégia funcionou, pois alguns dos segmentos representados voltaram-se contra o MXVPS. Apesar dessa investida, o sujeito discursivo projeta para os indivíduos que se afastaram do movimento a imagem vítimas da desinformação promovida pelo consórcio, portanto, ainda que não se sintam representados, continuarão a ser defendidos pelo movimento porque qualquer gesto de repúdio à representação do movimento se justifica pela manipulação a que foram submetidos pelo consórcio empreendedor.

É interessante como esta imagem de “susceptibilidade à manipulação” encontra eco na seguinte SD. Nela, o sujeito discursivo justifica a necessidade da cartilha UHBM:

Cartilha UHBM – S/D- Apresentação:	
SD41	<p>“No fundo, o que você acha sobre Belo Monte?” A resposta mais sincera e comum é “não sei”. Especialmente quando sai da boca das populações de Altamira e da região atingida pelo empreendimento. A esta altura do campeonato, esta é uma situação preocupante. Porque isto acontece? Não temos dúvida que nada tem a ver com nossa própria ignorância. Em realidade, isto é resultado de um processo complexo que envolve bloqueio de informações na imprensa e má vontade intencional do governo e do consórcio Norte Energia em das explicações sobre o empreendimento. Por quê? Porque, em boa parte do tempo, a construção</p>

de Belo Monte não envolve só concreto e barragens. Isso é fácil de explicar. **Envolve também violações de direitos humanos e descumprimento de leis. Isto é difícil de explicar.**

E foi para furar este bloqueio, para romper com o não-saber (que gera um silêncio danado!) **que preparamos esta cartilha**. Se bem usada, **torna-se um facão bem afiado** – e não apenas para que finalmente tomemos uma posição certa sobre a construção da usina. Não só para nos defendermos e exigir que a lei seja cumprida e nossos direitos garantidos. Mais do que isso: serve para encher nossa cabeça de sonhos e planos **sobre um outro projeto para a Amazônia**. Quando sabemos o que não queremos, sabemos mais o que queremos. **E não queremos Belo Monte.**

O exame deste recorte discursivo indicia a vulnerabilidade a que estão submetidos os segmentos componentes dos povos da bacia do Xingu. Esta condição não se justifica como produto de uma falta constitutiva do indivíduo, isto é, o desinteresse pela informação ou sua incapacidade cognitiva para compreender as implicações do processo de instalação do empreendimento, mas antes é produto de um trabalho deliberado pelo “inimigo”. Se voltarmos à clássica pergunta proposta por Pêcheux ([1969]/2010a), a saber, “quem são esses para que eu lhes falo assim?”, diríamos que a resposta conduzida pelo imaginário seria “vítimas de um trabalho ardiloso de desinformação”. Neste passo, identificamos também a projeção da imagem forjada para os agentes de Belo Monte que vêm como resposta à pergunta “de que lhes falo assim?” Falo dos bloqueadores de informação (sobre os agentes do empreendimento) e do elemento violador de direitos humanos (o próprio empreendimento). Aqui, não há como negar a plena identificação do sujeito discursivo à forma-sujeito da FD anti-CHBM que abriga o pré-construído segundo o qual a usina passa por cima dos direitos dos povos da floresta.

Para nós, é a projeção dessas duas imagens que sustenta a necessidade da produção e distribuição dessa cartilha. O recorte, portanto, nos mostra o desejo do sujeito discursivo em acabar com a falta de informação produzida propositalmente pelos empreendedores de Belo Monte. Notemos que a cartilha é comparada metaforicamente com o facão de Tuíra, o que produz um efeito de memória: “como no

passado, é possível destruímos o monstro mais uma vez, desta vez furando o bloqueio da informação e organizando a sociedade para dizer não às barragens”. Vale dizer, o sujeito discursivo sustenta este enunciado, a partir da projeção da imagem de seus interlocutores como sujeitos vulnerabilizados pela desinformação, propositalmente enganados pelos mentores do projeto, o que garante a eficaz violação de seus direitos⁵⁷. Portador da informação correta, o sujeito discursivo oferece um norte, a partir do combate à desinformação, conduzindo seus interlocutores a reconhecerem-se em um outro projeto de vida para a Amazônia, que exclui a produção de energia em larga escala, isto é, exclui Belo Monte.

Voltemos agora nossa atenção para um outro grupo de SD que recortamos da seção da cartilha “Você vai ser expulso!”. Buscaremos identificar que imagens o sujeito discursivo produz para seus interlocutores-representados.

	Cartilha UHBM – S/D- Você vai ser expulso!
SD39	Se você é agricultor familiar , <i>haverá perda de lotes de terras, ameaça de invasão, faltará caça, água boa para beber. Terá terra no futuro para seus filhos? Dois milhões de pés de cacau serão destruídos na volta grande do Xingu!</i>

	Cartilha UHBM – S/D- Você vai ser expulso!
SD40	Se você é pescador , <i>a água vai diminuir tanto que vários tipos de peixes desaparecerão. Andar de barco ficará mais difícil, nos meses mais secos terá mais pedra que água. E como chegar em Altamira? Ninguém disse nada sobre isso!! - Vamos escalar o paredão? Os igarapés que serão cortados, das baixadas dos travessões, vai ter muita água parada e barrenta e paredões enormes vão complicar a vida de alguns peixes, outros vão desaparecer.</i>

⁵⁷ Os direitos constitucionalmente garantidos dos indígenas de serem consultados sobre o destino de suas terras, o direito dos demais povos impactados (ribeirinhos, extrativistas, pescadores, moradores da beirada, fazendeiros de ilhas) de serem indenizados pelo alagamento inevitável de suas terras e de suas propriedades imóveis.

	Cartilha UHBM – S/D- Você vai ser expulso!
SD41	Se você mora em Resex , o rápido crescimento populacional na região acarretará o aumento da violência, da prostituição e exploração infantil, dos conflitos sociais e fundiários, do desemprego, da pobreza e miséria humana.

	Cartilha UHBM – S/D- Você vai ser expulso!
SD42	Se você é pequeno comerciante , sofrerá a concorrência dos grandes comerciantes que fornecerão todo material e equipamento necessário nas obras para a construção da barragem. Com preços mais baixos devido a larga produção, os produtos de fora serão mais competitivos, o que ocasionará o fechamento de muitos pequenos comércios.

	Cartilha UHBM – S/D- Você vai ser expulso!
SD43	Se você é indígena , e mora nas Terras Indígenas (Tis) Pakisamba (aldeias Pakisamba e Muratu) ou Wangã (aldeia Arara da Volta Grande), a água vai baixar tanto no verão que comprometerá a navegação, a sobrevivência dos peixes e da pesca e só beneficiará a reprodução de mosquitos transmissores de doenças como a malária!

Estes recortes nos fornecem pistas de como se dá o jogo de imagens projetadas sobre as diferentes subjetividades impactadas pelo empreendimento e a conjugação de outras posições de sujeito no interior da forma sujeito que organiza os saberes do discurso de recusa radical ao CHBM. Por meio das orações introduzidas pelo “se” condicional, o sujeito discursivo busca administrar, no universo de sujeitos leitores, aqueles cuja subjetividade constrói-se alicerçada em um conjunto de pré-construídos que apontam para diferentes modos de vida encontrados na região do Xingu. Em SD2, por exemplo, projeta-se discursivamente a imagem do agricultor familiar a partir do emprego de um léxico específico que remete para o âmbito das

práxis da agricultura familiar e da vida na floresta, como o trabalho com a terra como condição para a produção agrícola, a coleta de água doce para o cultivo e para o uso doméstico, a atividade da caça como complemento alimentar. Esses saberes pré-construídos advindos da FD da agricultura familiar permitem que o sujeito discursivo se identifique com aquela posição de sujeito, imputando-lhe conhecimento suficiente para determinar de que maneira a vida do agricultor familiar será afetada pelo empreendimento: “haverá perda de lotes de terras, faltará caça, água boa para beber, dois milhões de pés de cacau serão destruídos”. As demais SD demonstram o mesmo funcionamento discursivo em que são projetadas imagens dos outros sujeitos com base na administração de pré-construídos e de posições de sujeito oriundas de distintas FD de modo a sustentar o dizer do sujeito discursivo sobre a extensão dos impactos ocasionados por Belo Monte. Isso nos permite, então, forjar o seguinte quadro-resumo das relações entre as projeções imaginárias, as posições de sujeito e os pré-construídos advindos de outras FD.

Quem são esses para quem/em nome dos quais falo assim?	Posições de sujeito	Saberes pré-construídos
Imagem do agricultor familiar	As barragens inundarão os lotes de terras, extinguirão a caça, deteriorarão a qualidade da água e destruirão os pés de cacau que garantem o sustento das famílias.	O agricultor familiar precisa de grandes lotes de terra para trabalhar, de água boa para o cultivo e uso doméstico, da floresta intacta para a caça.
Imagem do pescador	As barragens imporão diminuição do fluxo de água, implicando a diminuição drástica de peixes, a dificuldade de	O pescador depende do rio Xingu em sua configuração original, pois dele retira seu sustento através da

	<p>acesso via barco a localidades como Altamira.</p>	<p>pesca e nele trafega via canais e igarapés cujas águas provém do rio Xingu.</p>
<p>Imagem do extrativista</p>	<p>A construção das barragens atrairá mão de obra de todos os lugares, implicando no aumento populacional e no conseqüente aumento da violência urbana e dos conflitos sociais.</p> <p>Extrativistas que se deslocam para cidade em busca de serviços sofrerão o impacto da pressão populacional sobre serviços educacionais e de saúde.</p>	<p>O extrativista constitui seu modo de vida na dinâmica de viver e produzir na floresta e viver, vender, estudar e se tratar na cidade.</p>
<p>Imagem do cidadão/comerciante</p>	<p>A construção das barragens atrairá grandes empresas fornecedoras de material para as obras, implicando em concorrência desleal, forçando o fechamento de pequenos estabelecimentos comerciais.</p>	<p>O pequeno comerciante retira seu sustento do comércio local, típico de uma cidade média em desenvolvimento, que não sofre a pressão da concorrência de grandes empresas.</p>
<p>Imagem do indígena</p>	<p>A construção das barragens acarretará a diminuição do fluxo das</p>	<p>O indígena necessita do rio Xingu, em sua configuração original,</p>

	<p>águas impedindo a pesca e o deslocamento via canoas. Permitirá a proliferação de mosquitos transmissores de malária.</p>	<p>pois dele retira seu sustento (pesca) e por ele se desloca. Seu modo de vida adaptou-se ao regime natural de cheias e secas do Xingu.</p>
--	---	--

Este quadro resume a configuração do imaginário produzido pelo MXVPS, aquele que estabelece uma profunda relação de dependência de aspectos do modo de vida de distintos sujeitos da região xinguana à configuração original do rio Xingu. Isto é, pelo processo da interpelação ideológica, o sujeito do discurso de recusa radical, em seu dizer materializado na cartilha, produz o efeito de evidência da necessária relação da vida dos povos do Xingu com o rio Xingu em seu estado natural. A produção desse imaginário se faz a partir da absorção de saberes outras que se introjetaram no interior da FDPI, provocando transformações que já mencionamos. Vale lembrar que essa introjeção de saberes provocou a fragmentação de sua forma-sujeito, o que nos obrigou a redesigná-la como FD anti-CHBM.

Vamos agora nos deter sobre a imagem que o MXVPS projeta sobre o empreendimento Belo Monte. A nosso ver, esta imagem está entrelaçada às demais examinadas no quadro anterior. Recortamos um conjunto de imagens ilustrativas da cartilha que analisaremos a seguir:

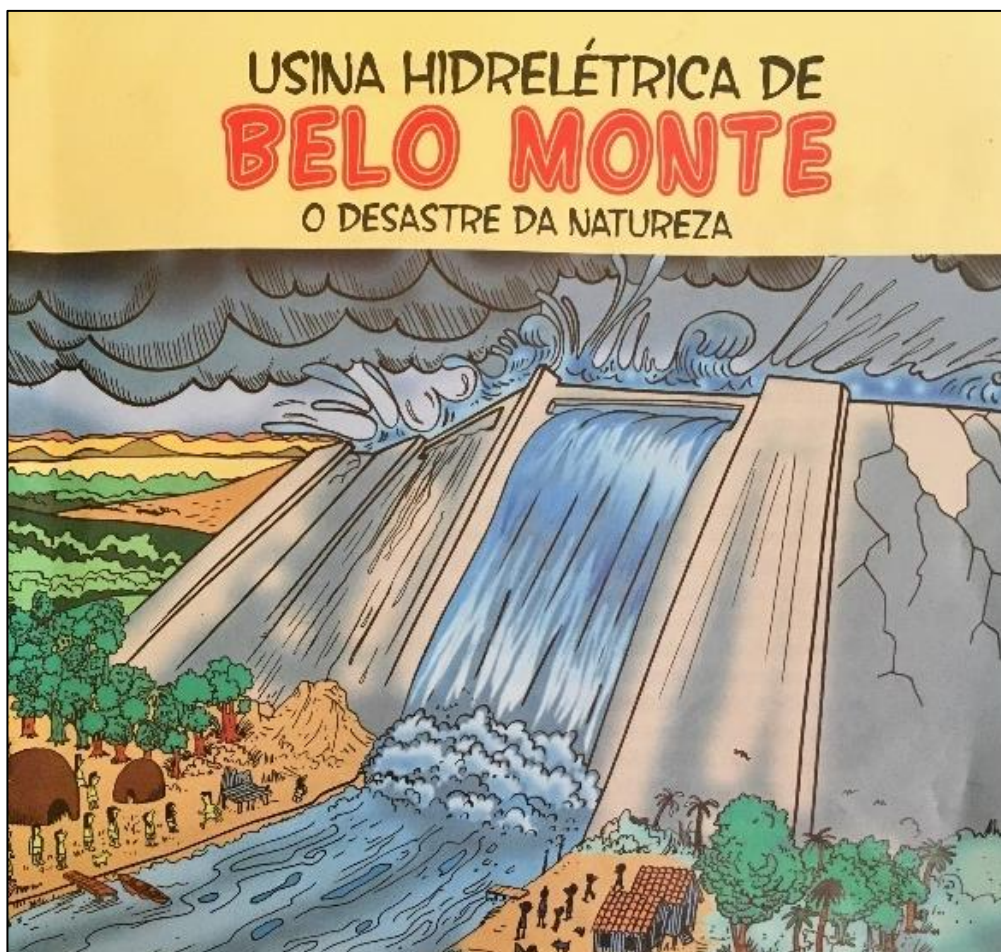


Figura 12 - capa da cartilha MXVPS
 Fonte: arquivo do MXVPS

Esta fotografia da capa da cartilha ora examinada representa o cenário pós-instalação da hidrelétrica de Belo Monte. De um dos lados do rio encontram-se os povos indígenas e do outro os ribeirinhos. É possível notar as diferenças entre ambos os segmentos, a partir da representação estereotípica dos índios trajados com pouca roupa e próximos de suas ocas enquanto os ribeirinhos estão próximos de suas casinhas tipicamente feitas de madeira alicerçadas sobre as palafitas. Ambos os povos da floresta contemplam, bastante apreensivos e numa espécie de vigília, os paredões de concreto que represam as águas e controlam seu fluxo de modo que permita o funcionamento das turbinas geradoras de energia elétrica. Quais pistas nos permitem afirmar que o sentimento coletivo dos povos da floresta diante deste megaempreendimento é de medo? Se olharmos para um dos lados do paredão de concreto, veremos algumas rachaduras provocadas, seguramente, pela força das águas represadas. Vemos, inclusive, esta força representada pelo volume que esparrama com violência no topo da barragem.

Os sentidos do medo estão materializados nesta imagem, portanto, vale a pena buscarmos apoio para esta análise nos apontamentos de Bauman (2008) e Chauí (1989) porque ambos discorrem sobre a natureza e o funcionamento do medo nas sociedades humanas. As observações desses autores lançarão uma luz sobre o modo como o discurso de recusa radical funciona nessa cartilha produzindo o efeito de sentido de medo como mola propulsora da repulsa ao empreendimento Belo Monte.

Em Bauman (2008), compreendemos que o medo é um sentimento natural e comum entre os seres humanos e os animais. Do ponto de vista biológico, funciona em ambos como mecanismo de sobrevivência. Porém, especificamente nos humanos, ele se divide em “medo primal”, que é o medo da morte ou do fim da existência, e o “medo derivado” ou de “segundo grau” que é inespecífico e ubíquo porque carece de forma e se derrama no social. Ele é cultural e socialmente reciclado (BAUMAN, 2008, p. 77), atuando sobre os comportamentos dos indivíduos no modo como estes percebem o mundo como o lugar de coisas que podem oferecer alguma ameaça potencial ou imediata. Nas considerações do filósofo:

O medo secundário pode ser visto como um rastro de uma experiência passada de enfrentamento da ameaça direta – um resquício que sobrevive ao encontro e se torna um fator importante na modelagem da conduta humana mesmo que não haja mais uma ameaça direta à vida ou à integridade. (BAUMAN, 2008, p. 79).

Esta passagem nos permite pensar nessas experiências passadas como marcas que se inscrevem no sujeito via efeito de memória e que se materializam nos comportamentos sociais, como o evitar sair à noite, o ter cuidado com certos caminhos, o escolher adequadamente as companhias. É o que o filósofo explica como sendo a estrutura mental da sensação do perigo iminente ou da insegurança porque o mundo está repleto de perigos que nos tornam vulneráveis dia a dia. E este medo não é balizado pelo volume de ameaças em si, mas pela ausência real de confiança sobre os mecanismos de defesa que a sociedade dispõe, por isso ele se reveste de uma capacidade de autopropulsão.

O filósofo esclarece os tipos de perigo que estão na base do estímulo do medo derivado, são eles:

(os que) ameaçam o corpo e as propriedades. Outros são de natureza mais geral, ameaçando a durabilidade da ordem social e a confiabilidade nela, da qual depende a segurança do sustento

(renda, emprego) ou mesmo da sobrevivência no caso de invalidez ou velhice. Depois vêm os perigos que ameaçam o lugar da pessoa no mundo – a posição na hierarquia social, a identidade (de classe, de gênero, étnica, religiosa) e, de modo mais geral, a imunidade à degradação e à exclusão social. (BAUMAN, 2008, p. 80).

Como podemos atestar nesta passagem, a existência humana é constantemente ameaçada por perigos que extrapolam e muito a mera possibilidade da morte iminente, o que caracteriza o medo primal. Esta condição de experimentar o medo de segundo grau que afeta diretamente a relação do homem com o mundo e com os outros passou, digamos, por diversos estágios.

Em Chauí (1989) encontramos uma espécie de genealogia do medo e o modo como isso interferiu/re no comportamento dos homens em sociedade. Na era medieval, o medo assumia matizes sobrenaturais, correspondendo, especificamente, a um conjunto de forças maléficas potencialmente atuantes na comunidade feudal. Havia, portanto, um temor do tirano, do diabo e do divino. Estes medos estavam diretamente relacionados à crença na existência da vida após a morte, daí que era preciso vigiar os comportamentos para evitar-se a punição terrena (praticada pelos representantes de Deus na terra) ou a punição divina (exercida diretamente por Deus após a morte). Este estado de coisas muda com o advento da sociedade moderna, pós dissolução dos regimes feudais e a destituição do teocentrismo pelo antropocentrismo. Isto implica considerar uma mudança de percepção do homem moderno sobre o social, sobre o político e sobre a histórica. Estes elementos não mais são governados por Deus com a direta interferência maléfica do diabo, mas antes resultam em instâncias ordenadas e modificadas pela própria ação do homem. Tais considerações são ratificadas pela seguinte passagem extraída de Chauí (1989, p. 20-21):

Assim, ao lado do medo de Deus e do Diabo e do medo à Natureza, os homens passam a ter um medo fundamental: têm medo uns dos outros enquanto seres humanos. Donde as teorias políticas modernas do “homem lobo do homem” e da ‘guerra de todos contra todos’. O medo, que antes era teológico-político, torna-se medo social-político e medo do humano ou como dizia Riobaldo: ‘Tenho medo de homem humano’.

Não só isto. Antes, o tempo quase era imperceptível, não só porque as mudanças ocorriam muito lentamente, mas também e sobretudo porque a história era interpretada teologicamente, isto é, o curso dos acontecimentos era visto como seguindo um percurso pré-ordenado, estabelecido desde toda a eternidade pela providência divina. Dessa maneira, o aspecto natural, necessário, orgânico e imutável da comunidade, a lentidão das mudanças e a teologia da história providencial tornaram o tempo pouco perceptível e pouco temível. Agora, porque a vida social e política é percebida como

resultando das ações humanas e porque a marca fundamental do modo de produção capitalista é a velocidade temporal, a rapidez das mudanças e a perda contínua de referenciais fixos, o tempo e a história também provocam medo. Assim, desde a Renascença, ganha maior importância a idéia de Fortuna com a sua roda, representação do tempo como aquilo que altera inexplicavelmente a vida de cada um e da sociedade. Fortuna, como dissera Boécio, é o nome da inconstância e do inesperado; e, conforme Maquiavel, é o nome que damos à adversidade e à nossa própria fraqueza. Apresenta-se também o esforço da ideologia burguesa para recuperar, de maneira laica, a teologia da história providencial, isto é, a ideologia do bom tempo, a ideologia do progresso.

O surgimento da modernidade significa o advento do social como social, do político como político e do histórico como histórico. Confirmando o homem como sujeito social, político e histórico, desloca o medo fundamental para o interior da própria sociedade, e faz com que nasça, simultaneamente, o pensamento moderno sobre os direitos do homem. Consequentemente, as teorias modernas do direito pensam o direito como garantia jurídica, social e política contra o medo que os sujeitos sociais têm dos outros sujeitos sociais.

Com esta citação um pouco mais longa podemos retornar à imagem da cartilha XVPS, cuja análise deixamos em suspenso. Repensando as questões até aqui expostas a partir do quadro teórico da AD materialista, diríamos que as transformações sociais verificadas com o advento do sistema capitalista incidiram diretamente na produção/transformação do imaginário sobre o medo. Constitui-se, com isto, uma memória social que abrigará saberes sobre o medo da ação do divino e da ação do humano. E é esta memória que funciona como o repositório dos sentidos do medo da ação gananciosa do homem ao empreender na região do Xingu.

É isto que é dado a ler na referida imagem. As ações humanas desafiam a força da natureza quando buscam represar as águas do Xingu. A barragem pode ceder a qualquer momento, inundando toda a terra localizada imediatamente abaixo e aniquilando toda forma de vida que ali se encontra. Diríamos que este pré-construído sobre as falhas e os perigos da contenção de rios por barragens vem pela memória histórico-social e remete a toda sorte de desastres não naturais ocorridos justamente por projetos de engenharia altamente questionáveis.

A materialização do medo da força da natureza encontra uma condicionante real que é a materialização das ações humanas irresponsáveis sobre o meio ambiente. Mais do que temer aquela força, é preciso temer o inimigo humano que é uma ameaça geradora de um medo de segundo grau para os moradores dos povos da floresta. A imagem, ao reatualizar este medo social do homem, convoca os povos atingidos pelas barragens a se manterem vigilantes e unidos num objetivo comum que é o de garantir juridicamente o seu direito à manutenção do modo de vida tradicional.

A materialização do medo traz consigo o efeito de sentido de ameaça à vida reforçado pelo título da cartilha que, em consonância com o já observado em Souza (2001), indica para o leitor a posição de sujeito na qual ele deve se inscrever para proceder à leitura da materialidade discursiva não verbal. “Desastre da natureza” nos dá a ler, particularmente quando olhamos para a ilustração em comento, a possibilidade de rompimento da barragem e a inundação das terras e extirpação da vida. Acima da barragem paira uma nuvem negra que, supomos, ser uma nuvem carregada cuja força tempestiva resultará no aumento do volume de água da barragem e o conseqüente rompimento das paredes de contenção. Identificamos mais um reforço dos sentidos de ameaça de inundação em outra ilustração presente na cartilha:



Figura 13 - contra-capá da cartilha MXVPS
Fonte: arquivo do MXVPS

Nesta imagem, as personagens retratam uma família de ribeirinhos constituída por, provavelmente, a mãe e os filhos que, dentro de uma tapera, procedem à leitura

da história de “um dilúvio que irá destruir tudo”. Observemos que este “tudo” aponta para um cenário cataclísmico em que não sobrá nada ou ninguém para contar a história. A filha indaga à mãe sobre a possibilidade de este dilúvio retratar o clássico bíblico que, como sabemos, resultou na extirpação completa da vida sobre a terra, à exceção dos exemplares que foram escolhidos por Noé para entrarem na arca.

Observemos como o sujeito discursivo trabalha os sentidos da destruição que Belo Monte provocará na vida dos povos da floresta. Seu dizer convoca da memória social o pré-construído do dilúvio como resultando da ira divina sobre os homens, pois estes encontravam-se fora dos preceitos cristãos. Mas ao fazê-lo, o discurso do sujeito reatualiza o dilúvio, ressignificando-o a partir da troca do agente causador: lá na FD cristã era Deus, aqui é o homem. Dito de outra maneira, entendemos que este efeito de memória atualiza uma memória para, a partir dela, trabalhar o diferente: o temor da destruição do homem pela vontade de Deus desliza para o temor da destruição do homem pelo homem. Isto atua como mecanismo de chamamento das populações atingidas a reconhecerem-se como vítimas potenciais dos efeitos da instalação do CHBM.

Vamos agora nos debruçar sobre outro grupo de imagens:

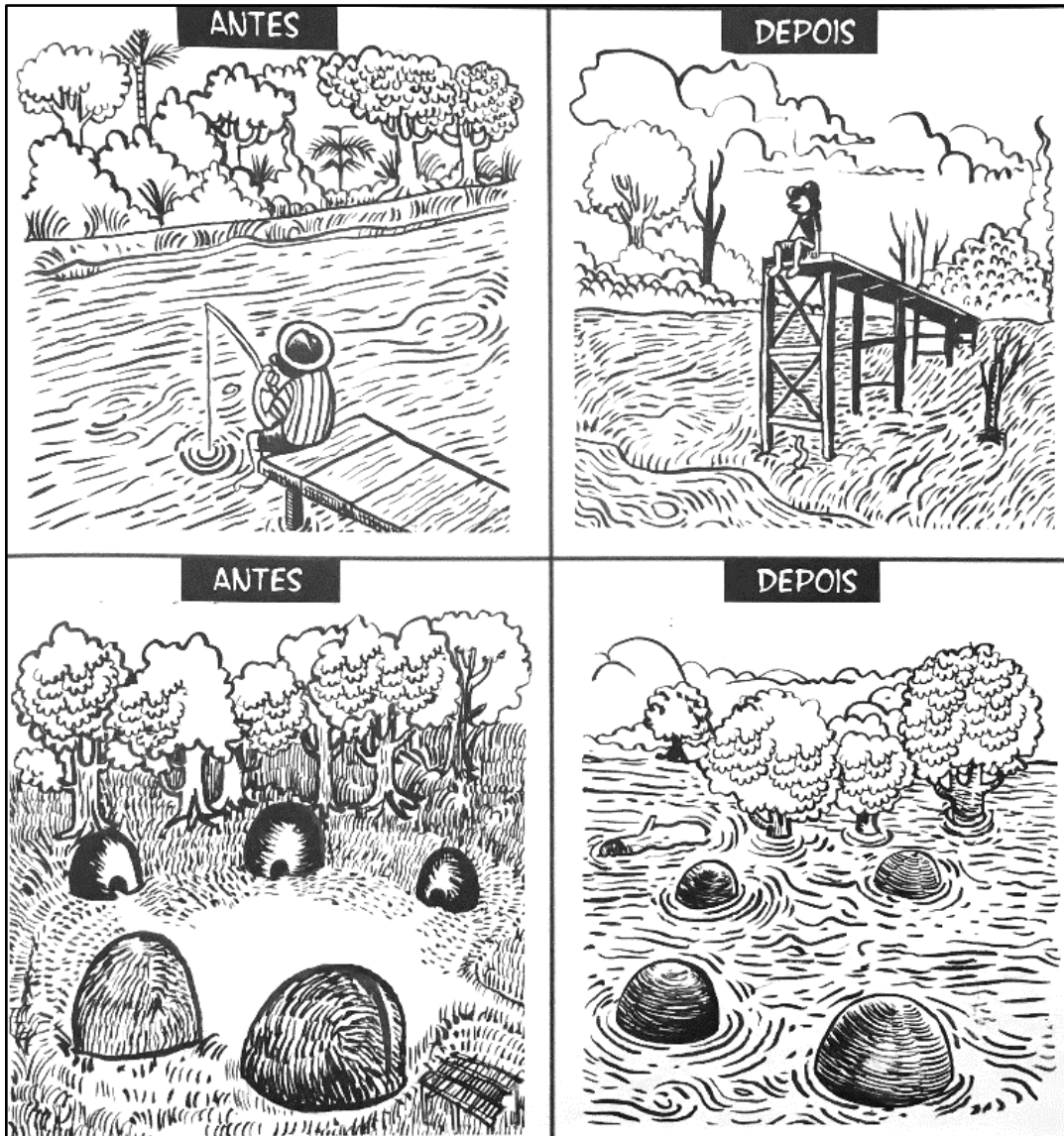


Figura 14- cartilha MXVPS
Fonte: arquivo do MXVPS



Figura 15- cartilha MXVPS
 Fonte: arquivo do MXVPS



Figura 16- cartilha MXVPS
 Fonte: arquivo do MXVPS

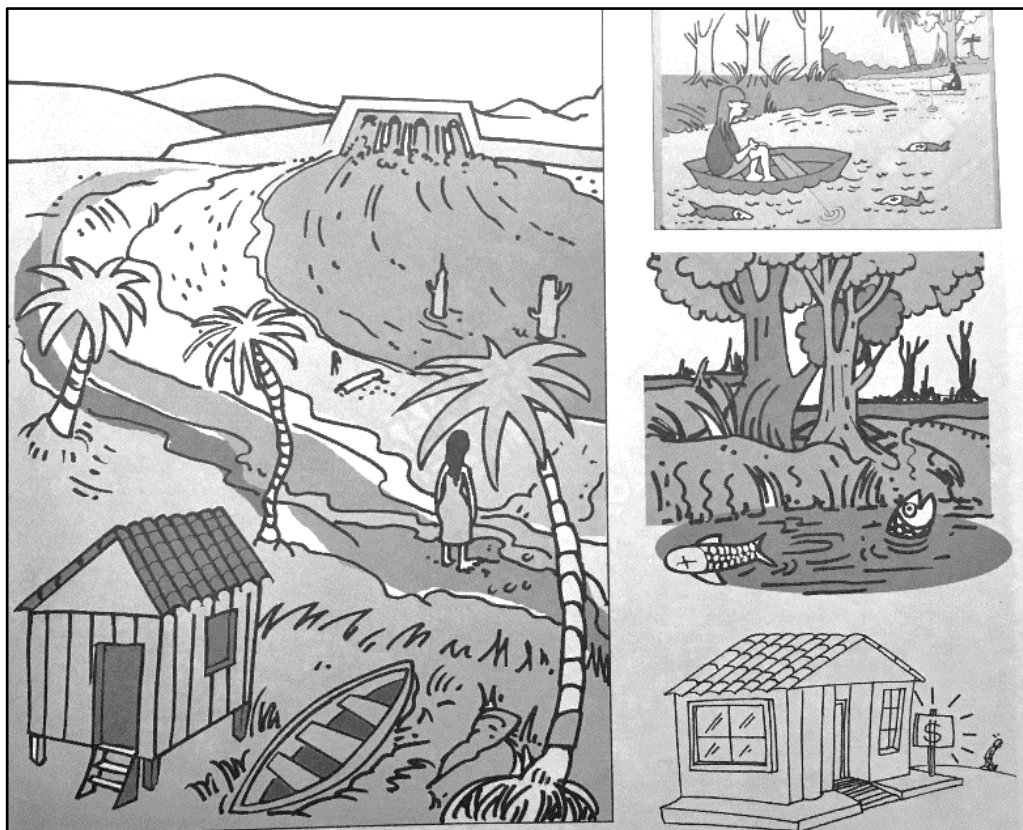


Figura 17 - cartilha MXVPS
 Fonte: arquivo do MXVPS



Figura 18- cartilha MXVPS
 Fonte: arquivo do MXVPS



Figura 19 - cartilha MXVPS
Fonte: arquivo do MXVPS



Figura 20- cartilha MXVPS
Fonte: arquivo do MXVPS

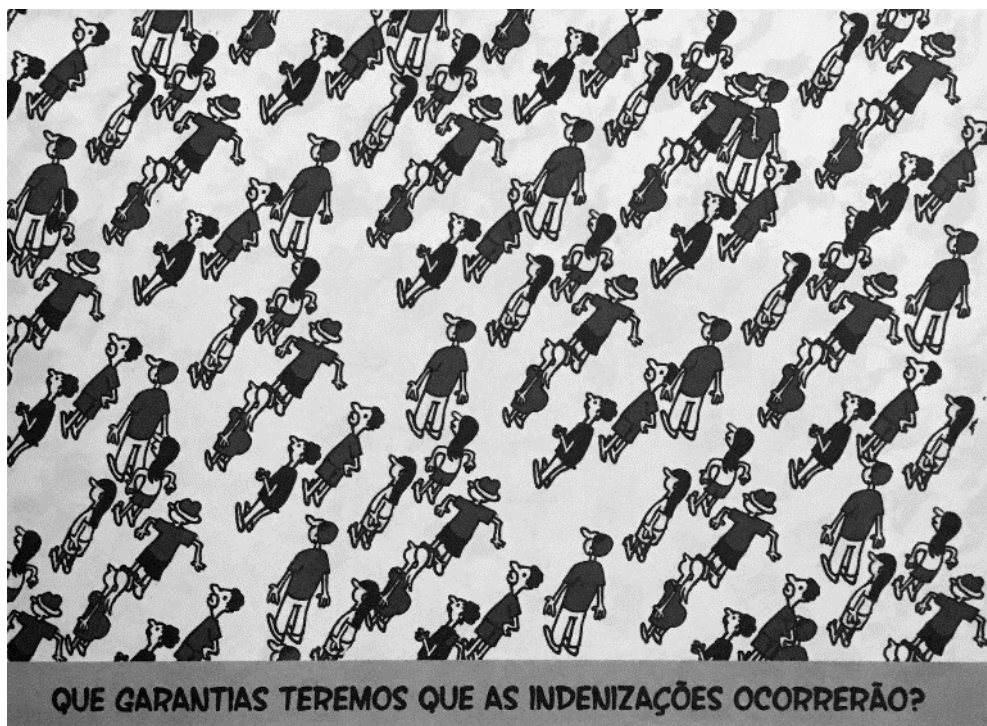


Figura 21- cartilha MXVPS
Fonte: arquivo do MXVPS



Figura 22- cartilha MXVPS
Fonte: arquivo do MXVPS

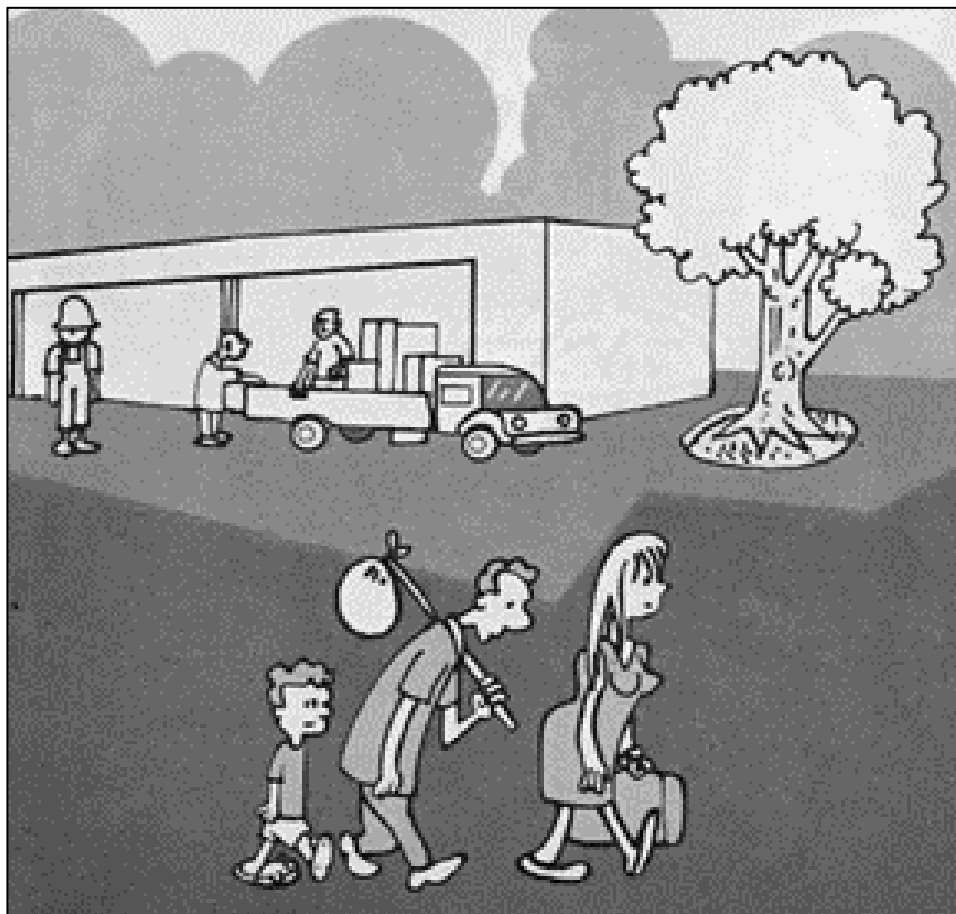


Figura 23- cartilha MXVPS
Fonte: arquivo do MXVPS

Quando examinamos a projeção de imagens feita pelo MXVPS a respeito de cada segmento impactado pela obra, identificamos exatamente, pela natureza do léxico que reporta as atividades de cada indivíduo, que a identidade do sujeito impactado se relaciona estritamente com seu modo de vida. Mais uma vez, o processo discursivo faz funcionar o efeito de sentido de medo em relação ao empreendimento Belo Monte. Aqui é preciso ir além dos sentidos da inundação, pois isto não alcançaria toda complexidade envolvida no modo de ser/viver de cada posição de sujeito.

O conjunto das ilustrações em foco nos permite ler toda a extensão dos impactos que a instalação do empreendimento Belo Monte causará às populações que dependem do rio Xingu em seu estado natural. Para além dos efeitos nefastos das inundações, haverá pontos de estiagem em função do controle artificial da vazão do rio. Isso provocará, como nos mostra a primeira ilustração, uma diminuição dos peixes, afetando aqueles que dependem dessa fonte de proteína para viver. Também

com essa diminuição, faltará água nos lençóis freáticos que abastecem os poços naturais utilizados pelos ribeirinhos. Determinadas espécies de peixes ornamentais desaparecerão com a deterioração da qualidade da água e isso impactará a atividade dos que vendem essas espécies como mecanismo de sobrevivência. Se não há água boa, também não haverá caça para os ribeirinhos e para os índios. Se a água não é boa, haverá a proliferação de mosquitos vetores de doenças endêmicas, como malária e a febre de Altamira. A atração de garimpeiros pela estiagem dos igarapés acirrará os conflitos com os indígenas e deteriorará mais ainda a qualidade da água.

Há também o impacto sobre os cidadãos e os moradores das Resex, que dependem de serviços essenciais, como saúde e educação, mas terão dificuldades de acesso às vagas. Também observarão uma alta nos preços de mercadorias, inviabilizando a compra de uma cesta básica essencial. Tudo isso em função do inchaço populacional provocado pela vinda de pessoas atraídas pela promessa de emprego rápido. Em razão do alagamento dos bairros localizados à beira do rio, os cidadãos serão obrigados a vender suas casas à NESA pelo preço que esta estipular ou poderão ser remanejados para um conjunto habitacional localizado à quilômetros de distância da cidade. Isto afetará sobremaneira as atividades econômicas informais desses indivíduos que as desenvolvem nos bairros do centro da cidade de Altamira. Por fim, as últimas ilustrações apontam para o efeito de sentido de incertezas sobre as ações indenizatórias prometidas pelo consórcio construtor, bem como a certeza da inexorável expulsão dos cidadãos dos espaços que historicamente lhes pertence.

Estas ilustrações materializam os sentidos da destruição e da morte, portanto, concorrem para projeção de uma imagem extremamente nefasta sobre o empreendimento Belo Monte na medida em que esta atinge em cheio os mecanismos de sobrevivência que caracterizam o *modus vivendi* de cada segmento representado pelo MXVPS. Como podemos perceber nesse imaginário, não haverá vantagem nenhuma para o povo se este aderir ao discurso do consórcio construtor da barragem, segundo o qual o CHBM trará prosperidade e desenvolvimento para a região do Xingu. Em outras palavras, a hidrelétrica promoverá uma destruição sistemática da vida, pois substituirá um modelo de desenvolvimento requerido pelos povos do Xingu por um modelo de desenvolvimento que exclui o modo de vida desses povos em favor dos interesses do capital transnacional. Portanto, pelo imaginário construído através dessa FD, o modelo de vida antigo dos povos do Xingu é o que representa a vida, é o que precisa permanecer, já o novo modelo representado pela implantação do CHBM

é o que representa a morte, portanto precisa ser veementemente recusado. Este efeito de sentido é o que se materializa no cartaz de protesto do MXVPS que vale a pena reexaminar:



Figura 24 – Cartaz de protesto do MXVPS
Fonte: Arquivo de fotos do EXVPS

Vamos analisar este cartaz com base em Orlandi (2012, p. 29), que nos fornece alguns elementos interessantes de sua análise na seção Um caso exemplar: “a faixa negra traz em si uma memória. Se observarmos do ponto de vista da cromatografia política, o negro tem sido a cor do fascismo, dos conservadores da ‘direita’ em sua expressão política”. Este mesmo efeito de sentido aí se produz, uma vez que no discurso de recusa radical os proponentes da hidrelétrica agem de forma truculenta, com autoritarismo, não respeitando o direito constitucional dos povos indígenas de serem ouvidos e o direito dos demais povos do Xingu de escolherem um futuro para

si. O modelo de desenvolvimento proposto e requerido pelos povos do Xingu não importa quando se tem uma suposta grande demanda nacional pela produção de hidroeletricidade. A isto, acrescentaríamos outro efeito de sentido relacionado a como a cor negra funciona em nosso imaginário ocidental. Trata-se da morte que necessariamente a instalação do CHBM irá acarretar aos povos do Xingu, uma vez que, destruindo seu modo de vida, nada lhes restará para manutenção da vida. Observando o segundo plano da imagem, vemos uma mão aberta em cor vermelha significando, como isto normalmente simboliza em nossa cultura, um pare! Diríamos que a cor vermelha, também considerando a cromatografia política, representa as esquerdas com suas bandeiras pela libertação dos trabalhadores. Poderíamos considerar também a luta pelo direito de minorias permanecer com seu *modus vivendi* profundamente ligado ao rio. Mas também, pensamos em outro efeito de sentido, qual seja, o do sangue derramado pela destruição e pelas mortes implicadas pela instalação das barragens, não por acaso aparecem, no cartaz, os dizeres “usina de destruição e morte”.

Até este ponto, temos defendido, em razão dos resultados de nossas análises, que a aliança imaginária dos segmentos supramencionados tem como alicerce um elemento que identificamos como a necessária relação de dependência existencial que o índio, o ribeirinho, o extrativista, o cidadão estabelece com o rio Xingu. Não seria esdrúxulo afirmarmos que esse elemento exterior funciona como uma espécie de mecanismo homogeneizador das diferenças inerentes a cada segmento representado pelo MXVPS, isto é, como mecanismo que anula as diferenças, fazendo aparecer no lugar um único bloco que luta, tendo como objetivo comum defender o rio Xingu. Esta percepção só possível se a sustentarmos analiticamente pelo emprego da locução nominal “povos da bacia do Xingu”. Nossa análise se baseia em um texto de Pêcheux e Wesselius ([1973]/1977) no qual estes pesquisadores investigam o contexto de emprego do lexema luta em panfletos produzidos por alguns movimentos estudantis na França em maio de 68. Vale à pena citar uma passagem que pode fundamentar teoricamente o fenômeno da aliança proposta pelo MXVPS aos povos da bacia:

As determinações ligadas ao que o marxismo-leninismo denomina situação de classe (ou seja, as que resultam do papel nas relações de produção econômica) ficam, por assim dizer, anuladas face a esse novo tipo de solidariedade que resulta da reunião, na luta, de certas categorias sociais que, de uma forma ou de outra (repressão-exploração), têm razões para pôr fim à dominação de outra classe social (à burguesia) ou seus representantes. (PÊCHEUX; WESSLIUS, [1973]/1977, p. 273).

Ainda seguindo a linha de investigação adotada por Pêcheux e Wesselius ([1973]/1977), compreendemos que no caso do MXVPS, a aliança costurada imaginariamente entre os diferentes segmentos impactados pelo CHBM tem suas tramas reforçadas pelo trabalho do porta-voz do movimento que busca instituir uma mesma posição às categorias impactadas pelo CHBM, “o que subentende ao mesmo tempo sua homogeneidade interna e a similaridade de suas tomadas de posição na prática ligadas às suas formas de consciência” (PÊCHEUX; WESSELIUS, [1973]/1977 p. 272). Mas a busca pela aglutinação calcada no elemento exterior já citado não se faz sem o peso do encontro de ideologias diferenciadas. Em outros termos, as razões ou justificativas indicadas por cada segmento impactado para recusar o empreendimento passaram a funcionar como saberes pré-construídos imersos no interdiscurso e frequentemente acionados pelo porta-voz para garantir os efeitos daquela homogeneização. Não por acaso, nas diferentes SD retiradas da CXVPS, identificamos esses elementos pré-construídos na forma do que representa o rio Xingu:

- a) promotor da mobilidade indígena e ribeirinha;
- b) fonte de alimento e renda;
- c) promotor da prática da agricultura;
- d) elemento de conexão espiritual entre homem e natureza;
- e) promotor da forma de sociabilidade típica do ribeirinho.

Retornando à seção 3.5.1, na qual discutimos outros fundamentos ideológicos para a recusa do CHBM, conseguimos determinar os indícios discursivos da transformação do discurso de recusa radical ao CHBM. Cada um dos elementos de saber acima citados retornam como pré-construídos na forma de justificativas para recusar Belo Monte. Vale dizer: se antes o fundamento ideológico desse discurso recaía sobre o fato de o rio ser um elemento sagrado e inviolável, com a união dos povos da bacia costurada a partir da emergência do MXVPS, esse mesmo discurso passa a ser determinado por outros fundamentos, tais como o de que o rio é fonte de subsistência, o de que é fonte de renda, o de que permite o estabelecimento e fortalecimento de relações únicas de sociabilidade. Tudo isso funciona como justificativa para a rejeição de todo e qualquer projeto que visa à mudança da

configuração original da bacia do rio Xingu. Vamos analisar a seguinte SD para identificarmos a gestão desses saberes pré-construídos e a consequente identificação do porta-voz a diferentes posições de sujeito:

<p>1- Entrevista concedida por Antônia Melo – 2011- Comitê MXVPS. “Como que o MXVPS lida com grupos tão diferentes, quer dizer, você tem indígenas, ribeirinhos, pescadores, extrativistas e cidadãos. Como o MXVPS representa cada um desses segmentos?”</p>
<p>SD44</p> <p>Dos povos indígenas, nós defendemos o direito deles, deles continuarem existindo com esse projeto, o direito deles de que não venha o genocídio da cultura deles e que eles continuem nas suas terras, o direito a demarcação de suas terras, o direito garantido à educação e à saúde lá na sua aldeia, todos os direitos garantidos na Constituição Brasileira. É isso que nós defendemos que eles continuem não vindo para cidade mas que eles continuem na sua terras, nas suas aldeias cultivando a sua cultura, as suas roças que muitos deles deixaram de fazer roça, que eles voltem a fazer suas roças que tenham sua vida, a sua cultura nas suas origens para o seu povo para as descendências, para as presentes e futuras gerações porque é a vida deles isso aí, se tirar eles dessa vida da sua aldeia, da sua terra da sua cultura isso é a morte é o genocídio desses povos e é isso que nós somos totalmente contra e defendemos que o direito deles voltem a ser garantidos na sua cultura da sua etnia aonde eles moram onde eles vivem para as suas presentes e futuras gerações . Aos pescadores, também eles estão perdendo as suas origens, a sua cultura imagine o governo, as empresas estão dizendo: não agora vocês saem aqui da beira do rio, você não tem mais o rio pra pescar, não pode pescar agora é da empresa, é do projeto, mas nós vamos fazer tanque de peixe pra vocês criarem peixe, então isso é um grande crime tirar as pessoas da sua raiz, da sua cultura para colocar eles na cidade, fazer um tanque de peixe não sei onde nesses projetos, que eles voltem a pescar no rio que eles tenham o rio pra pescar, enfim a sua vida a sua sobrevivência seja isso, claro, com tecnologia pois isso para eles é o modelo de desenvolvimento só que tem que pressionar o governo pra melhorar as condições tecnológicas para que eles tenham melhores condições de exercer a sua atividade no rio, de ter um mercado onde eles mesmos vendam seu peixe que seja mais barato, que tire os atravessadores que eles são muito explorados pelos atravessadores que eles não conseguem quase nada porque eles tem que gastar pra ir pescar, gastar sua saúde no dia a dia, saúde vulnerável, então que eles tenham condições dignas de melhorar essa sua maneira de desenvolvimento sustentável aos ribeirinhos que fiquem lá na sua terra cultivando seu</p>

pedacinho da terra, cultivando e garantindo as melhorias ao meio ambiente, às ilhas e às florestas que eles têm na ilha mas que cultivam a ilha que preservam aquela ilha, aquela floresta para a melhoria das condições do rio para não ter assoreamento do rio que eles tenham a tecnologia de melhorar sua produção lá na ilha seu pescado, enfim que esse modelo de desenvolvimento que essas comunidades exercem há anos. O que que falta? não é barragem, não é um tanque de peixe não é uma casa na cidade, é melhorar lá onde eles estão, o modelo de desenvolvimento que eles exercem há anos e anos, os moradores da cidade **terem uma moradia digna, saneamento básico ter uma educação de qualidade ter um transporte de qualidade ter projetos sociais para as crianças não entrar no mundo da droga, da prostituição da destruição da vida tudo isso e projetos para uma cidade para os moradores,** buscar projetos sustentáveis tirando da floresta, do rio como a questão do pescado melhorar o que a cadeia da pesca pode trazer para a melhoria das famílias, para quem mora nas Resex **o que que a floresta pode trazer pra cadeia, enfim, dos produtos da floresta, da castanha, da madeira, da seringa pode trazer pra melhoria da qualidade de vida** que tanto os povos da floresta se beneficiam como os povos da cidade enfim uma infinidade de inovações que hoje se tem com as tecnologias e que tem dinheiro pra isso nesse país que uma autoridade, um prefeito, um governador, um presidente possa junto com a comunidade, ouvindo a comunidade trazer de melhorias de benefícios para as famílias da cidade né, então tudo isso muito importante/ ontem, quebrando um pouco aqui, ontem quando mostrou no fantástico, ontem a noite as cidades que mais recebem royalties de grandes empreendimentos são as cidades com IDH mais baixo, uma extrema miséria vergonhosa e mostrou uma cidade que ganha pouquinho que não tem royalties de nada e que ganha pouco mas a autoridade política do município prioriza a educação então através da educação a população da cidade vive bem com qualidade de vida né, então defendendo essas defesas **os agricultores eles sabem o que eles querem para melhorar a qualidade de vida da sua produção, da sua família, da sua comunidade, na agricultura familiar e o que que falta é que as ideias desse grupo, desses grupos sejam ouvidas e respeitadas porque eles sabem o que é melhorar sua agricultura, o seu modelo de desenvolvimento para sua família, para sua comunidade, para a sua cidade e para o país né, as pessoas sabem, os agricultores sabem e por aí vai, são os oleiros que a sua cultura de fazer tijolos artesanais constroem uma cidade toda como Altamira com usando os tijolos artesanais dessas famílias e hoje eles então jogados as traças sem direito a nada por essa empresa sem direitos, enfim, são os carroceiros, então cada grupo que exerce uma atividade, uma atividade produtiva que é também uma atividade política, eles sabem o que eles querem para melhorar as condições, esse que é seu projeto**

<p>de desenvolvimento de cada grupo que se juntando à coletividade, como nessa forma que mostrou essa cidade no fantástico, mostrou no Brasil através da educação o que uma grande melhoria, um grande projeto de desenvolvimento realmente sustentável e a melhora da qualidade de vida da população do país e por aí vai. Para nós do MXVPS não é o governo posto lá nos gabinetes dos presidentes, dos políticos, das empresas interessadas com apoio do judiciário como Belo Monte jogado aqui como desenvolvimento e a população pega isso não eu quero desenvolvimento porque ele está obstinado num modelo pregado que vem de cima pra baixo que agora a população está vendo que isso não é desenvolvimento como Belo Monte.</p>

Esta SD, recortada de uma longa entrevista concedida pela principal liderança do MXVPS que, nas condições de produção da materialidade discursiva em análise, exercia a função enunciativa de porta-voz dos grupos impactados por Belo Monte, é a que melhor nos permite identificar as pistas que apontam para a fragmentação da forma-sujeito do discurso de recusa radical ao CHBM. Apesar do efeito de homogeneização das diferenças entre os segmentos impactados trabalhado pelo sujeito discursivo (que se identifica com a FD anti-CHBM) no sentido de (re)afirmar a recusa ao CHBM, a identificação com diferentes posições de sujeito indicia a presença de saberes pré-construídos diversos e a consequente diferença nos modos de subjetivação desse sujeito discursivo, o que provoca o estilhaçamento desse efeito de homogeneização. Isto corrobora a afirmação de Pêcheux (1981, apud INDURSKY, 2000c, p. 75) segundo a qual uma “FD é constitutivamente frequentada por seu outro”, mostrando que ela também é ao mesmo tempo idêntica a si mesma e dividida, o que, segundo Indursky (2000c), impede a instituição da homogeneidade e da unicidade de saberes. Desse modo, o sujeito discursivo sustenta a legitimidade da representação dos povos da bacia a partir de um trabalho de identificação de cada segmento com suas demandas específicas em relação ao rio ameaçado. Detectamos no recorte examinado a existência de posições sujeitos com as quais o porta-voz vai se identificando ao longo de sua produção discursiva, marcando diferentes formas de subjetivação:

- a) PS1: os índios necessitam de suas terras intactas para manter seu modo de vida tradicional. Tirá-los de suas terras significa o genocídio dos povos indígenas.
- b) PS2: os pescadores necessitam do rio para pescar, pois esta é sua principal fonte de subsistência econômica. Não há outra alternativa viável que não seja esta de mantê-los em contato com o rio Xingu.
- c) PS3: os ribeirinhos precisam manter suas terras nas beiradas de modo que isso lhes permita cultivar suas hortas e pescar para sua subsistência.
- d) PS4: os moradores da cidade precisam de moradias dignas nos bairros da beirada, com saneamento básico garantido pelo poder público e transporte para levá-los ao centro onde exercem suas atividades econômicas.
- e) PS5: os moradores das Resex precisam manter-se em suas áreas de extração dos produtos da floresta que garantem sua subsistência.
- f) PS6: os agricultores precisam do rio para manter seu modo de existência baseado na agricultura familiar.
- g) PS7: os oleiros precisam dos igarapés intactos de onde retiram a argila, matéria prima para fabricação de telhas e tijolos, elementos que lhes garantem renda.

O conjunto dessas posições de sujeito torna plausível a afirmação de que este sujeito discursivo só pode ser pensado em sua condição de dividido cuja identificação com estas diferentes posições indiciam diferentes modos de relacionar-se com a ideologia. Além disso, a FD que regula o discurso do sujeito “não é só um discurso para todos, não é também a cada um seu discurso, mas deve ser pensada como dois (ou mais) discursos em um só” (COURTINE [1981]/2014 p. 245).

CONCLUSÃO

Para a construção desta seção dedicada às considerações finais ou, em termos teóricos, a produção do “efeito fecho” para este trabalho, gostaríamos de iniciar nossa revisão, destacando um dos aspectos relativos à formulação do objeto desta tese. Trata-se do modo como ele foi se constituindo a partir dos primeiros contatos com os dados coletados em campo. Em AD, aprendemos com Orlandi (2012) que o desafio de se investigar o funcionamento de um discurso, qualquer que seja ele, começa pela constituição do *corpus*, pois este nunca é dado *a priori* na medida em que sua delimitação é guiada por gestos de compreensão do analista profundamente vinculados a critérios teóricos e não empíricos.

Esta, diríamos, foi uma das maiores lições que aprendemos na prática, pois testemunhamos a transformação de nosso objeto à medida que íamos incursionando pelos dados. Nossas hipóteses iniciais e os caminhos de pesquisa pré-delimitados foram profundamente modificados. Em termos práticos, estamos nos referindo à ilusão inicial que nos movia. A ilusão segundo a qual o exame do funcionamento do discurso de recusa radical ao CHBM demandava apenas o debruçar-se sobre as materialidades discursivas produzidas pela instituição que hoje assume esse discurso, o MXVPS. À medida que íamos delineando os limites do *corpus*, recortando os materiais significativos para análise em um constante batimento com a teoria, fomos percebendo a necessidade de irmos mais além, até o acontecimento que provocou sua fundação. Daí que o escopo analítico ultrapassou os limites cronológicos da instituição do MXVPS, levando-nos a recuar temporalmente até as primeiras reações

de resistência dos índios Kayapós. Em outros termos, mais do que examinar o funcionamento atual deste discurso, era preciso analisar o processo de fundação, o fundamento ideológico, bem como as transformações discursivas operadas por novas contingências, a propósito da instituição do MXVPS.

Nosso percurso de investigação começa pelo desenho das condições sócio-históricas para a emergência do discurso de recusa radical ao CHBM. Nele apresentamos os principais atores sociais envolvidos no litígio responsável pelo embargo inicial à Kararaô. Referimo-nos aos índios Kayapós e ao governo brasileiro.

A resistência indígena contra os desígnios do governo em aproveitar o potencial hidrelétrico do rio Xingu nos colocou diante do desafio de compreender a especificidade do lugar social de onde estes índios falam. Para tal, fizemos um mergulho descritivo na formação social indígena, buscando ao fim e ao cabo compará-la à formação social capitalista. O aspecto que mais fortemente nos chamou a atenção na formação social indígena tem a ver com o modo de produção vigente que é o de subsistência, marcado por práticas sociais de recusa à produção de excedentes e à instituição de classes sociais. Estas, como sabemos, são características marcantes da formação social capitalista. Este passo foi decisivo para compreendermos o processo de fundação do discurso de que nos ocupamos. E mais, percebemos o quanto este achado pode contribuir para os estudos discursivos, uma vez que neste campo investigam-se discursos que ferem certa ordem dominante inscrita na formação social capitalista.

Nossas análises nos direcionaram à compreensão de que a resistência indígena à Kararaô nasce num mundo exógeno ao mundo capitalista, apesar de se instaurar exatamente no contato com este. Diferentemente do que apontam os estudos peuchetianos sobre as resistências, salientando sempre o fato de que a sujeição do sujeito ao discurso dominante, pelo mecanismo da interpelação, é passível de falha, oferecendo lugar ao diferente ou ao impensável, a resistência de que nos ocupamos nasce em um outro lugar sob a égide de outros rituais de interpelação. Ela nasce em um não-lugar que insiste em se presentificar, introduzindo-se no seio das práticas e rituais possíveis na formação social capitalista.

Portanto, o exame comparativo entre a formação social indígena Kayapó e a formação social capitalista nos permitiu perceber que o antagonismo presentificado no litígio entre índios e brancos começa pelas diferenças entre dois mundos radicalmente distintos. Não se trata aqui de pensar um antagonismo que se desenha

no choque entre duas FD inscritas na mesma formação social, porque no caso dos índios os rituais de interpelação são outros, implicando a determinação de sujeitos por uma FI que produz um imaginário, pré-significando o rio Xingu como promovedor da vida. Na verdade, a resistência indígena indiciada no modo como o rio Xingu é discursivizado, como vida, em contraponto com o modo como o branco discursiviza-o como potencial gerador de energia hidrelétrica denuncia a inscrição de sujeitos em FD antagônicas situadas em formações sociais radicalmente distintas.

E isto nos chamou a atenção porque o que encontramos aqui é bastante distinto do que pensou Pêcheux sobre as resistências, uma vez que, em nosso caso, temos um tipo de resistência que se faz num espaço entre-mundos, colocando em evidência o antagonismo entre duas formações sociais.

Esta realidade interferiu desde os primeiros desenlaces do litígio no modo como se processou a interlocução entre os “sujeitos do dissenso”. Do ponto de vista discursivo, identificamos nas materialidades analisadas sujeitos afetados por FI inscritas em formações sociais radicalmente distintas. Em razão disso, há uma simulação de diálogo entre os interlocutores, o que aponta para o desentendimento. Uma das partes não reconhece a outra como interlocutora qualificada para o diálogo, mas por questões de ordem jurídica acaba dissimulando a existência de um diálogo democrático.

Buscando compreender o que confere sustentação ideológica para o discurso de recusa radical ao CHBM, decidimos examinar a produção do imaginário indígena sobre as reais condições de existência do índio. Isto é necessário para identificarmos o fundamento deste discurso. Esta tarefa nos exigiu o apoio nos postulados althusserianos, mas esbarramos numa questão: até que ponto as considerações teóricas de Althusser sobre o funcionamento da instância ideológica na formação social capitalista serviriam para explicar o caso dos índios? Esta pergunta é pertinente porque nossas análises nos mostraram que o real das condições de produção das sociedades indígenas Kayapós é aquele que aponta para uma relação de subsistência dos indivíduos com a natureza e esta relação se caracteriza por ser não depredatória, não consumista, auto-sustentável, no sentido de que, da natureza, é retirado o suficiente para garantir a sobrevivência do coletivo. Portanto, não há nesse caso a existência da figura do Estado e de classes sociais cuja relação de exploração e servidão estão sendo recalçadas. Mas mesmo sem essas realidades, o sujeito inscrito na formação social indígena também não acessa o real de sua existência, mas sim

projeta um imaginário da relação que estabelece com suas condições reais de existência e é isso que se processa na ideologia.

Para dar conta de explicar o mecanismo da interpelação ideológica do sujeito sem recorreremos à noção de AIE, propusemos pensar que a instância ideológica opera a partir de um aparelho ideológico que é social (AIS). Há a dominância de um AIS que ainda não pudemos identificar, mas sua existência é atestada pela materialidade discursiva do mito, Esta materialidade projeta para estes sujeitos um conjunto de formações imaginárias atribuídas às relações que estabelecem com suas reais condições de existência e determinam as práticas discursivas (saberes, crenças) e não discursivas dos sujeitos (os rituais, as tarefas domésticas, o cultivo na roça, a pescaria, as trocas). A ideologia materializada no mito que discursiviza o rio como a entidade sagrada promotora da vida determina os comportamentos dos sujeitos, fazendo-os rechaçar qualquer prática que agrida o meio ambiente, pois isso é interpretado como profanação do sagrado. Desvelar este fundamento foi imprescindível para a compreensão do radicalismo indígena presente na recusa ao empreendimento Belo Monte.

E mais, permitiu-nos compreender o discurso materializado no gesto da índia Tuíra na cena do facão. A cena desse gesto capturada na foto que circulou o mundo por meio da mídia internacional nos permitiu perceber a instalação de uma cena discursiva atravessada pelo desentendimento, portanto, uma interlocução simulada em que a visibilidade mútua entre as partes não passa de um simulacro.

O gesto da índia indicia a falta de visibilidade dos indígenas perante o Estado brasileiro, portanto ele converte-se em sintoma social ou “um ponto de ruptura para um dado campo ideológico”, instituindo-se num “dano” pelo que representa: um enfrentamento que subverte a contradição de dois mundos alojados em um só. Atestamos que o desentendimento resultante desta contradição só pode ser compreendido se levamos em consideração o antagonismo das formações sociais. Isto levado à radicalidade no gesto de Tuíra nos conduz à conclusão de que a materialidade fotográfica é a materialização de dois discursos em confronto, o que recusa a barragem pela destruição da vida e profanação do sagrado e o que exalta o complexo hidrelétrico pelo desenvolvimento econômico que permite gerar. E mais, a cena capturada pela fotografia por nós analisada nos permitiu afirmar que tanto o gesto da índia como a postura incisiva de Muniz Lopes funcionam como materialidades do ritual de interpelação ideológica que encontra lugar,

respectivamente, na FI do índio e na FI do branco. Estas derivam de formações sociais distintas e constituem FD com saberes diversificados. Este achado nos permitiu identificar a natureza deste desentendimento, uma vez que estes saberes diversificados entram em choque na cena enunciativa do gesto.

Avançando um pouco mais na análise, topamos com o fato de que o inusitado do toque do facão produziu certo efeito de estranhamento a nível internacional, mas a nível nacional a imprensa brasileira buscou domesticar os sentidos de modo a conter a irrupção do acontecimento discursivo. Isto nos levou a perceber que o acontecimento foi um processo que se fez na resistência ao apagamento de sentidos outros que a mídia brasileira, uma vez determinada pela FD, visava conter. Inscritos nesta FD, os enunciadores dos jornais analisados, por meio de seus gestos de interpretação, significaram a ação de Tuíra como uma demonstração de selvageria e de incapacidade para o diálogo, o que ratifica o imaginário segundo o qual o índio é uma figura menor sem nenhuma expressão no que tange à constituição do povo brasileiro. A narrativa do inusitado conduzida pela imprensa brasileira apagou os sentidos da resistência indígena, a que se refere a luta dos índios pela conservação de seus territórios e de seu *modus vivendi*.

Diferentemente do que ocorreu em terras brasileiras, a mídia internacional trabalhou semanticamente o *non sense* do gesto de Tuíra assim como toda a performance corporal que antecedeu o toque do facão no rosto de Muniz Lopes. Tomamos esta performance como um ritual cujos processos de significação não conseguem tangenciá-lo em seu todo, portanto tudo que veio a ser dito sobre ela na mídia virtual inscreveu-se na memória social do branco como produto de um efeito de verdade. Para nós a irrupção do acontecimento discursivo se deu pelo trabalho da imprensa estrangeira que significou o gesto da índia como verdadeiro ato de resistência, mas não a resistência do índio contra a destruição do sagrado. É a resistência indígena contra a exploração desenfreada dos recursos naturais pelo capital. Este processo de ressignificação da resistência se deu pelo atravessamento do discurso dos ecologistas e dos antropólogos que significam as ações indígenas como atos políticos de preservação do meio ambiente.

Todo este trabalho da imprensa estrangeira institui a foto da índia como o símbolo do ativismo ambiental dos índios, fundando um novo discurso na ordem dos discursos sociais abrigados no seio da memória social do branco: o discurso de recusa radical ao CHBM. Este discurso passa a ser determinada pela FD preservacionista,

cujos saberes apontam para necessidade de uma agenda de sustentabilidade sócio-ambiental. Definimos, portanto, que a foto enquanto materialidade se constitui como lugar de memória, marcando a irrupção do discurso fundador.

Nosso percurso analítico nos mostrou que esse discurso sofre transformações a partir do advento de uma aliança entre os índios Kayapós e a conjunção de segmentos que formam o chamado “povos do Xingu”. A conjuntura que permitiu essas transformações encampa mudanças na política econômica do país com o fortalecimento do modelo neoliberal e a abertura do governo brasileiro a empresas privadas quando da exploração das riquezas naturais. Isso significou um retorno com força das grandes obras de infraestrutura como o CHBM rebatizado e remodelado.

Do ponto de vista discursivo, a aliança se estabelece entre diferentes posições de sujeito inscritas em distintas FD. Atestamos que o imaginário projetado no EXVPS trabalha a transformação discursiva, alargando o escopo dos sujeitos da resistência, porque outros segmentos são convocados a se aliar a luta histórica dos índios. A imaginária relação de aliança entre distintas posições de sujeito, inscritas em diferentes FD, sustenta-se na partilha de um bem comum, qual seja, o rio Xingu garantidor da existência/subsistência dos povos da floresta e da cidade. Descartamos a possibilidade de essa nova conjuntura permitir a irrupção de um novo acontecimento, porque o retorno no discursivo, isto é, a atualização da memória do I Encontro operada pela revisitação da foto da Índia Tuíra, não foi capaz de romper com o processo de repetibilidade, desestabilizando a memória discursiva.

A FD preservacionista que outrora organizava os saberes do discurso de recusa radical ao CHBM não parou de funcionar, exercendo sua determinação sobre os sujeitos. No entanto, a nova conjuntura propiciou uma reorganização de seus saberes, uma vez que a aliança imaginária permitiu sua invasão por saberes oriundos de outras regiões do interdiscurso. Há, portanto, nesse discurso, deslizamentos e não deriva dos sentidos. Diante disso, sentimos a necessidade de designar a supracitada FD como anti-CHBM, pois dessa forma conseguimos operar com as diversas posições de sujeito inscritas em seu interior. Tais posições passam a se relacionar com saberes outros responsáveis por efeitos de divergências, diferenças e contradições ideológicas.

Com a instituição do MXVPS, operando no imaginário essa aliança, aparece na cena política o porta-voz. Esta figura enunciativa trabalha a gestão dos diferentes saberes que invadiram a FDPI, provocando, como vimos, sua transformação.

Sentimos necessidade de examinar justamente o modo como essa figura gere os saberes e o que decorre disso: a identificação do sujeito discursivo com aquelas diferentes posições de sujeito, instaurando diversas subjetividades. Como vimos, o discurso materializado na Cartilha XVPS trabalha um jogo de imagens cujo efeito é o fortalecimento da aliança entre os diversos segmentos impactados pelo empreendimento. Descobrimos que, em virtude das frequentes investidas do consórcio construtor contra o MXVPS, a cartilha também funciona como mecanismo assegurador de um efeito de homogeneidade imaginária para o grupo representado. Isto é em parte assegurado pelo modo como o discurso de recusa radical ao CHBM passa a funcionar, produzindo o efeito de sentido de medo como a mola propulsora da repulsa ao empreendimento Belo Monte.

Apesar do trabalho incessante do porta-voz ao produzir discursivamente o efeito de homogeneização das diferenças entre os segmentos impactados, o fato de ele, na tomada de posição, deslizar entre diferentes posições de sujeito, implicando com isto diferentes modos de subjetivação, indicia o estilhaçamento desse efeito de homogeneidade desnudando seu funcionamento pelo imaginário.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, Pierre et alii. **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 2007.
- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008. p 229
- BENINCÁ, Dirceu. **Energia e cidadania: a luta dos atingidos por barragens**. São Paulo: Cortez, 2011
- BOBBIO, N. [et al.] Formação Social. **Dicionário de Política**. Brasília. Editora da Universidade de Brasília. 1986. pp. 954-962.
- BRASIL. LEI Nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, Brasília,DF. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm>. Acesso em: 12 março. 2017.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitui...>. Acesso em: 21 março. 2017.
- CHAUÍ, Marilena. Direitos humanos e medo. In: FESTER, A.C.R. (org.). **Direitos Humanos**. 1ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 15-36.
- CONEIN, Bernard. (1981). Descrever um acontecimento político. In: CONEIN, Bernard et al. (Orgs.) **Materialidades Discursivas**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016, p. 87-102.
- COURTINE, J. J. (1981). **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos, SP: EDUFSCar, 2014.
- DORNELES, E. F. O discurso do MST: um acontecimento na estrutura agrária brasileira. In: INDURSKY, F; FERREIRA M.C. **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Ed. Sagra Luzzatto, 1999, p.158.
- ELETROBRÁS. História. 2015. Disponível em:<<https://www.eletronbras.com/>> Acesso em 13 de março de 2015
- FEARNSIDE, Philip M. **Impactos Sociais da Hidrelétrica de Tucuruí**. Manaus: Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, 2002.
- _____. Barragens na Amazônia: Belo Monte e o desenvolvimento hidrelétrico da bacia do Rio Xingu. pp. 231-243. In: **Hidrelétricas na Amazônia: Impactos Ambientais e Sociais na Tomada de Decisões sobre Grandes Obras**. Vol. 1. Editora do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), Manaus, Amazonas, Brasil. 2015, 296 p.

FERNANDES, Carolina. O imaginário de Veja sobre 'os Lulas presidenciáveis'. Dissertação de Mestrado. Instituto de Letras/UFRGS, Porto Alegre, RS, 2008

HENRY, Paul. **Construções relativas e articulações discursivas**. Caderno de Estudos Linguísticos, Campinas, nº 19: 43-64, julho/dezembro de 1990.

_____. Os fundamentos teóricos da Análise Automática do Discurso de Michel Pêcheux In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma Análise Automática do Discurso**: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4º ed. Campinas: EDUNICAMP, 2010 (p. 11-58)

INDURSKY, Freda. **Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação**. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 19, jul/dez, Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 117-122.

_____. **A fala dos quartéis e outras vozes**. Campinas: EDUNICAMP, 1997.

_____. A função enunciativa do porta-voz no discurso sobre o MST. Rio de Janeiro, Alea, v.2, n.2, p. 17-26, Ver. Do programa de Pós-Graduação em Letras neolatinas, UFRJ, set. 2000a.

_____. O entrelaçamento entre o político, o jurídico e a ética no discurso sobre o MST. Revista Alea, vol. 2. n. 2. Rio de Janeiro, PPG em Letras neolatinas, UFRJ, 2000b.

_____. A fragmentação do sujeito em Análise do Discurso. In: INDURSKY, F. & CAMPOS, Maria do Carmo (org.) *Ensaio, - Discurso, Memória, Identidade* nº 15, Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2000c, p.70-81.

_____. Lula lá: estrutura e acontecimento. **Organon** (UFRGS), Porto Alegre, vol 17 n. 35, 2003, p. 101-121.

_____. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda (et al). **Memória e história na/da análise do discurso**. Campinas: Mercado de Letras, 2011, p. 67-89

_____. A interlocução discursiva urbana. In: TFOUNI, Leda V e TONETTO, Diana M.J (Orgs). **O (In)esperado de Jakobson**. Campinas: Mercado de Letras, 2014.

KRÄUTLER, Erwin. Mensagem de abertura. In: SEVÁ, A. Oswaldo (org.). **TENOTÃO-MO: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. São Paulo: Internacional Rivers Network, 2005. p. 09-12.

LAGAZZI, S. A Prática do Confronto com a Materialidade Discursiva: Um Desafio. In: GUIMARÃES & PAULA (Orgs.). **Sentido e memória**. Campinas, Editora Pontes, 2005.

LUKESCH, Anton. **Mitos e vida dos índios caiapós**. São Paulo: Pioneira, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Exemplo Tucuruí – uma política de relocação em contexto. In: SANTOS, Leinad Ayer de O.; ANDRADE, Lúcia M. M. de. (Orgs.). **As**

hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas. São Paulo: Comissão Pró-Índio, 1988. p. 111-120

MALDIDIÉ, Denise. **A inquietação do discurso:** (re)ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003.

MANCHETE. Rio de Janeiro: n. 1.925, p. 113, 11 de março de 1989

MARIANI, B.S.C. O comunismo imaginário; práticas discursivas da imprensa sobre o PCB. Campinas, IEL, UNICAMP, 1996, p.64. Tese de doutorado.

MORETTO, Evandro Mateus et al. Histórico, tendências e perspectivas no planejamento espacial de usinas hidrelétricas brasileiras: a antiga e atual fronteira Amazônica. Rev. Ambiente e Sociedade, n. 3, dez. 2012. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2012000300009>> Acesso em 02 mar. 2015.

NORTE ENERGIA S.A. **Composição acionária da Norte Energia.** 2015. Disponível em: <http://norteenergiasa.com.br/site/portugues/composicao-acionaria/> acesso em 13 de maio de 2016.

ORLANDI, E. L. P. Segmentar ou recortar. n: **Linguística: questões e controvérsias.** Uberaba, 1984. p.9-26. (Série Estudos, 10)

_____. **Terra à vista. Discurso do confronto: Velho e novo mundo.** Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

_____. A leitura proposta e os leitores possíveis. In: ____ (org.). **A leitura e os leitores.** 2ed. Campinas, SP: Pontes, 2003, p.7-24.

_____. **Discurso e leitura.** 8^o ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **Análise do discurso. Princípios e procedimentos.** 10^a ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012

PÊCHEUX, Michel; WESSELIUS, Jacqueline (1973). A respeito do movimento estudantil e das lutas da classe operária: três organizações estudantis em 1968. In: ROBIN, Régine. **História e linguística.** Trad. de Adélia Bolle. São Paulo. Cultrix. 1977

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos, n. 19,** p. 724, jul./dez. 1990.

_____. (1983) **Discurso: Estrutura ou Acontecimento.** 4^o ed. Campinas: Pontes, 2006.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et alii. **Papel da memória.** Campinas: Pontes, 2007.

_____. (1975) **Semântica e Discurso – Uma crítica à afirmação do óbvio.** 4^o ed. Campinas: EDUNICAMP, 2009.

_____(1969). Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma Análise Automática do Discurso**: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4º ed. Campinas: EDUNICAMP, 2010a. (p. 59-106)

_____.(1982) Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni (org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 3ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010b. (p. 49-60)

_____. Metáfora e interdiscurso In: ORLANDI, Eni. Análise de discurso, **Michel Pêcheux**: textos escolhidos. Campinas: Pontes, 2011. (pp. 151-161)

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine (1969). A propósito da Análise Automática do Discurso: Atualização e Perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma Análise Automática do Discurso**: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 4º ed. Campinas: EDUNICAMP, 2010. (p. 160-249)

PINTO, Lúcio Flávio. Grandezas e misérias da energia e da mineração no Pará. In: SEVÁ FILHO, A. O. (Org.). **TENOTÃ-MÕ. Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. 01. ed. São Paulo: International rivers Network, 2005. v. 01. p. 95-134

PONTES Jr., Felício; BELTRÃO, Jane Felipe. Xingu, Barragens e Nações Indígenas. In SEVÁ, A. Oswaldo (org.). **TENOTÃ-MO: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. São Paulo: Internacional Rivers Network, 2005. p. 74-90.

POSEY, Darrell Addison. **Os kayapó e a natureza**. Ciência Hoje. Rio de Janeiro, v. 2, n. 12, p. 34-41, 1984.

RANCIERE, Jacques. **O desentendimento**. São Paulo, Ed. 34, 1996.

RICARDO, Carlos Alberto (Ed.). **Povos Indígenas no Brasil: 1987/88/89/90**. São Paulo: Cedi, 1981. p. 11-30. (Aconteceu Especial, 18).

ROSA, L.P; SCHAEFFER, R. A política energética brasileira. In: SANTOS, Leinad Ayer de O.; ANDRADE, Lúcia M. M. de. (Orgs.). **As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**. São Paulo: Comissão Pró-índio, 1988. p. 53-58.

SANTILLI. Márcio. Os direitos indígenas na Constituição brasileira In: RICARDO, Carlos Alberto (Ed.). **Povos Indígenas no Brasil: 1987/88/89/90**. São Paulo: Cedi, 1981. p. 11-30. (Aconteceu Especial, 18)

SASAGAWA, Emi. What's the Media Got to do with it? Foreign and National Coverage of the Belo Monte Dam Construction. **Storyteller**, s/d. Disponível em: <<https://emisasagawa.com/>> Acesso em: 18 de outubro de 2016

SEVÁ, Oswaldo. Povos indígenas, as cidades, e os beiradeiros do rio Xingu que a empresa de eletricidade insiste em barrar. In: SEVÁ FILHO, A. O. (Org.). **TENOTÃ-MÕ. Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. 01. ed. São Paulo: International rivers Network, 2005. v. 01. p. 29-54

SILVEIRA, Cristina Cattaneo da. **Interpretação e decisão**. Uma análise discursiva do julgamento sobre a delimitação da reserva indígena “Raposa do Sol”. Porto Alegre, 2010. 191 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Programa de Pós-Graduação em Letras, Faculdade de Ciências da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SOUSA, J. O. Catafesto de. “O sistema econômico nas sociedades indígenas guarani pré-coloniais”. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 8, n. 18, p. 211-253, dezembro de 2002.

SOUZA, Pedro de. Acidente ou ataque? Leitura de imagens e imagens de leitura. **Signos**, ano 22, p. 7-20, 2001.

SOUZA, Tania Conceição Clemente de. Línguas indígenas: memória, arquivo e oralidade. **Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, [S.l.], v. 1, n. 2, fev. 2017. ISSN 2448-2935. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/7710>>. Acesso em: 11 Out. 2017.

VIDAL, Lux Boelitz. Os Kayapó-Xikrin do Bacajá. In: SANTOS, Leinad Ayer de O.; ANDRADE, Lúcia M. M. de. (Orgs.). **As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas**. São Paulo: Comissão Pró-índio, 1988. p. 111-120

ZIZEK, S. Como Marx Inventou o Sintoma? In: **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

ZOPPI-FONTANA, Mónica. **Cidadãos modernos. Discurso e representação política**. Campinas, Editora da Unicamp, 1997.

_____. Identidades (in)formais. Contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. **Organon**. v.17, n.35, p.45-282, jan/dez 2003.

ANEXOS

Jader apóia projetos para Capitão Poço

O ministro da Previdência Social, Jader Barbalho, recebeu ontem no seu gabinete, o prefeito de Capitão Poço, José Rufino, cidade a 220 quilômetros de Belém, para viabilizar a execução de projetos de construção de um hospital com 15 leitos, cinco postos de saúde e compra de uma ambulância. Capitão Poço tem cerca de 55 mil habitantes, dos quais 15 mil na área urbana, segundo o prefeito José Rufino. O deputado federal Itamar Franco acompanhou o prefeito José Rufino na reunião. Rufino encaminhou, através do ministro Jader Barbalho, projetos de escolas, estradas, obras de saneamento, entre outras necessárias à formação da infraestrutura urbana da cidade.

A construção de um "módulo esportivo" é um desejo do prefeito José Rufino expresso na reunião com o ministro. A construção e recuperação de



José Rufino e Itamar Franco (centro) com Jader

estradas vicinais é outro problema para o qual José Rufino se prepara para enfrentar com a aquisição de equipamento como tratores. Rufino se preocupa especialmente com a construção de rodovias que ligam

Capitão Poço às vilas de Sombriña, Pacuí, Açu e Juiz de Fora. Atualmente, segundo declarou José Rufino, o maior produtor de laranjas do Pará com dois milhões de laranjeiras plantadas.

BONITO

Jader Barbalho atendeu, também, o prefeito do município de Bonito, Wellington Leite dos Santos (Tonga). O prefeito de Bonito vai encaminhar aos diversos setores do Governo Federal, com apoio do ministro Jader Barbalho, projetos para reforma do hospital do município, construção de posto médico na zona rural, de 300 casas populares, compra de ambulância, patrulha mecânica (trator, cacamba, caminhão) para recuperação de estradas vicinais com construção de 12 pontes de madeira. O calçamento da sede do município é outra reivindicação do prefeito de Bonito que tem 12 mil habitantes. No último aniversário da cidade, em 10 de abril, Tonga inaugurou obras de ampliação do mercado municipal, Rodoviária, e praça no centro da cidade, além de um anexo hospitalar.

Transamazônica vai ao Planalto

Dez dos doze projetos que fazem parte da Associação dos Municípios da Transamazônica (Amut) estiveram, na semana passada em Brasília, onde foram recebidos por diversos autoridades, buscando recursos para os seus municípios. Lá estiveram o apoio dos deputados Domingos Juvenil, Carlos Vinagre, Adrialberto Bentes e Fausto Fernandes. A caravana foi comandada, além do presidente da Associação, Francisco de Assis Moreira, pelo deputado estadual Wandemir Gonçalves. Lider da bancada do PMDB na Associação Legislativa.

No Ministério da Previdência Social, os deputados foram recebidos pelo ministro Barbalho, em audiência. Lá, o ministro fez uma rápida explicação sobre a situação do seu ministério e em que poderia ajudar cada município. Imediatamente, Jader telefonou para Belém, localizando Dirceu Palmeira, superintendente da Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), solicitando que se deslocasse até Brasília para reunir com os projetos, explicando em que aquela instituição poderia ajudar, pois o ministério repassaria os recursos. Também, o ministro chamou ao Distrito Federal, o secretário de Saúde, Heráclito Moreira, para reunir com os projetos, onde enviaria a reivindicação de cada um e, de acordo com o repasse do MPAS, secretário atendia.

Por outro lado, o presidente da Associação, Francisco Aguiar Sobrinho, fez um relato ao ministro sobre a situação do seu município, pois Medicilândia foi emancipado recentemente e "estava precisando de tudo"

Francisco falou, ainda, ao ministro, como presidente da Amut, pedindo o empenho do ministro para o afastamento da Transamazônica. Além desse pedido, Francisco solicitou de Jader apoio para que o mesmo solicitasse audiência junto aos outros órgãos para a Amut. Jader disse que já havia deixado de dar apoio às reivindicações solicitadas pela Associação, pois, segundo ele, "todos os pedidos não são de minha competência, principalmente com o imediato afastamento da Transamazônica". O ministro afirmou, ainda, que enquanto estiver no cargo usará de todos os meios para ajudar o Estado.

Com a superintendente da LBA, os projetos foram apresentados em um dos seus problemas, sendo o atendimento enviado por Dirceu Palmeira, que afirmou que fará o possível para atender os pedidos de cada município em que se encontra a Transamazônica em todo o seu leito e, diante disso, os gestores estão pedindo o imediato afastamento daquela rodovia federal. Jader afirmou que imediatamente apressava aquele movimento dos deputados e que iria pessoalmente entregar o documento ao ministro dos Transportes, José Ricardo. Vale ressaltar que no senador João Minez e os deputados Dionísio Hage e Ademir Andrade se negaram em assinar o referido documento de apoio ao afastamento da Transamazônica.



Sarney recebeu prefeitos da Transamazônica

mentares encaminharão, ao ministro Jader Barbalho, um documento relatando a situação em que se encontra a Transamazônica em todo o seu leito e, diante disso, os gestores estão pedindo o imediato afastamento daquela rodovia federal. Jader afirmou que imediatamente apressava aquele movimento dos deputados e que iria pessoalmente entregar o documento ao ministro dos Transportes, José Ricardo. Vale ressaltar que no senador João Minez e os deputados Dionísio Hage e Ademir Andrade se negaram em assinar o referido documento de apoio ao afastamento da Transamazônica.

ELETRONORTE

No Eletronorte, os prefeitos foram recebidos pelo presidente da empresa, Miguel Nunes, e pelo diretor de Planejamento, José Antonio. Lá, o presidente da Associação, Francisco Aguiar, explicou ao presidente da Eletronorte o motivo da audiência. Segundo ele, não só os municípios que fazem parte da Amut, mas todos os municípios de serem beneficiados pelo "linhão" que a Eletronorte está pretendendo instalar, para que possam se desenvolver com a energia elétrica de Tucuruí.

Francisco se solidarizou com o diretor José Antonio, em nome da Associação, por causa da atitude da índia Turia, fato ocorrido em Altamira, dizendo que não concordava com aquele ato da indígena. Aguiar, irmão de Miguel Nunes, uma posição sobre o "linhão". Por outro lado, o deputado Wandemir Gonçalves disse que estava bastante preocupado, pois dois de seus bairros correm naquela região dando conta que o "linhão" não seria instalado, tanto do deputado como dos prefeitos. Ele explicou, ainda, que o Eletronorte cumpriria o seu papel, dizendo, ainda, que o "linhão" não fugia do seu projeto, desrespeitando o deputado Wandemir Gonçalves. O presidente Miguel Nunes lembrou que com a construção da Usina Belo Monte a Eletronorte instalara diversas subestações em vários municípios da Transamazônica, e que o município que não foi beneficiado com uma subestação será beneficiado pelo município mais próximo. Ele explicou, ainda, que o município que não foi beneficiado com uma subestação será beneficiado pelo município mais próximo. Ele explicou, ainda, que o município que não foi beneficiado com uma subestação será beneficiado pelo município mais próximo.

O Sindicato enfatiza que proseguirá nas negociações com o órgão de representação dos trabalhadores, na convicção de que o espírito público das partes ensejará uma solução não contenciosa e satisfatória. Conflito, por fim, o Sindicato, que o Governo do Estado, no conhecimento da situação do setor, levantada pela planilha de custo da EMTU/BEL, já aprovada pelo Conselho daquele órgão, reconhecendo a efetiva necessidade de reajustamento da tarifa dos serviços, de a sua homologação à decisão do mesmo órgão, agora tornada mais necessária, pelo senelval sustentado dos encargos de pagamento de pessoal.

Belém, 29 de abril de 1989.

Augusto Gomes Nogueira
Presidente



Repórter Diário

O ministro da Fazenda, Malson da Nóbrega, oficializou o desengonçamento de preços para os setores competitivos. O primeiro a conquistar a liberdade de preços foi o de comunicações, a partir de ontem, com a publicação no Diário Oficial da União da portaria que autoriza a liberação dos preços das tabelas de publicidade em rádios, jornais, revistas e televisão, bem como dos de capta e exemplar. Também os preços das assinaturas de livros, periódicos e jornais estão livres do controle do governo.

Essa é a primeira etapa de um processo de liberação de preços que será seguido ao longo do próximo mês com regulamento de outros setores de vestuário, calçados, brinquedos, instrumentos eletrônicos e até mesmo serviços médicos e odontológicos. Os técnicos do Ministério da Fazenda estão avaliando a possibilidade de manter essa liberdade de preços para os contratos de fornecimento de bens e equipamentos e de obras, inclusive para as contratadas pelo governo.

Aumentos

As portarias ministeriais — que viabilizarão tecnicamente o fim do controle dos preços para os setores competitivos — serão divulgadas com um cronograma pre-estabelecido. A intenção do ministro Malson da Nóbrega é imprimir um ritmo próprio nas suas decisões de forma a evitar, em um mesmo mês ou semana, um acúmulo de aumentos que comprometerá o controle do índice de inflação. "As autorizações para elevação dos preços e liberação de controle não acontecerão de uma única vez", alertava ontem um assessor.

Embora a questão do desengonçamento seja tratada com seriedade por técnicos do Ministério, foi impossível conter comentários irônicos quando tomaram conhecimento de que o número da Medida Provisória que assegurará a Malson a competência para autorizar a liberação de preços era 51. Imediatamente um deles exclamou: "A medida boa ideia", numa alusão a cachaa que leva o mesmo nome.

Linha Direta

- Discretamente, como convém nesses casos, o ministro Malson não querendo passar pessoal militar para operar equipamentos, antes qualquer aumento de carga portuária. Não se surpreendam os estivadores se, numa de suas viagens, o ministro estiver operando normalmente.
- A "cozinha" do Planalto está preparando uma nova fornada de desengonçamentos para a próxima semana. Desta vez o foco de atuação será o setor de produção de carne, cumprindo velha promessa feita aos pecuaristas.
- O Lear Jet PT-129, à disposição de Collor de Mello, aterrissou esta semana numa cidade brasileira com dois casetes para o vídeo de bordo o faroeste italiano "Marquês de Morret", e o portafotográfico de origem desconhecida das "Aventuras Sexuais de um Cavalo".
- A Previdência Social começa a pagar, na próxima terça-feira, o reajuste das aposentadorias e pensões, em percentual que variam até 61,29 PCT.
- A greve dos funcionários do Banco Central pode terminar terça-feira nesse dia, o Tribunal Superior do Trabalho promove uma audiência de conciliação e, se não houver acordo, no mesmo dia decide o pedido do governo para que a greve seja declarada ilegal.
- O cantor paranaense João Alberto foi "lançado" ontem, no "Mill Shake" da Angelita, da TV Manchete/RBA.
- Logo em seguida foi a vez de Sebastião Tapajós, este, naturalmente, em condição de astro.
- A edição da revista "Veja" desta semana não circulará, em razão da paralisação iniciada sexta-feira,

Dura realidade

No Nordeste aquela propaganda do soro caseiro não pôde dar certo. Uma campanha para avaliar o seu resultado chegou a uma conclusão bem dura: o maior problema é a falta de água potável. Sem ela, não há soro para reidratação oral em caso de diarreia.

Queda de braço

Sindicalistas do Pará ligados à CUT e CGT estarão em Brasília, na próxima semana, articulando um "lobby" para que o Congresso rejeite a Medida Provisória nº 50, recentemente editada pelo Presidente Sarney, que regulamenta as greves.

Do outro lado do balcão estarão os ministros militares, que vão mostrar a políticos de sua confiança que o Congresso tem que aprovar a iniciativa presidencial. O argumento será na base da "indisciplina social" e da "guerrilha urbana", recentemente mencionadas pelo ministro do Exército.

Respaldo

Os "moderados" do PMDB asseguram: qualquer que seja o resultado da convenção de hoje, eles começam na terça-feira a trabalhar para montar no Congresso um bloco preparatório para encabeçar o pedido de respaldo ao governo Sarney. Além de seus próprios, contam com o PFL, PDS, PL e PTB. É o "centrao pós-constituinte".

Contraponto

Identidade

Com a função de ajudar os parlamentares em Pesquisas e Assessoria dos Congressistas preparatória para discutir, segundo Sarney, certa vez dois discursos. Um para Jerônimo Santana, hoje governador de Rondônia, e outro para o deputado Minoro Massuda, de São Paulo.

Massuda foi o primeiro a subir à tribuna para discursar, segundo Sebastião Nery ("Folclore Político 4").

Senhor presidente, senhores deputados! Os problemas dos conflitos de terra em Rondônia.

Parou de repente, olhou para os lados, irou-se, senhor presidente, mas eu não sou de Rondônia. E desceu da tribuna.

Sindicato dos rodoviários dá 50% de aumento aos rodoviários.

O Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros de Belém, órgão que congrega as operadoras das linhas da região metropolitana de Belém, comunica ao povo em geral e, especialmente, à categoria dos trabalhadores em transportes rodoviários, que, a despeito de não terem sido definidas as bases da convenção coletiva de trabalho que vigorará a partir de 01 de maio de 1989, tendo em vista evitar paralisação dos serviços, o que acarretaria sensíveis transtornos à comunidade, bem assim reconhecendo a defasagem existente nos níveis salariais em vigor, decidiu conceder aumento de 50% sobre os salários efetivamente pagos a 30 de abril de 1989, a toda a categoria profissional.

Com tal majoração de salário, por exemplo, do motorista, em dezembro de 1988 de R\$ 121.794,33, passará, em 01 de maio de 1989, para R\$ 182.691,50, incluindo, portanto, 117% neste ano. O mesmo sucede em relação a todos os demais integrantes da categoria profissional.

Conflito, por fim, o Sindicato, que o Governo do Estado, no conhecimento da situação do setor, levantada pela planilha de custo da EMTU/BEL, já aprovada pelo Conselho daquele órgão, reconhecendo a efetiva necessidade de reajustamento da tarifa dos serviços, de a sua homologação à decisão do mesmo órgão, agora tornada mais necessária, pelo senelval sustentado dos encargos de pagamento de pessoal.

Belém, 29 de abril de 1989.

Augusto Gomes Nogueira
Presidente



Municipal o projeto que trata do assunto.

O plano de desdobramento da Colônia e Zonal, Belém deixou de ter um Plano Diretor Urbano, o que fez a Constituição — e obrigatório um Plano Diretor para toda cidade com mais de um milhão de habitantes.

Stagnand Freus, Orlando Welles e Rodolfo Valentim, um trio da pesada, estavam recebendo os parabéns por você, hoje, se vivos fossem.

Jaílton Bernardino, que comanda o Grupo Belauto, arruma as malas para se transferir para São Paulo, onde desenvolverá a frente da Associação Brasileira de Revendedores de Veículos (Abrave). Como o boi só engorda na presença do dono, Jai fará uma vez por semana a longa ponte aérea São Paulo-Belém, para a leitura dos relatórios de suas três dezenas de empresas.

• Jai lembra RBA: a bonita e segura apresentadora Karina Winker não tem sido mais vista na telinha do Canal 13.

• Gilberto Dimenstein (leia-se na página A-6) comenta que é rigorosamente retrogrado o sistema financeiro atual para salvar os pobres — ou mesmo manter a que existe. Se todos os bancos fossem oficiais, por exemplo, o sistema financeiro continuaria hoje parado e o país, desmoronado, diz seus interesses principalmente na área de afloramento de terrenos, com o aumento do tempo e dinheiro.

• Freticamente falado, a Colônia de TV Manchete/RBA, enfrenta ainda com outro problema sério: a Prefeitura não pode exigir a cobrança do imposto sobre Transmissão de Propriedade de Imóveis porque simularia a paralisação não enviou à Câmara

O rosto do representante do presidente foi roçado pela borduna dos líderes indígenas. Eles deixaram clara a disposição de lutar até o fim contra a decisão de afastá-los de suas terras e disseram, bem alto, o que pensam do governo.

Índios erguem bordunas, facções e seu grito de guerra contra a hidrelétrica

Texto: Manoel Dutra

Como autoridades de governo, é possível que Fernando César Mesquita, presidente do Instituto de Meio Ambiente, representando o presidente Sarney, e José Antônio Muniz Lopes, diretor de planejamento e operações da Eletronorte, jamais tenham passado por um momento tão constrangedor, e perigoso, quanto o vivido ontem de manhã no Centro Comunitário de Altamira. O representante da Eletronorte deu explicações sobre o projeto da barragem Kararaó, quando a índia Tuira, do alto Xingú, levantou do meio do salão e cortou a palestra pelo meio quase correndo as orelhas das duas autoridades.

"Koup" ameaçador. Antes, já tinha havido um susto. O índio Upé havia dado a senha sobre como sua gente ouvia o discurso dos representantes do governo. Com seu "koup" (grande e grossa haste de madeira pesada) na mão direita, o tio de Paiká foi à frente na mesa para, com gritos de guerra e gestos aparentemente ofensivos, cobrar das autoridades: "Vocês pensam que nós somos o que? Vocês pensam que nós vamos ficar ilhados? Energia elétrica para nós é nada, nós somos da floresta onde caçamos e cozinhamos mel de abelha. Por que vocês não nos ouvem?"

Com a ameaçadora haste de madeira ele apontou a direção do diretor da Eletronorte e do representante do presidente da República. Mas José Antônio Muniz reconheceu a falar sobre a "necessidade que a sociedade toda tem da energia, em função do desenvolvimento", entrou em cena o índio Kanhon, da aldeia Goretire. "Nós enfrentamos o homem, isso não é uma guerra, mas uma luta de peito aberto. A nossa guerra já acabou há muito tempo e hoje só tem guerra entre o Irã e Iraque. Nós não queremos guerra no nosso país. Não admito essa barragem!"

A reunião foi suspensa por 30 minutos, mas por causa de uma pane no sistema de som do ginásio. Mais tarde, em entrevista, Muniz disse que "se eu dissesse que não tive medo estaria mentando, mas já estou acostumado com o trato com os índios e já passei por situações bem mais graves, pois meu relacionamento com os índios desde 1979".

Tumulto aparente. Para quem está familiarizado com as manifestações da cultura indígena, na verdade a maioria dos brancos presentes à reunião, o comportamento dos Kaiapó, sob aplausos de outras tribos representadas, parecia um tumulto à beira de uma agressão de graves consequências. Era, no entanto, o modo espontâneo e secamente sincero com eles tratam as pessoas, sem rodeios ou jogo de cintura.

Alguns oradores índios, por exemplo, começavam o discurso à maneira dos brancos, saudando as autoridades, até chamando-as de "doutor" para logo em seguida bradarem sem contemplação: "Vocês são senhores, ladrões da nossa terra. O palestrante teve dificuldade de chegar ao fim da exposição. Duzenas de índios e índias de várias nações levantavam quando bem entendiam para in-

terromper o diretor da Eletronorte e logo rebater o que ele dizia. Foi como uma interminável ladainha, talvez o maior e significativo desabafo dos índios brasileiros cara a cara com autoridades do governo.

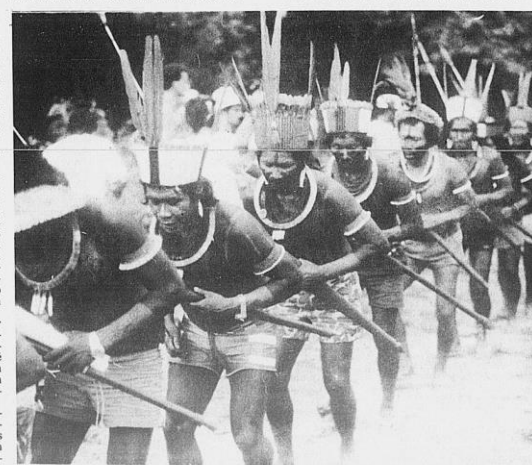
Antevendo, possivelmente, o que poderia acontecer, o governo só mandou "crianças", como foram César Mesquita e José Antônio Muniz, que gostaria de ter aqui "o Sarney e o ministro". Diante dos "brancos", os "silvícolas" lavaram, decididamente, a roupa suja de Kararaó, e levaram também, a roupa suja da história dos brancos que marcou a história deles de modo tão dramaticamente sangrento.



A palavra usurpada, kararaó, volta a ser apenas um grito

Não aparente gesto de boa vontade, um dos primeiros atos feitos pela Eletronorte ontem em Altamira, aos índios Kaiapó, foi a supressão da denominação de "Kararaó" com a qual a empresa tinha batizado a usina projetada para a volta grande do Xingú. Foi uma típica atitude de branco dominador que, além de decidir sem consultar índios (e todos os amazônidas), ainda insculpe na sua cultura, ignorando que é das repressões no seu desses povos "minoritários".

A usina terá outro nome, que poderá ser simplesmente Volta Grande, como já é conhecido o lugar escolhido para a represa. Para os Kaiapó, a palavra "kararaó" tem o místico significado de um grito de guerra e isso foi claramente demonstrado pelo cacique Paiká, que já tinha antes apelado pela mudança do nome do projeto.



Sting: a floresta e os problemas são do Brasil

No dia 12 de abril, o cantor Sting lançou, em Paris, ao lado de outros ecologistas de renome internacional, sua campanha para arrecadação de fundos destinados à Fundação Mata Virgem, que desenvolve projetos de conservação ambiental e do qual será o presidente. E o primeiro projeto pensado para a entidade não poderia ser outro: a ampliação do Parque Nacional do Xingú, para abranger todas as comunidades indígenas da região.

Sting chegou de Belém, a Altamira, acompanhado do cacique Paiká, em um avião particular, às 13 horas. Ele barrou o esquema montado pela imprensa, mas não conseguiu evitar a equipe de correspondentes de O LIBERAL: foi fotografado em volta dos caciques — na casa em que se hospedou, próximo ao centro comunitário, na alameda Polivalente, nos os bairro Prement, pagando R\$ 200,00 por dia. De última hora, ele dispensou a hospedagem que lhe fora reservada na fazenda Bacajá, do ex-prefeito Antônio Nunes, entre o aeroporto e a cidade.

Depois de dar uma volta pela cidade, filmado com uma equipe francesa de televisão, às 17 horas ele se rendeu a entrevista coletiva, no salão Bebéia, a oito quilômetros da cidade. Contra a "internacionalização da Amazônia", Sting, que deve voltar hoje à Inglaterra, via Rio de Janeiro, disse aos repórteres de todo o mundo, na presença de vários índios, que "a floresta e dos brasileiros e são os brasileiros que têm que resolver os seus problemas".

Sem a defesa da floresta, na opinião de Sting, o seu próprio país sofrerá as consequências de um desastre: "Nós também precisamos..."



Sting: floresta é do Brasil

Eletronorte explica a barragem. Não convence.

Até o momento, através de um impresso intitulado "Informações às comunidades indígenas sobre o aproveitamento do rio Xingú", a Eletronorte, em linguagem simples, tenta convencer os índios sobre os efeitos — não prejudiciais — da barragem até agora chamada de Kararaó. Diz que o único aproveitamento hidrelétrico nesse rio, previsto até o ano 2010 é o de Volta Grande. Segundo ainda o folheto "a área diretamente afetada pela hidrelétrica Kararaó é a porção de terras que serão alagadas pelo reservatório".

Na explicação da Eletronorte, somente 61 famílias serão afetadas, conforme estado feito pelo Ceneq, empresa de consultoria de pesquisa a região desde 1975. Essas 61 famílias estão disseminadas em 42 localidades. Serão o total — diz a empresa, 344 pessoas diretamente atingidas pelas águas, incluindo os colonos, casados com pessoas de origem índia. Pelo estudo do Ceneq, seriam 103 pessoas afetadas por Kararaó na área dos Jurua, 79 Xipaia, 6 Cururu e Arara do Xingú e 2 Kaiapó. "A Eletronorte discute diretamente com os índios, de forma a assegurar condições de vida iguais ou melhores que as atuais. Todos os direitos dos índios serão garantidos".



"Sem problema". Segundo a Eletronorte, a empresa decidiu não mais prosseguir com o projeto da usina de Balaquara. "Os estudos mostraram que a prejudicialidade para os índios e o meio ambiente". E afirma que Kararaó "não afetará a população indígena existente dentro da área de influência do reservatório", porém, ao mesmo tempo, reconhece que "a construção de uma hidrelétrica, desde a instalação do concreto até as obras de funcionamento provoca várias mudanças na região".

Por isso — diz a empresa — a única maneira de proteger as terras dos índios e legalizá-las e demarcá-las". Conforme explicou José Antônio, diretor de planejamento da Eletronorte, a cidade de Altamira não tem o que temer com a represa, "de vez que a cota da enchente será igual à atual". Explica ainda que a cota máxima em Altamira já atingiu até 103, quando a usina regulará essa cota em apenas 96. "As áreas dos Kaiapó, Arara e Parque Indígena do Xingú não sofrerão influência da usina Kararaó. O lago a ser formado sequer ultrapassará Altamira e não existe a possibilidade de as águas represadas atingirem as áreas Kaiapó e outras mais acima no rio Xingú".

Lucélia. Ao meio-dia entrou no Centro Comunitário a atriz Lucélia Santos. Foi logo chamada para sentar-se à mesa de abertura da reunião e se declarou totalmente solidária com os índios que veem lutar pela primeira vez, ao fim de pontos de quilométricas interrupções, o diretor da Eletronorte disse que a instalação da barragem da Volta Grande ainda não está concluída e que, se o Congresso aprovar, ela começará a ser construída dentro de 5 anos. Quanto às queixas sobre falta de diálogo, Muniz disse que fez reuniões por duas vezes com a comunidade de Altamira e que os índios já foram avisados há algum tempo.

Constituição. Prossegue hoje em Altamira o Encontro das Nações Indígenas, abordando o tema "A Constituição e os Povos Indígenas". Participam do painel, Fernando Cabreiro, presidente do Partido Verde; deputados federais: Fábio Feldman (PSB), Ademir Andrade (PSB), Gabriel Guerrero (PMDB), Valdeir Loureiro (representante do governo colono), foram desalojados e prejudicados sem ressarcimento ou realocação em terras férteis.

O exemplo mais próximo de Tucuruí, onde o projeto inicial também pre-

via que as águas não subiriam tanto, e terminaram alagando uma área muito superior. Foi citado o caso de inundação que tem todos os prejuízos indenizados, ou casos de indenização de índios até hoje pendentes. "Mas é também preciso lembrar a indústria de remanejamento — friso o representante da Eletronorte — com famílias indenizadas por duas e até 2 vezes". Não há acordo a vista sobre Kararaó, tendo ela o nome que tiver.

Para o deputado Fábio Feldman, do PSB paulista: "essa luta será em campanha pelo Congresso, a quem caberá a decisão final sobre essa barragem". Ele anunciou que na sexta-feira chegará a Altamira um grupo interpartidário para solidarizar-se com a proposta de cancelamento do projeto do Xingú. "Nós não decidimos nada, apenas indicamos os locais propícios para as usinas", reafirmou Muniz.

Para desfazer quaisquer dúvidas sobre a ferrea oposição dos Kaiapó e de todas as tribos à construção da barragem da Volta Grande do Xingú e de outras grandes hidrelétricas, o cacique Paiká fez questão de enfatizar que "este encontro aqui em Altamira é nosso, não saiu da cabeça de ninguém, nem do CIMI nem da Funai, ninguém botou nada na nossa cabeça, esta reunião partiu dos índios".

Constituição. Prossegue hoje em Altamira o Encontro das Nações Indígenas, abordando o tema "A Constituição e os Povos Indígenas". Participam do painel, Fernando Cabreiro, presidente do Partido Verde; deputados federais: Fábio Feldman (PSB), Ademir Andrade (PSB), Gabriel Guerrero (PMDB), Valdeir Loureiro (representante do governo colono), foram desalojados e prejudicados sem ressarcimento ou realocação em terras férteis.

O exemplo mais próximo de Tucuruí, onde o projeto inicial também pre-

A Amazônia é Brasil (2)

Prof. Miguel Cruz e Silva

- O MEIO E O HOMEM -

A Amazônia, integrada por comunidades vegetais extremamente complexas, firmou ao longo dos anos um perfil ecológico com os demais componentes do ecossistema; a clima, os solos, e os animais e a habitação humana, que se inserem harmonicamente no ambiente, sem ferir o equilíbrio ecológico. O índio e o caboclo viviam no seu paralelo.

A exploração da descoberta do imenso e rico subsolo alterou toda essa situação, pois a colcha atraiu milhares de interessados de hábitos diversos dos habitantes tradicionais. A Amazônia a região desde então não parou, e a agressão irracional, predatória e inconsequente, aliada à extrema e dominadora colcha internacional, transformaram a região no foco de políticas que provocou todo esse alvoroço político-econômico amazônico.

Preservar a Amazônia, sim, mas atrair o homem, não. O amazônido, isto é, o brasileiro, não pode ficar na estéril do mundo civilizado, vivendo das migalhas dos países ricos, que nos exploram e querem manter-nos atrasados e submissos.

Chico Mendes, nesse panorama, foi muito mais vítima do imperialismo internacional do que um simples defensor dos interesses nacionais. A condenação do índio David Copenawa significa a mais uma manobra para insulfar o clima de desarmamento do que, na verdade, o reconhecimento dos direitos indígenas.

O desenvolvimento da Amazônia, lícito e necessário, tem que ser planejado e não predatório. Mas esse desenvolvimento deve ser obediente a um projeto genuinamente nacional. Temos já a maior fonte técnica suficiente para a solução dos nossos problemas. A soberania nacional sobre a Amazônia é inquestionável. No futuro, no aspecto histórico de nossa grandeza, atenderemos a necessidades de humanidade e estaremos felizes e satisfeitos as populações famintas de todo o globo.

Não admitimos ser apenas um país do mundo. Queremos ser o cérebro do mundo. Umismo? Não, palmeira é apenas uma víscera passiva, orestim, está, é a vida.

A colcha internacional é um fato incontestável. Clichês, surgem planos mirabolantes de ideias de internacionalização da Amazônia, ou seja, de uma ingerência nos seus destinos. Ninguém se esqueça da elite Híbrida Amazônica, que multa da Amazônia apenas tirava a Amazônia do controle brasileiro. Todos se lembram da história do futurologo Herman Khan que, tendo suas células ativadas, não, pretendia também, com seu fantástico lago Hudson, submergir as nossas riquezas. Ninguém jamais se esqueça da esperança promessa da esperança de uma vida melhor, quando, mas se vitoriosa levar-nos-ia à dependência estrangeira. Esses, na época, foram fatos públicos, que foram a origem da orquestração nacional momento.

O deputado Bernardo Cabral, em recente pronunciamento na Câmara Federal sobre a Amazônia, relembrou que já em 1860 levou aos seus representantes uma denúncia sobre o Lago Hudson, extraída de uma coincidência histórica vivida pelo deputado Adolpho de Oliveira. O parlamentar Adolpho de Oliveira corria o ano de 1860 - viajava a bordo de um navio e ali encontrou um estrangeiro participante do seminário do Hudson Institute e que trazia consigo o dossiê da cientista Herman Khan sobre a formação do Lago Amazônico. Impetadamente, o parlamentar desceu ao porão do navio e xerex de estrangeiro suspelasse tirou cópias xerox de todo o documento, passando-o, na época, às mãos do deputado Bernardo Cabral, que ao fazer a denúncia, a despeito do pai da Amazônia, o pessoal do Conselho dos Serengetis para acertar detalhes das atividades em curso e responder a quantos dúvidas que teria para resolver.

Pretendo passar de 17 a 21 de junho no Acre, e gostaria que você me informasse qual o dia que seria mais conveniente para reunir-me com o pessoal do Instituto. Estou em contato com o pessoal por telefone, em breve, para confirmar esta programação.

Assessor de Programas
A documentação relacionada pela deputada mostra que são líderes do movimento internacional:
a) Le Comité International de la Défense de l'Amazonie;
b) Indian American Indian Institute;
c) The International Ethnical Survival;
d) The International Cultural Survival;
e) WERKGROUP for Indigenous Affairs;
f) The Berna Gene Ethnical Institute e este Conselho Coordenador.

Essas instituições, acusa a deputada, atuam com absoluta deslealdade em nosso país e seus "campos de ferro" e "inocentes sítios" testam a rixa suscitadas por eles com o patrimônio da humanidade, em breve, para confirmar esta programação.

Peter H. de
Essa documentação, acusa a deputada, atuam com absoluta deslealdade em nosso país e seus "campos de ferro" e "inocentes sítios" testam a rixa suscitadas por eles com o patrimônio da humanidade, em breve, para confirmar esta programação.

Em meio a essas acusações, a deputada aponta para a criação de um parque seria depois transformada na Nação Yanomami e governada de fora pelo ONU ou então pelo clero internacional?

O interesse hoje do cantor inglês Sting não estaria oculto os mesmos e sovados intentos de transformar toda essa região, em riquezas, em território interno?

No caso específico do projeto Yanomami, o deputado Alcides Lima faz questão de frisar que assim essa proposição o senador Severo Gomes, mas a proposição original é do CPTI - Comissão Pró-Criação do Parque Yanomami.

Tanto o cantor Sting quanto o senador podem estar ingenuamente defendendo ideias que escondem escusos interesses.

O projeto atual de internacionalização da Amazônia, além do envolvimento proposto de um parque seria depois transformada na Nação Yanomami e governada de fora pelo ONU ou então pelo clero internacional?

de guerra e ameaças de todas as proporções. O encontro, de altíssima repercussão internacional, deixou até agora o único e evidente resultado prático: a questão Amazônica é hoje assunto mais empolgante e polêmico que se liga à soberania brasileira à questão da dívida externa e às preocupações ecológicas atuais.

- AGRESSÃO -

Oportuna foi a intervenção do deputado Rubens Branquinho na Câmara Federal, sobre o tema "Amazônia e o Brasil". Lembrou o parlamentar acerca que as pressões que o Brasil vem sofrendo de outros países, autoridades e organizações e personalidades estrangeiras têm como pretexto a preocupação ecológica, mas na fundo que inquieta esses grupos é a exploração de nossas riquezas. Ele cita as duas maiores organizações de defesa do meio ambiente dos Estados Unidos, o National Wildlife Federation e o Environmental Defense Fundation, como representantes oficiais da troca entre o período de defesa da dívida externa do Brasil pelo compromisso de preservar a Amazônia. O presidente do BIRD - acusa o deputado Branquinho - já advertiu que devemos decididamente vincular a liberação de empréstimo à proteção do meio ambiente.

O senador americano Albert Gore, é deputado, e um oponente de alguns senadores dos Estados Unidos, já apresentou o projeto de lei acusando o governo brasileiro de promover o novo modelo da região amazônica de forma que ameaça todo o planeta. Propõe-se que amecia todo o planeta. Propõe-se que amecia todo o planeta. Propõe-se que amecia todo o planeta.

Esses senadores propõem ainda que os organismos internacionais, como Banco Mundial, reviam logo os seus projetos, para ter certeza que não estejam destruindo a conservação da Amazônia.

O Congresso americano, por sua vez, de acordo com lei projetada, determinará que os diretores americanos em bancos e agências internacionais de desenvolvimento sejam instruídos a pressionar para que qualquer empreitada no Brasil dependa de aprovação de uma política que respeite os imperativos do meio ambiente global.

A Associação Agrícola, segundo o deputado Branquinho, já anunciou em Pará a designação de uma comissão de trabalho internacional pela preservação da Amazônia, em homenagem ao líder sindical e ecologista Chico Mendes.

Em recente protesto feito da tribuna da Câmara Federal contra a presença de uma delegação da Amazônia, a deputada Raquel Cândido (PTB-Roraima) afirmou que já em julho de 1987, alguns empresários internacionais traçaram diretrizes e planos estratégicos para agir frontalmente em prol da soberania brasileira.

No relatório documentos que comprovam esta afronta à nossa autodeterminação, a parlamentar, entre outras denúncias, levou ao conhecimento da imprensa do texto de uma carta datada de 18 de maio de 1988, dirigida pela Fundação Ford ao então Chico Mendes. Diz a carta:

"Prezado Chico,
Esta carta é para informá-lo de que o senhor foi convidado a participar do Acordo de cooperação entre o Brasil e a América do Sul. O Acordo prevê a criação de um Conselho de Cooperação entre o Brasil e a América do Sul. O Acordo prevê a criação de um Conselho de Cooperação entre o Brasil e a América do Sul. O Acordo prevê a criação de um Conselho de Cooperação entre o Brasil e a América do Sul.

Essas instituições, acusa a deputada, atuam com absoluta deslealdade em nosso país e seus "campos de ferro" e "inocentes sítios" testam a rixa suscitadas por eles com o patrimônio da humanidade, em breve, para confirmar esta programação.

Peter H. de
Essa documentação, acusa a deputada, atuam com absoluta deslealdade em nosso país e seus "campos de ferro" e "inocentes sítios" testam a rixa suscitadas por eles com o patrimônio da humanidade, em breve, para confirmar esta programação.

Em meio a essas acusações, a deputada aponta para a criação de um parque seria depois transformada na Nação Yanomami e governada de fora pelo ONU ou então pelo clero internacional?

O interesse hoje do cantor inglês Sting não estaria oculto os mesmos e sovados intentos de transformar toda essa região, em riquezas, em território interno?

No caso específico do projeto Yanomami, o deputado Alcides Lima faz questão de frisar que assim essa proposição o senador Severo Gomes, mas a proposição original é do CPTI - Comissão Pró-Criação do Parque Yanomami.

Tanto o cantor Sting quanto o senador podem estar ingenuamente defendendo ideias que escondem escusos interesses.

O projeto atual de internacionalização da Amazônia, além do envolvimento proposto de um parque seria depois transformada na Nação Yanomami e governada de fora pelo ONU ou então pelo clero internacional?



Controle das viroses requer maior integração profissional

O Hospital dos Servidores do Estado (HSE) e a Faculdade Estadual de Medicina promovem, desde a última quinta-feira, a Jornada Paraense de Neurologia Tropical. O evento reunirá um grande número de participantes e trouxe, como convidado especial, o titular de Clínica Neurológica da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), professor Antônio Spina França.

O encontro foi aberto às 20 horas de quinta-feira, com a palestra "Patologia das Viroses Amazônicas", proferida por Ronaldo Araújo, médico professor da Faculdade Estadual de Medicina. Segundo o professor, as viroses são "uma realidade amazônica" e devem ser controladas a partir de estudos e de maior integração entre os profissionais do ramo, para que a patologia adequada seja aplicada. O professor da Faculdade Estadual de Medicina, Arnaldo Gama da Rocha, secretário Ronaldo Araújo em sua palestra. Para ele, o encontro é importante por dar oportunidade de divulgar as doenças neurológicas que existem na Amazônia, provocadas por viroses, como malária, meningite e encefalite. Arnaldo Rocha disse ainda que "na Amazônia existem centenas de vírus que produzem lesões neurológicas em animais e pessoas".

"Os vírus atacam o sistema nervoso e uma patologia adequada deve ser aplicada", disse o professor. Na manhã de ontem, a Jornada teve início com a conferência "Aspectos Neurológicos das Viroses", ministrada pelo professor Antônio Spina. Ele ressaltou que "muitas pessoas que contraíram o vírus da AIDS estão sujeitas também a contraírem algumas doenças provocadas por outros vírus". Segundo o professor, isto é possível devido ao fato de a AIDS ser uma doença que provoca deficiência imunológica no organismo. Arnaldo Rocha afirmou que "na Amazônia existem centenas de vírus que produzem lesões neurológicas em animais e pessoas".

Para o tratamento dos indivíduos portadores do vírus da AIDS, que contraíram outros vírus, Antônio Spina disse que "a Neurologia coloca como primordial a patologia do HIV - causador da doença - e começa a desenvolver uma patologia adequada para as outras viroses". Quanto à propagação da AIDS no Brasil, o professor afirmou que todas as entidades federais, estaduais e municipais, através de campanhas educativas, estão lutando pelo controle mais rápido da doença. Ele alertou para o fato de a contaminação só se dar através do ato sexual, transfusões de sangue e agulhas de seringas.

"Viroses na Amazônia de Interesse Neurológico" foi o tema da palestra ministrada por Pedro Fernando Vasconcelos, pesquisador do Instituto Evandro Chagas. Segundo ele, a principal doença neurológica é a encefalite - quando há um comprometimento do sistema nervoso central - e os principais vírus que se provam são o enterovirus (causador da pólio) e o mixovirus (causador de sarampo e rubéola), além dos existentes em mosquitos e carrapatos. Pedro Vasconcelos disse ainda que a raiva e o pólio têm sido controladas com mais intensidade ultimamente.

A Jornada Paraense de Neurologia Tropical prosseguirá, na tarde de ontem, com uma mesa redonda sobre "Aspectos Neurológicos da Patologia Regional", debutado pelos médicos Manoel Barbosa, que falou sobre Malária e Sistema Nervoso; Benedito Oliveira, sobre Neuroquímica; e Antônio Spina - sobre Litigação Regional. As 17 horas houve simpósio sobre "Farmacoterapia Escleroseante Sub-Aguda", pelos médicos José Guimarães, Antônio Spina, Raimundo Leão e Renato Meneses.

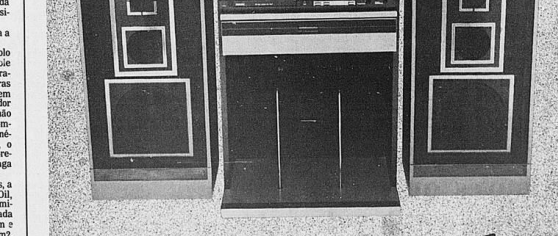
Pagamento do 13º no DO

O governador Hélio Guérios assinou decreto, publicado na edição de ontem do Diário Oficial do Estado (DOE), sobre o pagamento de 13º salário aos servidores civis e militares do Estado. Os pagamentos serão efetuados em julho (40%), setembro (20%) - a título de adiantamento - e dezembro (40%). O aumento do funcionalismo estadual deverá ser divulgado na próxima semana, pelo governador, segundo a assessoria de imprensa do Palácio.

O servidor estadual pode optar por receber o 13º salário total - 60% - em seu mês de férias. A opção, entretanto, terá que ser feita em janeiro, quando será calculado o percentual sobre o valor da remuneração do mês correspondente. Não incidirá sobre a gratificação do 13º salário o desconto para o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores Públicos do Estado do Pará (Ipsap).

O decreto do governador foi baseado nas atribuições garantidas na Constituição Federal, que determina o direito de 13º salário aos funcionários da administração pública direta, autárquica, fundações públicas da União e ainda aos funcionários inativos. No documento, Guérios observa que os adiantamentos serão feitos nos meses anteriores às férias escolares e ao Círio. Os servidores estatutários também serão beneficiados pelo decreto, já que o 13º salário se tornou um direito administrativo.

Philips Trend Plus
240 watts de potência. Sintetizer AM/FM digital com 24 memórias. Tape-deck stereo com redução de ruídos. Toca-discos stereo automático. Caixa acústica FB 310. Amplificador stereo digital. Rack com porta-discos, gaveta para fitas e rdizios.



Para você não dar ouvido aos outros

PHILIPS

Colonos invadem Incrá e pedem terra

BRASÍLIA — Mais de 200 trabalhadores sem-terra invadiram ontem a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) para reivindicar ao novo presidente, Mário Luis Peggaro, a desapropriação de sete fazendas e o assentamento de 434 famílias na região nordeste de Minas Gerais. Líderados por sete sindicatos de trabalhadores rurais e pelas centrais sindicais CUT e Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), os sem-terra chegaram ao Incrá pela manhã, mas só saíram no final da tarde, quando foram recebidos por Peggaro, após várias horas de negociação. Do presidente do Incrá receberam apenas a promessa de que ele iria estudar a situação.

Os trabalhadores rurais sem-terra pediram ao presidente do Incrá a desapropriação imediata das fazendas Taboca, em Unai, ocupadas por 34 famílias numa área de 4.300 hectares. O processo de desapropriação das fazendas, publicado no Diário Oficial da União, em 1985, não foi até agora concretizado. Segundo os possesores, o proprietário Geraldo Martins Carneiro vem fazendo ameaças contra eles, usando a Polícia Militar e pistoleiros.

O problema mais grave, no entanto, ocorre na Fazenda Riacho dos Cavalos, no município de Bonifópolis. Segundo a presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da região e vice-presidente regional da CUT, Maria Aparecida Rodrigues Miranda, a morte de seu pai, Júlio Rodrigues Miranda, há dois anos, é um exemplo da violência nessa região. "Meu pai foi assassinado pelo antigo proprietário da fazenda, Beventura José de Camargo, que, apesar das provas, foi julgado inocente por unanimidade pelo juiz", contou Maria Aparecida.

Apesar de não conhecer ainda os problemas do Incrá, o presidente, que foi empossado no cargo no último dia 15, reconhece a situação de miséria dos sem-terra, mas alega falta de recursos. "O Incrá foi recriado recentemente com verbas suficientes apenas para a manutenção dos serviços burocráticos", justificou Peggaro. Ele disse que só poderá resolver os casos mais graves quando for aprovada pelo Congresso Nacional a suplementação de verbas no valor de NCz\$ 220 milhões.

Se os parlamentares liberarem os recursos antes do recesso brasileiro, que começa no próximo mês, Peggaro pretende resolver os problemas de assentamento e desapropriação nas regiões mais críticas — Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais.

Brasil — Moreira Mariz



Os sem-terra de Minas exigem assentamento

Juiz dá 3 dias para desocupação de área

PORTO ALEGRE — O juiz de Ronda Alta, Nereu José Giacomel, concedeu ontem liminar à ação de reintegração de posse impetrada pelo dono da Fazenda Jacaré, em Três Palmeiras, dando um prazo de 72 horas para que as 108 famílias de sem-terra saiam da área que invadiram no último domingo. O juiz orientou a Brigada Militar para que a retirada se faça de forma pacífica, e o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Três Palmeiras, Ademar Bento, garantiu que os colonos não querem conflitos e irão negociar sua saída do local.

Ontem também, segundo informou o procurador-geral do estado, Manoel André da Rocha, o governo gaúcho ingressou na Justiça de Passo Fundo pedindo reintegração de posse de uma área de reflorestamento do estado de 1.200 hectares no município de Rondônia, que também foi invadida no domingo por 82 famílias.

Vigilância — O comandante do Esquadrão de Polícia Montada de Passo Fundo, major PM Alpino Aita, que supervisiona a vigilância nas duas áreas, disse que a situação é tranquila e que recebeu orientação superior para que se evitem atitudes. Uma vistoria policial na estrada junto a cada um dos dois acampamentos faz a vigilância nos locais onde estão os colonos. Esses são originários da Fazenda Annoni, localizada em Sarandi e Ronda Alta, distante cerca de 50 quilômetros das duas áreas invadidas.

O governo gaúcho espera adquirir mais sete mil hectares para o reassentamento definitivo das 306 famílias acampadas na Annoni, e de onde vieram as 190 famílias de sem-terra invasoras. Só em 1989, já ocorreram cinco invasões de terra.

FUNDAÇÃO DAS PIONEIRAS SOCIAIS COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços nº 038/89
Objeto: Antigos de Higienização Diversos.
Abertura: Dia 11/setembro/1989 às 15:00 horas.

Tomada de Preços nº 029/89
Objeto: Prestação de Serviços Por Firma Especializada, de recuperação Total de Cadeiras, Sofás e Poltronas.
Abertura: dia 18/setembro/1989 às 15:00 horas.

Tomada de Preços nº 040/89
Objeto: Material Fotográfico e Matérias Primas e Componentes Nacionais.
Abertura: Dia 25/setembro/1989 às 15:00 horas.

Local: SMHS Quadra 101 B - "B" - nº 45 Edifício Pioneiras Sociais 4º andar Sala 413 - Brasília - D. Federal.
Para participação os interessados deverão cadastrar-se junto a Fundação das Pioneiras Sociais.
Edital: A disposição dos interessados no endereço acima das 14:00 às 17:00 horas.

SANDRA SCHAFFER
Membro e Presidente Substituto da CPL/PPS

JB **Classificados**
Negócios de ocasião no lugar certo.



A índia Tuira é estrela do filme britânico Kayapo II

O Brasil lá fora, com Z

Índios e conflitos agrários dão ibope em TVs do exterior

Alexandre Medeiros

Se agora novas telinhas, ainda com o timbre, conseguem a mostrar em documentários as mazelas de nosso país, as TVs americanas e europeias há alguns anos reservam horários nobres para os conflitos de terra em Rondônia ou a resistência dos índios caiapós no Xingu. Parte dessa produção pode ser vista na mostra *Brasil com Z*, do Rio Cine Festival, no Centro Empresarial Rio, em Botafogo, Zona Sul, até o próximo dia 18. São 12 filmes, entre documentários e obras de ficção, feitos por TVs inglesas, holandesas e americanas. Coisa rara.

Um dos filmes exibidos ontem mostra em detalhes e cores vivas a luta da nação caiapó contra a construção da barragem de Karará pela Eletroeste. *Kayapo II*, uma produção da TV Granada, da Grã-Bretanha, tem 52 minutos e abriga cenas do encontro dos povos indígenas realizado este ano em Alamiara, no Pará. O momento tenso em que uma índia caiapó ameaça com um facão o engenheiro José Antônio Muniz, da Eletroeste, é um dos pontos altos do documentário.

A mostra começou antecorrendo com a exibição de uma obra de ficção sobre

os conflitos de terra em Rondônia — *Land*, de 78 minutos, produção de 1987 da BBC TV —, com atores brasileiros e ingleses. Rodado em Ji-Paraná, o filme ajudou as famílias da comunidade de Taipirema a conquistarem títulos de terra junto ao Incrá. O ator Hebebe Baía, que em *Land* faz o papel de Zé Azul, um líder camponês, gostou de trabalhar com os ingleses: "Eles vieram mostrar com muito profissionalismo coisas que nós não mostramos em nossas TVs".

Brasil com Z não surgiu da noite para o dia. É fruto de um longo trabalho de pesquisa da produtora Duda Continentino iniciado em 1983 com a criação do Studio Noon. "Em 85 consegui reunir a primeira parte do material pesquisado na mostra *Le Brasil*, com 40 filmes sobre a história do Brasil feitos por equipes francesas de TV. Por aqui muito pouca gente sabia da existência desses trabalhos", lembra Duda, que participou da produção dos 12 filmes de *Brasil com Z*.

O Rio Cine Festival ofereceu espaço permanente para a mostra, que assim poderá ser realizada todos os anos e abrigar as mais recentes produções estrangeiras sobre o Brasil. "Já que aqui os projetos acabam esbarrando em mil barreiras intransponíveis, seria apoio ou patrocínio, esse espaço é importante", avalia Duda. Tomara que a mostra incentive a realização de documentários nacionais sobre o Brasil. Com 5.

Carreira — O Diário Oficial da União publica hoje os anteprojetos de lei do governo federal instituindo o sistema de carreira do serviço público civil da União e o novo regime jurídico único para serem discutidos durante 25 dias pela sociedade, antes de serem remetidos ao Congresso até o dia 26 de setembro. A proposta de regime jurídico único incorpora ao funcionalismo público os 563 mil servidores contratados pela CLT e obriga o funcionário a denunciar qualquer irregularidade que seja de seu conhecimento sob pena de ser acusado de co-responsável por atos de corrupção na máquina administrativa do Estado. O novo regime e o plano de carreira estabelecem a obrigatoriedade de concurso público para admissão na administração pública e cria a figura da "contratação temporária de excepcional interesse público".

Desgosto — Fátima Gomes, proprietária da Fama Loteria — cuja loteria na 210 Norte, em Brasília, onde o mais novo milionário da semana fez o jogo que lhe rendeu NCz\$ 4,9 milhões no concurso nº 74 — não distarça seu desgosto: foi ela (e não um computador, como foi divulgado) a responsável pelas combinações das dezenas nos 210 volantes com os quais ele ganhou o prêmio máximo. Em fevereiro de 1986, um morador da Quadra 210 Norte ganhou sozinho a quota da loteria com um jogo de oito dezenas.

FUNDO SUDAMERIS PESSOA JURÍDICA
Ideal para empresas bem sucedidas.

Em todas as agências do

BANCO SUDAMERIS BRASIL

BRASIL SUDAMERIS PESSOAS JURÍDICAS

BRASIL SUDAMERIS PESSOAS JURÍDICAS

BRASIL SUDAMERIS PESSOAS JURÍDICAS

BRASIL SUDAMERIS PESSOAS JURÍDICAS

Camisaria **Novo Mundo**

Av. Passos, 83/89 esquina da Alameda - Tels. 221-6723 e 224-7369

ROUPAS DE TODOS OS TIPOS e tamanhos até o nº 62. As camisas esporte vão até o nº 10 e as camisas sociais e pijamas têm mangas mais compridas de até 70cm e com mais cintura. Cuecas anti-alérgicas de tecido ou malha, também com as pernas mais longas. Ceboulas de tecido, malha, flanela e de helanca. Fobes de chambre, roupos e suspensórios.

(A CREDITO: 4 VEZES)

VENHA ENCONTRAR

MÁRIO COVAS

AMANHÃ
17 de agosto a partir das 18 horas
na rua do Catete, 184, inauguração
do Comitê Rio.

MOVIMENTO MÁRIO COVAS PRESIDENTE
Rua do Catete, 184

TODOS OS CAMINHOS DO MUNDO.

CIRCUITO ANDINO (SPECIAL)
Lagos Chilenos

Opional a ilha de Paíscas
Santiago • Vila del Mar • Caspano • Valparaiso • Puerto Montt • Puerto Varas • Lagos Andinos • Rullu • Bariloche • Buenos Aires.

AÉREA + TERRESTRE
Adulto a partir de US\$ **742**
Menor a partir de US\$ **570**

Saídas Domingos

INCLUNDO: Passagem aérea • 12 dias de viagem • Hotéis Categoria Superior • Café da manhã • Um jantar em Peleto • Tênis • Guías • Excursões.

DISNEYWORLD (SPECIAL)
Caminhos da Fantasia

Miami • Orlando • Disneyworld • Epcot Center • MGM Studios • Busch Gardens • Sea World • Boardwalk Baseball.

AÉREA + TERRESTRE
Adulto a partir de US\$ **998**
Menor a partir de US\$ **683**

Saídas sextas

INCLUNDO: Passagem aérea • 15 dias de viagem • Hotéis Categoria Superior • Ingressos • Ônibus Pullman de Luac • Tênis • Guías • Excursões.

MIAMI E ORLANDO
Fly and Drive

AÉREA + TERRESTRE
Adulto a partir de US\$ **578**
Menor a partir de US\$ **359**

Saídas sextas

INCLUNDO: Passagem aérea • 15 dias de viagem • Cartão Cavalier • Hotéis Categoria Superior • Opional a New York.

EUROPA

17: 1 países: Inglaterra - França - Suíça - Áustria - Itália - US\$ **1.050**

22: 2 países: Portugal - Espanha - Itália - França - Inglaterra - US\$ **1.140**

25: 3 países: Espanha - França - Inglaterra - Suíça - Áustria - Itália - US\$ **1.315**

28: 4 países: Portugal - Espanha - França - Inglaterra - Suíça - Áustria - Itália - US\$ **1.430**

33: 5 países: Espanha - França - Inglaterra - Suíça - Áustria - Itália - Alemanha - Itália - US\$ **1.940**

Out: Preço cupareterrestreem apartamentoduplo. Consulte nos sites ou prepare sua própria.

BUENOS AIRES (SPECIAL)
Opional a Bariloche

AÉREA + TERRESTRE
Adulto a partir de US\$ **520**
Menor a partir de US\$ **339**

Saídas diárias

INCLUNDO: Passagem aérea • 5 dias de viagem • Hotel Categoria Superior • City Tour • Café da manhã • Tênis • Guías.

CARLOS PAZ (ARGENTINA)
Um Paraíso de Aventuras "Série Novos Destinos"

Cordoba • Carilo Paz • Buenos Aires. Opional a Bariloche

AÉREA + TERRESTRE
Adulto a partir de US\$ **427**
Menor a partir de US\$ **289**

Saídas sextas e domingos

INCLUNDO: Passagem aérea • 8 dias de viagem • Hotéis Categoria Superior • Café da manhã • Casino • Tênis • Guías • Excursões.

BOLÍVIA (JÓIA DOS ANDES)
Cultura e Beleza "Série Novos Destinos"

Santa Cruz de la Sierra • Sucre • Potosí • La Paz • Lago Titicaca • Opional a Puno • Cuzco • Machu Picchu.

AÉREA + TERRESTRE
Adulto a partir de US\$ **878**
Menor a partir de US\$ **702**

Saídas sextas

INCLUNDO: Passagem aérea • 8 dias de viagem • Hotéis Categoria Superior • Café da manhã • Almoço em Sucre e no Lago Titicaca • Tênis • Guías • Excursões.

CARIBE (PUERTO PLATA)
"Série Novos Destinos"

Bogotá • Santo Domingo • Puerto Plata • Casacas.

AÉREA + TERRESTRE
Adulto a partir de US\$ **835**
Menor a partir de US\$ **527**

Saídas segundas

INCLUNDO: Passagem aérea • 7 dias de viagem • Hotéis Categoria Superior • Meia-pensão em Bogotá • Tênis • Guías • Excursões.

LA SERENA (CHILE)
Centro Magnífico Da Terra "Série Novos Destinos"

Santiago • Vila del Mar • Valparaiso • La Serena • Coquimbo • Viçuna • Antofagasta.

AÉREA + TERRESTRE
Adulto a partir de US\$ **799**
Menor a partir de US\$ **592**

Saídas sextas

INCLUNDO: Passagem aérea • 10 dias de viagem • Hotéis Categoria Superior • Café da manhã • Meia-pensão em La Serena • Tênis • Guías • Excursões.

AEROLINEAS ARGENTINAS **Avianca** **LA AEROLINEA DE COLOMBIA** **LABECCO** **LAB AIRLINES** **VÓS DOMÉSTICOS REALIZADOS EM JETAS DA WSP**

BANCOR

EXPERIÊNCIA E QUALIDADE

Rua Métrico, 111, 1º andar - Rio - PBX: (021) 740-8040
Telefax: 313-30609-30820-2-29021 - Embratur: 0061800414
Ou no seu Agente de Viagens.

CARTA XINGU VIVO PARA SEMPRE

Nós, representantes das populações indígenas, ribeirinhas, extrativistas, dos agricultores e agricultoras familiares, dos moradores e moradoras da cidade, dos movimentos sociais e das organizações não governamentais da Bacia do rio Xingu, nos reunimos no encontro Xingu Vivo para Sempre, realizado na cidade de Altamira (PA), entre os dias 19 e 23 de maio de 2008, para discutir, avaliar e denunciar as ameaças ao rio que nos pertence e ao qual pertencemos nós e reafirmar o modelo de desenvolvimento que queremos.

Nós, que somos os ancestrais habitantes da Bacia do Xingu, que navegamos seu curso e seus afluentes para nos encontrarmos; que tiramos dele os peixes que nos alimentam; que dependemos da pureza de suas águas para beber sem temer doenças; que dependemos do regime de cheias e secas para praticar nossa agricultura, colher os produtos da floresta e que reverenciamos e celebramos sua beleza e generosidade a cada dia que nasce; nós temos nossa cultura, nossa espiritualidade e nossa sobrevivência profundamente enraizadas e dependentes de sua existência.

Nós, que mantivemos protegidas as florestas e seus recursos naturais em nossos territórios, em meio à destruição que tem sangrado a Amazônia, nos sentimos afrontados em nossa dignidade e desrespeitados em nossos direitos fundamentais com a projeção, por parte do Estado Brasileiro e de grupos privados, da construção de barragens no Xingu e em seus afluentes, a exemplo da hidrelétrica de Belo Monte. Em nenhum momento nos perguntaram o que queríamos para o nosso futuro. Em nenhum momento nos ouviram sobre a construção de hidrelétricas. Nem mesmo os povos indígenas, que têm esse direito garantido em lei, foram consultados,. Mesmo assim, Belo Monte vem sendo apresentada pelo governo como fato consumado, embora sua viabilidade seja questionada.

Estamos cientes de que interromper o Xingu em sua Volta Grande causará enchentes permanentes acima da usina, deslocando milhares de famílias ribeirinhas e moradores e moradoras da cidade de Altamira, afetando a agricultura, o extrativismo e a biodiversidade, e encobrindo nossas praias. Por outro lado, o barramento praticamente secará mais de 100 quilômetros de rio, o que impossibilitará a navegação, a pesca e o uso da água por muitas comunidades, incluindo aí várias terras e comunidades indígenas. Também estamos preocupados com a construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) nos rios formadores do Xingu. Algumas já foram construídas, outras já estão autorizadas e até hoje não houve qualquer tipo de avaliação dos impactos que esse conjunto de obras causará aos 14 povos indígenas do Parque Indígena do Xingu. Essas barragens profanam seus sítios sagrados e podem acabar com os peixes dos quais se alimentam.

Assim, nós, cidadãos e cidadãs brasileiras, vimos a público comunicar à sociedade e às autoridades públicas federais, estaduais e municipais a nossa decisão de fazer valer o nosso direito e o de nossos

filhos e netos a viver com dignidade, manter nossos lares e territórios, nossas culturas e formas de vida, honrando também nossos antepassados, que nos entregaram um ambiente equilibrado. Não admitiremos a construção de barragens no Xingu e seus afluentes, grandes ou pequenas, e continuaremos lutando contra o enraizamento de um modelo de desenvolvimento socialmente injusto e ambientalmente degradante, hoje representado pelo avanço da grilagem de terras públicas, pela

instalação de madeiras ilegais, pelo garimpo clandestino que mata nossos rios, pela ampliação das monoculturas e da pecuária extensiva que desmatam nossas florestas.

Nós, que conhecemos o rio em seus meandros, vimos apresentar à sociedade brasileira e exigir das autoridades públicas a implementação de nosso projeto de desenvolvimento para a região, que inclui:

1. A criação de um fórum de articulação dos povos da bacia que permita uma conversa permanente sobre o futuro do rio e que possa caminhar para a criação de um Comitê de Gestão de Bacia do Xingu;
2. A consolidação e proteção efetiva das Unidades de Conservação e Terras Indígenas bem como o ordenamento fundiário de todas as terras públicas da região da Bacia do Xingu.
3. A imediata criação da Reserva Extrativista do Médio Xingu.
4. A imediata demarcação da TI Cachoeira Seca, com o assentamento digno dos ocupantes não indígenas, bem como a retiradas dos invasores da TI Parakanã.
5. A implementação de medidas que efetivamente acabem com o desmatamento, com a retirada de madeira ilegal e com a grilagem de terras.
6. O incremento de políticas públicas que incentivem o extrativismo e a consolidação da agricultura familiar feita em bases agroecológicas e que valorizem e estimulem a comercialização dos produtos da floresta.
7. Efetivação de políticas públicas capazes de promover a melhoria e instalação de sistemas de tratamento de água e esgoto nos municípios.
8. O incremento de políticas públicas que atendam as demandas de saúde, educação, transporte, segurança, adequadas às nossas realidades.
9. Desenvolvimento de políticas públicas que ampliem e democratizem os meios de comunicação social.
10. O incremento de políticas públicas para a ampliação das experiências de recuperação de matas ciliares e de áreas degradadas pela agropecuária, extração de madeira e mineração.
11. Que nenhum outro dos formadores do Xingu venha a ser barrado, como já aconteceu ao rio Culuene com a implantação da PCH Paranatinga II.
12. Proteção efetiva do grande corredor de sóciobiodiversidade formado pelas terras indígenas e unidades de conservação do Xingu.

Nós, os que zelamos pelo nosso rio Xingu, não aceitamos a invisibilidade que nos querem impor e o tratamento desdenhoso que o poder público tem nos dispensado. Nos apresentamos ao País com a dignidade que temos, com o conhecimento que herdamos, com os ensinamentos que podemos transmitir e o respeito que exigimos.

Esse é o nosso desejo, essa é a nossa luta. Queremos o Xingu vivo para sempre.

Altamira, 23 de maio de 2008.

Assinam:

Kayapó da Aldeia Kriny, Kayapó do Bacajá Xikrin, Kayapó de Las Casas, Kaiapó de Gorotire, Kayapó

Kubenkrākênh, Kayapó Moikarakó, Kayapõ Pykarārākre, Kayapó Kendjâm, Kayapó Kubenkàkre, Kayapó Kararaô, Kayapó Purure, Kayapó Tepore, Kayapó Nhàkin, Kayapo Bandjunkôre, Kayapó Krânhâpari, Kayapó Kawatire, Kayapó Kapot, Kayapó Metyktire, Kayapó Piarazu, Kayapó Mekrânoti, Kayapó Pykany, Kayapó da Aldeia Aukre, Kayapó da Aldeia Kokraimoro, Kayapo Bau, Kayapó Kikretum, Kayapó Kôkôkuêdja, Mrotidjam Xikrin, Potikrô Xikrin, Djudjekô Xikrin, Cateté Xikrin, Ôodja Xikrin, Parakanã da aldeia Apyterewa e Xingu, Akrãtikatejê, Parkatejê, Munduruku, Araweté, Kuruwaia, Xipaia, Asurini, Arara da aldeia Laranjal e Cachoeira Seca, Arara do Maia da terra Alta, Panará, Juruna do Km 17, Tembê, Kayabi, Yudja, Kuikuro, Nafukua, Kamaiurá, Kalapalo, Waurá, Trumai, Xavante, Ikpeng, Apinayé, Krahô, Associação das Mulheres Agricultoras do Assurini, Associação de Mulheres Agricultoras do Setor Gonzaga, Associação dos Moradores do Médio Xingu, Associação dos Moradores da Resex do Iriri, Associação dos Moradores da Resex Riozinho do Anfriso, AFP- Associação Floresta Protegida do povo Kayapó, Associação Indígena Kisedje - povo Kisedje (Parque Indígena Xingu), Associação Pró-Moradia do Parque Ipê, Associação Pró-Moradia do São Domingos, Associação Yakiô Panará - Povo Panará, Associação Yarikayu - povo Yudja (Parque Indígena Xingu), Articulação de Mulheres Paraenses, Articulação de Mulheres Brasileiras, ATIX – Associação Terra Indígena Xingu (Parque Indígena Xingu), CJP- Comissão de Justiça e Paz, Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Prelazia do Xingu, CPT- Comissão Pastoral da Terra, FAOR – Fórum da Amazônia Oriental, Federação de Assistência Social e Educacional (FASE), FETAGRI- Federação dos Trabalhadores na Agricultura Regional Altamira, Fórum de Direitos Humanos Dorothy Stang (FDHDS), Fórum Popular de Altamira, Fundação Elza Marques, Fundação Tocaia, Fundo DEMA, Grupo de Mulheres do Bairro Esperança, Grupo de Trabalho Amazônico Regional Altamira (GTA), IPAM- Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), MAB Movimento dos Atingidos por Barragem, STTR-Altamira, Pastoral da Juventude, S.O.S. Vida, Sindicato das Domésticas de Altamira, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará – SINTEPP, Movimento de Mulheres Trabalhadoras de Altamira Campo e Cidade – MMTACC, Movimento de Mulheres do Campo e Cidade do Pará - MMCC, Movimento de Mulheres do Campo e Cidade Regional Transamazônica e Xingu, Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense, SDDH- Sociedade Paraense dos Direitos Humanos, MNDH Movimento Nacional dos Direitos Humanos, MMM- Movimento de Mulheres Maria Maria, SOS Corpo, Instituto Feminista para a Democracia, Instituto Socioambiental – ISA, Fundação Viver Produzir e Preservar (FVPP).

Apoio: Fundação Heinrich Boell, International Rivers, Rainforest Foundation, Rainforest Noruega